

SÃO PAULO

Progride Vertiginosamente...



... e o CLUBE PIRATININGA acompanha esse progresso !

A sua Séde Própria ocupa todo o 26.º andar do Prédio C.B.I., na
Rua Formosa, 367 — Tel. 32-4284

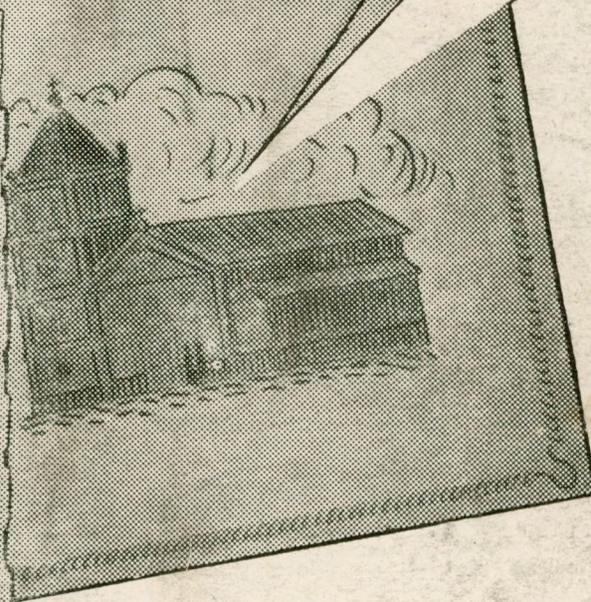
AMBIENTE PROPÍCIO AOS CONTACTOS DAS FAMÍLIAS PAULISTAS ATRAVÉS
DE SUAS REUNIÕES, NOS RICOS SALÕES DE SUA SÉDE.

O CLUBE PIRATININGA PROPORCIONA :

- Conferências e palestras por oradores de renome
- Horas de Arte, com audições de música e declamação de poesias.
- Bailes de Gala, caipiras, periódicamente; semanalmente, jantares dansantes com «shows».
- Excursões turísticas a lugares interessantes do Estado e fora dele.
- Torneios de bridge e xadrês — Jogos de salão.
- A Revista-documentário «PAULISTANIA».
- Biblioteca especializada em assuntos paulistas.
- Salão de leitura.
- Bilhares.
- Restaurante.
- Salão de barbeiro e manicure.

LIVRARIA MARTINS EDITORA S/A.

Tem
a prazer
de
anunciar
a
lançamento
da



CONTRIBUIÇÃO
DE
LIVRARIA
MARTINS
EDITORA
ÀS
COMEMORAÇÕES
DO
IV CENTENÁRIO
DE
SÃO PAULO

★ Se outros títulos já não tivesse a Livraria Martins Editôra para recomendar-se aos brasileiros e aos paulistas — só este notável trabalho bastaria para lhes demonstrar a inteligência, o patriotismo e a proficiência do seu ilustre e operoso chefe. — ALTINO ARANTES

★ A "Biblioteca Histórica Paulista", da Livraria Martins Editôra, é árvore genealógica que dá a São Paulo seu título de nobreza, neste nosso Ano 400 da Fundação. — GUILHERME DE ALMEIDA

★ Entre os muitos serviços de que já são as letras pátrias devedoras à Livraria Martins Editôra, será este por certo inscrito entre os de maior aprêço. — JULIO DE MESQUITA FILHO

★ Não podia ser entregue a maior autoridade a direção desta série. Taunay é mestre incontestado e suas luzes concorrem para iluminar ainda mais os roteiros bandeirantes. Vai o Brasil dever à iniciativa de um editor uma outra empreitada heróica. — MENOTTI DEL PICCHIA

★ A "Biblioteca Histórica Paulista" colocando em destaque os serviços da Livraria Martins Editôra, corresponde ao nível intelectual a que atingiu a nossa terra. — NELSON WERNECK SODRÉ

★ ...só isso em qualquer país onde o livro fôsse compreendido bastaria para conferir o título de benemérito ao editor. No Brasil talvez o chamem de louco... — PAULO DUARTE

★ Não podia ser mais oportuna a iniciativa da Livraria Martins Editôra ao lançar a sua Biblioteca Histórica Paulista confiada à sabia orientação do eminente historiador Afonso de E. Taunay. — RUY BLOEM

★ A série agora organizada tem uma importância definitiva para o desenvolvimento dos estudos paulistas e brasileiros. — SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

★ A contribuição da paulística para a brasiliana é de tal alcance, que à iniciativa da Editôra Martins cabe o mais sincero elogio — SÉRGIO MILLIET

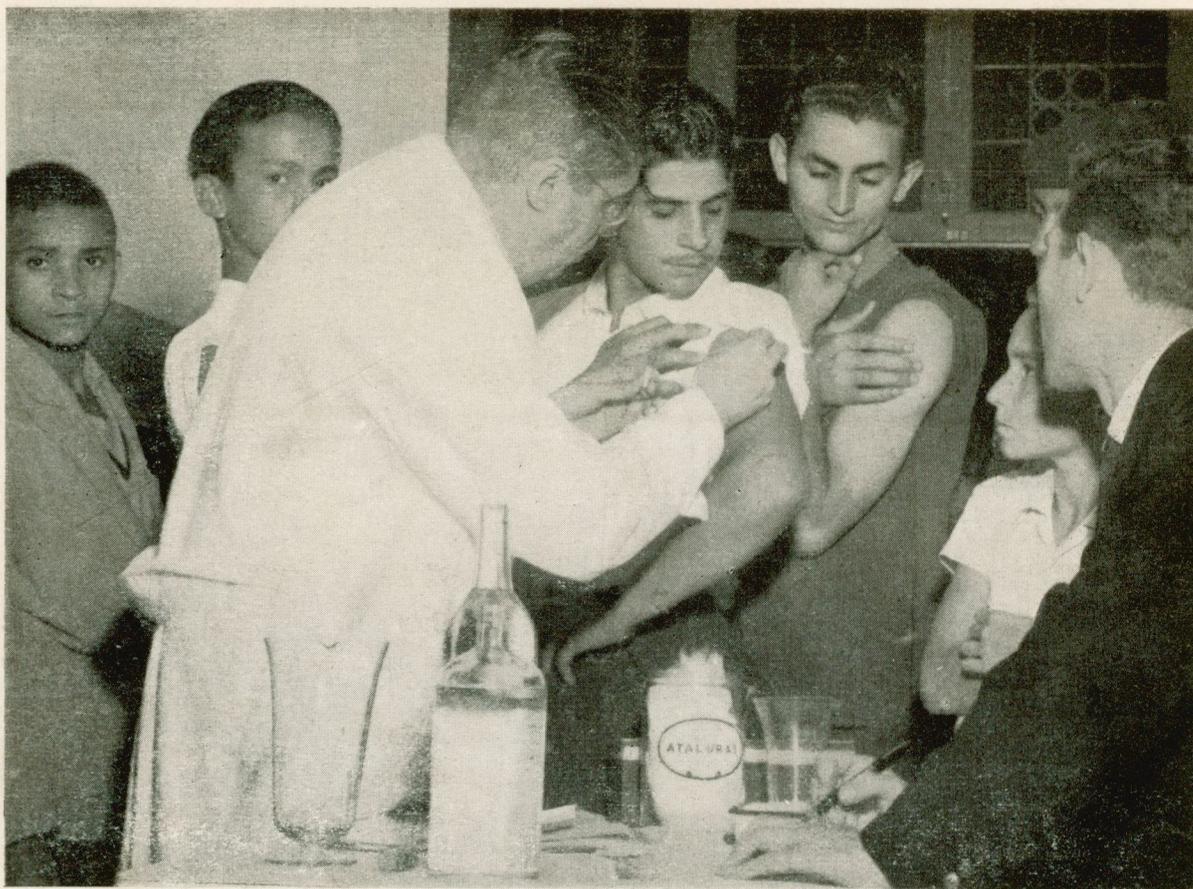
BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA

- I — AZEVEDO MARQUES — Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo — (2 volumes ilustrados).
- II — AUGUSTO EMÍLIO ZALUAR — Peregrinação pela Província de São Paulo — (Ilustrado).
- III — FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — Memória para a História da Capitania de São Vicente — (Ilustrado).
- IV — PEDRO TAQUES — Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica — (3 volumes ilustrados).
- V — BARÃO VON TSCHUDI — Viagem à Província de São Paulo — (Ilustrado).
- VI — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE — Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo — (Ilustrado).
- VII — RELATOS SERTANISTAS — Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay — (Ilustrado).
- VIII — LUÍS D'ALINCOURT — Memória sobre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá — (Ilustr.)
- IX — RELATOS MONÇOEIROS — Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay — (Ilustrado).
- X — PEDRO TAQUES — As Minas de São Paulo — (Ilustrado).

TREZE volumes em belíssima apresentação gráfica e encadernados em percalina, com ferros especialmente desenhados e gravados a ouro de 23 quilates.

À venda pelo Departamento de Crédito da S. E. L. -
Soc. de Expansão do Livro Ltda. - Rua São Francisco, 77 - Tel. 34-3493 - São Paulo

Jockey Club de São Paulo



○ AMBULATÓRIO PRONTO SOCORRO

O Ambulatório Pronto-Socorro do Jockey Club de São Paulo foi iniciado em 1945, quando era presidente daquela entidade, o dr. Luiz Nazareno de Assumpção, que incumbiu o dr. Paulo da Silva Gordo de proceder aos estudos necessários para a sua instalação.

Concluídos esses, as obras foram iniciadas e na atual gestão do dr. Fábio da Silva Prado, deu-se a sua inauguração.

Funciona o Ambulatório Pronto-Socorro, atendendo aos profissionais e funcionários do Jockey Clube de São Paulo com suas suas famílias, abrangendo as clínicas-médicas, cirúrgica, obstétrica, pediátrica, otorino-laringológica, dentária, além de laboratório de análises e gabinete radiográfico.

Para o socorro aos profissionais acidentados em dias de corrida, dispõe o serviço médico de duas ambulâncias, que são colocadas ao longo da rãia, para ação imediata. Em caso de acidente é o jóquei recolhido e encaminhado ao ambulatório, preparado para ministrar um eficiente serviço de medicina de urgência.

Funciona também um serviço perfeito de hidro e fisioterapia, auxiliar imediato de controle na saúde dos jóqueis, aprendizes e alunos da Escola de aprendizes.

O controle é feito por exames clínicos semestrais, com as seguintes provas complementares — radiografia dos pulmões, coração e vasos da base; eletrocardiograma, exame de sangue, exame ocular e ficha biométrica.

Cada jóquei, de acordo com a sua ficha biométrica, é notificado do peso mínimo permitido para contrato de montaria e só poderá perder por meios fisioterápicos, sob prescrição e orientação do serviço médico.

Quanto ao público assistente, é ele atendido pelo médico plantão, em dias de corrida, o qual cuida não só dos acidentes ocorridos, como também de moléstias súbitas, estando o ambulatório aparelhado para qualquer emergência nêsse sentido.

Cumpra assim a diretoria do Jockey Club de São Paulo um dever de solidariedade humana, que é também um ponto alto no roteiro de realizações marcantes da atual administração.

Necessário se torna realçar as personalidades de destaque que constituem a vice-presidência e a comissão do serviço social do Jockey Club de São Paulo, os drs. Caio Sergio Paes de Barros, José Cerquinho Assumpção, Mariano Procópio e Ulisses Paes de Barros, que tornaram possível, com o concurso de suas dedicações e capacidades, fôsse convertido em realidade o projeto de organização do Ambulatório.

O crêdo desta comunidade é a medicina social no seu mais amplo sentido, como a desejava o mestre Miguel Couto, cuja vida foi um admirável equilíbrio entre a bondade e o conhecimento.

Caixa Econômica Federal

DE SÃO PAULO

JUROS DE DEPÓSITOS

O Conselho Administrativo torna público que serão pagas pelos DEPÓSITOS em sua MATRIZ e AGÊNCIAS, a partir de 1.º de janeiro de 1954, as seguintes taxas de juros:

DEPÓSITOS A VISTA:

POPULARES	TAXA ANUAL
até o limite de Cr\$ 100.000,00	
capitalizados semestralmente	5%
SEM LIMITE	
capitalizados semestralmente	3%

DEPÓSITOS A PRAZO:

SEM LIMITE:	TAXA ANUAL
prazo mínimo de (6) seis meses	6%
AVISO PRÉVIO	
SEM LIMITE:	
aviso superior a noventa (90) dias	6%

* ★ *

NOVOS HORARIOS :

A fim de facilitar o atendimento do Público, ficam aumentadas as horas de expediente no DEPARTAMENTO DE DEPÓSITOS, da seguinte forma:

SEDE MATRIZ — Praça da Sé n.º 111

AGÊNCIA DO BRÁS — Avenida Rangel Pestana, 2066
das 9,00 às 17 horas

AGÊNCIA «24 DE MAIO» — R. 24 de Maio, 207, fundos
das 9,00 às 22 horas

Progressivamente, serão estendidas essas facilidades de horário às demais Agências desta Capital, da Caixa Econômica Federal de São Paulo.

p. Conselho Administrativo
ARTHUR ANTUNES MACIEL
Presidente

PAULISTANIA

DOCUMENTARIO

Número especial comemorativo do IV Centenário da cidade de São Paulo

N.º 50

JANEIRO-JUNHO

1954

SUMÁRIO:

CAPA — Alegoria à cidade de São Paulo. (Gentileza do Colchão de Molas Brasil, através da revista "Vigilância").

1554-1954 — Fundação de São Paulo	Pág. 5
A dedicatória deste Número	" 7
A Poeira do Tempo	" 8
Como surgiu São Paulo de Piratininga	" 9
O movimento literário em São Paulo na Colônia do Império	" 13
Urbanização antiga	" 16
"Acalanto de Bartira" (Poema de Guilherme de Almeida) ..	" 18
Padre Manoel de Paiva	" 24
Desenhos de Jéan Eckschmidt	" 26
Solar dos Prados	" 28
Inauguração do Teatro Municipal	" 30
Pátio do Colégio	" 33
Evolução dos transportes na Paulicéia	" 37
SÃO PAULO DE ONTEM, SÃO PAULO DE HOJE — Portfólio	
de fotografias	" 41
O Largo da Sé	" 42
O tradicional Largo do Piques	" 44
A Rua Direita	" 46
Panoramas de São Paulo	" 48
Rua 15 de Novembro	" 50
Viaduto do Chá	" 52
Anhangabaú	" 54
Rua do Quartel — Café Girondino	" 56
Documentação Histórica da Faculdade de Medicina de São	
Paulo	" 57
Primórdios da Vila de Piratininga	" 62
SÃO PAULO DE ONTEM, SÃO PAULO DE HOJE, Portfólio	
de fotografias	" 65
A Ladeira de São João	" 66
Vistas aéreas de São Paulo de 1933 e de 1954	" 67
Praça da República 1920 e 1952 — Anhangabaú de	
1922-1954	" 58
Os arquitetos paulistanos não perdem tempo	" 70
O Clube Piratininga	" 73
O romance de índia Teberê, a filha de Tibiriçá	" 81
O "polígono" do Mercado	" 84
O roubo da Cruz Preta	" 86
Tradições e reminiscências da Faculdade de Direito	" 88
Desenvolvimento demográfico de São Paulo	" 92

Redação e Administração:

Rua Formosa, 367

26.º andar — São Paulo

Caixa Postal, 2109 — Tel. 32-4284

Diretor:

João Andrade de Souza

Redatores:

Paulo Camilher Florençano — Lima Neto

Tôda a correspondência para «PAULISTÂNIA», deve ser dirigida para a Rua Formosa, 367, 26.º andar (Edifício C. B. I.) - São Paulo

CLUBE PIRATININGA

(Fundado em 16-12-1934)

ATIVIDADES SOCIAIS

Conferências

Horas de Arte

Saraus Dansantes

Excursões Turísticas

Torneios de Bridge

Xadrez

Jógos de Salão

Biblioteca especializada em assuntos paulistas



Condições para novos sócios

Jóia Cr\$ 3.000,00

Mensalidades .. Cr\$ 30,00 e Cr\$ 60,00

Carteira Social Cr\$ 20,00



EXERCÍCIO DE 1953

Presidente do Conselho Supremo
Dr. Edmur de Andrade Nunes Pe-
reira

Presidente
Sr. João Andrade de Souza

1.º Vice Presidente
Sr. José Alves do Amaral

2.º Vice Prseidente
Dr. Arminão Lacerda Guarani

Secretário Geral
Dr. Rubens Ferreira da Silva

1.º Secretário
Sr. Cid Ferreira de Camargo

2.º Secretário
Sr. José Leandro de Barros Pimen-
tel

Tesoureiro
Dr. Jayro Brandão

2.º Tesoureiro
Sr. Manoel de Aguiar Vallim Filho

1.º Diretor de Sede
Dr. Lima Neto

2.º Diretor de Sede
Sr. Ruy Ferreira Guimarães



Séde: Rua Formosa, 367
26.º andar - Caixa Postal, 2.109
Telefones: 32-4284 e 32-9855
— S ã o P a u l o —

PAULISTANIA

JANEIRO - JUNHO - 1954

DOCUMENTÁRIO

NÚMERO 50



25 de janeiro de 1554.

O céu é azul; a manhã que nasce é uma glória!

Aqui, diante de nós, o rancho — que seria o Templo, a Escola, a Enfermaria

— o rancho que está, todo êle, cheiroso ainda de sapé recente.

Á frente, no terreiro capinado, alteia-se a cruz robusta e alta, que o Padre Antonio Nogueira afeiçoara de uma canjerana escura.

A esquerda, lá para as bandas do que seria São Bento, a ocara de Tibiriçá.

Para traz do rancho, a ribanceira que dava para a várzea, e em meio à várzea o Tamanduateí, engrossado pelas últimas chuvas.

Que saudades o Tamanduateí deverá ter do velho tempo, em que era senhor do seu destino, hoje que êle se vê torturado no seu curso, sofisticado na sua finalidade, burocratizado nos seus injustos limites de cimento!

Ser livre! Ser como os outros rios! Ter independência! Ter o humano direito de uma rebelião e a fecunda ênfase de um transbordamento!

Espraiar-se...

Espraiar-se...

*

* *

A Missa já começou. Celebra-A o Padre Manoel de Paiva.

A natureza inteira glorifica o cenário.

Lá no alto, pelo céu claro, passa, numa alacridade, uma revoada de maracanãs, como se fora uma mensagem viva e verde de esperança.

O sacerdote abençoa o chão em que nascia um mundo.

Missa est!

E o sol da manhã recém-nascida, esbatendo-se na Cruz alta e robusta, faz alongar a sombra Dela, longa e longa pelo terreiro afóra.

Era bem a imagem do destino de São Paulo, a projetar pela Pátria a dentro, os braços abertos da sua Cruz, para o abraço fraterno da acolhida e da Fé.

E do perdão também...

*

* *

São Paulo não nos emprestou apenas o seu nome. Plasmou no Planalto o seu próprio gênio.

Nossa Terra é como que a biografia do Santo.

Paulo de Tarso, «o Doutor da Graça e da Liberdade» era operário. Era tecelão, de mãos calosas. Através do seu tear viveu do Trabalho, que êle considerava «o preço da Liberdade» e urdiu a Fé, que êle definia, como a divina «substância das coisas que se esperam».

Que é São Paulo de Piratininga senão uma imensa Oficina?

Que é o Paulista senão o grande operário de todos os dias, a urdir também, a tecer sempre, com o suor do seu rosto, o luminoso destino de uma Pátria Comum?

*

* *

A Ti, Terra Paulista, gloriosa e amada!

*A Ti, heróico São Paulo!
A Ti, ao altar dos teus quatro séculos,
a oferenda votiva e filial dos nossos
Corações.*

Religiosamente.



PAINEL ALEGÓRICO DA EVOLUÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO
(Executado pelo pintor Dario Mecati, para o Banco da América)

A Dedicatória deste Número

O CLUBE PIRATININGA — trincheira remanescente dos ideais da Revolução Constitucionalista de 1932 — jubilosamente participa das comemorações que assinalam a passagem do IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO, dedicando a todos os seus cidadãos — Paulistas de nascimento e Paulistas de coração — êste número especial da revista «PAULISTÂNIA», documentário da cultura e opulência da Terra Bandeirante.

Mês de junho, ANO DO IV CENTENÁRIO
DA CIDADE DE SÃO PAULO.

JOÃO ANDRADE DE SOUZA

Presidente do Clube Piratininga e Diretor de "Paulistânia"





Aspectos da Vida Paulista de Antanho

RUI AMARO

ESCRAVOS ÍNDIOS E ESCRAVOS PRETOS — Nos primeiros tempos da colonização só havia em São Paulo, como aliás em todo o Brasil, escravos índios. Desde cedo, porém, a pouca docilidade do aborígene, como também sua instabilidade, pois se tratava de gente habituada à vida livre e nômade, tornaram muito mais desejáveis os escravos africanos, mais dóceis e estáveis e, também, mais fáceis de arrementar.

Abolida oficialmente a escravização inicial do índio, a importação de pretos mereceu frequentes e minuciosos cuidados dos administradores lusitanos, de aquém e de além mar. Em 1711 uma carta régia estabelecia o tributo de 6\$000 para cada africano trazido de Angola, sendo de 3\$000 a taxa cobrada sobre os vindos da Costa da Mina. Por essa época, em São Paulo, os negociantes de escravos contribuíam com 1\$000 para cada cativo vendido ou comprado.

NOMES USADOS PELAS PAULISTANAS DE ANTANHO

— Os nomes femininos usados na Paulicéia do século XVIII têm especial sabor, devendo naquele tempo ser considerados bem expressivos, embora nos pareçam um tanto ou quanto extravagantes, com se vê da seguinte lista, na qual só figura um nome, cuja inicial corresponde a cada letra do alfabeto:

Amatildes, Beliata, Coleta, Damásia, Estolana, Frutuosa, Gracia, Justa, Lucidora, Mexia, Nistarda, Onistalda, Porcina, Querubina, Rudezinha, Simôa, Teodósia, Urbana e Verônia.

Interessante é que muitas escravas tinham os nomes de Liberta e Liberata, chamando-se Clara ou Branca muita preta retinta...

RECRUTAMENTO PARA A GUERRA DO PARAGUAI

— No século passado os paulistas não eram amigos do serviço militar regular, de péssima fama, quanto aos maus tratos recebidos pelos soldados, sempre mal pagos e quase sempre pagos com grande atraso. Daí a dificuldade de se obter voluntários para a guerra do Paraguai, o que determinou violentas medidas do presidente de São Paulo, o alagoano José Tavares Bastos, que assumiu o governo em novembro de 1866, quando o conflito ainda parecia favorável aos paraguaios. Sob pretexto de passar em revista a Guarda Nacional, conseguiu reunir grande massa de homens no antigo Quartel de Linha e, mandando fechar todas as portas da caserna, obteve boa quantidade de «voluntários de pau e corda», como se dizia expressivamente na época.

Devido a isso, quando chegou a Semana Santa de 1867 muitos homens «recrutáveis» que até ela andavam escondidos, disfarçaram-se de mulher e, difíceis de reconhecer, puderam escapar à sanha das patrulhas recrutadas que com insistência percorriam a cidade.

UMA INAUGURAÇÃO DESASTRADA — Os trabalhos de construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí começaram em 1860, mas só cinco anos depois chegavam a São Paulo, partidos de Santos, os trilhos dessa ferrovia.

Um trem de materiais devia, então, ir da Mooca à estação da Luz, mas, a instâncias da Câmara Municipal, recebeu na Mooca mais de cem pessoas, que nele queriam ir à Luz, assistir à bênção de duas locomotivas, que iam ter os nomes de «Mauá» e «Ipiranga». O comboio chegara de Santos às 12 horas, rebocado pelas duas locomotivas e ia percorrer o pequeno

trajeto quando, inesperadamente, tombou. Como consequência do desastre morreu o maquinista, no momento e, pouco depois, um músico. Houve muitos feridos, entre eles pessoas de grande importância, como o barão de Itapetininga, o padre Pires da Mota, o presidente da Câmara Municipal e os conselheiros Ramalho e Brotero.

Para receber os viajantes do trem fatídico tinha sido preparado, no Jardim Público, um grande banquete que, naturalmente, deixou de ser realizado. Pois bem. No dia seguinte foram encontrados no jardim, que permanecera aberto, todos os preparativos do banquete, o que faz supor que naqueles tempos ou o policiamento era excelente ou o público integralmente honesto...

ILUMINAÇÃO A GAS NA PAULICÉIA

— Faz agora cem anos, exatamente, pois foi em 1854, que o Rio de Janeiro teve iluminação a gás, grande progresso da época, introduzido no Brasil pelo barão de Mauá.

Na cidade de São Paulo, entretanto, esse tipo de iluminação, conquanto projetado desde 1861, só foi inaugurado em 1872, quando das festas, realizadas na capital paulista, por ocasião do regresso de D. Pedro II ao Rio de Janeiro. Pela primeira vez foram acesos todos os lampiões a gás da cidade, cessando então, de vez, a iluminação por meio de azeite.

INAUGURAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DA CAPITAL

— As atividades de construção do Teatro Municipal de São Paulo, obra do saudoso Ramos de Azevedo, foram iniciados em 1903, mas só em 1911 ficaram concluídos. E a inauguração ocorreu em 11 de setembro, com a primeira recita de uma companhia lírica italiana que trazia como uma das suas principais figuras o notável barítono Tita Ruffo, protagonista da ópera «Hamlet», com a qual se deu a estréia. Regeu a orquestra o maestro Vitale, vindo do Teatro Scala, de Milão, especialmente para esse fim.

Parte da imprensa da época lamentou que para a inauguração do nosso principal teatro, agora em fase final de reformas fundamentais, não tivesse sido escolhida a peça «Guarani», de Carlos Gomes. Nada se opõe, aliás, que para a «segunda inauguração», a ocorrer dentro em breve, seja feita justiça ao grande compositor brasileiro, devendo-se notar que já agora o libreto do «Guarani» está traduzido, e bem traduzido, do italiano para o português.

VICENTE DE CARVALHO, «SALVADOR DAS PRAIAS DE SANTOS

— Em 1921, um grupo de negociantes, fortemente apadrinhados por políticos, esteve a ponto de obter do governo federal, toda a extensa faixa litorânea de Santos, Ponta da Praia até São Vicente, para um trabalho de urbanização que devia enriquecê-lo rápida e vultosamente.

Foi quando Eptácio Pessoa, então presidente da República, teve de visitar Santos, em função oficial. No dia da sua chegada àquela cidade, o grande escritor Vicente de Carvalho publicou em «A Tribuna», de Santos, uma carta-aberta ao presidente, denunciando a manobra e sugerindo que, se as praias, como terreno de marinha, podiam ser aforadas, que então o fôssem à municipalidade local, que as conservaria.

Eptácio Pessoa leu a carta-aberta e atendeu ao pedido, aliás há poucos anos renovado, mas também gorado.

PROF ATALIBA NOGUEIRA

Como surgiu São Paulo de Piratininga

(Excerpto do discurso proferido na sessão solene de encerramento do II Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, realizada no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo).



MARTIM AFONSO DE SOUSA, fidalgo da Casa Real e do Conselho de D. João III. (Quadro de Benedito Calixto).

Há mais de quatrocentos anos, o forte capitão Martim Afonso de Sousa, fidalgo da casa real e do conselho de sua majestade el-rei D. João III, foi despachado para as terras do Brasil, a fim de iniciar a colonização regular e fundar nova província de Portugal. Agia Sua Majestade como grão-mestre da ordem de Cristo, sob cuja responsabilidade foram feitos, o descobrimento e a conquista.

Depois da frota atravessar o mar largo, passou a percorrer vários portos desta banda das Índias, trazendo quatrocentos homens, entre marinheiros, fidalgos, soldados, agricultores, mestres e oficiais de várias artes, além do padre Gonçalo Monteiro, futuro pároco da vila a ser criada e substituto legal do grão-capitão. Afóra armas e utensílios, traziam para a terra novas sementes de plantas européias.

Desceu a costa até que, aos 22 de Janeiro de 1532, festa do mártir S. Vicente desembarcaram todos na baía que passou a ter o mesmo nome. Fundou a vila de S. Vicente primeira povoação e ao mesmo tempo primeira capital do Brasil.

Martim Afonso trazia consigo três cartas régias datadas de 20 de Novembro de 1530 e que constituem a primeira ordenação jurídica do Brasil, ou seja, a sua primeira constituição política. Encontrou na terra dois portugueses, nela já maiorais e que grandemente o auxiliaram no desempenho

das suas funções: Antonio Rodrigues, no litoral, casado com uma filha de Piquerobí, cacique dos tupiniquins, e João Ramalho, no planalto de Piratininga, genro de Tibiriçá, cacique dos guaianazes.

Com o correr do tempo, João Ramalho recebe a carta-patente de capitão-mór do campo, não só pelos serviços prestados no litoral, como ainda pelos que dispensou nos dois aldeamentos fundados por êle e por Tibiriçá, no planalto, o mais novo dos quais, o de Santo André, na borda do campo.

Por esta época, haviam chegado ao Brasil, juntamente com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa os beneméritos padres jesuítas, parte dos quais após assis-

tirem a fundação da cidade do Salvador, em 1549, se dirigem para o sul, entregando-se aí à catequese do índio. Logo se encontram na Capitania de S. Vicente, em que, além da vila, já se erguiam as povoações do porto de Santos, Itanhaem e Santo André da Borda do Campo.

Leiamos num dos historiadores da capitania de S. Vicente, o relato da fundação de S. Paulo, principiando pela descrição da terra: "Em cima da serra de Paranapiacaba e em baixo do trópico austral, pouco mais ou menos, demora um país delicioso, a que os portugueses, no princípio, davam o nome de Campo, por distinção das terras de beira-mar, que acharam coberta de arvoredo mui alto, quando aqui chegaram,

A FROTA DE MARTIM AFONSO NO PORTO DAS NAUS (S. Vicente). (Quadro de Benedito Calixto).





DESEMBARQUE DE MARTIM AFONSO DE SOUSA EM S. VICENTE (22 de Janeiro de 1532)
(Quadro de Benedito Calixto)

e por isso, diferentes daquelas mais vizinhas de S. Paulo, as quais, sem artifício, não produzem árvores altas, senão em pequenos bosques, distantes uns dos outros e dispersos por tôda a campanha, a qual é um terreno desigual, cuja produção espontânea e mais ordinária consiste em feno e arbustos rasteiros; capões de mato chamam no Brasil aos tais pequenos bosques.

"Pelo dito Campo dos antigos faz seu curso um rio famoso, a que os títulos e cartas mais velhas dão o nome de rio Grande, o de Anhembi as sesmarias concedidas no princípio do século passado; e, hoje, todos vulgarmente o de Tietê. Nele faz confluência um ribeiro, a que os índios da terra intitulavam Piratininga ou Piratinin, como acho escrito em alguns documentos antigos .

"Em uma das margens do tal ribeiro estava situada uma aldeia, cujo nome era Piratininga, onde residia Tibiriçá, soberano dos guaianases: ela tomou o nome do ribeiro, o qual se comunicou a todo o país e este se chamou Campos de Piratininga. (Frei Gaspar da Madre de Deus, "Memórias para a história de São Vicente", 3.^a edic. anot. por Taunay, pág. 215).

"Muito depois de fundada a povoação de Santo André, deram princípio à de São Paulo os padres da Companhia .

Em Novembro de 1549, o padre Manuel da Nóbrega mandou para São Vicente o padre Leonardo Nunes, o qual, depois de exercitar na vila as funções próprias do seu ministério e de ali dar princípio ao segundo colégio, que teve a Companhia no Brasil, passou à aldeia de Piratininga, onde conseguiu que muitos índios lhe confiassem os seus filhos para os doutrinar entre os brancos, e com estes meninos formou um seminário junto ao colégio de São Vicente.

Achava-se de visita nesta casa o referido padre Nóbrega, quando recebeu a patente, em que Santo Inácio de Loiola o criou provincial da nova província brasileira, e a sua primeira ação memorável, depois de constituído nesta dignidade, foi ordenar que o colégio se mudasse da vila para o campo, conservando-se, porém, em São Vicente a casa antiga, onde só habitavam os religiosos necessários para darem o alimento espiritual aos cristãos da marinha".

"Em consequência dessa resolução, entraram os padres na escolha do sítio conveniente para fundarem no campo o seu novo colégio. Segundo relata, em carta, o próprio Manuel da Nóbrega, êle provincial fez a escolha. "Não agradando a povoação de Santo André, nem a aldeia de Piratininga, escolheram um lugar eminente entre o rio Tamanduteí e o ribeiro Anhangabaú, três léguas afastado da dita povoação.

Para mais comodamente poderem instruir os neófitos, aconselharam a Martim Afonso, Tibiriçá e a Caiubi, senhor de Geribatiba, já muito velho, que transferissem as suas residências para junto do colégio futuro. Conformaram-se ambos com a vontade dos padres e Tibiriçá veio levantar as suas casas onde hoje está o mosteiro de São Bento; por êle aqui morar chamavam os antigos rua de Martim Afonso à que agora se denomina de São Bento.

Seguiram os vassallos de Tibiriçá o exemplo do seu príncipe e fundaram nova aldeia, no terreno que agora ocupa a cidade de São Paulo, desertando a outra de Piratininga, habitação antiga dos seus pais e avós".

"No mesmo tempo, subiram a serra treze ou catorze jesuítas, governados pelo padre Manuel de Paiva, muitos dos quais chegados com o novo governador geral Duarte da Costa, nesse mesmo ano

de 1553, e foram abrir os alicerces da sua nova casa. Com a ajuda de Martim Afonso e Tibiriçá, fabricaram um limitado aposento e, contíguo a êle, uma igreja". Dentre outros, compunham o grupo de jesuítas os padres Manuel de Paiva e Afonso Braz e o noviço, irmão José de Anchieta, de apenas vinte anos de idade".

O padre Afonso Braz dirigiu a construção da igreja e da primeira habitação, ambas muito rudimentares. José de Anchieta, com extrema facilidade, aprendera a língua da terra e, por estas e outras qualidades, teve larga ascendência na organização dos serviços e no ensino dos índios. *Com solenidade, inaugurou-se o colégio aos 25 de Janeiro de 1554, festa de São Paulo, apóstolo.*

Consistiu o ato inaugural na celebração da santa missa pelo superior, o padre Manuel de Paiva.

Tudo ali era rude e áspera a vida que levavam. Em carta a Santo Inácio de Loiola, dessas que periódicamente cada residência de jesuítas é obrigada a enviar ao padre geral. José de Anchieta, encarregado da sua redação, faz a descrição do colégio, construído ao lado da igreja e que tão famoso ficaria na história da cidade e do Estado de São Paulo, na história do Brasil e na da própria Companhia de Jesus. Saliente-se que, em nenhum país do mundo, a gloriosa sociedade tanto influiu na formação histórica de uma nacionalidade, como no Brasil.

Mas, ouçamos a descrição de Anchieta: "Desde Janeiro até agora estamos, sendo algumas vezes vinte pessoas, em uma casa feita de barro e paus, coberta de palha, a qual terá de comprimento quatorze passos e dez de largo, que nos serve de escola, dormitório, refeitório, enfermaria, cozinha e dispensa. E, como recordar-nos que nosso senhor Jesus Cristo nasceu em presepe, entre



MARTIM AFONSO ENCONTRA JOÃO RAMALHO — Porto de Piassaguera. (Quadro de Benedito Calixto).

dois animais e morreu em outro lugar mais estrito, estamos muito contentes nela e muitas vezes lemos a lição de gramática no campo”.

Vê-se bem que a fábrica não correspondia ao nome: colégio era apenas a instituição jurídica; o mais, simples rancho. Muito pior ainda, mais de acôrdo com a alimentação escassa, larga teoria de sofrimentos, inclusive o frio e a fome.

Realça-se logo, mais e mais, a figura desse jovem José de Anchieta, que desde o começo se torna o maior catequista. Na língua da terra escreve diálogos para o aprendizado dos catecúmenos, com ensino ameno das verdades da fé. Em português e em tupi, improvisa cantos de suave melodia, redige e leva à cena peças de motivos religiosos. Aos mais adiantados ensina o latim e até para os padres, no idioma dos índios, reúne certo número de perguntas e respostas para facilitar a ação dos confessores.

Ainda em carta ao padre geral, vai descrevendo os seus misteres: “Sirvo de médico e de barbeiro, medicando e sangrando os índios, e alguns se restabeleceram com os meus cuidados, quando já se não contava com as suas vidas, tendo outros morridos da mesma enfermidade. Além destes empregos, aprendi outra profissão que a necessidade me ensinou: a de fazer alpercatas; sou agora bom obreiro neste ofício e muitas tenho feito para os irmãos, pois com sa-

patos de couro não se pode viajar nestes desertos”.

Os cordões para as alpercatas, explica certo historiador, faziam-se de uma espécie de cardo bravo, que era mistér preparar para o efeito e que também servia para as disciplinas que, tôdas as sexta-feiras, se aplicavam aos rapazes, aos quais se ensinava a necessidade de mortificar a carne. Para sangrar não tinha o irmão José outro instrumento além de um caniveto de aparar penas (Padre Rafael Galanti).

Lamentavelmente se perdeu a carta quadrimestral correspondente ao período de Janeiro a Abril, onde as informações de Anchieta por certo haveriam de ser curiosas a respeito da catequese e da formação dos futuros jesuitas, pois ambos eram os objetivos do colégio de São Paulo de Piratininga.

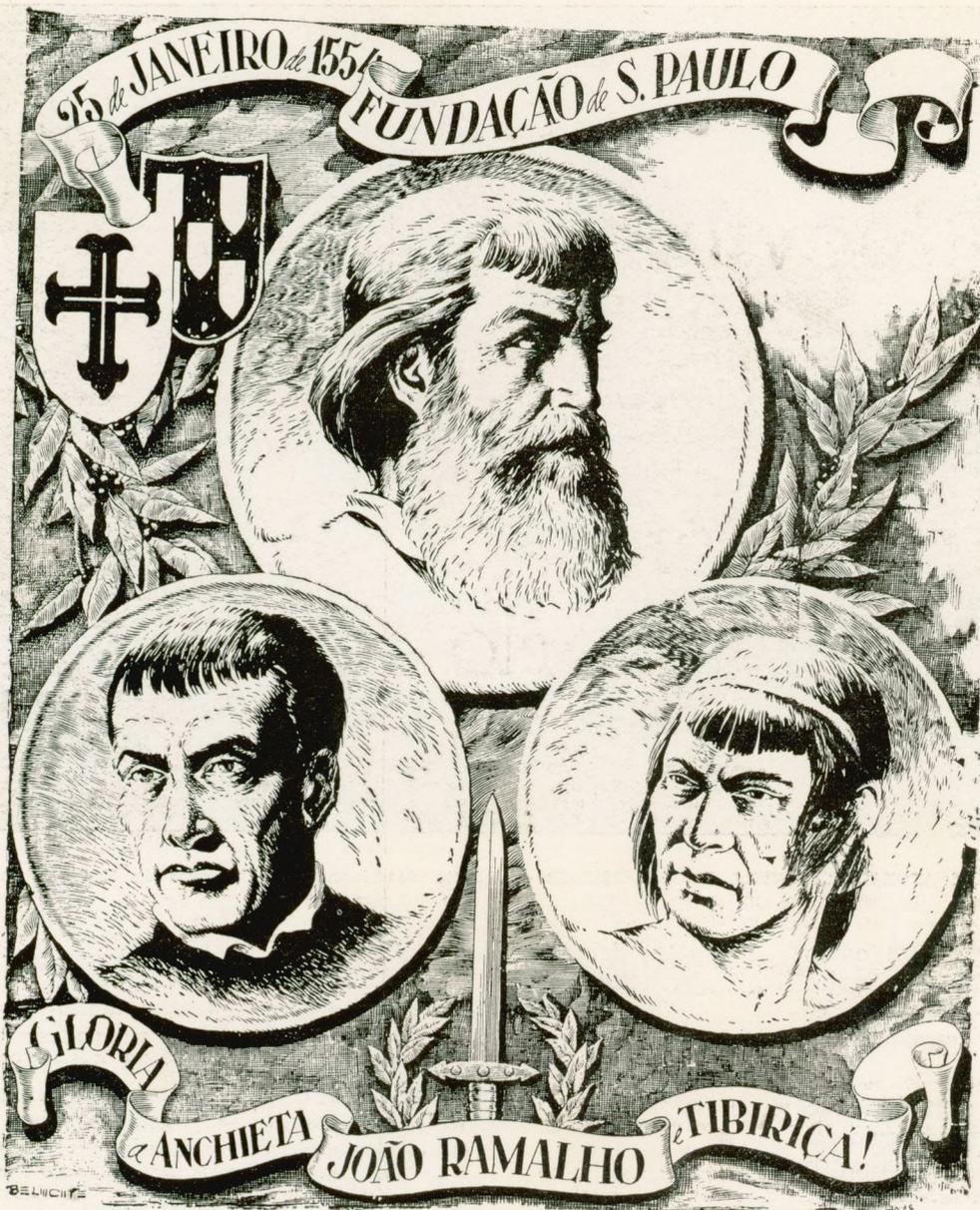
Era o frio fortíssimo e o historiador Afonso de Taunay comenta: “Não este frio hoje reinante, penetrado de humidade, após o desflorestamento de milhões de hectares do planalto, mas o que convinha aos trigais, opulentos e sem ferrugem, de antanho”.

“Em tantas estreitezas nos achamos na verdade colocados, que é muitas vezes necessário aos irmãos explicarem a lição de gramática no campo, e como ordinariamente o frio nos incomoda da parte de fóra e dentro de casa o fumo, preferimos sofrer o incômodo frio de fóra do que o do fumo de dentro. Já os meninos que frequentam a escola, cujo

ânimo não se abala expostos ao vento e ao frio, agora também aquecendo-se ao calor da fogueira, em paupérrima e antiquíssima porém de certo feliz cabanazinha, vemos que se aplicam a lição”. E’ ainda Anchieta a afirmar que a miude acontecia os missionários “não poderem dormir de frio nos matos, por falta de roupas e de fogo, porque nem calça nem sapatos havia, e assim andavamos pernas queimadas das geadas e chuvas muito e mui grossas e contínuas, gastando-se grande parte da noite a enxugar a roupa ao fogo, sem haver outra que mudar”.

Tôda esta vida de sacrifício e de mortificação, tôda essa sucessão de fatos heróicos, todo este zelo e anseio de converter o gentio, de mante-lo na fé de elevá-la à prática das virtudes cristãs, tudo isto calava fundo na alma, embora inconstante do índio, cuja admiração pelos padres foi devêras sincera e impressionante. A roupeta do jesuita era estimada e querida. Dentre todos, porém, pelo alto grau de santidade e pelo zelo desmedido com que a todos servia, nas mais várias situações, sobressaiu o vulto admirável do irmão José de Anchieta, que acima de todos ficou vinculado à fundação da cidade.

Já recordamos sua posição modesta de ainda simples postulante; já lhe assinalámos o lugar devido na hierarquia, cujo cimo é ocupado pelas grandes figuras dos notáveis padres Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes e M-



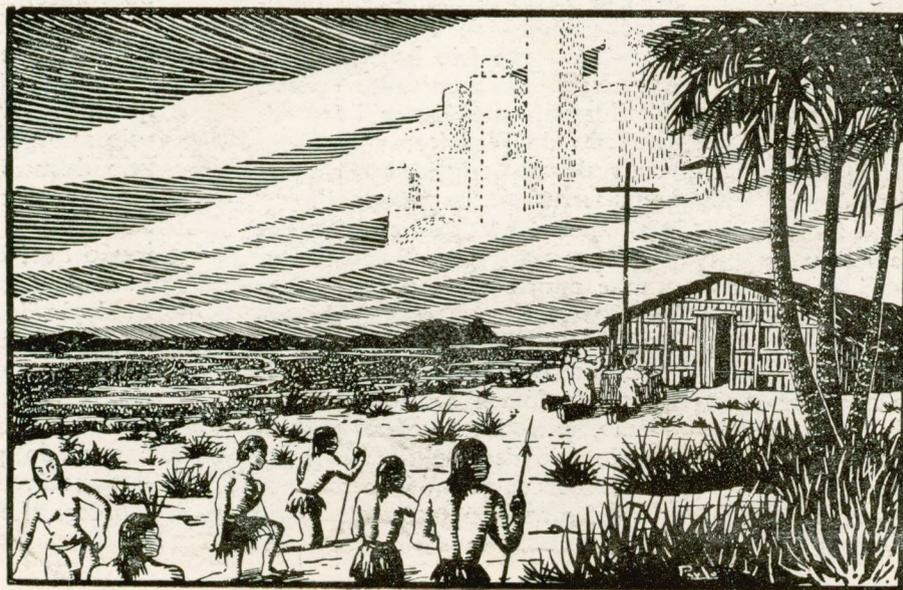
nuel de Paiva, o provincial do Brasil e o superior do colégio São Paulo de Piratininga, já dissemos que outros o precederam no conhecimento do campo dos guaianases, onde, aliás, Anchieta era recém-chegado. Entretanto, desde o início, o irmão José e o grande nome da nova Piratininga, querido dos índios, estimado dos portugueses e mamelucos, amado dos seus irmãos da Companhia.

De tal sorte cresceu historicamente o seu vulto, que o irmão José só foi suplantado pelo padre José, em Piratininga como em alhures, em tãda a vastidão do território brasileiro.

Branco, índio e mameluco chamavam-no nosso pai; *apóstolo do Brasil*, sol da América, luz da gentilidade, honra da Companhia, glória de seus irmãos, exemplo de missionários, são expres-

sões que a seu respeito colheu Afonso de Taunay, na obra biográfica de Simão de Vasconcelos; servo de Nossa Senhora, diz o bispo d. Pedrão Leitão; taumaturgo do novo mundo, é como o trata o historiador protestante Roberto Southey.

A causa de sua beatificação foi introduzida, corre o processo e para a igreja já é o venerável padre José de Anchieta.



Aureliano Leite

O Movimento Literário de São Paulo na Colônia e no Império



«ANCHIETA E O CURUMIM» (Escultura de Ricardo Cipicchia) — Segundo Silvio Romero e João Ribeiro, — «o movimento literário do Brasil do século XVI deve girar em torno de José de Anchieta».

Silvio Romero e João Ribeiro, no seu «Compêndio de História da Literatura Brasileira», lançaram um conceito inamovível: «O movimento literário do Brasil do Século XVI deve girar em torno de José de Anchieta». Terra de adoção do imortal canarino, parente de Santo Inácio, na maior parte da sua vida ativa, São Paulo no entanto atrasou-se de muito das suas irmãs, no aspecto da cultura literária.

Não me preocupo agora com as causas, assinalo apenas o fenómeno.

Pode-se dizer, sem receio de erro, que, só depois de receber o seu Curso Jurídico do Largo de São Francisco, a Província conquistou um lugar espiritual de relevo no confronto das outras unidades do Império.

E' não esquecer-se que, já no Século XVII, grassava na Bahia uma intensa actividade literária (Escola Baiana), em torno

do terrível Gregório de Matos Geurra, a quem os mesmos autores citados conferem o título de fundador da nossa literatura, sob argumentos em que ressalta o de haver el nascido no Brasil. E na segunda metade do século XVIII, floresceu a chamada Escola Mineira, já superior à Baiana, onde figurava, entre vários outros, a plêiade poética da Conjunção Mineira, com Tomás Gonzaga, Cláudio da Costa e Alvarenga Peixoto.

Mas, não só isso. Em Salvador, na Bahia, em 1724, um grupo de intelectuais antecipa-se à Academia Real das Ciências de Lisboa, que só se iniciaria em 1774, e funda a **Academia dos Esquecidos**, à qual sucede a **Academia dos Renascidos**. No Rio de Janeiro, abrem-se, sucessivamente, de 1736 a 1780, a **Academia dos Felizes**, a **Academia dos Selectos** e a **Sociedade Literária**. Da última data, ou de pouco antes, foi a mais célebre e fecunda da Colônia, a **Arcádia Ultramarina**.

«PEDRO TAQUES NA CELA DE FREI GASPAR» — (Reconstituição sob orientação do dr. Afonso E. de Taunay) Entre os homens de letras que a Capitania produziu (século XVIII), ocupa proeminente lugar, Pedro Taques de Almeida Paes Leme.





A IGREJA E O COLÉGIO DOS JESUITAS (segundo o desenho que ilustra o livro do barão de Tchuddi «Viagem às Províncias do R'io de Janeiro e São Paulo») — Na igreja do Colégio à 25 de agosto de 1770 realizou-se uma tertúlia, sarau litero-religioso, que o historiador Afonso de E. Taunay considera a primeira academia de letras de São Paulo.

Enquanto isso, não há notícia na Capitania de São Paulo de uma só entidade literária.

A «Academia», que o conspícuo sr. Afonso de Taunay considera a primeira Academia de Letras de São Paulo, de que possui um esplêndido códice o ilustre sr. J. F. de Almeida Prado, não passou de uma tertúlia, um sarau litero-religioso, durante a noite de 25 de agosto de 1770, na Igreja do Colégio, em louvor da Senhora Sant'Ana, e em torno da pessoa do Morgado de Mateus.

Os homens de letras que a Capitania produziu contemporaneamente — Matias Aires e sua irmã Da. Teresa Margarida, Frei Gaspar, Pedro Taques, Diogo Ordonhez, e, bem antes disso, nos séculos XVI e XVII, o discutido Padre Manuel de Moraes, cronista de coisas incertas, Pedro de Moraes Madureira, e o hipotético Diogo Grasson Tinoco (julgam alguns tratar-se de um anagrama), autor daquelas estâncias sobre o **Descobrimto das Esmeraldas**, inspiradoras, porventura, de Olavo Bilac — todos eles, exceto Taques e Frei Gaspar, viveram separados, ignorados, sem marcar para a Capitania a época em que viveram.

Esse Pedro de Moraes Madureira, entre os demais citados, foi juiz ordinário da Vila de São Paulo, em 1638, e mais célebre se fez como sertanista e guerreiro.

Só depois de nossa independência, com a instalação do Curso Jurídico no Convento do Largo de São Francisco, antecedido pelo órgão da imprensa — **Farol Paulistano**, de Costa Carvalho e Azevedo Marques, a já Província emergiu para maior cultura que lhe traria o gosto da literatura e das entidades do gênero.

Torna-se logo digna de menção a **Sociedade Filomatica** aos 1833, de lentes e alunos de direito, destacando-se entre aqueles o baiano Carlos Carneiro de Campos, e, entre estes, os acadêmicos J. Inácio Silveira da Mota e Francisco Belisário Ribeiro.

Alguns anos depois, em 1845, começava a funcionar, assombrando e escandalizando a capitalzinha de pouco mais de vinte mil habitantes, a metade moradora no campo, a **Sociedade Epicureia**, onde procuravam imitar a Byron os estudantes

Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, o depois Barão de Paranapiacaba e o genial Alvares de Azevedo. Prende-se a essa lendária sociedade a chamada por Silvío Romero **Primeira Escola Paulista de Poesia**, período romântico da literatura brasileira, que se estenderia até 1870.

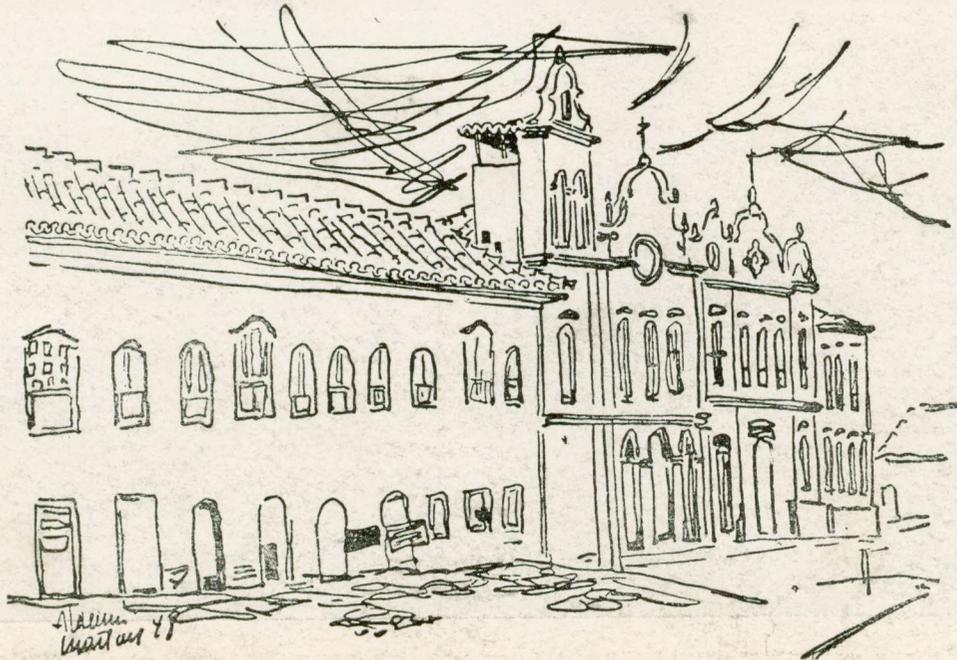
Não posso afirmar seja a «Sociedade Acadêmica», instalada em 9 de maio de 1850, num dos sombrios salões dos baixos do velho Convento de São Francisco, orando no ato Alvares de Azevedo, a mesma «Epicureia», de 1845.

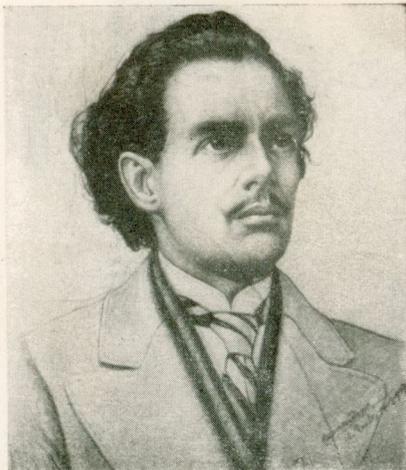
Em 1859, três associações de categoria vicejavam na Capital: «a **Arcádia Paulistana**, sob a presidência honorária de Martim Francisco (2.º); o **Ateneu Paulistano**, sob a presidência honorária do professor João da Silva Carrão, por último, senador imperial; e o **Ensáio Filosófico Paulistano**, sob a presidência honorária do professor Padre Amaral Gurgel e efetiva do acadêmico Lafayette Rodrigues Pereira, nas vésperas de deixar São Paulo para os altos vãos da ciência e da política.

Já no ano seguinte, brotava sob as arcadas franciscanas uma abundante safra de associações literárias de estudantes — o «Culto à Ciência», a «Ipiranga», o «Instituto Acadêmico», o «Amor à Ciência», o «Clube Científico», a «Guianá», e o «Recreio Instrutivo». Destas, o «Instituto Acadêmico» era presidido honorariamente por Amaral Gurgel, queridíssimo da mocidade. Pertenciam a ela os jovens Joaquim Nabuco, Teófilo Ottoni, Ferreira Viana, Pádua Fleury e outros, em geral, de fora da Província. O «Amor à Ciência», dirigido por José Tell Ferrão, agradava mais aos paulistas natos, dela fazendo parte Paulo Egídio, Frederico Abranches, Pedro Vicente de Azevedo, embora no seu quadro social figurassem também Cesário Alvim, Assis Drummond e outros moços das demais unidades do Império.

Sete ou oito anos após, vêm estudar em S. Paulo o poeta Castro Alves e o tribuno Ruy Barbosa. Ambos produziram ali trabalhos literários notáveis. Ruy pronunciou então o seu primeiro discurso político, festejando a célebre moção liberal, de José Bonifácio, o moço. Paulo Eiró é contemporaneamente o máximo poeta da terra. Como Alvares de Azevedo e Castro Alves, tombaria joveníssimo, dando razão às palavras de Camilo

A ACADEMIA DE DIREITO E A IGREJA DE SÃO FRANCISCO (Desenho de Aldemir Martins) Com a instalação dos cursos jurídicos no Convento do Largo de São Francisco, antecedido pelo órgão de imprensa — «Farol Paulistano» — a já Província emergiu para maior cultura que lhe traria o gosto da literatura e das entidades do gênero.





CASTRO ALVES (Retrato à carvão, de autoria do pintor Bernardino Souza Pereira) — Castro Alves, quando estudante da Academia de Direito de São Paulo, produziu trabalhos literários notáveis.



MARTIM FRANCISCO — Em 1859 vicejavam três associações literárias em São Paulo: o «Ensaio Filosófico Paulistano», o «Ateneu Paulistano» e a «Arcádia Paulistana», essa sob a presidência honorária de Martim Francisco.

Castelo Branco, no «Cancioneiro Alegre»: «um astro funesto alumia lugubrermente a sepultura dos modernos poetas brasileiros, arrebataados em flôr pelo ciclone da morte».

Mais um pouco para adiante, o movimento invadia o interior, destacando-se entre as cidades que tomavam gosto pelo cultivo da literatura, Campinas, Santos, Sorocaba, Itu, São Luís de Paraitinga, Cunha, Lorena, Bragança e, talvez, duas ou três mais.

Em Campinas, criou-se um «Gabinete de Leitura», dirigido por Francisco Quirino dos Santos. O curioso é que Campos Sales, escrevendo no **Almanaque Literário** de 1878 sobre o espírito de iniciativa de seu berço natal, só fala na Sociedade **Culto à Ciência**, que então, parece, resumir as suas atividades na manutenção de uma escola primária e secundária. Por sinal que, nesse tempo, o futuro ministro da Justiça, da lei de separação do Estado da Igreja, exercia a mordomia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja da Conceição...

O Gabinete de Leitura de Sorocaba devia sofrer a influência de Julio Ribeiro, que ali, no passado rico centro da era do tropismo, ensinava e cuidava de imprensa.

Cunha, Lorena e São Luís de Paraitinga, a hoje humilde terra de Oswaldo Cruz, mantinham prestigiosas entidades literárias. Conferiam aos seus sócios, lindos e pomposos diplomas. Posso no meu arquivo os que pertenceram ao senador do Império, Joaquim Floriano de Godoy, que se dedicava a estudos de história, tendo publicado dois outrês volumes dessa matéria.

A entidade da graciosa Cunha fôra batizada com este sugestivo nome — «Sociedade Literária Nova Arcádia». Em Itu, no Colégio São Luís, floresceu a «Arcádia», transplantada com a famosa casa de ensino para a Capital.

Em Bragança, a associação que ali existia — **Sociedade Literária**, tinha como presidente o capitão José Marcelino Cavalheiro Júnior.

Segundo Silvio Romero, ainda foi em São Paulo que se iniciou, em 1878, a **Segunda Escola Paulista de Poesia**, com Vicente de Carvalho, Raimundo Corrêa, Olavo Bilac, Teófilo Dias e outros.

Vem depois a **Sociedade dos Homens de Letras**, dirigida por João Mendes de Almeida, o velho, tendo sido precedida do **Ateneu Literário**, presidido por Gregório Francisco de Miranda.

Mas, então, a política passa a absorver mais os espíritos,

mesmo dos estudantes. Entregam-se quase todos aos trabalhos da propaganda da República e do Abolicionismo. E o movimento literário, bastante intenso, parece declinar. São Paulo cede o passo a coisas mais palpantes e concretas. Sobre o trampolim do Café, das estradas de ferro e da Imigração, armava o pulo com que havia de conquistar o lugar que hoje lhe pertence.

Mas, se não fôra a influência da Academia de Direito, São Paulo talvez não tivesse antes ultrapassado os demais centros culturais brasileiros. Foi ela, assinalou, em 1875, Eugênio Maria de Hostos, notabilíssimo homem de estado e publicista de Puerto Rico, que deu ao velho burgo jesuítico, do aspecto intelectual, a supremacia sobre todo o Brasil. E' não esquecer que, por essa época, o município da Capital continuava a possuir pouco mais de vinte mil habitantes, muito abaixo portanto da Côte, de Salvador, do Recife, de Belém, de Niterói, de Porto Alegre, de Fortaleza e de São Luís. A **Sinopsis do Recenseamento de 1920** dá para Cuiabá 36.000 almas. Mas está errada. A capital de Mato Grosso contava apenas 16.000 almas.

Para um simples artigo de jornal (*), este já vai demasiado extenso e dispensa o que for de menor importância.

Todavia, não se deve omitir como fatores essenciais do movimento das letras em São Paulo, no Império, os almanques e os órgãos de imprensa, tanto uns com outros, bastante literários.

Dos segundos existe catalogação beneditina da autoria de Afonso de Freitas (**A Imprensa Periódica de São Paulo**), e de Lafayette de Toledo (**A Imprensa no Estado de São Paulo**).

Note-se que desse tempo só chegaram até nós e estão aí em situação privilegiada — **O Correio Paulistano**, de 1854, o **Estado de S. Paulo**, de 1875 e o **Diário Popular**, de 1884. No interior, parece, restam apenas um, em Santos, e outro, em Campinas.

Quanto aos almanques, ainda se aguarda quem deles possa fazer relação cronológica, a iniciar com o primeiro, editado por Manuel Eufrazio de Azevedo Marques, em 1857. Não estou longe de tentar esse serviço.

(*) O presente artigo foi publicado no «O Estado de S. Paulo» de 28-2-53. — N. da R.

SÃO LUÍS DO PARAITINGA (Fotografia de Carlos Borges Schmidt) — A hoje humilde terra de Oswaldo Cruz mantinha então, também prestigiosa entidade literária, conferindo aos sócios, lindos e pomposos diplomas.





A tradicional Rua do Carmo, vendo-se a torre do Convento. Nessa época ainda não tinha sido levantada a torre da igreja, à esquerda.

URBANIZAÇÃO ANTIGA

AFONSO E. DE TAUNAY

(DA ACADEMIA DE LETRAS)

Pelos primeiros anos do século XIX a dentro, revela-nos a documentação que pouco se modificaram as normas pelas quais se regiam as condições da urbanização em S. Paulo.

Continua a construção a ser feita em taipas. Em agosto de 1803 atendia o capitão general Franca e Horta a uma representação largamente assinada por moradores da cidade. Reclamavam estes contra o procedimento do capitão Gabriel José Rodrigues que deve ter sido o coronel Gabriel José Rodrigues da Silva (Silva Leme, Gen. VI, 82) pai do tão conhecido dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, vulto proeminente do partido liberal e secretário do governo revolucionário de 1842 e ilustre orador parlamentar.

Havia este capitão Rodrigues murado um terreno na Tabatinguera onde existia uma saibreira a que recorriam os construtores. Tal terreno, dizia a representação lhe fora concedido «com menos acôrdo» por uma das Câmaras transatas dizia o governador mandando que o Senado se explicasse perante a nobreza e o povo para pelo resultado de seus pareceres e averiguações qual o cômodo ou desinteresse ao bem geral dos moradores de se conservar aberto ou murado o sobredito terreno».

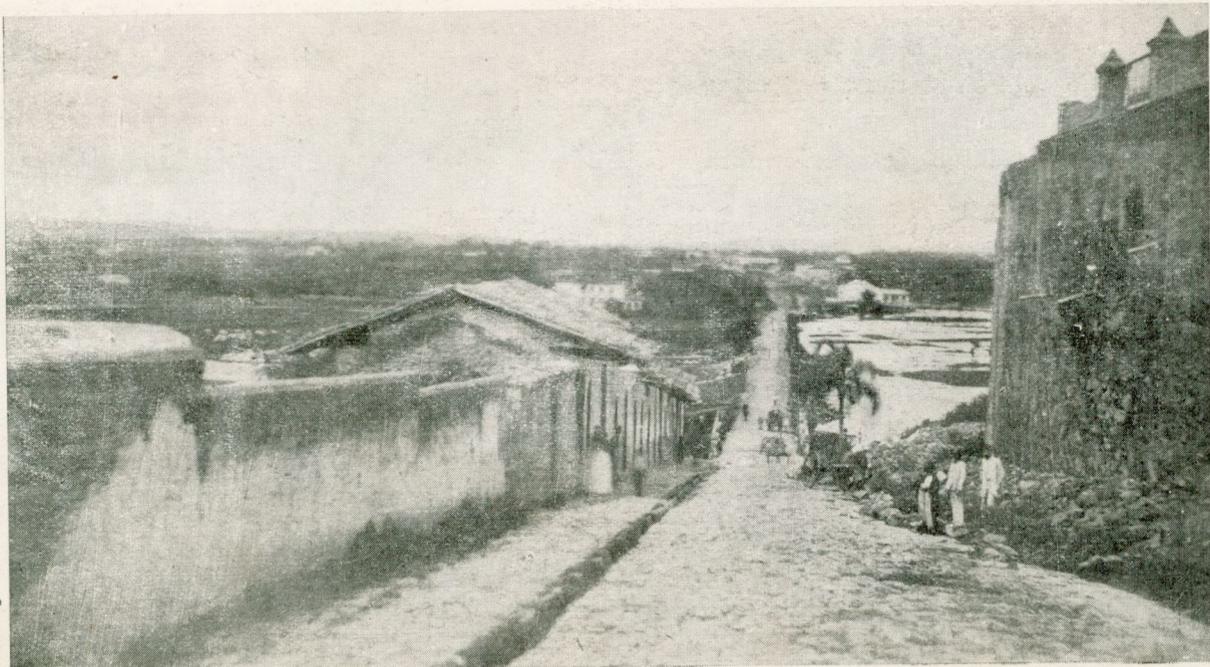
Infelizmente com a desapareição das atas de 1801 e 1808 não sabemos como terminou esta pendência em que interveio o Ouvidor Geral, procedendo a uma vistoria com a qual se conformou o governador.

Com os dinheiros públicos não havia meios de se por para-deiro a tal desmoroamento. Dispunha a Câmara de muito pequenos rendimentos. Só mesmo o recurso às contribuições voluntárias rogadas pela Câmara à generosidade dos munícipes. Ele capitão general também oferecia contribuir. Outra medida seria o estabelecimento e uma taxa de pedágio. Era uma vergonha para uma cidade, capital, aquele estado de coisas, realmente. E o capitão general entendia que convinha ouvir a tal respeito um engenheiro da proficiência e prática do sargento-mór João da Costa Ferreira a quem daria ordens para elaborar um plano de obras ficando a cargo da câmara a nomeação do recebedor da contribuição voluntária, pagador e fiscal.

Seria Sua Alteza Real consultado e dele se esperava a sua real aquiescência. A 14 de março oficiava Franca e Horta novamente ao Senado avisando que João Costa Ferreira executara o projeto e orçamento. E encontrara ainda quem empreitasse a obra o dr. Miguel Carlos Aires de Carvalho. Mas este depois se escusara e assim entendia o satrapa que tudo se deveria cometer aos cuidados e perícia de um oficial único da capitania de São Paulo como o sargento-mór de engenheiros. Em todo o caso oficiasse a Câmara a tal respeito. O que convinha era não perder tempo, a fim de que os trabalhos se concluíssem dentro do próximo inverno.

Mandou o Senado por em praça a obra a 14 de março de 1804. Mas niguém apareceu como licitante aos serviços da

O PAREDAO DO CARMO (1860) — No começo do século XIX, a ladeira do Carmo, a principal entrada da cidade estava, devido aos constantes desmoroamentos, praticamente impedida, o que muito deu o que fazer a Câmara Municipal de então. O muro de arrimo que aparece na foto, deve ter sido construído posteriormente à Independência.



tapagem da «grande ruína fronteira ao Convento do Carmo». E a câmara, oficiando ao ouvidor Picão Salgado, declarava não saber ainda como seriam os trabalhos custeados. Convocados os cidadãos haviam prometido «mólicas e diversas quantias» cujo «quantum» ainda não se poderia dizer qual fosse pois muitos nem haviam fixado o valor das contribuições. Assim consentisse s. s. na imposição do pedágio lembrado pelo capitão general.

Respondeu o magistrado hipocritamente a louvar a iniciativa do Senado a quem lembrava «lançasse mão de todos os socorros indispensáveis» às despesas com o «reparo do grande despenhadeiro com a cláusula porém que todo e qualquer subsídio fosse sempre voluntário e de sincera liberalidade, que seria muito louvável nos domiciliadores (sic) da cidade e seu termo quando em semelhantes casos eram bem constantes e notórias as provas e exemplos da mesma liberalidade».

Diante do malogro da subscrição resolveu a Câmara recorrer ao próprio Príncipe Regente. Cada vez mais se arruinava a principal entrada da cidade junto ao palácio residencial dos Bispos e do Convento carmelitano e outros muitos edifícios de destaque. Cada dia se esperava ruína maior e prejuízos com terríveis desgraças.

Já a situação atual era a pior, pois até ameaçava privar a cidade da comunicação dos povos que a abastavam dos necessários víveres e outros interessantes serviços dos moradores. Como vemos sabiam Suas Mercês do nobre Senado dourar a pílula a ser ingerida por Sua Alteza o Príncipe Regente ao lhe afirmar que a única via de acesso à cidade era a ladeira do Carmo!

— Rendera pouca a primeira subscrição continuava a Câmara; segunda solicitação resultara negativa. Os republicanos pensionados com outras despesas não haviam podido adiantar as suas ofertas.

Concordara a assembléa dos cidadãos que se lançasse novo imposto módico aliás, sobre a entrada e saída dos animais em circulação de comércio pelas pontes, sobre os carros que tanto danificavam pontes e aterrados, e principalmente sobre os bois.

Seria esta taxação um vintem por animal carregado e dez réis sem carga; por carro carregado quarenta réis; descarregado vinte; dez réis por boi. Merecera o projeto a aprovação do Ouvidor que exigia contudo o placet régio.

Era um meio de se diferir por um ano o princípio das obras! Fez-se em todo o caso alguma coisa para remediar aquele estado de coisas, pois na documentação municipal diminuíram muito as velhas e contínuas reclamações sobre o buracão do Carmo. Em 1813 fala-se na existência de terras corridas em frente ao Paço Episcopal ao alto da ladeira do Carmo (Atas 22, 394). Em 1817 também se cuidou de tal obra (Ib'íd. 22, 147).



A Rua Líbero Badaró era antigamente chamada Rua de São José. Foto tirada nas imediações da Ladeira Dr. Falcão Filho.

— O muro de arrimo à esplanada do adro da igreja dos carmelitas e dos Terceiros do Carmo deve ter sido posterior à Independência.

As preocupações urbanísticas da cidade voltaram-se para outros pontos.

As águas pluviais mal dirigidas continuavam a causar desbarrancamentos como o grande que existia na rua Nova de São José perto de S. Bento, em abril de 1809.

— Cogitava-se já do alargamento de certos becos como por exemplo o daquele que descia da rua de S. Bento para a Ponte do Marechal em 1810 (Reg. Ger. 14, 224, 226) uma dos principais da cidade por onde diariamente transitavam coches, carros e tropas.

— Tratava-se também de dar melhor aspecto às ruas onde as taipas dos muros intermináveis das grandes chácaras apresentavam muito desagradável aspecto.

Queriu o Senado em 1813 que os proprietários os cobrissem de telhas, rebocassem e caiassem «para evitar a deformidade que causassem».

Curiosa decisão se compendia na vereança de 28 de setembro de 1811. O inspetor geral de milícias coronel José Arouche de Toledo Rendon solicitara que se incorporassem à chamada Praça da Legião dois quarteirões dos terrenos de propriedade municipal para maior comodidade dos exercícios militares, transformando-se tal área em logradouro público.

Recusou o Senado obtemperar a tal pedido «não era conveniente ao bem público que dentro de uma cidade que para o futuro pudesse vir a crescer muito houvesse tão espaçosas praças (sic).

De sua existência poderiam advir danos prejudicando a acomodação do povo e outros como estes praticáveis no meio de grandes praças em que facilmente seria possível haver assaltos nos transeuntes, à noite.

Concorria ainda a razão de que oportunamente poderia vir a Câmara a precisar da área pedida para a fundação de qualquer obra pública do Concelho. Se não reservasse o terreno teria quiçá de o vir a comprar por alto preço acima de seus recursos.

Como porém estas hipóteses talvez viessem a realizar-se em dilatado prazo poderia o coronel inspetor utilizar-se daquelas áreas para as evoluções de sua tropa contanto que se respeitasse a existência dos marcos ali existentes. E jamais pudessem os milicianos chamar à posse e reputar como coisa própria tal terreno.

Tal deliberação fosse comunicada a Arouche «com todas as suas forças».

A Câmara de 1812 dava novo alinhamento do beco que da rua do Príncipe (hoje Quintino Bocaiuva) seguia para a Casa Santa e o largo de S. Francisco (rua Riachuelo hoje). Devia ser a nova via pública murada com taipas, procedia a consertos na rua da Tabatinguera e do Jogo de Bola (Benjamin Constant).



A Rua do Príncipe — hoje Quintino Bocaiuva — em 1860. Em 1818 essa rua recebeu novo alinhamento, devendo ser também todos os terrenos murados com taipas.

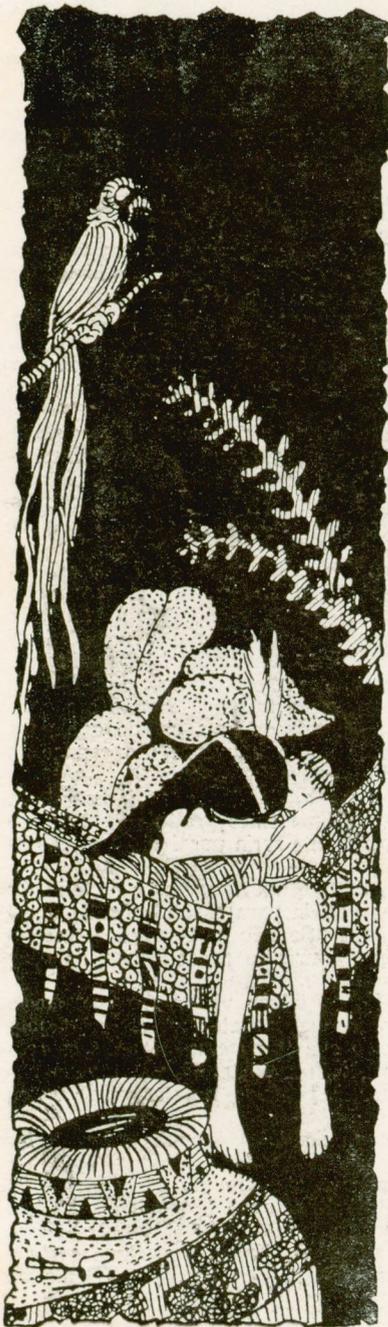


A RUA DO PRÍNCIPE no último quartel do século XIX — Foto tirada do mesmo local da foto anterior, podendo ser observadas as mudanças operadas nessa tradicional rua paulistana.

ACALANTO DE BARTIRA

GUILHERME DE ALMEIDA

*Em Santo André da Borda do Campo,
na óca patriarcal de torrão e palha, enquan-
to João Ramalho corre o campo e a serra,
Bartira, sua mulher, embala o filho: pri-
meiro de uma nova raça. E canta:*



ILUSTRAÇÕES DE
DIOGENES DUARTE PAES

A rede vai.
A rede vem.
Dorme, nenén!
A lua sai.
A rede vai.
A rede vem.
Dorme, meu bem!
A rede é onda de mar perdido que vai e vem,
a rede é colo de terra virgem que espera alguém:
onda que trouxe teu pai
(a rede vai)
ao colo que te sustem
(a rede vem).
Rola nas ondas de meu seio,
como teu pai na onda em que veio.
Dorme, meu filho feito de mar e feito de terra:
branco e moreno, de espuma e chão, de alem e aquem-serra!
Serra-alem, serra-aquem
a onda vem e vai, a rede vai e vem.
Rede e onda:
redonda
cadência:
dormência.

Santo André

Dorme o sono
da vila:
brando forno
de argila
que coze a massa
da nova raça.
Dorme! A rede e o meu braço
vão dando compasso
e rima
às nove léguas que teu pai caminha, passo a passo,
serra-abaixo, serra-acima.
Como pisa o amanhã cedo
seus pés de nove léguas desenredaram o enredo
que as noites tramam, e enxotaram o segredo
da armadilha animal: dorme sem medo!
Dorme,
meu pequeno gigante!
Como é enorme
o sonho que espera teu sono de infante!
Sinto e vejo
(vaivem da rede,
maré da sede)
tão morno e cheio
de leite de meu seio
teu mole e longo, longo e mole beijo!
Tua bôca já soltou minha carne, onde um fio
branco escorre, como à flor da terra escorre um rio.

Dorme! Nanã... Assim... Psiu! Teus olhos alados,
verdes de mar e selva, agora estão fechados.
E sonhas. E é tão sol êsse teu sonho, que, ao seu brilho,
se tornam transparentes tuas pálpebras, meu filho:
tão transparentes, que começo a vêr,
em teus olhos de futuro, tudo, tudo o que hás de ser.
És tão menino
e já tão cheio de destino!

São Vicente

Vejo, lá em-baixo, na práia, pousar
alva revoada de alvoroçadas aves do mar.
Há uma ferida cor de sangue em suas asas:
e seu desenho é igual ao daquelas cinco brasas
que a noite acende sôbre êste arraial.

São Paulo

E êsse mesmo sinal
aparece na colina, entre os campos e o sertão,
fincado no chão.
É uma árvore alheia:
e à sua sombra o abaré semeia o grão de uma aldeia,
que brota e cresce, lá longe, no alto.

O Sacrifício

E, numa angústia, num sobressalto,
vejo, seguindo teu pai que leva todo o seu povo
ao núcleo novo,
esbarrondar-se no ocaso fôsko
o barro tôsko
— mescla de terra, sangue e suor —
dêste amoroso fôrno das fôrmas do alcaide-mor.
E é tanta, tanta a nossa dor,
que lavámos com lágrimas o chão:
e os tempos que hão de vir não acharão
vestígio algum do ninho em que houve o nosso amor.

Os Tamôios

Aí estás, meu filho e meu senhor,
na nova taba, de corpo teso e pele tisonada,
junto a meu pai e a teu pai,
guardando portas da paliçada,
enquanto chega, esgueira-se e vai
serpeando à roda do burgo todo
— de bôrco e rastros, dorsos em fieiras intermináveis —
a cautelosa cobra de lôdo
dos inimigos inumeráveis.
Vem vindo... Encolhe e, subito, estira
o corpo e atira
o bote recto que rasga bréchas
de silvos no amplo silêncio. E são
rijas florestas de arcos ventando ventos de fléchas
e confusão.
E luas vêm, e luas vão...
E surge a surtida em que, além da estacada,
esmagas na noite a cabeça da cobra de ldo, enroscada.

Jaraguá

Por que voltas, agora, dormido no meio
dêste vale que eu tenho entre um seio e outro seio,
teu morno e calado abandono da fronte
para êsse horizonte
onde se ergue, senhor das planícies, um monte
de ríspida crista?
E eu te vejo arrancando do seu flanco, que chispa,
as estilhas ariscas de um sol que fáiisca
e medra
na pedra.



O Aclamado

E dessa luz mineral
as sombras fazem na sombra uma coroa real:
e erguem-na, uivantes, para que desça
sobre tua cabeça,
que se há de incinar.

Mas bem sei
que, nem mesmo para ser coroado rei,
tu, neto de um rei da terra e filho de um deus do mar,
serás capaz de te curvar.

Tordesilhas

Nunca! Teu corpo vertical agora é um arco
pronto, plantado no planalto como um marco.

Ao arco, que és,
alguem atou coroa que vai da testa aos pés.
Tens uma seta, entre teus dedos, empenada,
e, em torno, as curvas de uma terra ainda ignorada.

Até onde irá,
como será,
o que terá
todo êsse mundo entregue ao sol do teu desejo?
A flécha é arisca, a embira é recta...

Entao, eu vejo
teu gesto presto, que acorda a corda, arqueia o arco, assesta a seta...

De pé, firmado,
olhas à volta: estás sozinho e estás sitiado
por um exército infundavel de horizontes,
feito de chão, armado de ar, montado em montes...

As Bandeiras

E tu soltas o vôo de uma xára
emplumada de sonho e ervada de ambição,
que vai e vara
toda a amplidão,
silvando, longe, teu grito
de guerra contra o infinito.

E parte mais uma, e outra mais, e mais outras, em fugas que nada retem,
daqui para aí, para ali, para lá, para alem,
para onde o sol nasce, para onde o sol morre,
para onde, lá em-cima e lá em-baixo, há um mar de água doce que corre.

Dono das quatro direções
por onde fogem os sertões;
senhor das terras e das águas e dos fogos e dos ventos,
dominando os quatro elementos;
vestido de couro animal,
brandindo uma arma mineral
na ponta de haste vegetal,
e, pois, três vezes rei da natureza:
— assim investes contra a redondeza
do cerco hostil das ásperas distancias
E ouço as precipitadas ressonancias
do longínquo tropel da retirada
desordenada
de horizontes estrepitosamente
recuando à tua frente.

Ouro

Ora és um deus
num mundo teu de bens só teus.
Com um sol em teus pés, que adormece num mar,
e um sol em tuas mãos, que acorda em outro mar,
todo te estiras
sobre um continente:
e dêle tiras
o remanescente
de um não sei que teu sonho anterior ao teu sono.
Num múltiplo abandono
à decisão,
entreabre-se a floresta, entrega-se o sertão,
cedem os rios e submetem-se as montanhas,
numa renúncia maternal de entranhas.
Lavas a terra, ou lascas a pedra, ou arranhas



o leito dos ribeirões,
 em teu gesto
 fica um resto
 de luz, de brasas, de constelações...
 E mesmo o suor e as lágrimas, que vertem
 teus póros e teus olhos, se convertem
 em pedras verdes: fogo-fátuo à-toa
 fosforescendo à flor de uma lagoa...

Real Quinto

Dêsse mundo de chão que desbravaste,
 dessas nações que subjugaste,
 das tabas que nasceram de teu rastro,
 dos estilhaços de astro
 que acordaste em não sei que adormecidas
 jazidas;
 do monstro que descobriste, subterrâneo e luzidio,
 com seu corpo áspero feito de escamas de fogo frio:
 de toda essa presa
 fizeste a riqueza
 que um rei só recebe, e apenas um deus é que faz.
 Por isso és capaz
 de mandar, como mandas,
 a um rei de outras bandas
 de muito além do grande mar, aonde se dobra
 a onda que daqui vai, o tesouro que te sobra.

Os Emboabas

Mas... cuidado, meu filho!
 Eis que tua opulência é rastilho
 que agora acorda
 e açula
 a inveja e a gula
 de não sei que horda
 que vem calçada e calculada,
 na calada
 de uma noite, que escuto
 com ouvido de mãe, atacar teu reduto.
 É um vôo de aves-de-rapina
 de bico faminto e garra assassina.
 Vejo fogo estorricar tuas malocas dormidas.
 Vejo poeira tripudiar em tuas lavras derruídas.
 Vejo armas poucas armar teu braço contra o mais forte.
 Vejo sangue borbotar num tórvo rio de morte
 Vejo a traição rastejar num verde capão-de-mato...
 E vejo a fria chacina. E, então, teu ódio, que voa
 com asas de vingança e desbarato:
 e o inimigo fortim que se esboroa,
 e, no rio de morte, a torrente,
 feita de sangue, que volve à nascente...

Solidão

Do mundo, que nascêra de teu ímpeto andarilho
 e de que ora abres mão,
 voltas ao teu torrão.
 Que silêncio e que paz, meu infinito filho!
 E, mais que tudo, que divina solidão!
 sòzinho, para que sòmente em ti tu creias
 — deus reduzido por si mesmo à escravidão —,
 inventas duas cadeias
 de montanhas: e, nelas, contra a terra e contra o mar,
 tu te prendes... Há um brilho novo em teu olhar.

Café

Agora te achegas melhor
 ao colo materno: e, ao contacto maior,
 num gesto macio,
 teus dedos me tocam
 o corpo e provocam
 um doce arrepio.
 Igual ao meu colo,
 meu filho, é êsse sólo
 que teu trabalho acarícia.
 Vê só como êle se arrepia



em verdes ondas perfiladas,
longas, ao longe das lombadas!
Vindas de alem, cheias de lendas,
brotam, num jorro de oferendas,
ao gesto só da mão que estendas,
tuas florestas transplantadas.

O leite, que dão seus frutos de sangue, excita e convida:
a côr é de noite, o cheiro é de sol, o gosto é de vida.

E elas se alastram, e elas se afastam
e elas não bastam
às incontidas ânsias
das distâncias.

À sua sombra, os grãos soltos, que rolam, formam colares:
estranhas contas enfiadas em fios tentaculares

que enfeitam a terra
descem a serra,
e atiram-se aos mares;

ou deitam raizes e irrompem em bruscas florestas
com suas arestas
de terra cozida,
de pedra fendida,
de areia premida . . .

São troncos iguais que se enlaçam
por negros cipós em que passam
as forças do raio, domadas . . .

E são uns fustes rectos, tesos,
de altas palmeiras culminadas
por um cocar de fumaradas . . .

E é uma flora desconhecida,
que arremete em louca investida
e que arranha os céus indefesos . . .

O Rodeio

Esse é o novo portento
que põe à tua volta
novo estremecimento
de revolta.

Mais poderoso do que quando ressurgias dos sertões
com sol em pó nos teus surrões

e lama de horizontes esmagados nos teus pés;

só por seres o que és,
já te fareja o sempre perigo
do sempre inimigo.

Vejo rondar uma ronda
redonda

de estrelas. És uma delas e estás no meio
porque és maior. E roda o rodeio.

E de uma estrela galopa um vento
de contagioso aniquilamento

— furia rasteira de cisco e pó —
contra o destino de seres, dentro
do torvelinho sinistro, o centro,
que é sempre um só . . .

Por um instante, meu filho,
sob a revoada insidiosa
da contrária nebulosa,
desaparece o teu brilho.

E então, sem o eixo que manda,
a sarabanda debanda,
desencaminhada pelas
desgovernadas estrelas . . .

9 de Julho

A poeira esparsa
à tua volta
toda se esgarça.
E agora volta

a revelar-se, puro e central,
todo o teu brilho fundamental.

Teu corpo inteiro — cerebro, nervos, musculos, veias —
é um só fulgor em que te incendeias.

Sem garras de ira, que ferem,
 nem presas de odio, que mordem,
 tudo o que querem
 os teus designios é apenas a ordem.
 Agora eu vejo, mas tu não vês,
 que estás sòzinho mais uma vez,
 incompreendido, no teu planalto
 Contra a desordem
 que te rodeia, vais ao assalto.
 Uma ave nova leva em seu vôo de vendaval
 teu alto ideal:
 as penas negras e as penas alvas de suas asas são o tributo
 de tuas noites em branco e teus dias de luto;
 e sua crista côm de chama
 é sangue que teu corpo ferido e heroico derrama.
 Crês, avanças, lutas, sofres,
 abres todos os teus cofres:
 em suor e joias te escorres...
 E parece até que morres...!
 Mas, não!
 Como estás perto do meu coração:
 esse que vai,
 esse que vem,
 no igual vaivem
 da onda que trouxe teu pai,
 da rede que me sustem!
 Dorme! Nanã...
 Filho, amanhã...





«A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO» — Quadro de Oscar Pereira da Silva.

O Padre Manuel de Paiva e a Fundação de São Paulo

HÉLIO DAMANTE

No gigantesco episódio da fundação de São Paulo, feito tanto da ousadia colonizadora do luso, como da zelo apostólico do jesuíta e da visão política de ambos, um vulto resta na penúmbra, pouco lembrado na gratidão dos pósteros, quase esquecido de todo, relegado à posição de mero comparsa, quando na realidade desempenhou papel de transcendental importância. É o Padre Manuel de Paiva.

O mesmo aconteceu, de certa forma, com o gênio da empreitada jesuítica nos campos de Piratininga: o Padre Manuel da Nóbrega, pois que Anchieta, aureolado de santidade, quase toma o lugar que por direito cabia ao seu superior e mestre. E por longo tempo se atribuiu a Anchieta o papel de fundador de São Paulo. Quando se sabe, e é ponto pacífico, que o grande taumaturgo, chegado ao Brasil em 1553, era ainda um moço de seus vinte anos, a quem desde logo a própria idade impediria de responder por um cometimento de tal vulto. A publicação, relativamente recente, dos documentos inéditos da Companhia de Jesus; a obra monumental do Padre Serafim Leite, S. J., a quem tanto devem as letras históricas do Brasil, de Portugal e de sua ilustre família religiosa, situaram devidamente o papel importantíssimo de Nóbrega — lídimo estadista da fundação — e se lhe faz abundante justiça. Logo os nobregueses, chamemo-los assim, com zelo admirável, de que é exemplo o professor Tito Lívio Ferreira, deram ao provincial a parte inteira do episódio.

Mas o ato em si da fundação de São Paulo, afigura-se-nos que não pertence tão só a Nóbrega, mas também a Manuel de Paiva, esse grande esquecido. Ou então, como veremos, se há de admitir uma inversão quase completa não apenas de data, mas ainda do sítio e das circunstâncias em que surgiu a predestinada cidade.

Os historiadores contemporâneos, em sua quase unanimidade, renderam-se aos poderosos argumentos de Serafim Leite, situando a fundação de

São Paulo não a 25 de janeiro de 1554, no lugar que se passou a chamar Pátio do Colégio, mas em agosto de 1553, a 29 desse mês, festa da Degolação de S. João Batista, no local em que não muito depois se ia erguer a igreja de S. Bento e o seu venerável mosteiro. E a data de 25 de janeiro, Conversão de S. Paulo, seria apenas, e não obstante a mudança de sítio, a do batismo da metrópole em embrião.

Realmente foi no morro de S. Bento que Nóbrega colheu os primeiros frutos de seu trabalho missionário no Planalto. Ali, já então, deveria residir Tibiriçá, que «reinava em Piratininga», no dizer saboroso do velho Taques. Havia ali, portanto, uma, quiçá a principal das muitas aldeias de índios que se espalhavam pelos campos, entre a Serra de Paranapiacaba e o Anhembi. O próprio Nóbrega nos dá notícia a respeito, fazendo menção expressa da existência da aldeia, na famosa carta ao Padre Luiz Gonçalves da Câmara, escrita do sertão de S. Vicente, aos 31 de agosto de 1553:

«Ontem, que foi o dia da Degolação de S. João (1), vindo a uma Aldeia, onde se juntam novamente e apartam os que se convertem, e onde pus dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o batismo e será mostrada por obras a fé que tomam agora» (2). A esse documento, como argumento decisivo a favor de Nóbrega como fundador de São Paulo, acrescenta-se a não menos importante carta de 12 de junho de 1561, escrita de S. Vicente, e na qual o insigne sacerdote faz ao novo Geral da Companhia, Diogo Laínez, um suscito relato de suas atividades no Brasil, asseverando: «Nesta Capitania de S. Vicente adquiriu o Padre Leonardo Nunes, naquele tempo, mais moços dos índios, por meu mandado, que em nenhuma outra parte. Estes pus em casa de seus pais, EM PIRATININGA, ONDE POR SUA CONTEMPLAÇÃO PRINCIPALMENTE

FIZ AQUELA CASA, para que nós os doutrinassemos, e seus pais os sustentassem, e com eles ganhassemos todos os mais.» O grifo é do Padre Serafim Leite, que em nota assinala com um tom de júbilo: «SUBLINHAMOS A FRASE: É A FUNDAÇÃO DE S. PAULO». (3).

Ora, a fundação a 29 de agosto não é defensável, pois nêsse caso a povoação nascente seria desde logo dedicada ao santo do dia (4).

Quanto ao «FIZ AQUELA CASA», se tomado ao pé da letra, não encontra apoio na lógica dos acontecimentos.

Os pródromos, as circunstâncias, os planos, os fins, os riscos do empreendimento especialmente, determinaram a Nóbrega não assumir em pessoa a empreitada, e sim delegá-la a outrem, por motivos especialíssimos, que se elucidam perfeitamente.

Lembremos que antes dos jesuítas, benquisto dos índios, respeitado pelos seus próprios patrícios que arranhavam o litoral, firmado solidamente como autêntico patriarca nos Campos de Piratininga, povoando-os dos primeiros mamelucos, está João Ramalho, o aliado e genro de Tibiriçá.

Para que a obra missionária atendesse ao plano metódico que a inspirara e não viesse resultar numa temerária aventura ou triste experiência, haveria mister contar com o potentado de Santo André. Com ele e com os índios, seus parentes e amigos. O Padre Leonardo Nunes, na primeira tentativa, em 1550, não fôra feliz. Incepara a Ramalho os seus pecados públicos (concubinato). Atraíra sobre si as ira dêle e dos de sua grei. Por pouco não lhe sobra o destino dos mártires. Não estava só, aliás, o Padre Leonardo ao condenar-lhe os escândalos. Simão de Lucena, vigário de S. Vicente, não conseguindo levar o português à desobriga, declarou-o excomungado. Fato que de pouco precedeu ou sucedeu a chegada dos jesuítas ao Planalto, mas de qualquer forma contemporâneo. E que os padres da Companhia acataram «recusando-se a cele-

brar missa na presença do censorado» (5). Vingou-se o patriarca, pondo-se a caluniar os jesuitas, acusando-os de faltas contra a castidade. O que haveria de circular a boca pequena por toda a capitania. Ao chegar em São Vicente, em 1553, ao deparar com a grave acusação, o primeiro cidadão de Nóbrega é o de pôr tudo a limpo. Instaura um processo. O vigário, que cominara a pena a João Ramalho, presidiu o Tribunal. Procedeu-se uma devassa em regra. Escreveria a respeito o superior, que logo depois seria nomeado provincial: «E tirei, com o vigário, quase quantas pessoas há nesta capitania, por testemunhas do que sabiam, sem achar coisa nenhuma: fiz a verdade pública a todos» (6).

Prova sobeja da gravidade do conflito estabelecido e cujos ressaibos não se desvaneceriam facilmente. Nóbrega, porém, ao vir da Bahia, desiludido da inútil contenda que sustentara com o bispo d. Pedro Fernandes Sardinha sobre os índios (a eterna preocupação dos jesuitas e a causa de todos os seus padecimentos), trouxera para S. Vicente, fundamente acalentado, um plano de catequização, sem dúvida de imensas proporções. Semelhante talvez ao que seus irmãos de hábito levariam a cabo, com tanto êxito, nas reduções do Paraguai, umas seiscentas léguas além. Ele próprio o tomara a seu cargo, e feito provincial demanda os campos de serra-acima, pregando, batizando, apaziguando. Embora seu zelo sacerdotal, que não pode ser posto em dúvida, não lhe permitisse transigir com a carne fraca de João Ramalho, houve por bem procurar os caminhos de sua reconciliação com a religião e conquistá-lo para a sua causa.

No pé em que encontravam as coisas, precisava de um aliado, que mais que todos, inclusive pelos laços do sangue, se pudesse aproximar de Ramalho, levá-lo ao bom caminho, garantir a sua imprescindível aliança. Entre os próprios jesuitas, por um feliz acaso, está o homem indicado. O provincial o dirá porque, na mesmíssima célebre carta do último dia de agosto de 1553:

«Neste Campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e muito aparentados em todo êste sertão. E o mais velho deles leve agora comigo ao sertão por mais autorizar o nosso ministério. João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta Capitania e todos êstes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta terra. De maneira que, nele e nela e em seus filhos, esperamos ter grande meio para a converção destes gentios. ESTE HOMEM, PARA MAIS AJUDA, E' PARENTE DO PADRE PAIVA E CA' SE CONHECE- RAM» (7). O restante da carta é tóda reveladora da preocupação de Nóbrega — atributo de seu zelo sacerdotal, repetimos — pela situação precária do potentado perante a moral cristã. Com insistência reclama notícias da mulher legítima que João Ramalho deixara quarenta anos antes em Portugal e que já devera estar morta, «pois já vão tantos anos». E mais: «Se o Núncio tiver poder hajam dêle dispensa particular para êsse mesmo João Ramalho poder casar, não obstante que houvesse conhecido outra sua irmã e quaisquer outros parentes dela» (8).



O PADRE MANUEL DE PAIVA
Retrato supositício de Maria Luiza M. Pinheiro

Com tantas provas de boa vontade, que nunca significou transigência, resta evidente que Nóbrega, juntamente com Manuel de Paiva, que deve estar com êle no ato de 29 de agosto de 1553, apaziguaram o patriarca da Borda do Campo e através dêle estabeleceram uma sólida aliança com Tibiriçá. E quando se tratou de dar um sentido definitivo à obra de apostolado tão ardentemente almejada, é ao Padre Paiva que cabe a incumbência. E' êle que, como superior, parte de São Vicente á frente do grupo de jesuitas, onde se incluía o Irmão José de Anchieta, para lançar a semente duradoura da cidade de São Paulo. Daí a auspícios e fecunda fundação de 25 de janeiro de 1554, que o velho Taques descreve com tanta exatidão e simplicidade:

«Por conta desta amizade e antiga paz deste rei (Tibiriçá), saíram do colégio da vila de S. Vicente, no princípio do mês de janeiro do ano de 1554, treze ou catorze jesuitas, e por superior dêles o Padre Manoel de Paiva, a fundar uma casa de residência em Piratininga, cujos campos, por sua admirável e apreciável vista, fertilidade e abundância, descreve o Padre Mestre Simão de Vasconcelos na CRÔNICA DO BRASIL, livro 1.º, pág. 129. Em uma casinha coberta de palha se celebrou a primeira missa, no dia 25 do mesmo mês de janeiro que por ser dedicado ao apóstolo e doutor das gentes ficou dando o seu nome à terra, chamando-se S. Paulo de Piratininga» (9).

Não se deve também perder de vista que o objetivo dos Padres da Companhia, não foi fundar uma cidade, mas um colégio, um grande centro catequético enfim, que preservasse a conversão dos indígenas de influências nocivas e dos escândalos que sucederam em Santo André. Mais tarde, no que entrou a perspicácia de Mem de Sá com o decidido apoio de Nóbrega, é que o sítio teria preeminência para ser também o centro do governo civil até então precariamente instituído em Santo André, que tinha em Ramalho seu alcaide-mór e pos-

sua sua própria Câmara e o respectivo pelourinho! Ainda nesse primitivo caráter da fundação da igreja e do colégio de São Paulo — eminentemente canônica, portanto — cabe ao Padre Paiva o título de fundador, conforme nos elucidada, em obra recente, o monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, presidente do Instituto Paulista de História e Arte Religiosa:

«A FUNDAÇÃO, PORÉM, de uma casa jesuítica, EM PARTICULAR, é atribuída ao primeiro superior. Ora, o primeiro superior da Casa e Colégio de São Paulo chama-se PADRE MANUEL DE PAIVA. Logo o fundador da Casa e Colégio (que deu nome à povoação) foi o Padre Manuel de Paiva» (10).

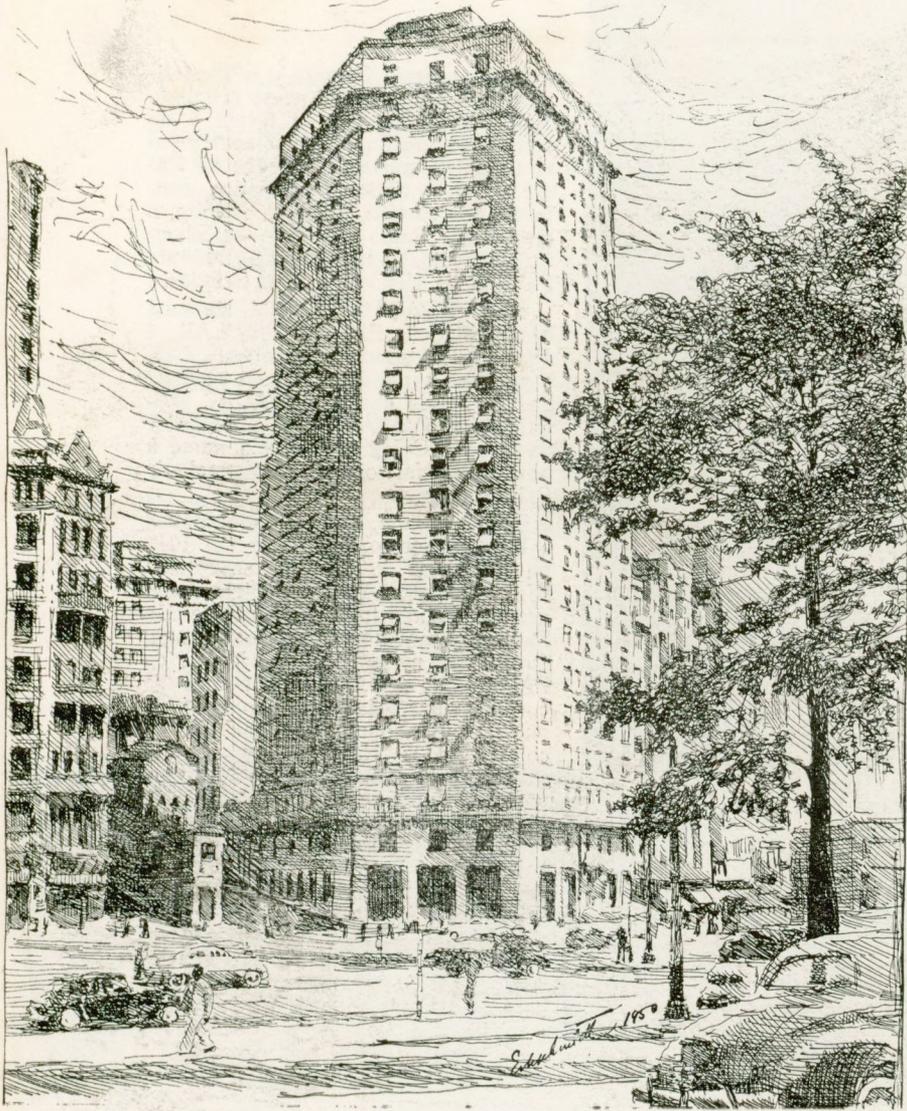
Rocha Pombo, num artigo notável, e hoje esquecido, publicado em 1916 na «Revista do Brasil», salientara: «Se um dia se quizer projetar num grande símbolo toda a história de São Paulo, bastará que se represente num quadro, ou numa estatua, a figura de PAIVA ou de Anchieta, prendendo com uma das mãos um índio, e com a outra plantando uma cruz no alto da colina» (11). Nessa referência não poderia faltar o nome de Nóbrega, como não se deveria omitir hoje o de Manuel de Paiva. Mesmo porque deve-se ainda acrescentar que a êle caberia não só o ato em si da fundação de São Paulo, mas também o de consolidá-la, até que em 1560 — seis anos ainda! — pôde desfazer-se o velho baluarte de Santo André, transferem-se pacificamente seus moradores para São Paulo, que é criada vila, e a civilização toma rumos definitivos no Planalto.

São Paulo, janeiro de 1954.

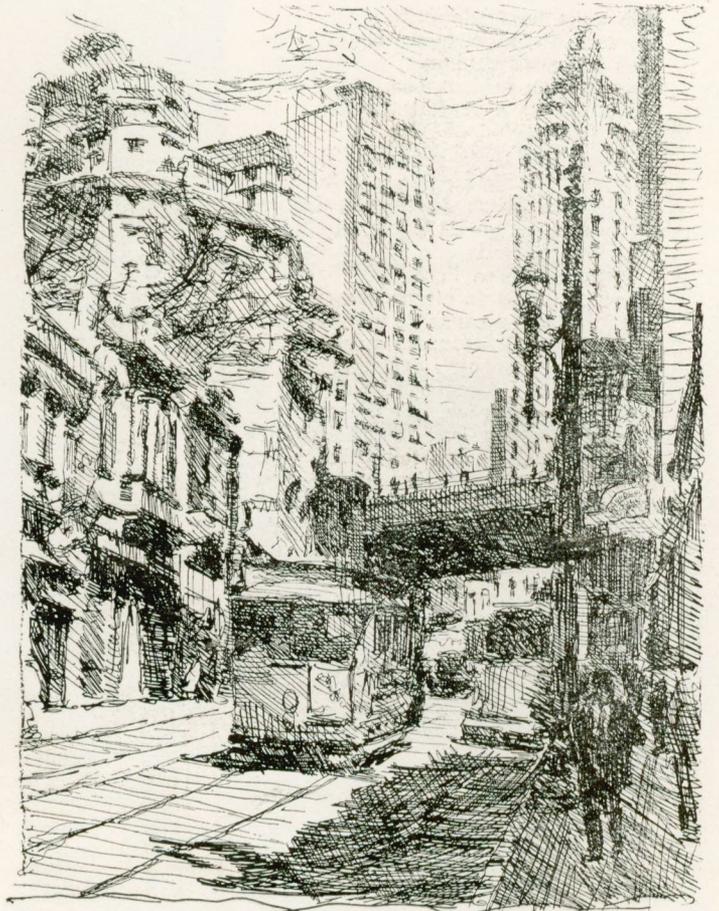
- 1) — Há um engano nesse «ontem», se realmente a carta foi escrita a 31 de agosto, pois a festa da Degolação de São João Batista, muito antiga na Igreja, é a 29 de agosto. Nóbrega data a missiva do «último dia de agosto».
- 2) — Serafim Leite, S. J. — «NOVAS CARTAS JESUÍTICAS» (De Nóbrega a Vieira) — Brasiliense — vol. 194 — pág. 51 — Cia Editora Nacional — S. P. — 1940.
- 3) — Serafim Leite, S. J. — Op. Cit. — pág. 105 — Nota 41.
- 4) — De S. João Batista celebra a Igreja o nascimento (24 de junho) e o martírio (29 de agosto).
- 5) — Frei Odolfo Van der Vat, O. F. M. — «PRINCÍPIOS DA IGREJA NO BRASIL» — Editora «Vozes» — Petrópolis — 1952 — Pág. 204.
- 6) — Frei Odolfo Van der Vat, O. F. M. — Op. Cit. — pág. 204. — Vêr ainda Serafim Leite, S. J. «HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL» (Vol. II) e Paulo Florêncio da Silveira Camargo, «A IGREJA NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO» (Vol. I).
- 7) — Grifo nosso.
- 8) — Serafim Leite, S. J. — «NOVAS CARTAS JESUÍTICAS» — Ed. cit. — pág. 52 e 53.
- 9) — Pedro Taques de Almeida Paes Leme — «HISTÓRIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE» — Editora Melhoramentos — S. P. — sem data — pág. 72.
- 10) — Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo — «A IGREJA NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO» (1530-1624) — São Paulo — 1952 — pág. 44.
- 11) — Rocha Pombo — «A TERRA PAULISTA E SUAS GRANDES LEGENDAS» — in «Revista do Brasil» — N. 7 — Ano I — vol. II — Julho, 1916 — pág. 274.

Jean

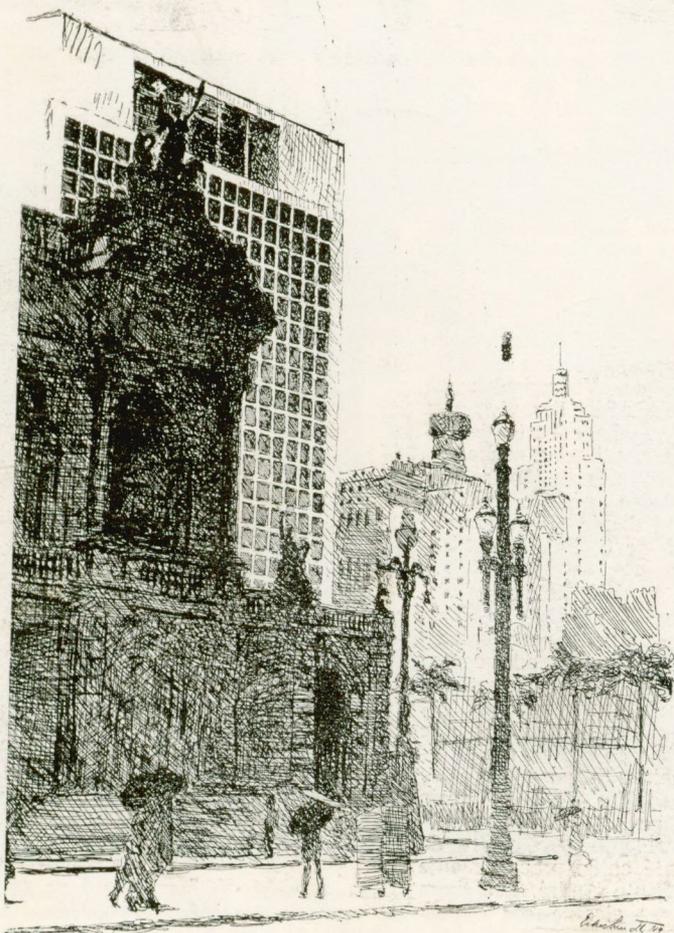
ARTISTA DA METRÓPOLE MEADO



«ONTEM E HOJE» — Aspecto da Praça da Bandeira.



«LADEIRA GENERAL CARNEIRO»



«DIA CHUVOSO NA
PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO»

“**P**AULISTÂNIA”, neste número especial, comemorativo do IV Centenário da cidade de São Paulo, tem oportunidade de apresentar mais alguns desenhos à pena, do insigne artista tcheco-eslováquio, aqui radicado, eng. Jean Eckschmidt.

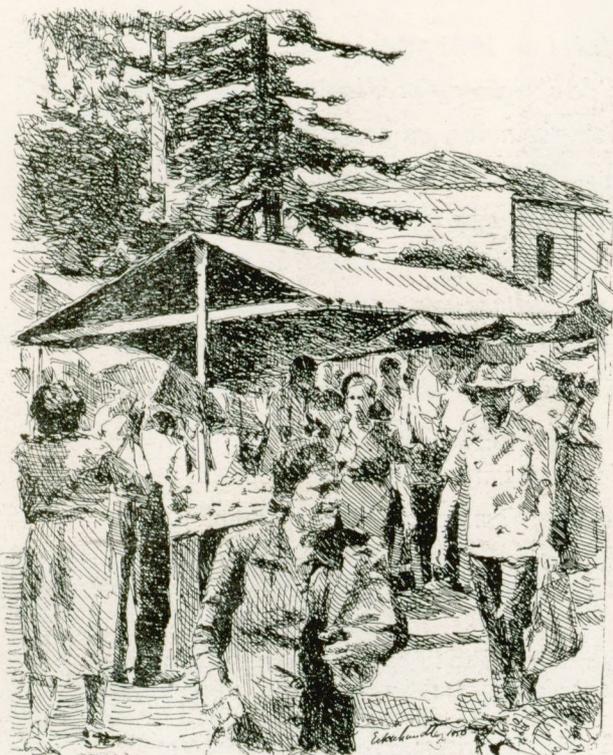
Com especial talento e fina sensibilidade, e Jan Eckschmidt procura fixar interessantes aspectos urbanos da “São Paulo meado do século XX”.

A “cidade que mais cresce no mundo”, a “mais dinâmica da América do Sul” é vista liricamente através dos desenhos do artista, que sempre a apresenta impregnada de suave poesia e completamente despida da peculiar agressividade que, de início, se apresenta ao forasteiro incauto.

Em seus desenhos, um primeiro plano habilmente colocado — quase sempre ár-

Eckschmidt

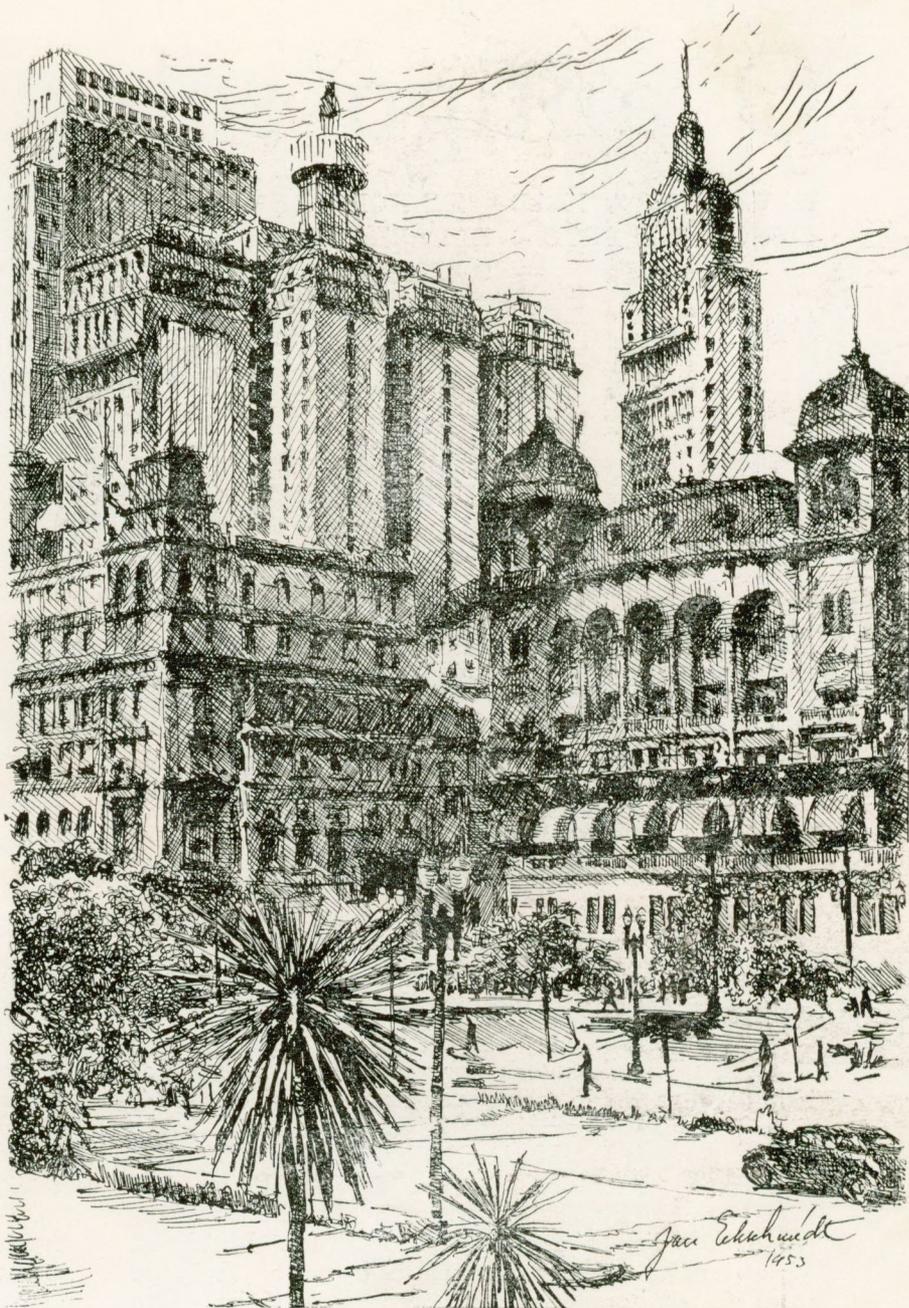
SÃO PAULO DO SÉCULO XX



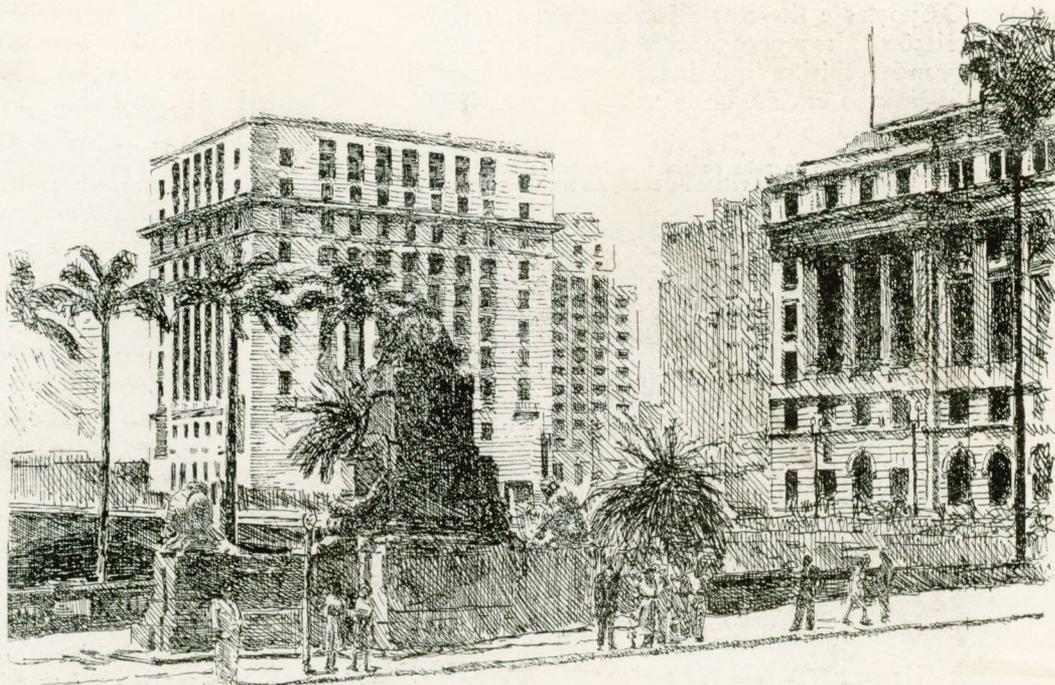
«MANHÃ NA FEIRA-LIVRE»

vores frondosas, palmeiras esguias, um gradil de ferro forjado, uma estátua, um veículo ou mesmo, um simples pedestre — produz efeitos surpreendentes, pois o assunto principal, visado pelo artista, surge esplendidamente e com especial destaque.

Os desenhos destas páginas oferecem, entretanto, melhor que as palavras, provas eloquentes do talento de Jean Eckschmidt.



«GIGANTES DE CIMENTO E AÇO»



«ESPLANADA DO
TEATRO MUNICIPAL»

O antigo solar dos Prados

D. VERIDIANA PRADO, SENHORA DE INÚMERAS VIRTUDES — UM CASARÃO SEMPRE ABERTO À CIÊNCIA E À ARTE — EDUARDO PRADO — COMO ERA A VETUSTA MORADIA — OS TRÊS PRADOS — O SEMINÁRIO DAS EDUCANDAS E AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ.

Texto de AMADEU NOGUEIRA



D. VERIDIANA VALÉRIA DA SILVA PRADO (Segundo um desenho à pena do livro «São Paulo de Outrora», de Paulo Cursino de Moura).

Ali viveu, durante largos anos, D.^a Veridiana Valéria da Silva Prado, que nasceu nesta capital em 1824, filha do capitão Antonio da Silva Prado, depois barão de Iguape, e de D.^a Maria Cândida de Moura Vaz, casada com o fazendeiro Martinho da Silva Prado, formado em leis, filho de Eleutério da Silva Prado, natural de Jundiá e de D.^a Ana Valência Rodrigues. Veneraram-na todos os paulistas de antanho. A ilustre dama foi genitora de robusta árvore genealógica. Deu ao mundo quatro honrados e ilustres paulistas.

D.^a Veridiana Prado, apelidada a “Mãe dos Gracos”, pertencia à antiga estirpe paulistana. Popularizou-se pelas suas excelsas virtudes de caridade. As mais humildes instituições da Província de São Paulo mereceram sempre da venerável matrona o seu mais devotado amor. A casa que desapareceu, estava aberta à ciência e à arte. Os poetas e literatos ali encontravam carinho para suas criações. Isso porque, sob aquele teto amigo, vivia um grande espírito, que inaugurou nesta capital os serões sociais, tão em moda na vela Europa. Inegã-

Em princípios de 1951, deu-se, por necessidades urbanísticas, a demolição do prédio em que se situava o Seminário de Educandas, na praça Roosevelt, junto à Igreja da Consolação. No edifício, mais que secular, viveram os Prado que souberam elevar os nomes dos seus avoengos, assim como o do torrão natal. Destacaram-se na agricultura, na administração pública, na tribuna e nas letras. Não se destruiu uma simples moradia. Foi abaixo uma das últimas e tradicionais casas do velho São Paulo. Foi o velho solar dos Prado, família com uma fôlha heráldica das mais dignas da província, famosa pelos seus haveres, dotes de caráter e patriotismo.

velmente D., Veridiana Prado era uma fidalga, que renovou os costumes da pacata província. Ocupou lugar destacadíssimo na sociedade do seu tempo.

Por ocasião de sua morte, em 1910, no seu palacete, em Higienópolis, prantearam-na todos os paulistanos. Os moradores da Vila Buarque e Barra Funda, numa romaria, a maior daquela época, acompanharam o seu enterro a pé ao cemitério da Consolação.

Eduardo Prado nasceu na velha herdade. Era filho de D.^a Veridiana Prado. Jamais se esqueceu do solar. As enormes janelas e os corredores silenciosos recordavam os pais, a infância descuidosa e os irmãos queridos. Sempre alimentou a esperança de adquiri-la, uma vez que sua augusta genitora dela se havia desfeito para obra de benemerência. O intemerato panfletário não realizou o seu sonho porque faleceu na casa da rua Visconde do Rio Branco, 81, no dia 30 de Agosto de 1901.

O autor da “A Ilusão Americana” dirigiu “O Comércio de São Paulo” durante muitos anos, movendo

Não se sabe ao certo, a idade do solar dos Prados. Segundo a crônica, passava dos 150 anos. Foto tirada por voltas de 1950. Ao fundo aparece a Igreja da Consolação, ainda sem a torre que hoje apresenta.





O CONSELHEIRO ANTONIO PRADO cuja vida pública foi das mais afanosas, toda entregue ao devotamento da Pátria. (Desenho do livro «História de São Paulo», do Prof. Tancredo do Amaral, publicado em 1895).

intensa campanha contra a república que se implantara há pouco no país. Era bacharel em direito, sócio do Instituto Histórico Brasileiro e fundador do Instituto Histórico de São Paulo. O seu nome teve grande projeção em nosso meio literário. Possuía uma das mais ricas bibliotecas de São Paulo. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Deixou numerosa bagagem histórica-literária.

A MORADIA

Não se sabe ao certo, a idade do solar dos Prado. Segundo a crônica passou dos 150 anos. A parte exterior estava descorada e desfeita pelo tempo. O interior encontrava-se em excelentes condições. Pouco se alterou no prédio. Era o mesmo que foi habitado pelo Casal Martinho Prado. Suas paredes artisticamente empapeladas, como era moda naquele tempo, eram de grande originalidade e beleza. A pintura das portas e retângulos das janelas, artística, em contraste com as longas táboas do assoalho. A escadaria, que dava acesso ao pavimento superior, era um prodígio de técnica e arte. Enorme claraboia permitia a entrada da claridade em todo centro da tranquila mansão. Na sua época foi séde da grande chácara do Dr. Martinho Prado. Suas portas principais eram circundadas de pedra de cantaria. O interior da propriedade representa antigos castelos europeus, que foram visitados por D.^a Veridiana Prado e daí trouxe os modelos. Numa das paredes encontrava-se belo painel, de autoria do pintor santista Benedito Calixto. Representava Anchieta enfrentando uma fera com um breviário nas mãos.

TRÊS PRADO

Os paulistas, conselheiro Antonio Prado, Martinho da Silva Prado Júnior e Caio Prado, eram filhos de D.^a Veridiana Prado. Destacaram-se com exceção de Caio Prado, na administração pública paulista, na agricultura e na tribuna.

Martinho Prado era natural desta cidade. Depois de formar-se pela Faculdade de Direito exerceu o cargo de promotor público. Por desgosto político, passou a empregar sua atividade na lavoura, na Capela das Araras, que pertencia ao município de Limeira. Em pouco tempo levantou considerável fortuna, que legou aos seus descendentes. Foi deputado em várias legislaturas. Era republicano e abolicionista. No seu tempo gozou fama de orador popular e parlamentar. Militou na imprensa, sendo um dos fundadores da "A Província de S. Paulo", atualmente "O Estado de São Paulo", onde colaborou durante muitos anos. Dedicou-se à propaganda imigratória, quando fundou a Sociedade Promotora de Imigração que tanto serviços prestou a São Paulo. Serviu a pátria e à República. Faleceu no dia 24 de Maio de 1906.

O conselheiro Antonio Prado ocupa lugar de honra na galeria dos paulistas ilustres e probos. Sua vida pública foi das mais afanosas e toda entregue ao devotamento da Pátria e à grandeza do torrão natal. Ocupou no tempo do Império o Ministério da Agricultura. A ele se deve o grande incentivo dado à colonização e à fundação do Instituto Agrônomo de Campinas. Além de político esclarecido, era grande administrador. Quando prefeito de São Paulo transformou a cidade colonial. Foi fundador do Partido Democrático.

Caio Prado, que foi de rara inteligência no seu tempo, faleceu em Junho de 1889 na presidência da Província do Ceará.

SEMINÁRIO DE EDUCANDAS DE N. S. DA GLÓRIA

Nesta modesta resenha, cabe ligeiro retrospecto histórico do Seminário de Educandas de N. S. da Glória, que por último se localizou no famoso edifício de D.^a Veridiana Prado. Desde o seu início destinou-se à educação de meninas órfãs, filhas de militares que pereceram em serviço da Pátria. Foi fundado em 1825 pelo Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antonio Monteiro de Barros, presidente da Província de São Paulo. Inaugurou-se no dia 8 de Junho, na Chácara da Glória, no caminho para o Ipiranga.

Depois de várias mudanças, em 1897 mudou-se para a casa da rua da Consolação, de propriedade de D.^a Veridiana Prado. A chácara, inclusive a moradia, foi adquirida por 200:000\$000 pelo govêrno de Jorge Tibiriçá. Essa transação se realizou graças à intervenção da madre Maria Antonieta Janin, que mantinha relações de amizade com a proprietária do imóvel.

D.^a Veridiana Prado, a instâncias da madre Superiora do Seminário, cedeu seu casarão ao govêrno por quantia insignificante, muito abaixo do seu valor real, dadas as finalidades da instituição que ali se instalou.

IRMÃS DE S. JOSÉ

Por contrato com o govêrno, em 26 de Junho de 1870, o Seminário de Educandas passou a ser dirigido pelas irmãs de S. José. A casa ministra a educação primária e industrial unida a uma sólida instrução religiosa, moral e doméstica. Apesar de sua antiguidade, o educandário acompanhou os métodos de ensino, adaptando-os às modernas exigências pedagógicas. Por ocasião da demolição estava com 300 alunas, sendo que 140 eram internas. Agora, com a resolução da Prefeitura Municipal, se localiza na avenida Nazaré, 795.

Pelo tradicional estabelecimento passaram verdadeiras legiões de jovens, que aí receberam educação moral e religiosa das mais aprimoradas. É uma das mais antigas e veneráveis casas de ensino público de São Paulo.



Foi a 12 de setembro de 1911 que deu em São Paulo a inauguração do Teatro Municipal. A fotografia, tirada naquela memorável noite, gentileza do dr. Edgar de Toledo Malta, mostra um aspecto da multidão em frente do teatro, aguardando a sua abertura oficial.

A Inauguração do Teatro Municipal

PELAGIO LOBO (*)

Foi a 12 de Setembro de 1911 — é lá se vão quarenta anos! — que se deu em S. Paulo a inauguração do Teatro Municipal. Esse aniversário não foi comemorado, como poderia tê-lo sido, por um espetáculo da Companhia lírica que realiza a presente estação, de forma auspiciosa, nem lembrado pelos jornais, salvo em curtas e quase apagadas referências.

Nem, mesmo, nas "Efemérides" de alguns deles, que em geral enchem linhas com fatos secundárrimos, sem nenhuma repercussão na vida nacional, foi anotada aquela data festiva, que marcou para S. Paulo uma época de progresso artístico a coincidir com o seu surto de prosperidade que, de lá para cá, vem desferindo uma linha ascensional atropelada e, sob muitos aspectos, estonteante. Esqueceram o Municipal mas apontavam nesse dia dois nascimentos de grandes nomes na história literária e política do Brasil: em 1831, em S. Paulo o de Alvares de Azevedo, o poeta exaltado do romantismo nacional, o grande sonhador cuja vida foi uma espécie de agonia espiritual, desalentada e chorosa que era o sonho encantado de quase todos os românticos da época; e Aristides Lobo, em 1838, em Mamanguape, na Paraíba de onde viria, feito o curso de direito em Pernambuco, apostolar a república, nos seus primeiros anos da sua atribulada atividade. Ora, o Teatro Municipal de São Paulo, obra grandiosa de Ramos de Azevedo e Domiciano Rossi, que nasceu para a Arte a 12 de Setembro colocou a capital no nível das ca-

pitais maiores da América e da Europa que possuíam uma casa digna das grandes realizações do palco, quer o dramático mas, principalmente o de óperas líricas. Entrámos, verdadeiramente, naquela noite de abitação e brilho para o rol das grandes capitais. Não será necessário rememorar tudo quanto tem sido feito, de benéfico para a arte teatral em São Paulo sob o abrigo e com os estímulos desse belo monumento. As vozes dos maiores cantores e artistas dramáticos de fama mundial ali se fizeram ouvir, e do seu palco, já agora velho e maltratado, deram ao público alimento e estímulo, de beleza artística que são o maior encanto desta nossa vida, tão cheia de incertezas e tribulações.

Recordar é viver — e por isso procurarei reviver a noite memorável de 12 de Setembro de 1911 e relembrar, a propósito da inauguração, algumas impressões que dela recolhi e ainda guardo na memória. Assisti a quase toda a temporada e, sem dúvida, aos melhores espetáculos, por um elenco que poucas vezes foi igualado nas estações ulteriores e raríssimas vezes excedido.

Para a inauguração, e para dar ao barítono Titta Ruffo o ensejo de uma ostentação dos seus recursos vocais que eram portentosos e dos seus recursos artísticos que eram quase perfeitos, marcou-se para a estréia o drama lírico "Hamlet", libreto original escrito em francês por Michel Carré e Jules Barbier, música de Ambroise Thomas, cantado pela companhia na versão italiana.

A escolha da ópera não agradou a muitos jornais e assinantes fizeram críticas fundamentadas, por lhes parecer que nem o público a conhecia, nem a apreciaria, tendo que ser, fatalmente, relegada ao esquecimento. E foi o que aconteceu. Aliás, acentuavam outros, não era o "Hamlet" a melhor produção do teatro francês, nem mesmo figurando entre as mais apreciadas do próprio Ambroise Thomas. Sedeu-se, porém, ao que se sabia ser designação do próprio Titta Ruffo. Desfrutava este do prestígio de "primeiro barítono do mundo" e a curiosidade por conhecê-lo fez silenciar as mais azedas impugnações.

Vinha a Companhia de Buenos Aires, depois de realizar a sua temporada no Colón com um êxito extraordinário e Titta Ruffo ali se impusera como figura a mais festejada e prestigiosa. Lá fizera o Hamleto com a Barrientos, então em pleno fulgor da carreira. Como, entretanto, essa "diva" não pudesse vir a S. Paulo, trouxeram os empresários da Europa a cantora Graziela Pareto — com vantagem para nós.

Dirigiu a temporada o provedor Edoardo Vitale.

Os outros figurantes do "Hamlet" — eram — o baixo Polo Ludiltar, o soprano dramático Flora Pierini e, como complemento, Carlo Bonfanti e Vincenzo Bettoni.

Em fins de agosto já estava esgotada a lotação para as 10 récitas da temporada e pedidas com empenho localidades para os espetáculos extraordinários. O es-

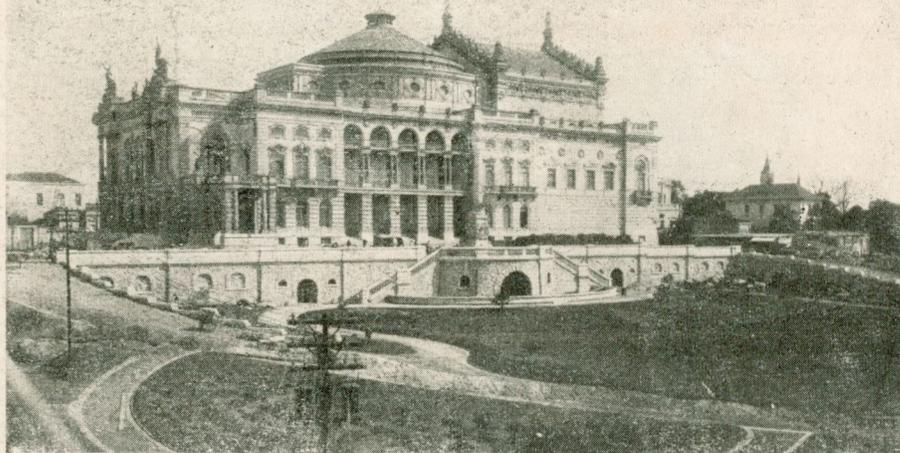
petáculo da inauguração começou tarde; marcado para as nove da noite, só pode ter início quase às dez, quando o público, impaciente, já começava a sussurrar reclamações. Em frente ao Municipal uma multidão ansiosa se comprimia, mantida por cordões policiais abaixo da escadaria da praça. Automóveis particulares e de aluguel faziam filas intermináveis muito embora o número desses veículos fosse, então, menos talvez do que a vigésima parte dos que hoje trafegam por essas ruas. O policiamento era intenso no grande "hall" e nas entradas laterais, para evitar uma invasão, em massa, que fora anunciada desde a véspera.

Nas localidades do teatro, a sociedade paulistana pompeava com as suas figuras de maior relevo.

Apontavam-se entre famílias as da antiga tradição, com preponderância da ainda existente "nobreza rural", seguida pelos primeiros magnatas da indústria e do comércio e ao lado dos nomes egrégios que se colocavam na galeria da nossa política e da alta administração. A colônia Italiana tinha seu posto com os seus vultos mais destacados, mas a maioria, em proporção de noventa por cento, era a brasileira genuína ou já em segunda geração pelos entrelaçamentos que, nos vinte anos seguintes, se foram fazendo mais numerosos e intensos. Nos intervalos, enchia-se o "foyer" — e esse desfile de elegâncias masculinas, enquadrados em casacas de corte moderníssimo ao lado do fulgor feminino em seus generosos decotes era, para muitos, a fase melhor dos espetáculos.

O ambiente, naquela primeira noite, era, no entanto, de grande reserva, só depois uma familiaridade mais confiante se foi estabelecendo.

A esse retraimento muito do nosso feito, juntava-se a pouca



O Teatro Municipal em 1911, pouco depois da sua inauguração. Não havia ainda, em frente ao Anhangabaú, o monumento à Carlos Gomes. Tampouco, existiam os grandes edifícios que o ladeiam, e que contribuíram para caracterizar aquele recanto da cidade.

vibração colhida na ópera. O desempenho, não obstante a excelência do trabalho dos artistas principais, que eram Titta Ruffo, Pareto, Pierini e Ludikar, com predomínio incontestável do barítono e do soprano ligeiro, não recebeu essas explosões de bravos e palmas que depois coroaram as representações mais do gosto do público, entre elas a "La Bohème", de Puccini, o "Barbeiro de Sevilha" e o "Rigoletto", neles se sucedendo, com Tita Ruffo, a voz inesquecível de Adelina Agostinelli, em sua plena pujança de clareza, de volume e de encanto que completava a beleza dominante da sua figura, e o tenor Alessandro Bonci.

A "Boêmia" foi dos mais assinalados triunfos da temporada, pois o próprio Titta Ruffo assumiu a parte secundária de Marcelo que, para um artista do seu porte e da sua fama representava alta homenagem de apreço ao povo paulistano. O "Hamlet" encerrou-se quase à 1 hora da madrugada, e não chegou ao último ato. Pelo "adiantado da hora" nem pôde o Príncipe da Dinamarca embeber a espada no peito do seu padrao — e a tragédia shakespereana ficou sem o fecho de sangue que a assinala.

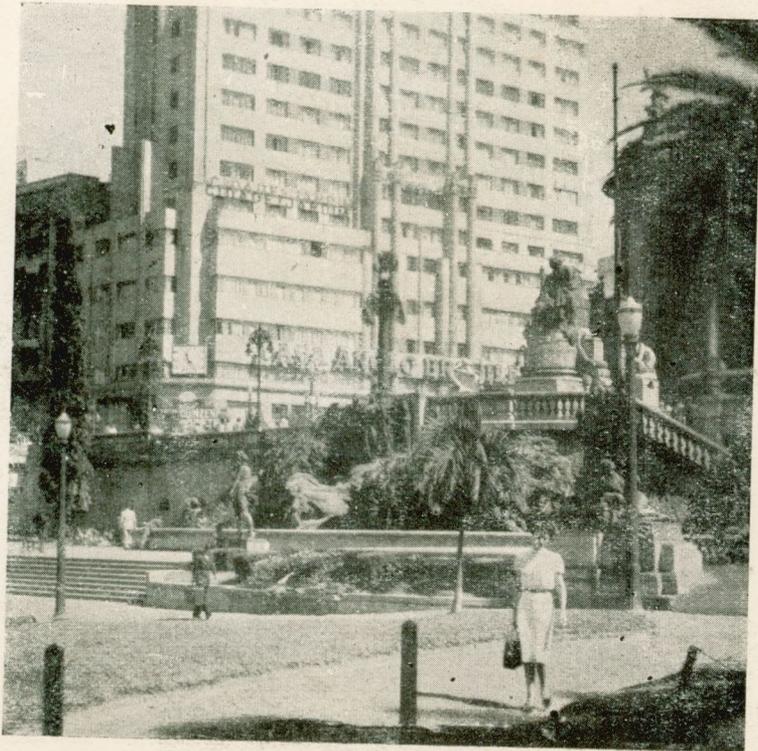
O êxito triunfal foi marcado pelos espetáculos seguintes, não se devendo esquecer que, a 16 e 19, entremeados pela primeira representação da Boêmia, que foi a 18 de Setembro, tivemos a fortuna de assistir à novidade do "Tristão e Isolda", de que o maestro e crítico Félix de Otero fora o maior propagandista e o mais abalizado "explicador". A temporada encerrou-se com dois espetáculos magníficos do Don Pasquale, de Donizetti, realizados a 30 de setembro (exatamente há 40 anos) e 1.º de outubro, com o mesmo esplêndido elenco: Titta Ruffo, Agostinelli, Bonci e Paterna. Nosso banho artístico tinha sido completo e profundamente benéfico. O nome de Ramos de Azevedo, que ocupava, com sua família, durante todos os espetáculos um dos camarotes da esquerda, pegado ao do Sr. Guilherme de Andrade Vilares, ovacionado várias vezes na inauguração recebeu uma aclamação estrondosa no encerramento da temporada: e, após o decurso de dois meses, outra manifestação de alto brilho social — um baile, e baile "puchado à sustância", no "foyer" do Teatro que êle construiu com a colaboração desvelada de tantos auxiliares que, sob a direção daquele arquiteto o artista de tão consumada perícia e tão assinalado talento, contribuíram para a remodelação fisionômica da Capital e para a divulgação do bom gosto que, durante anos seguidos, marcou o seu incontestável predomínio.

* * *

Contra a temporada ou, mais precisamente, contra a escolha do "Hamlet" para a sua abertura, o protesto mais veemente veio de Campinas. Numa das sessões semanais do "Centro de Ciências, Letras e Artes" que eram concorridíssimas e davam ensejo a debates proveitosos sobre temas e

Outro aspecto da Praça Ramos de Azevedo e começo da Rua Barão de Itapetininga, tirado por voltas de 1911. Nota-se na fotografia a Rua Barão de Itapetininga ainda com as árvores que mais tarde foram cortadas.





O monumento à Carlos Gomes, ao lado do Teatro Municipal, erigido vinte e dois anos após a tumultuosa inauguração daquela casa de espetáculos, foi oferecido a São Paulo pela colônia italiana aqui radicada para exaltar a memória do grande campineiro. Os grupos escultóricos foram executados pelo célebre Brizzolara.

questões as mais variadas, o poeta Benedito Otávio formulou uma queixa, a que deu forma de protesto, estranhando que na inauguração do nosso maior e melhor teatro, numa temporada lírica, não se desse preferência ao "Guarani", que era ópera com a qual o maior talento musical do Brasil se impusera a públicos e teatros de consagrado renome, a principiar pelo Scala de Milão, onde fizera o início da sua gloriosa carreira. E estranhava-se que, tendo S. Paulo, na figura de Carlos Gomes, o maior, sem contestação, dos seus grandes artistas musicais, com relevo indisputado na América — a direção do Municipal escolhesse uma ópera pouco conhecida, quase nada estimada, de autor francês que, em sua própria pátria não conseguira o predomínio que alguns outros haviam alcançado. O protesto, lá formulado, foi enviado a Alcântara Machado, então vereador da Câmara Municipal de S. Paulo e por este lido e apoiado em sessão.

Provocou isso ampla celeuma e os debates pela imprensa formaram eco que consagrou a queixa do Instituto campineiro, recebendo apoio de jornais do interior e da Capital Federal. O tema era excelente para aquela expansão patriótica e, não obstante quantas reservas pudessem ser opostos à praticabilidade de realização de um espetáculo de ópera-bailado, como o Guarani, que exigia outro elenco e numerosa e bem ensaiada comparsária — acendeu discussões e debates extensos e intensos.

O protesto de Benedito Otávio, apresentado na sessão de 21 de Agosto ao instituto científico e artístico campineiro, em sessão presidida pelo Dr. Tomaz Alves obteve o voto unânime dos sócios presentes — Dr. Tito de Lemos, Dr. Ponciano Cabral, Vicente Melilo, Erasmo Braga, Virgílio Bitencourt e o apoio de outros, não presentes, que mais tarde o subscreveram; e teria alcançado a assinatura da unanimidade dos sócios se não fôra o último considerando que falava em "desconsideração à glória nacional como à própria cidade de Campinas, glorioso berço de Carlos Gomes". Obtemperaram alguns: a escolha é infeliz, poderá ser qualificada esquecimento das glórias do autor do "Guarani", mas nunca como um desacato ao seu berço natal: nem isso seria compreensível, sabendo-se que, na comissão que orientava a temporada estava Ramos de Azevedo, que também era campineiro.

Mas em movimento desse feito e com o calor e veemência dos que protestam é difícil acomodar as correntes e expungir os excessos e exorbitâncias. Os outros fundamentos, unânimemente aceitos, era mestres que transcrevo dos meus guardados para avivar a memória dos que talvez se lembrem, vagamente, ou nem se lembrem desse episódio.

"Considerando que o Estado de São Paulo, florescente entre os demais da União, teve a honra de contar entre os seus filhos ilustres o maestro Antonio

Carlos Gomes, considerado o maior gênio musical das duas Américas e ainda, "Considerando que, entre os seus trabalhos avulta a ópera "Il Guarany", de caráter genuinamente brasileiro, quando se não tivesse notabilizado por outros títulos:

"Considerando que essa ópera estava escolhida para inauguração do Teatro Municipal de São Paulo, por acôrdo entre os membros da comissão encarregada de levar a efeito, na capital, a construção de um monumento àquele ilustre maestro; entretanto,

"Considerando que a data dessa inauguração está fixada e que a ópera escolhida para isso não pertence ao número de produções de Carlos Gomes; e ainda mais,

"Considerando que, sem preocupação de nacionalidade, o autor escolhido não é o mais notável dentre os músicos do sua pátria, nem foi o seu melhor trabalho e preferido;

"Considerando ainda que, como é sabido, esse autor se manifestou desfavoravelmente a Carlos Gomes, em dada ocasião e particularmente em referência a essa ópera "Il Guarany" e, finalmente,

"Considerando que a preterição de um nome nacional em favor de nome estrangeiro, numa festa de arte com cunho oficial, não é só uma desconsideração à glória nacional, como à própria cidade de Campinas, glorioso berço de Carlos Gomes. . .

O "Centro de Ciências, Letras e Artes" desta cidade, crendo interpretar os sentimentos patrióticos dos moradores de Campinas, resolve:

Protestar, etc.

Convém recordar que, entre os signatários do protesto figuravam não somente campineiros de berço, mas grandes contingentes de filhos de outros Estados, principalmente do Norte, como Ponciano Cabral, Sousa Brito e Tito Lemos: — Bahia, Ceará e Maranhão secundavam o protesto de campineiros, cariocas e filhos de outros Estados. . .

Mas o protesto não adiantou. A inauguração foi feito com o Hamleto, de Thomas e o monumento à glória de Carlos Gomes foi erigido vinte e dois anos mais tarde e oferecida à capital pela colônia italiana, de cuja comissão promotora fazia parte a figura inolvidável do maestro Luigi Chiaffarelli, o mais ardente e desvelado propugnador dessa realização. E os grupos monumentais devidos ao talento do escultor Brizzolara lá estão no Vale do Anhangabaú, a atestarem que há na exaltação da glória do maestro campineiro a generosidade italiana que conosco tão bem se ajusta aqui se manifestou de forma galharda, completando, depois da morte do Tonico de Campinas o afeto caloroso que lhe dispensava quando na Itália era cognominado "Il Gomes, dalla testa di leone".

(*) Artigo publicado em 1951 no «O Correio Paulistano».

O PATIO DO COLEGIO

E' a tradição de São Paulo ostentando restos de construções históricas

A TRADIÇÃO SEMPRE FOI BASE SEGURA DE UMA NACIONALIDADE — POVO SEM TRADIÇÃO NÃO SE IMPÕE NO CONCEITO UNIVERSAL DAS NAÇÕES — QUE RESTA FAZER, NO MOMENTO? — UM ENTENDIMENTO ENTRE OS DOIS PODERES: ESTADUAL E MUNICIPAL — PROJETOS E CONSIDERAÇÕES.

CARLOS ALBERTO GOMES CARDIM FILHO

(Eng. Arquiteto e Prof. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo)



O Pátio do Colégio no começo do século XIX, segundo estampa da época.

O Pátio do Colégio, esse local histórico de São Paulo, vem constituindo nos dias que passam, o centro de convergência do interesse público, tendo a imprensa, o rádio e a televisão feito tudo para que a demolição iniciada pela Secretaria da Viação do Estado, não vá destruindo, desordenadamente, o edifício até há pouco ocupado pela Secretaria da Educação.

Merece, de fato, a carinhosa atenção dos poderes públicos tal demolição, não só pela significação histórica como arqueológica, e ainda mais, tendo-se em conta a solução urbanística que deverá ser dada a essa colina, na qual Anchieta lançou a primeira escola e de onde se divisavam, da cunha de terra formada pelos rios históricos Anhangabaú e Tamanduateí, os domínios da cidade nascente, fundada por Nóbrega.

Testemunha de cruentas lutas entre os índios, terra que recebeu em seu seio os primeiros defensores de sua integridade, os mártires do alvorecer de nossa vida de cidade, São Paulo nasceu debaixo da Cruz de Cristo, sob o ritual de uma missa, possuindo uma escola e uma casa, que era tudo, inclusive a primeira oficina que existiu na cidade. Terra na qual, debaixo de uma abobada de «gameleira», da igreja do Colégio, rezavam as mães e filhas dos bandeirantes, pedindo a Deus protegesse esses heróis que alargaram as divisas do Brasil. Nessa igreja também foram enterrados Tibiriçá e vários paulistas notáveis da primeira era de nossa formação.

E' o Pátio do Colégio, assim, cheio de tradição, ostentando restos de construções históricas, das quais é notável revelação aquela secular parede de taipa de pilão, existente no andar térreo, abaixo das antigas salas de despacho e espera, da velha Secretaria da Educação.

Não é de hoje que nos vimos preocupando com o destino a ser dado a essa área da cidade, na qualidade de urbanista e, em certo tempo, responsável pelos planos de melhoramento da cidade. O problema era complexo, pois o Estado possuía ali a maior área e situava-se no local o prédio que já não servia mais para uma Secretaria tão importante com a da Educação.

Do lado da ladeira João Alfredo e Bitencourt Rodrigues há prédios particulares obsoletos, que serão visados no caso de um futuro planejamento urbanístico. Na parte fronteiria à rua Bitencourt Rodrigues foi demolido o antigo Mercado e seria necessário demolir mais três quadras igualmente obsoletas, a fim de garantir a vista do Pátio.

Seria preciso também limitar altura para quatro pavimentos numa outra quadra fronteiria à avenida Exterior e rua 25 de Março. E por último pôr abaixo o prédio ocupado com a Polícia Central.

Como então convencer os poderes Municipais e Estaduais da necessidade de, pelo menos, bloquear essa área a fim de aguardar tempo para um planejamento urbanístico? Tomando isso em consideração, organizamos, em ca-

ráter particular, um projeto exposto no Salão Paulista de Belas Artes, em 1949, denominado «Pátio do Colégio e o Centenário». Esse estudo, entregue ao Departamento de Urbanismo e desenvolvido, foi objeto do ciclo de palestras da Sociedade de Engenheiros Municipais e, depois, vindo a público sofreu a crítica dos urbanistas, historiadores e arquitetos, sendo as opiniões unânimes na sua aprovação, discordando algumas quanto à localização que fôra imaginada para a futura reconstrução da Igreja do Colégio e outras manifestando-se contrárias a essa reconstrução.

Esclarecemos, então, que o projeto se destinava a auscultar a opinião geral, e a igreja seria substituída por um bloco de construção para um Museu Municipal e um Museu Colonial da Cúria, mantendo anexo uma Escola de Arte Sacra. Neste ambiente, então seria colocada a maquete na escala 1:20 que relembriaria integralmente o Pátio histórico do Colégio.

Com a apresentação de um projeto de Lei da Câmara Municipal, dava-se um passo avante para a efetivação do projeto que imagináramos e que, tendo a aprovação da Câmara, mereceu do prefeito atual, dr. Jânio Quadros, em boa hora, com apoio geral, a respectiva sanção.

São os seguintes considerandos com que justifico a proposição aprovada pelo Legislativo municipal por iniciativa do vereador Toledo Piza:

«Existem de longa data projetos de vários engenheiros, inclusive do dr.



Fachada da Igreja do Pátio do Colégio, por ocasião da demolição em 1897.

Gomes Cardim, diretor do Departamento de Urbanismo, no sentido de ser urbanizado o Pátio do Colégio, desfigurado com construções, que tiraram completamente o sentido histórico do local.

O monumento que aí existe, comemorativo da fundação da cidade, achase «espremido» pelas construções oficiais, sem nenhuma visibilidade para o transeunte.

Urge ampliar esse local, proporcionando, em substituição uma praça cívica, com um mirante para a antiga Várzea do Carmo e bairros que se localizam além Tamanduaté.

A existência dessa segunda praça, que seria a maior de S. Paulo, facilitaria, também a possibilidade de se localizar, em um de seus ângulos, veículos particulares e de aluguel, evitando a utilização da praça da Sé, que urge ser ajardinada.

O governador Lucas Nogueira Garcez, de quem mais depende a urbanização, pois tal melhoramento convém ser inaugurado em 1954, não negará com seu alto espírito público, o seu apoio ao município da Capital, nessa velha aspiração, facilitando a entrega dos imóveis oficiais, por uma das maneiras sugeridas no artigo 1.º do projeto de lei».

A lei promulgada pelo sr. prefeito tem o seguinte texto:

«Lei n. 4.396, de 24 de junho de 1953.

Autoriza entendimentos, com o Governo do Estado a fim de adquirir imóveis localizados no Pátio do Colégio e rua Roberto Simonsen.

Jânio Quadros, prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas, por lei,

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Aspecto do Pátio do Colégio quando já havia sido demolida a primitiva casa de ensino dos jesuítas e ocupava o seu lugar, o Palácio do Governo.

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a entrar em entendimentos com o Governo do Estado, a fim de adquirir, por doação, permuta ou compra, os imóveis deste último, localizados no Pátio do Colégio e rua Roberto Simonsen, ocupados pela Secretaria de Educação, 1.ª Delegacia Auxiliar e Plantão Central da Polícia, indispensáveis, a fim de constituir um logradouro público destinado a rememorar o local da fundação de São Paulo.

Art. 2.º — Realizados esses entendimentos, proporá o Executivo municipal, as medidas necessárias à concretização desse logradouro público, assim com outras que digam respeito às desapropriações da rua General Carneiro e rua Bitencourt Rodrigues, segundo os planos do Departamento de Urbanismo, da Secretaria de Obras.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de S. Paulo, 24 de Junho de 1953, 400.º da fundação de São Paulo».

O prefeito — Jânio Quadros.

O secretário de Negócios Internos e Jurídicos — José Adriano Marrey Jr.

O secretário das Finanças — Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto.

O secretário de Obras — João Caetano Alvares Jr.

Publicado na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 24 de junho de 1953.

O diretor, Hedair Labre França».

Transferindo-se a Secretaria da Educação para o novo prédio da Academia de Letras de São Paulo, deixou vago o velho casarão do Pátio.

Entendemos que a sua demolição se impunha, tendo em vista o plano que o projeto de Lei aprovava e que é de todo interesse executar em parte. Para isso convinha, desde logo, se estabelecessem entendimentos entre a Prefeitura e o Estado.

Entretanto, tais entendimentos, que eram não só aconselháveis, mas mesmo necessários, não se deram, de maneira que a demolição desordenada a que se sujeitou o velho edifício, sofreu, de pronto, enérgica oposição, pedindo os interessados na defesa de nosso

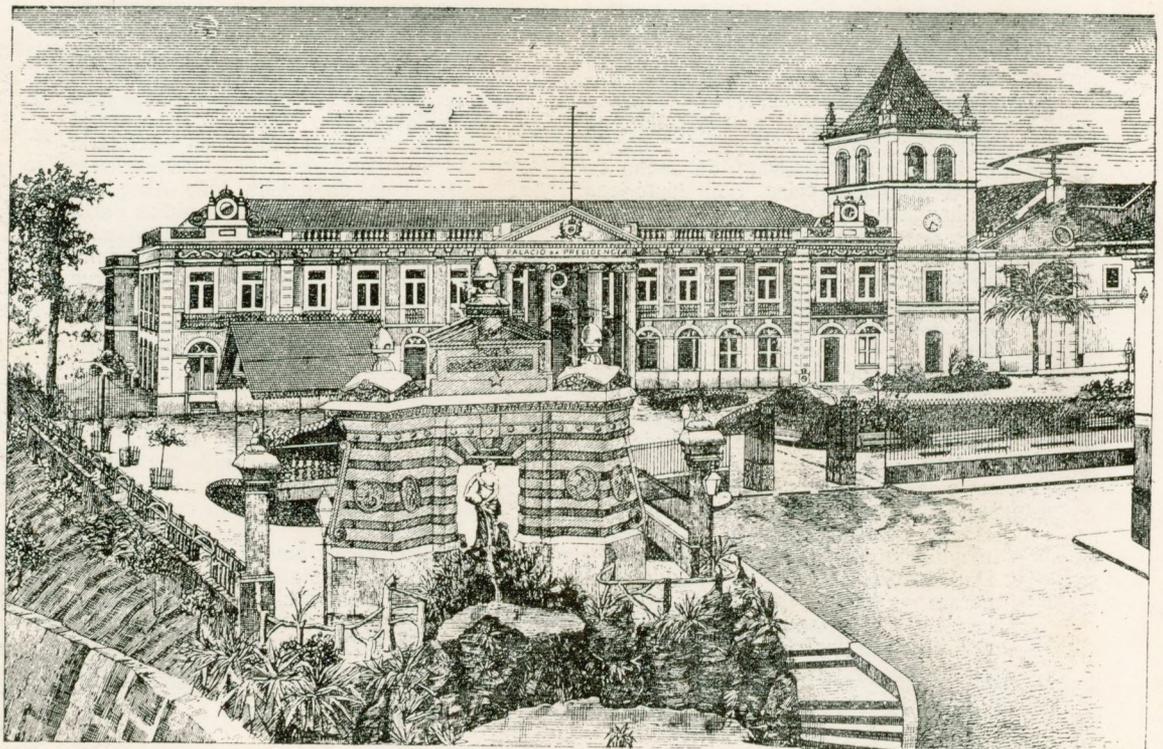


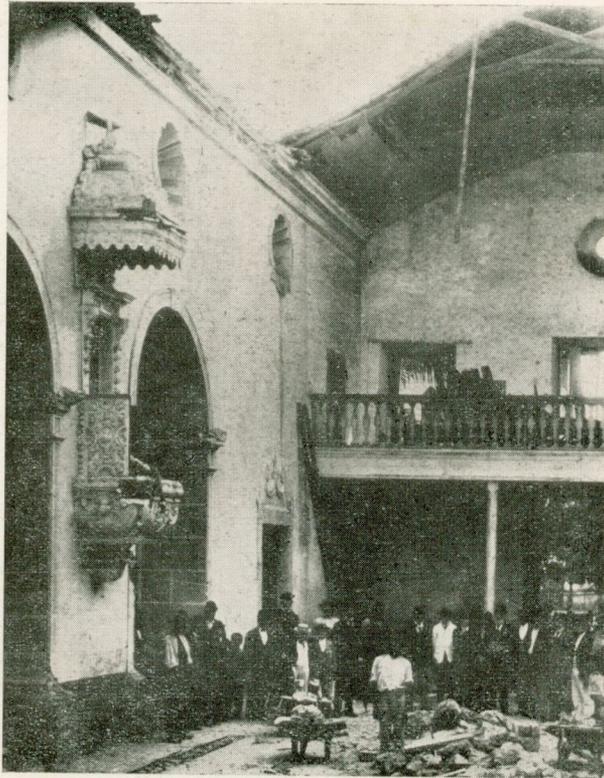
Vista interna da nave da Igreja do Colégio, tirada durante a demolição. Aparece a esquerda, o côro e a direita, a parte posterior da torre.

patrimônio histórico, mais cuidado na orientação e realização dos trabalhos.

O clamor que se estabeleceu foi atendido pelo sr. Secretário da Viação, dr. Nilo Amaral, as obras de demolição tomaram um ritmo mais cuidadoso, o que permitiu salvar-se aquela parede de taipa de pilão situada na parte média do lance perpendicular à fachada principal, correspondente, mais ou menos, à entrada principal do prédio. A sua formação em camadas e os furos cilíndricos do «cavodá» estão a evidenciar a técnica antiga, da construção de taipa de pilão.

E' de fato uma parede original do antigo colégio dos jesuítas e, merecer ser conservada como uma relíquia arqueológica de São Paulo. Há ainda muita parede de taipa de pilão pela cidade; aí está a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, conservada em sua integridade devido ao zelo do





Aspecto interno da nave durante a demolição, vendo-se a esquerda o belo púlpito já semi-destruído.

sr. Paulo Monteiro. Nenhuma, porém, fala tanto à formação da cidade e nenhuma assinala tão bem a origem da metrópole de hoje como essa do Pátio do Colégio.

Por essa razão, propuzemo-nos rever nosso projeto e dar a significação histórica que merece essa parede, aproveitando-a e mantendo-a assim, sem revestimento, para um dos lados da Igreja do Colégio que, então, aí seria reconstruída, num deslocamento paralelo à antiga Igreja.

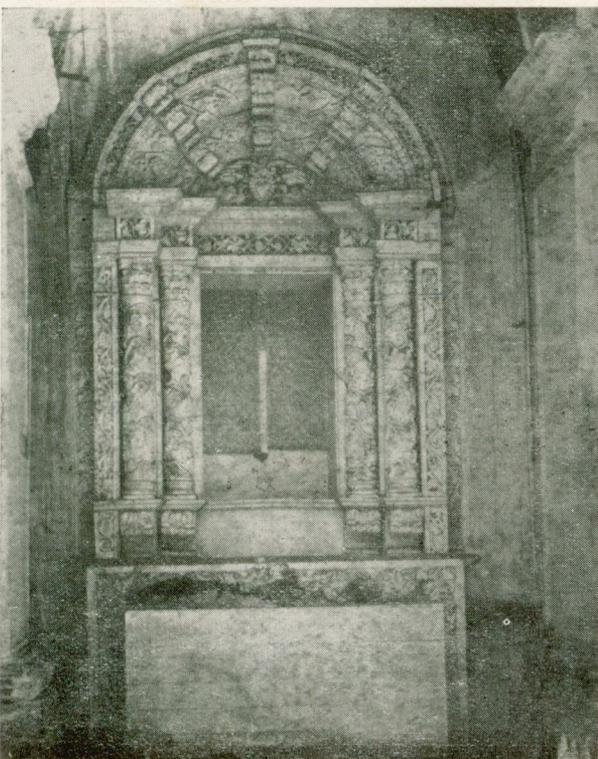
Não consideramos se tenha por certo que o torrão do lado direito do prédio da antiga Secretaria da Educação, esteja constituído de paredes da antiga torre do Colégio. Não nos convencemos, pois em 1897, tudo isso fôra demolido com a Igreja do Colégio sendo certo, no entanto, que o local é o mesmo da antiga torre da Igreja do Colégio, e talvez sejam as

mesmas fundações antigas. Isso é coisa que se verificará com a demolição. Confirma a observação este trecho do relatório da Comissão de Historiadores e Técnicos que acompanharam a sua demolição em 1897: — «E assim, conforme a vossa resolução, no local do velho monumento, e mais antigo desta Capital, cuja fundação outrora por êle começara, há agora uma praça rodeada pelos edifícios da Secretaria da Agricultura e da Polícia, e pelo Palácio do Governo, onde ainda agora está em construção a nova fachada com elegante torreão, erguido no mesmo sítio em que existiu a velha torre do colégio dos jesuítas». Acreditamos que os enormes tijolos sem marca e sem rebaixo e as lajotas quadradas sejam primitivas, pois os jesuítas ensinaram o ofício de oleiro aos índios como disse Serafim Leite: Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, 1549-1760 (edição de 1953, p. 24 — Serafim Leite, S. J.) ... «e os ofícios

de carpintaria dos padres Antonio Pires e Afonso Braz, só se pode compreender com índios ajudantes e aprendizes, constando positivamente que o Irmão Amaro Lopes ensinou a índios e negros o ofício de oleiro. (Afonso Braz — O primeiro arquiteto de São Paulo)».

E' lamentável que já se tenham vendido e transportado do local esses tijolos que possuem dimensões fora do comum como sejam respectivamente: 32 cm. x 15,5 x 7,5 e 25 cm x 25 x 5,8.

Os pregos que encontramos nos vigamentos enormes falquejados do forro e dos andares, pregos de cravo de ferro batido em forja de tamanhos e grossuras diferentes, de secção quadrada e forma piramidal alongada são originais e idênticos aos que temos colhido em construções de mais de duzentos anos em São Paulo por ocasião de reformas e demolições. Tudo isso vai sendo removido e vendido sem a menor análise.



Altar lateral da Igreja do Colégio, sem as imagens e castiçais, aguardando a sua demolição.

O bellissimo altar-mor da Igreja do Colégio, durante a demolição corrida em 1897. Esse altar, felizmente, foi levado para a Igreja do Santuário do Coração de Maria, onde poderá ser visto, perfeitamente conservado.

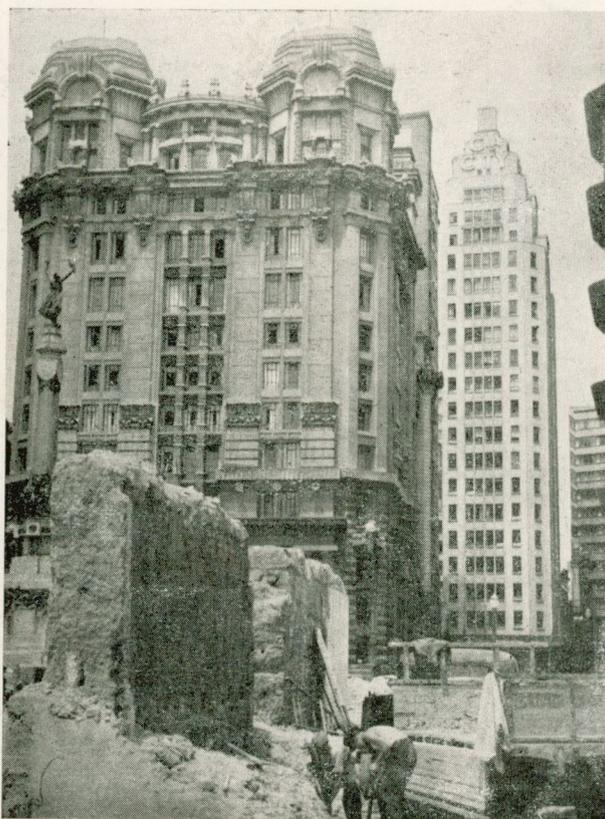


Há muito pretendemos formar um museu da construção em São Paulo, onde esses materiais característicos de nossas construções antigas fossem classificados e expostos para estudo e documentação das artes e ofícios no Brasil primitivo. Existem prédios em São Paulo que se prestariam para tal como o da rua Brigadeiro Tobias, esquina da rua Washington Luiz, um antigo solar para o qual Yan de Almeida Prado sempre chama atenção. Seria interessante desapropriá-lo e restaurá-lo para que fique alguma coisa ainda em pé na cidade, falando de forma autêntica do nosso passado colonial arquitetônico.

A tradição sempre foi a base segura de uma nacionalidade. Povo sem tradição não se impõe no conceito universal das nações.

Que resta fazer, no momento? A nosso ver, impunha-se um entendimento entre os dois poderes Estadual e Municipal para o planejamento do local. O governo do Estado possui uma grande e belíssima área a ser urbanizada e devem existir grandes interesses no seu aproveitamento, por outro lado haverá grande área a ser conquistada com as novas desapropriações a serem feitas, exigindo para tudo, uma cooperação dos poderes, em trabalho essencialmente de equipe, como fizeram os antigos jesuitas na formação da cidade.

Esclarecemos que, hoje, somos francamente favoráveis à reconstrução da Igreja em face dos novos documentos que nos chegaram às mãos por intermédio do ex-prefeito dr. Armando de Arruda Pereira, e da descoberta feita da parede de taipa em ótima si-



Uma das paredes de taipa de pilão que ainda foram salvas em tempo, da demolição da Secretaria da Educação. Essa parede, evidentemente, pertenceu ao antigo Colégio e foi aproveitada, assim como outras, quando ali foi erguido o Palácio do Governo. (Foto Carlos Borges Schmidt).

tuação para ser aproveitada para futura Igreja, na qual ficaria sem revestimento como um atestado de sua autenticidade.

O Pátio do Colégio ampliado conforme havíamos projetado, os jardins, a utilização para prédio público do restante da área, pode ser feito com muito critério procurando-se a linha horizontal para construção em lugar da vertical, como projetamos.

Confiamos no alto critério dos poderes públicos, lembrando que a população está atenta ao problema principalmente porque a Constituição do Brasil diz, no seu art. 175: «As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficam sob a proteção do poder público».

Sobre o valor artístico da última Igreja do colégio voltaremos a falar a fim de esclarecer a opinião pública. Podemos com documentos iconográficos e de textos existentes reconstruí-la e, dentro do quadro urbanístico do local, com «engenho e arte», haveremos de enquadrar a Igreja de forma a ficar marcado o palmo de terra da nossa origem de cidade grandiosa.

Com êsse novo estudo, o local ganharia em aspecto paisagístico, ampliando-se também e dando-se-lhe, por outro lado, uma utilização mais racional, de acôrdo com seu duplo valor histórico e imobiliário.

O povo precisa sentir o valor simbólico dessa colina, onde se situa hoje o Pátio do Colégio. Ponha-se o máximo de esforço para urbanizá-la, na altura da grandiosa Piratininga.

COMEMORAÇÕES RELIGIOSAS NO ANO DO IV CENTENÁRIO

Sendo São Paulo um produto legítimo do gênio civilizador do cristianismo, a data do seu IV Centenário não poderia deixar de ser assinalada com um condigno programa de comemorações religiosas, para o êxito do qual trabalham ativamente as autoridades eclesiásticas, com a cooperação da Comissão encarregada dos festejos.

Dois pontos principais assinalarão o programa de comemorações religiosas do ano IV Centenário: em primeiro lugar ocorreu no próprio dia 25 de janeiro de 1954, data do 400.º aniversário da Cidade, isto é a solene entrega da nova Sé, Catedral de São Paulo, ao culto público. Trabalhou-se ativamente na conclusão do grandioso templo gótico, um dos maiores nesse estilo da América Latina. Arquitetos e artistas europeus e brasileiros, procederam em Roma à execução dos altares e outros elementos da decoração interna. Dessa forma, com exceção das torres, cuja construção se fará posteriormente, a nova Catedral de São Paulo esteve pronta para o solene «Te Deum» em ação de graças pelo 400.º aniversário da Fundação de São Paulo, que assinalou a entrega do magestoso templo ao culto.

No mês de setembro de 1954, será realizado o outro ato culminante das comemorações religiosas do IV Centenário: o I Congresso Eucarístico Mariano Nacional, comemorativo também do I Centenário do Dógma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora. O certame se desenvolverá em São Paulo e Aparecida, de 4 a 8 do referido mês, com a presença do episcopado nacional e ensejando grandes concentrações de fiéis, semelhantes às que ocorreram em 1942, por ocasião do IV Congresso Eucarístico Nacional de São Paulo,

Várias outras solenidades de caráter religioso se assinalarão em 1954, paralelamente às festividades do IV Centenário, sendo de notar-se a realização de congressos e concentrações religiosas, para debate de problemas atuais do catolicismo e evocação dos grandes eventos da história de São Paulo, a que está ligada a Igreja.

Em preparação às solenidades religiosas do IV Centenário, determinou o sr. Cardeal-Arcebispo se realizassem missões em tôdas as paróquias do Arcebispado. Êsse movimento de preparação espiritual, entregue aos missionários redentoristas e dominicanos, se vêm desenvolvendo com grande êxito.

Para coordenar a realização dessas várias manifestações, já se instituiu, junto à Comissão do IV Centenário, a Consultoria Técnica do Serviço de Comemorações Religiosas, da qual fazem parte: D. Paulo Rôlim Loureiro, bispo auxiliar de São Paulo; mons. dr. João Baptista Martins Ladera, mons. Aginaldo José Gonçalves, mons. dr. José Hígino de Campos, mons. Vicente Marchetti Zioni, e mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo, mons. João Pavésio, cônego José Lafayette Ferreira Alves, mons. João Deusdedit de Araujo e padre Joaquim Horta.

Por sua vez, o Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, entidade recém-fundada nesta Capital e que tem por objetivo a publicação da História da Igreja em São Paulo e planejar a do Brasil, bem como publicar trabalhos relativos à história e arte religiosa nacional, vem trazendo valiosa cooperação ao IV Centenário, tendo já editado o 1.º volume do ensaio «A Igreja na História de São Paulo», de autoria do presidente do Instituto e conhecido historiador, mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo.

Evolução do Transporte na Paulicéia

AMÉRICO R. NETTO

(Do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo)



Já no III Centenário da Paulicéia, em 1854, o «tilbury» era usado nas vias públicas da capital paulista, prolongando-se seu emprêgo até o fim do segundo decênio do século atual, quando o progresso do automobilismo determinou seu gradual desaparecimento. Conquanto esse veículo já possa ser hoje considerado «peça-de-museu», o mesmo não sucedeu, ainda, ao tipo de calçamento que mostra o desenho e que continua a ser, infelizmente, de patente atualidade...
(Desenho à pena, de A. Esteves).

A data de 25 de janeiro de 1954 deu motivo a que grande maioria da imprensa da capital paulista, e mesmo de importantes cidades do litoral e do interior do Estado, publicasse vultosas edições especiais, muitas delas rápida e totalmente esgotadas, havendo até o caso de reedições. Boa parte da imprensa carioca também não se mostrou estranha à comemoração da importante efeméride.

Conseguimos, não sem apreciável esforço, reunir quase todas essas edições da data do IV Centenário, as melhores bem difíceis de adquirir, devido à intensa procura que tiveram e que determinou, no caso, sensível «mercado negro», contra o qual foi preciso, em certas circunstâncias, a intervenção corretiva da própria polícia. E, de modo geral, demo-nos por muito bem recompensados do nosso trabalho, pois tais edições constituem, quer isoladamente, quer principalmente no conjunto, excelente repositório de informações e comentários sobre a vida paulistana em todas as épocas. Um, farta e expressivamente ilustradas, são de evidente caráter popular, mas nem por isso deixam de formar excelente documentação. Outras, menos ricas em ilustrações, têm marcado alcance cultural. E, desse modo, quem possuir quase todas — não cremos sejam muitos os que chegaram a reunir «todas» — dispõe de valiosíssimo patrimônio informativo, graças ao qual pode apreender os aspectos dominantes da vida paulistana de antanho e de agora.

Entretanto... houve omissão, e não pequena, na elaboração desses números especiais com que jornais e revistas procuraram, e conseguiram, dar o devido relevo ao IV Centenário. E' que nêles tratando, com abundância e minúcia, dos mais marcantes aspectos das atividades construtivas da Paulicéia, neles não deram a necessária importância à evolução dos transportes na capital de São Paulo. Quando tratado, o assunto o foi muito sumariamente, sem destaque especial e próprio, quase a título incidental, sem a indispensável visão de conjunto que caracterizou outras monografias comemorativas divulgadas pela imprensa, versando sobre geografia, história, sociologia, economia, letras, artes, medicina, teatro, música e diversos outros setores. Houve casos, até, em que os transportes pura e simplesmente não foram tratados, nem mesmo com feição subsidiária.

Como documentário tanto quanto possível completo, «Paulistânia» tem, evidentemente, o dever de sanar tão ponderável omissão. E' o que agora tentamos fazer, em abreviada panoramização, aliás nada fácil, pois escasseiam, quando de todo não faltam, informações fundamentais, o que de certo modo e até certo ponto explica a excessiva «discreção» que tem caracterizado a generalidade dos trabalhos de pesquisa do nosso passado, no tocante à movimentação de pessoas e de cousas na área urbana e nos arredores da urbe de Nóbrega, Anchieta e Tibiriçá.

Para essa síntese parece-nos interessante e útil adotar a seguinte divisão em períodos principais, advertindo preliminarmente que os ciclos por nós indicados não representam comportamentos estanques, pois são interpenetrantes, em entozamento que deriva, logicamente, da natureza superpositiva dos transportes. Com efeito, o aparecimento de um novo tipo de transporte não significa, necessariamente, o desaparecimento do que o precedeu. Não. Todos os transportes podem coexistir, como atualmente coexistem, do que é exemplo o fato de que continuamos a andar a pé, como no dia da fundação da metrópole, e, praticamente ao mesmo tempo, nela podemos nos deslocar muito mais rapidamente, numa motocicleta, ou, em vez de fazê-lo isoladamente, fazê-lo na companhia de dezenas de outras pessoas, como no caso dos auto-ônibus e dos bondes elétricos.

Feita essa ressalva consideremos as seguintes fases na evolução do transporte na Paulicéia:

- 1 — Ciclo dos transportes individuais — de 1554 a 1872.
- 2 — Primeiros transportes coletivos de tração animada — de 1872 a 1900.
- 3 — Transportes coletivos motorizados, sujeitos a trilhos — de 1900 a 1926.
- 4 — A era do transporte coletivo sem trilhos — de 1926 a 1954.
- 5 — Perspectivas do futuro — de 1954 a ?...

Vejamos a seguir, de modo geral, muito geral, cada uma dessas fases, em apreciações que não passam de um «ensaio», no verdadeiro sentido desse termo, isto é, da apresentação de pontos de vista do autor, que antes de tudo procura chamar a atenção sobre o assunto. E, depois, deseja vê-lo mais e melhor estudado, para o que, longe de pretender impôr convicções, deseja e espera críticas, mesmo desfavoráveis, ficando plenamente satisfeito se dessas críticas resultar, quanto à questão, trabalho mais perfeito e completo.

1 — CICLO DOS TRANSPORTES INDIVIDUAIS — De 1554 a 1872

Nesse período, que dura mais de três séculos, os transportes na cidade de São Paulo são principalmente, bem diríamos «dominantemente», de feição individual. Na quase totalidade dos casos o paulistano de antanho transporta-se sozinho, ou em pequenos grupos, que raramente excedem o limitado círculo da sua família, dos seus amigos e dos seus companheiros mais próximos. A urbe paulopolitana é pequena, muito pequena, mesmo, pois ainda em 1780 nela só existiam 18 ruas e três praças. E só em 1809 o Senado da Câmara mandou numerar os prédios e escrever nos logradouros públicos os respectivos nomes, não com a intenção de realizar progresso urbanístico, mas sim com o intuito de facilitar a cobrança da décima urbana...

2 — PRIMEIROS TRANSPORTES COLETIVOS DE TRAÇÃO ANIMADA — De 1872 a 1900



Nos tempos coloniais os muares serviam tanto para o transporte de pessoas como para o de carga, como expressivamente nos mostra este desenho de Belmonte, evocando um dos muitos mercadores que de Santos subiam a Serra do Mar, para na antiga Paulicéia vender, por bom preço, «as drogas de fora da terra».

Mas, além de acanhada, São Paulo é pouco povoado e sua vida normalmente pouco intensa, não exige vultoso intercâmbio, que torne necessários transportes dilatados, volumosos e rápidos. Para as necessidades mais comuns da movimentação pessoal basta andar a pé, para a gente válida e menos abastada, e deslocação das poucas e pequenas cargas faz-se na cabeça ou no dorso de homens, a começar pelos próprios interessados, ou no lombo de animais, como muares e bois. Não em cavalos, pois, como afirmamos em escrito até agora não contestado, nos primeiros tempos da colonização os equídeos eram aqui raros e caros, não tendo sido utilizados, ao contrário do que geralmente se pensa, no grande bandeirismo de penetração, nas «entradas».

A intercomunicação no âmbito restrito da área urbana era, em regra, diminuta e rara, pois no caso os paulistas, grandes devoradores de distâncias, em suas magníficas investidas pela interlândia, primavam, paradoxalmente, em ser muito caseiros. Bem maior, sem dúvida, era a movimentação, conquanto sensivelmente espaçada, entre os sítios da roça, nos quais passavam a maior parte da vida, quando não se aventuravam aos grandes rumos devassadores, e a vila, que ocasionalmente visitavam, em regra movidos por motivos de ordem cívica ou religiosa e, mais raramente, comercial, pois eram em boa parte auto-suficientes na economia fechada das suas propriedades rurais.

No setor paulistano eram utilizados veículos de rodas, com tração animal, preferivelmente confiada a bovinos de passo tardo mas seguro, ora transportando pessoas, ora conduzindo cargas. Para o deslocamento de pessoas nossos maiores serviam-se de cadeirinhas e banguês, como também de redes, quer movimentadas por serviçais, quer por animais, variando muito os tipos desses veículos, desde o mais elementar até o mais confortável (?), desde o mais modesto até o mais luxuoso. Certas cadeirinhas constituíam precioso patrimônio de famílias, que nelas ostentavam seu poderio social e econômico, recebendo elas do povo a denominação irônica de «gaiolinhas». Seu uso, porém, não deveria ser nem frequente nem extenso, já pelo acidentado topográfico da cidade, já pelo grande número de cursos d'água que a retalhavam, muitos deles com pontes precárias e mesmo sem pontes.

Bem podemos supor — e no caso não fugimos à areia movediça das suposições — que durante seus três primeiros séculos de existência São Paulo se enquadrou nas grandes linhas dessa panoramização transportativa, naturalmente com aumento na quantidade, e eclético aproveitamento dos meios indicados, mas sem marcante modificação na essência. Na primeira metade do século passado verificou-se, sem dúvida, maior movimentação dos paulistanos, em área também maior, mas, de fato, continuou a se afirmar a predominância dos transportes individuais, o que não excluía, naturalmente, a existência dos coletivos. Estes, porém, resultavam mais raros, como também mais reduzidos, pelo simples mas forte motivo de que não se tinham ainda impostos como necessários, para tudo e para todos. Existiam, sem dúvida, mas sem a organização e o sistema que os tornassem acessíveis à generalidade da população, que ainda em 1857 não chegava, na comarca de São Paulo, a 50.000 habitantes, inferior, naquele ano, às de Guaratinguetá, Taubaté, Jacareí, Campinas, Mogi Mirim, Sorocaba e Itapetininga! E boa parte da referida população era de escravos...

Os transportes coletivos de tração animada, acessíveis ao grande público, não nasceram em São Paulo por efeito de uma causa interna e sim foram produzidos por uma circunstância que podemos considerar «externa», mais ligada à vida geral da então província do que, propriamente, ao desenvolvimento próprio da cidade. A inauguração, em 1867, da estrada de ferro Santos-Jundiaí, com passagem forçada pela Paulicéia, criou nesta o problema de maior e melhor transporte entre o centro urbano e a estação da ferrovia, em distância aliás pequena. Desde 1868 o Rio de Janeiro tinha sua primeira linha de bondes, rodando sobre carris de ferro e puxados por burros, mas aqui o grande «melhoramento» só foi introduzido em 1872, quando se estabeleceu o serviço entre o Largo do Carmo e a estação da Luz, mais ou menos na época em que surgiram na capital os primeiros carros de aluguel, já sendo em total relativamente crescidos os particulares, cujo imposto pela primeira vez figurou nos orçamentos municipais no exercício 1841-1842, nele figurando com 470\$000 de receita, elevados para 1:200\$000 em 1854.

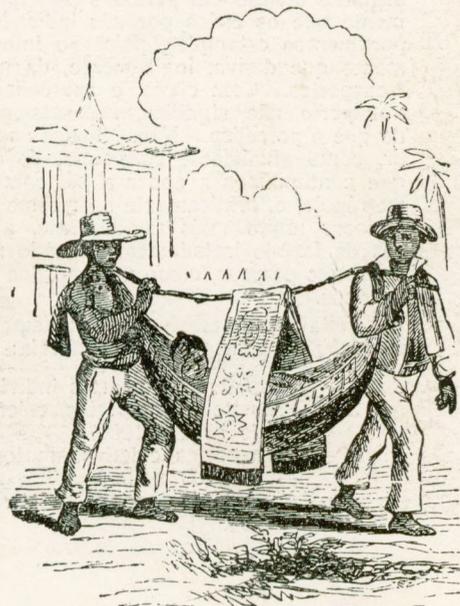
Eram bem modestos nossos primeiros bondes de burro. Muito estreitos, contavam em geral três bancos, havendo cinco nos maiores, cuja lotação já subia a sete ou oito bancos, no ocaso da monarquia. A empresa que timidamente os explorava tinha o nome de Companhia Viação Paulista, cujas iniciais os paulistanos, descontentes com o serviço, interpretavam como «Cada Vez Pior».

Fôsse como fôsse, já era possível a qualquer pessoa do povo obter transporte pessoal por preço módico, em itinerário certo e com relativa segurança, pois a velocidade não podia ser excessiva, salvo o caso, aliás não raro, de ladeira abaixo, pois ladeira acima era necessário reforçar a tração, com um burro suplementar. Não raro um carro saltava dos trilhos e para repô-lo neles os passageiros «faziam força». Mas as linhas se multiplicavam e os itinerários se estendiam, paralelamente aumentando e melhorando o serviço de veículos de aluguel, cujo precursor foi o italiano Donato Severino, com ponto estabelecido na Praça da Sé e tarifas que variavam, principalmente se os trajetos eram feitos «dentro das pontes» ou para fora delas.

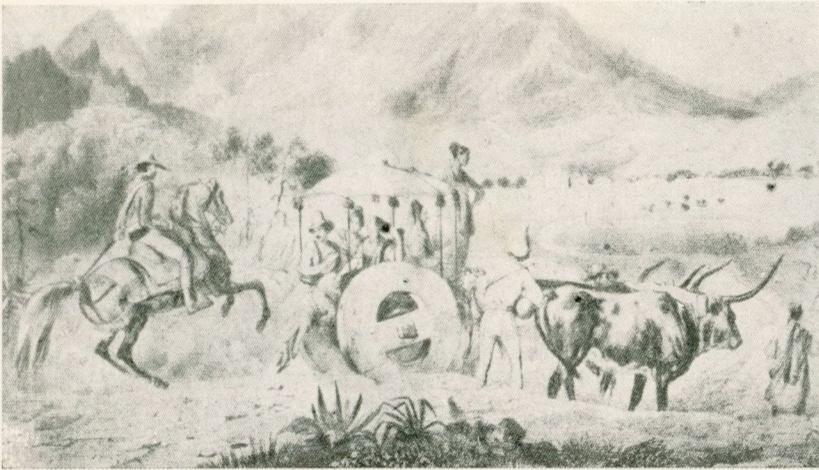
Desde 1852 teve São Paulo seu primeiro código de trânsito, distinguindo entre carros de eixo fixo e de eixo móvel, estes os tradicionais «carros de bois», cujos eixos deviam ser bem untados, para não chiar. E estabelecendo multas para excessos de velocidade e infrações de estacionamento por parte de cavaleiros, nele também figurando a disciplinação das tropas de animais de carga, que não podiam atravessar a cidade em lotes de mais de 10 bichos e isso a passo lento.

3 — TRANSPORTES COLETIVOS MOTORIZADOS SUJEITOS A TRILHOS — De 1900 a 1926

O Rio de Janeiro teve bonde elétrico desde os primeiros anos da República, em 1892, para sermos exatos, mas São Paulo precisou esperar que entrasse o século atual para que em suas ruas trafegasse o primeiro veículo motorizado de transporte coletivo popular. Aqui o bonde elétrico entrou em 1900, com a linha para a Barra Funda, seguida pouco depois pela do Bom Retiro, sendo pouco a pouco substituídas por linhas eletrificadas as servidas pela tração animada. Destas a que mais resistiu foi a de Santana, que pertencia a uma empresa isolada, distinta da C. V. P. e cujo mau serviço irritava tanto o público que ele afinal apelou para um quebra-quebra praticamente total, mas mesmo assim sua eletrificação só foi



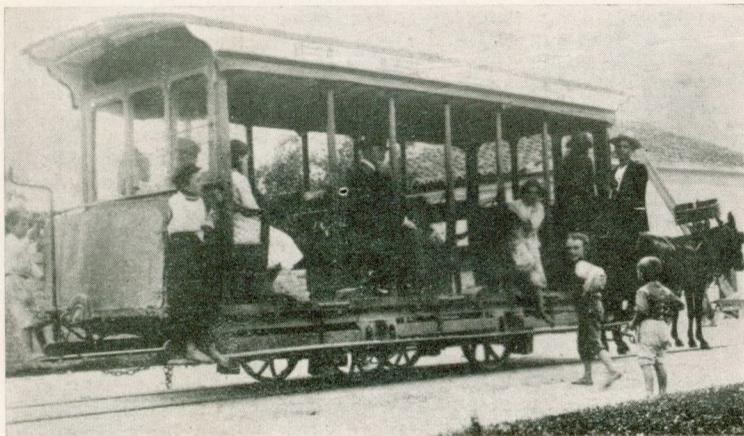
Desde cedo a rede serviu, na cidade de São Paulo e seus arredores, para a movimentação de pessoas, quer sãs, quer doentes, como também de cadáveres. E ainda hoje, em longínquos recantos da interlândia deste Estado e de outras, esse tipo de transporte é muito mais usado do que geralmente se pensa, embora repugne à gente sadia, em geral bem penetrada da idéia esportiva.



Tanto no acanhado recinto da velha urbe paulopolitana como nos seus arredores, o carro de bois, lento mas seguro, embora incomodo por excesso de chiado e falta de molejo, foi o precursor de outros veiculos de rodas, puxados por animais mais rápidos. Neste desenho Rugendas fixou uma cena característica deste tipo de transporte, que não é tão pregresso como se julga, pois a'nda era frequente no comêço do século passado. E, na verdade, ainda não desapareceu de todo, no remoto interior.



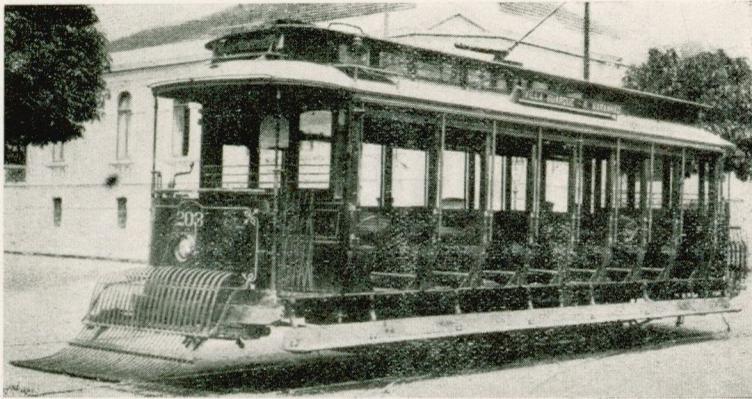
«Tilburys» e carros de tração animal, rodando em fila pela rua XV de Novembro, uma das ruas centrais de São Paulo. No fundo vê-se um bonde, na época o Grande Senhor do trânsito paulistano, com seus trilhos assentados bem no eixo da via pública.



Um dos bondes puxados por burros, que a partir de 1872 alterou a fisionomia dos transportes urbanos de São Paulo, só se extinguindo em 1908, quando sua última linha, a de Santana, foi substituída por uma de bondes elétricos.



Ao lado um «ponto» de estacionamento de carros junto à velha Sé, na área mais central da antiga São Paulo, já então servida por bondes de tração animal. O primeiro ponto foi estabelecido naquele largo, pelo italiano Donato Severino, variando as tarifas conforme o trajeto era feito «dentro das pontes» ou fora delas.



Um dos primeiros bondes elétricos de São Paulo, bem característico pelo fato do veículo ter à frente um «caça-corpos», destinado a atenuar as consequências de algum possível atropelamento de caráter pessoal. Ao que perece, porém, esse acessório não produziu, na prática, os resultados esperados, pelo que foi totalmente suprimido.

conseguida em 1908. Completou-se, com ela, um processo de substituição, com o qual os paulistanos só tiveram a ganhar, quanto à maior capacidade e à maior celeridade dos seus transportes urbanos.

Já por esse tempo o automóvel entrara no cenário viatório da Paulicéia, mas sem, a princípio, influir poderosamente no ritmo social geral. Veículo caro de custo e de custeio, com funcionamento ainda precário, foi, de comêço, bem acentuadamente, apanágio de ricos, para ostentação, e de esportistas, para provas de menor ou maior arrôjo. Nos primeiros decênios deste século esteve longe de ser popular, de estar popularizado, mesmo, para o que convergiam diversos desfavoráveis fatores da ambiência. Dentro da cidade faltavam vias públicas com pavimentação aceitável e dela era muito difícil, não arriscado, procurar sair. Basta lembrar, nesse sentido, que o tradicional «Caminho do Mar», entre São Paulo e Santos, só começou a ser restaurado em 1913, precisando ir até 1920 para ficar inteiramente reconstruído. E que data de 1921, com a inauguração da hoje «antiga» estrada de rodagem São Paulo-Campinas, o início da Era Rodoviária no Brasil. Verdade é que adiantando-se a esse advento, o grande Washington Luís, quando prefeito de São Paulo, de 1915 a 1919, dotou o município de uma boa rede rodoviária, com total superior a 430 quilômetros, mas nesse município só existiam, em 1917, uns 1.700 e tantos automóveis de passageiros, não figurando na estatística daquele ano, para a capital, um só auto-caminhão! Para a condução de cargas a tração animada era a que principalmente, quase exclusivamente, se utilizava.

Fecha-se o primeiro quartel do século com o bonde elétrico predominando francamente sobre todos os meios de transporte da cidade de São Paulo, embora a tração motorizada sobre rodas de borracha tivesse vindo, de ano para ano, acusando sensíveis acréscimos quantitativos, pois em 1923 rodavam na Paulicéia 13.850 automóveis e 425 auto-caminhões, o que facilmente se explica pelo fato de que já então irradiavam da capital as primeiras rodovias-troncos, recentemente construídas.

4 — A ERA DO TRANSPORTE COLETIVO SEM TRILHOS — De 1926 a 1954

Por mais eficiente que fosse o bonde elétrico, como capacidade e celeridade, no tocante ao transporte coletivo, ele sofria uma grande limitação essencial, de ordem técnica. Suas linhas estavam inflexivelmente sujeitas a trilhos metálicos assentados no solo, impondo aos veículos trajetórias forçadas. Imperativos de ordem econômica restringiam a multiplicação e a extensão dos itinerários, cuja imediata rentabilidade criava sérios problemas de financiamento. E assim a rede urbana eletrificada só podia progredir lentamente em extensão, ao mesmo tempo que as deficiências do traçado da capital determinavam congestionamentos de trânsito cada vez mais frequentes.

Foi, então, que do interior do Estado se projetou na metrópole uma nova solução, caracterizada principalmente pela elasticidade dos percursos. O automobilismo da interlândia desde cedo se adaptou às necessidades do transporte coletivo, com a criação de linhas municipais de auto-ônibus, inteiramente libertas da dura e cara servidão da via permanente. Chassis de auto-caminhões foram adotados para transportar maior número de pessoas que os automóveis de passageiros de sete lugares. E tais viaturas, que entre outras denominações receberam as de «jardineiras» e «auto-bondes», das estradas de rodagem estaduais e municipais passaram a trafegar, também, nas ruas da Paulicéia. Iniciado o movimento aí por volta de 1926, já em 1929 a capital paulista contava 13.850 automóveis, 4.176 auto-caminhões e 106 auto-ônibus.

De início, o novo tipo de «coletivos» encontrou grande aceitação da parte do público paulistano, mas também deparou

sérios entraves da parte das autoridades da circulação, francamente hostis à inovação. Vendo no auto-ônibus um concorrente do bonde elétrico, aliás em declarada crise de capacidade transportativa e muito aquém das exigências de expansão da capital, durante anos elas criaram e mantiveram rigores que, afinal foram sendo abrandados, já porque o «coletivo» sem trilhos aumentava e aperfeiçoava seus veículos e seus serviços, já porque não mais podia ser desconhecida sua extrema utilidade, fornecendo condução para locais que o bonde não atingira nem, talvez, quizesse ou pudesse atingir.

Entramos assim, numa nova era de transporte urbano, prolongada até nossos dias, quando vemos o bonde elétrico em fase de estagnação ou mesmo de retrocesso, de modo geral. E vemos, também, o auto-ônibus ampliar e intensificar sua trama viatória, em ritmo de expansão que só encontra limites nas dificuldades de importação e de manutenção desse tipo de veículo, já em boa parte de construção local. Nessa ordem de idéias convém assinalar que com o «trolleybus» o auto-ônibus ameaça apoderar-se do próprio sistema de tração elétrica do bonde, criando possibilidades enormemente vantajosas.

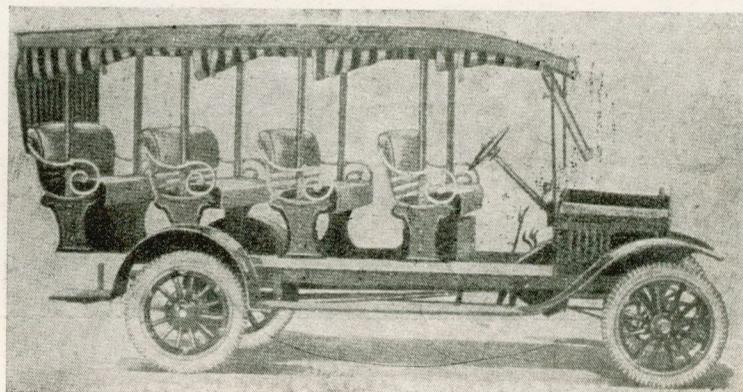
5 — PERSPECTIVAS DO FUTURO — De 1954 a ?...

E' tão fácil quanto é difícil tentar ser profeta... Diante da nossa evidente crise de transportes urbanos, que em grande proporção podia e devia ter sido prevista, cabe indagar se chegamos ou não ao ponto de saturação dos transportes de superfície. Pode parecer que sim, mas na verdade podemos responder pela negativa, no que aliás estamos em excelente companhia, como a do esclarecido Prestes Maia e outros. Na realidade não temos sabido ainda aproveitar bem todas as possibilidades do bonde elétrico e do auto-ônibus, sempre restritas pela falta de realização de um plano ordenador do nosso urbanismo, no qual o auto-lotação figura como um híbrido, aliás útil, do taxi e do «coletivo». Não temos, como insistentemente se afirma, excesso de veículos e sim falta de vias públicas, muitas das quais pouco e mal podem ser efetivamente utilizadas, ou porque lhes faltam poucos e pequenos melhoramentos ou porque nela se eternizam misteriosos consertos. Deslumbrados com o prodigioso crescimento quantitativo da capital, resignamo-nos a que ela seja uma «cidade grande», quando pode, deve e precisa tornar-se uma «grande cidade».

Seja como fôr, porém, se ainda não chegamos, mais tarde ou mais cedo atingiremos o máximo de possibilidade dos atuais transportes de superfície. Teremos, então, de apelar para outras soluções, aliás já lembradas, como as vias subterrâneas, o famoso «Metro» e as linhas elevadas, das quais aliás já em 1888 se cogitava, pois em tal ano a nossa Câmara Municipal concedia privilégio ao engenheiro Alberto Kulmann para a construção de «uma linha férrea elevada sobre colunas», entre a rua de São Bento, canto da de São João, e as proximidades do Largo do Paissandú, concessão que, aliás, não passou de grandioso projeto. Teremos, também, de pensar na utilização do helicóptero para as principais ligações inter-bairros, não deixando de ser oportuno, pois, ir tratando desde já de preparar plataformas de pouso para essa máquina de voar, atualmente em fase de marcante progresso, já bem capaz de vultosos transportes de pessoas e de cargas.

Como dissemos de início, os transportes não têm, em regra, caráter exclusivista. Eles coexistem, superpondo-se, de modo que nesta fase continuam quase todos que sumariamente indicamos, alguns havendo, como a locomoção a pé, que permanecerão enquanto houver humanidade. Falar em «concorrência» e «rivalidade» em tal matéria não deixa, portanto, de ser bem arriscado, na maioria dos casos, pois o que deve haver é entrosamento, a fim de cada forma de locomoção ser aproveitada no lugar certo e no momento justo. E é dessa harmonização que para sua grandeza, atual e futura, São Paulo está cada vez mais precisando.

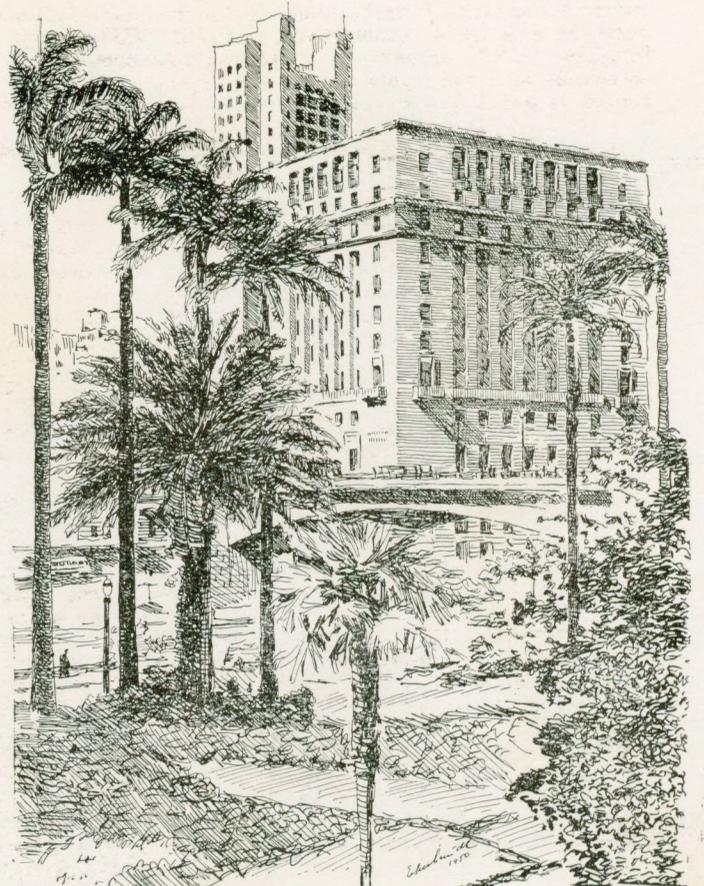
Tipo comum de auto-ônibus, quando, a partir de 1926, começaram a aparecer na cidade de São Paulo. Tinham, então, o nome de «auto-bondes» ou o de «jardineira».





São Paulo de ontem...
... São Paulo
de hoje.

Portfólio de
aspectos do
passado e do
presente da
Capital
Bandeirante





Em 1744, porém, o estado do templo ameaça ruína e, por isso, transferiram o Santíssimo Sacramento para a Igreja da Misericórdia. “No ano seguinte foi iniciada a sua demolição, começando-se a edificação de outro no mesmo local. Quando se tratou da construção da torre, não havendo na Vila arquiteto que se incumbisse da obra, recorreu-se ao mestiço Tebas, então, ainda cativo. Mas, parece que não ficou muito firme a torre do Tebas, pois, já em 1767 o governador Mourão dizia que estava ameaçando ruína.” (VISTA DA IGREJA DA SE’ E DA IGREJA DE S. PEDRO — 1860).

(Quadro de Warth Rodrigues)

O Largo da Sé

“O Largo da Sé dos primeiros anos tem a sua história na existência da Matriz, com seus ofícios religiosos e suas procissões, às quais ninguém da Vila podia faltar sob pena de severa punição”. “Dispor de uma igreja matriz, a cargo de um vigário era uma das grandes aspirações do paulistano dos primeiros tempos. Finalmente, no ano de 1588 é que começaram a ser erguidas as paredes de taipa”. As obras, porém, só terminaram muito mais tarde, isto é, já no século XVII



ASPECTO DA SÉ, FUNDOS, TIRADO EM 1900.



A Sé Cathedral de São Paulo em 1899

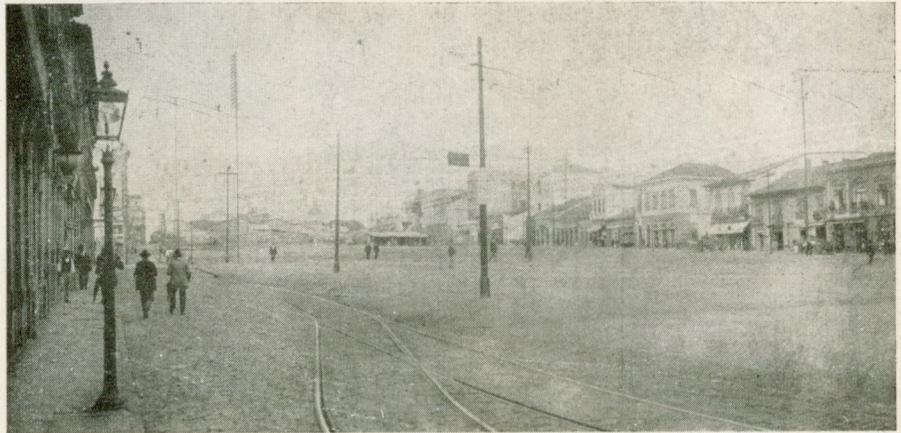
A segunda Igreja da Sé “apresentava todos os característicos das nossas construções coloniais, com uma única torre quadrada, sinos a mostra e uma porta encimada pelas armas e braços imperiais. Após a Independência do Brasil, a Sé ganhou muito em importância e prestígio, passando por uma nova reforma da fachada e da torre, seguida por decorações internas feita em painéis por artistas de grande renome na época”. (ASPECTO DA IGREJA DA SE’ TIRADO EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX).



A PORTA DA VELHA IGREJA DA SÉ

A porta do tradicional templo paulistano era a única nota de trabalho de arte que se salientava externamente, pois o restante, apresentava grand simplicidade arquitetônica. A enorme porta almofadada, encimada pelo braço imperial e a respectiva coroa, era realmente bonita e chamava a atenção dos forasteiros que arribavam à Capital.

Em 1911, acompanhando o enorme surto de remodelação que passava a Capital, as picaretas do progresso puzeram abaixo a velha Igreja da Sé e, pouco depois, a Igreja de São Pedro era também demolida. (FOTO TIRADA EM 1911, APÓS A DEMOLIÇÃO DA VELHA SÉ).



Mas, como São Paulo não poderia ficar sem a sua Sé, a sua tradicional matriz, projetou-se, em substituição, à que fora abaixo, uma outra, muito imponente, em estilo gótico, toda de pedra trabalhada. As obras foram iniciadas em 12 de junho de 1912, tomando ritmo acelerado nestes últimos anos, a fim de que, no dia 25 de janeiro deste, pudessem, como sucedeu, permitir a celebração da missa solene comemorativa da passagem do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo.



O Largo

O LARGO DO PIQUES EM 1860 — Aparece no 1.º plano, a esquerda, o Obelisco da Memória, mais abaixo, o célebre chafariz e, após, a Ponte do Lorena, onde se cobravam, no período colonial, os impostos de entrada de mercadorias e animais.



OUTRO ASPECTO DO PIQUES DE 1860 — A esquerda, a ladeira do Ouvidor, hoje José Bonifácio; a direita, a Ladeira de São Francisco.



“O Piques foi um dos lugares onde São Paulo latejou com grande intensidade. Pousa de tropas e centro de comércio dos mais importantes no século XVIII. Os seus caminhos barrentos foram sulcados pelo paulista de antanho, que vinha de longe, do mato, do sítio, para negociar na cidade as coisas da terra. Era lugar das muitas encruzilhadas. Dali ganhavam-se os bairros da Consolação, de Pinheiros, o Bexiga, o caminho de Santo Amaro, a cidade onde se mercava. Com o tempo perdeu a feição

A LADEIRA DE SÃO FRANCISCO NO COMEÇO DO SÉCULO XIX.

tradicional do Piques

acabocladada. As casas de longos beirais e muitas janelas foram desaparecendo. O centro do lugar dilatou-se alterando-se a topografia para dar vazão ao tráfego e à vida da cidade.

Um recanto que ficou esquecido e poupado foi a Ladeira da Memória. E, como relíquia, a velha pirâmide, ereta e nobre, numa mudez de esfinge. O monumento tem 138 anos... Suas inscrições estão apagadas pelo tempo. É uma pedra histórica que à sombra das árvores anosas, vive de reminiscências do passado.

Em 1830, como nos conta Nuto Santana, os sitiante, portadores de gêneros, ou de animais pagavam imposto na entrada da cidade. Os encarregados desse serviço ficavam em vários pontos. Na Ponte do Piques encontrava-se um. Todos que por ali passassem eram obri-



O PIQUES EM 1938 — A esquerda, o Obelisco da Memória, poupado nas remodelações que ali se procedeu.

gados a exhibir uma guia e pagar uma espécie de imposto de pedágio. Os preços eram curiosos. Carros pagavam 40 réis; vazios, 20 réis; animais descarregados, 10 réis; gado, por cabeça, 10 réis. Só os que vinham a cavalo entravam livremente sem pagar nenhuma contribuição.”

AMADEU NOGUEIRA
(Excerptos)

O PIQUES DOS NÓS-DIAS — Atualmente o velho logradouro paulistano é chamado oficialmente «Praça da Bandeira», porém, muita gente ainda o conhece só pelo primitivo nome, e, saudosa, lembra-se das suas tradições, tão características e que tão bem assinalaram o pitoresco a vida boêmia da Capital.





A RUA DIREITA — 1860 — Trecho que ia do Largo da Misericórdia até a Rua 15 de Novembro, então, Rua da Imperatriz. No fundo, as torres da Igreja de S. Pedro, já no Largo da Sé.

A Rua Direita

Sôbre a origem do nome tão absurdo dado a essa importantíssima e tradicional rua paulistana, em seu "São Paulo de outrora", explica Paulo Cursino de Moura que, tendo os paulistanos dos primeiros tempos pretendido "fazer um caminho mais curto entre o Largo da Sé (aliás, terreiro) e o despenhadeiro onde hoje se localiza o Viaduto do Chá, para, atravessando o Anhangabaú, passar à outra margem e subir a nova encosta, Morro

do Chá, — pois nada mais fácil. Enveredavam pelo atalho, em direção mais ou menos reta (acuda-nos a relatividade!) e foram chamando Rua Direita, como quem queria dizer — RUA DIREITA — como denominavam "rua direita que vai para São Bento", "rua direita que da Misericórdia vai para Santo Antonio". Daí se deu, como a tudo se dá, empírica e historicamente falando, uma explicação à tortuosidade da Rua Direita".



OUTRO ASPECTO DA RUA DIREITA EM 1860 — A tortuosidade da Rua é evidente, neste desenho de J. Wast Rodrigues.



- A RUA DIREITA EM 1887
Aparece no fundo, a torre
da velha Igreja da Sé.



A RUA DIREITA EM 1870 — A esquerda a Igreja de Santo Antonio. No fundo a antiga Rua Nova de São José, depois Líbero Badaró, com o sobradão dos Barões de Tatui, demolido para a construção do Viaduto do Chá. As casas, a direita ficavam onde hoje é a Praça do Patriarca. (Desenho de Wanda Sarmiento Florençano).



A RUA DIREITA EM 1905 — Ainda ostentando velhos sobrados, já no começo do século XX é a Rua Direita a principal, sob o ponto de vista comercial, das que formam o célebre «Triângulo».



São Paulo de ontem...

VISTA PANORÂMICA DE SÃO PAULO, EM 1906, VISTA DO

Nesta excelente fotografia, tirada pelo fotógrafo Guilherme Gensley, que «palacetes» do então aristocrático bairro dos Campos Elíseos. À esquerda é avistada a Estação da Luz, que com a sua torre, era um dos edifícios enviados pelos forasteiros que aqui aportavam. No centro da cidade, ne andares, residências e igrejas. Entre essas aparece, mais à direita, a antiga os bairros do Arouche e Santa Cecília,

Há cem anos, a cidade de São Paulo teria uns 10.000 habitantes e pouco ultrapassava a colina histórica; os seus limites da zona urbana estariam: ao norte, no Convento da Luz; a leste, no Largo da Concórdia, atual Brás; ao sul, no Largo da Glória; e ao oeste, no Largo do Arouche e no atual bairro dos Campos Elíseos.

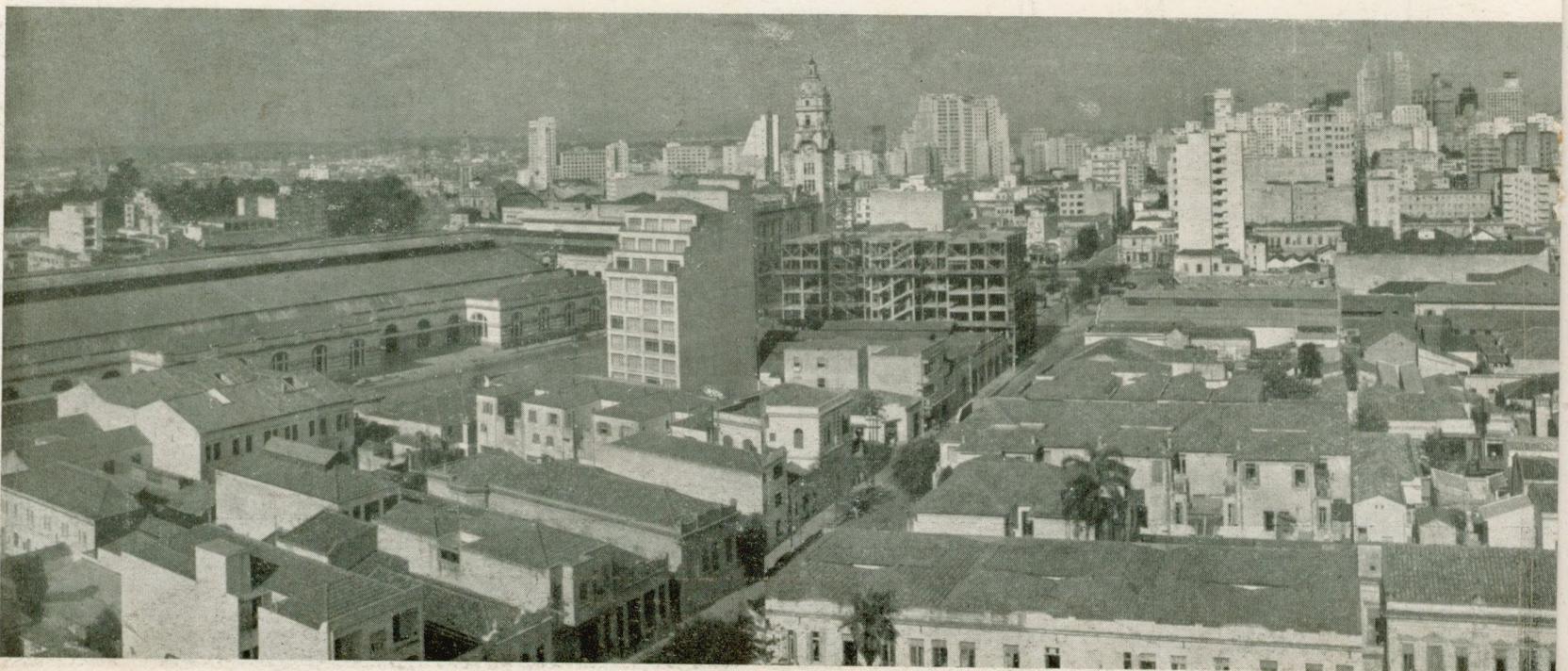
Os anos que decorreram até a última década do século passado não alteraram substancialmente a fisionomia urbana da capital bandeirante. Em 1872, por ocasião do primeiro recenseamento realizado no país, sua população pouco passava de 31 mil habitantes, incluindo todo o município; os limites da cidade continuavam a ser praticamente os mesmos.

Mas o desenvolvimento econômico registrado no planalto paulista, no último quartel do século XIX — a avassaladora expansão do café, a multiplicação das vias férreas, a entrada em massa do imigrante europeu, sobretudo italiano — tudo isso foi refletir-se na pequena cidade, de aspecto ainda colonial.

O recenseamento de 1890 acusou, para o município, uma população de quase 65.000 almas, o que significa que duplicara, em vinte anos, o número de seus habitantes. Teve início, então, a expansão acelerada da cidade, que se alargou decididamente tanto para oeste (Campos Elíseos, Santa Cecília, Consolação), como também para leste (Parí, Brás, Moóca) e para o sul (Liberdade, Vila Mariana). Em alguns pontos, a zona urbana avançou num raio de 2,5 km em relação ao centro, o que é espantoso se lembrarmos que permanecera 300 anos enclausurada num modesto âmbito que não tinha mais de 1 km de raio. Sant'Ana,

VISTA PANORÂMICA DE SÃO PAULO, EM 1954, DO MESMO

Nada mais expressivo para demonstrar o crescimento vertiginoso da Cidade, tirada há 48 anos, exatamente. Enquanto os «palacetes» dos Campos aumentou consideravelmente, tanto no sentido horizontal, como no vertical. Santa Cecília, além de outros bairros que não aparecem na fotografia, que esmagada pelos arranha-céus da São Paulo, ano do IV centenário.





PMB 2.2.17-26

ALTO DA TORRE DA IGREJA DO CORAÇÃO DE JESUS

aqui teve afamado atelier fotográfico, aparecem, no primeiro plano, alguns pátios das estradas de ferro Sorocabana e São Paulo Railway; nesse plano, mais altos e importantes de então, motivo preferido para os cartões postais, um prédio de vulto é percebido, pois, quase só havia sobrados de 2 a 3 andares; a igreja da Consolação, com as suas duas torres características. Mais abaixo, os prédios, ambos essencialmente residenciais.

Perdizes, Pinheiros, Ipiranga, Penha — constituíam arrabaldes afastados, os verdadeiros subúrbios da capital paulista, nessa última década do século passado.

Teodoro Sampaio, referindo-se a esta fase decisiva para a vida da Paulicéia, escreveu estas linhas expressivas:

“A Capital transforma-se rapidamente. E, como por encanto, as suas planícies ermas e sem valor em outros tempos, cobrem-se de edificações inúmeras, animam-se, povoam-se e passam a valer milhões. A velha cidade dos governadores e dos capitães-generais vê cair aos poucos, com as suas tradições esquecidas, os antigos e feios edifícios por onde tinham já passado os ultrajes de mais três séculos, substituindo-os por edificações novas em cuja face se reconhece um sôpro de elegância e de arte. A gente mais abastada levanta palácios pelos subúrbios, que, súbito, se tornam cidades”.

Assim estimula e desta maneira iniciada a sua expansão, a cidade de São Paulo prosseguiu, num admirável crescendo, através de 54 anos do nosso século. Sob qualquer aspecto que a estudemos, neste período, temos ante os olhos o mesmo espetáculo; consultemos as estatísticas, examinemos os mapas da cidade e do município, compulsemos relatórios e outras publicações dêste gênero — e a conclusão é uma só: São Paulo cresceu vertiginosamente apenas nos últimos 54 anos, embora esteja completando quatro séculos de existência.

AROLDO DE AZEVEDO.

O PONTO EM QUE FOI TIRADA A FOTOGRAFIA DO ALTO

o ponto da Bandeira, que a comparação desta fotografia com a do alto da pá-
s Elíseo permanecem quase os mesmos, já o centro da cidade mudou e
o fenômeno que abrangeu também os bairros do Consolação, Arouche e
A estação da Luz, com a sua torre altaneira, quase que desapareceu, como
(Fotografia de Germano Graeser, tirada especialmente para «Paulistânia»).

... São Paulo de hoje





A Rua 15 de Novembro constituía, conjuntamente com as ruas Direita e São Bento, o célebre “Triângulo”, a tradição máxima da velha São Paulo, local que dava assunto perene para as crônicas elegantes do bom tempo do bondinho a burro, em que a vida da Capital Paulistana decorria em ritmo muito lento, tal como o compasso marcado pelo rodar daquele veículo coletivo característico da época. Já nesse tempo, 1894, a Rua da Imperatriz, que anteriormente se chamara Manuel Paes de Linhares e do Rosário, tinha o nome que ostenta até hoje. (FOTOGRAFIA TIRADA EM 1892).

A Rua 15

Ali fervilhava a vida comercial e mundana, pois, as melhores joalherias, as lojas mais chiques, as modistas mais afamadas, as confeitarias e cafés preferidos, se localizavam em ambos os seus lados. Além dos clássicos bondinhos à burro, trafegavam por ela, em fila constante, os românticos tûlburis e carros de praça, levando em seus bojos, conforme as horas, distintas damas da sociedade ou mundanas conhecidas, sempre numa ostentação de elegância e luxo... (FOTO TIRADA EM 1894).





Foi no princípio do século que São Paulo começou sentir, mais acentuadamente, a riqueza trazida pelo café e que estava influenciando tão marcadamente na fisionomia da cidade. Surgiram os prédios imponentes dos bancos e dos grandes magazines. A rua 15 de Novembro, artéria importantíssima, pois, constituía um dos lados do "Triângulo", foi então, regiamente aquinhoada com os benefícios que trouxe o ouro trocado pela rubiácea produzida nas fazendas do interior do Estado. (FOTO TIRADA EM 1906. Gentileza de Torquato Ariosto Mártire).

de Novembro

A atual Rua 15 de Novembro ainda continua a ser uma das mais importantes da Capital Bandeirante. Aos sobrados de um ou dois pavimentos, sucederam imponentes arranha-céus, com dezenas de andares, onde funcionam os grandes bancos, escritórios comerciais, repartições do Governo, etc.; os bondinhos à burro e tálburis, foram substituídos por automóveis velozes e, uma multidão apressada, que só cuida de negócios, altas do mercado de câmbio e de títulos da Bolsa, compra e venda de imóveis, a percorre, sem preocupações de elegância e mundanismo. (FOTO DE PAULO C. FLORENÇANO, TIRADA EM 1953).





O Viaduto do Chá

A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO VIADUTO — Nesta rara fotografia, tirada em 1889 do alto da torre da Igreja de Santo Antonio, vemos o sobradão da Baronesade Tatui, demolido parcialmente para dar lugar à cabeceira do futuro viaduto. Do outro lado do Vale do Anhangabaú aparecem várias chácaras onde era cultivado o chá, a aromática planta aqui difundida pelo tenente-general José Arouche de Toledo Rendon, alcunhado o «Marechal» e que foi o primeiro diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

A idéia da construção de um viaduto ligando a cidade-velha à cidade-nova (Morro do Chá), surgiu no cérebro de Jules Martin, genial litógrafo franco-brasileiro que residia em S. Paulo em fins do século XIX. Esse projeto, arrojadíssimo para o ambiente provinciano da São Paulo de 1877, veio, no entanto, encher de regozijo a sua população que, de imediato, percebeu a real utilidade do empreendimento. Vencidas inúmeras dificuldades que atrazaram a sua construção, pôde Jules Martin, 15 anos depois, isto é, em 6 de novembro de 1892, assistir a solene inauguração da obra que tão relevantes serviços prestou a população paulistana, até que, em 1938, foi substituído pelo atual viaduto.



ASPECTO TOMADO NO DIA DA INAUGURAÇÃO DO VIADUTO DO CHÁ — Outra rara fotografia mostrando um aspecto tomado no dia 6 de novembro de 1892, logo após a inauguração da obra, quando foi aberta ao público. No fundo, o sobradão da Baronesa de Tatui, demolido parcialmente, depois de uma ação judicial de desapropriação, visto aquela titular se opor à uma desapropriação amigável com o poder público.

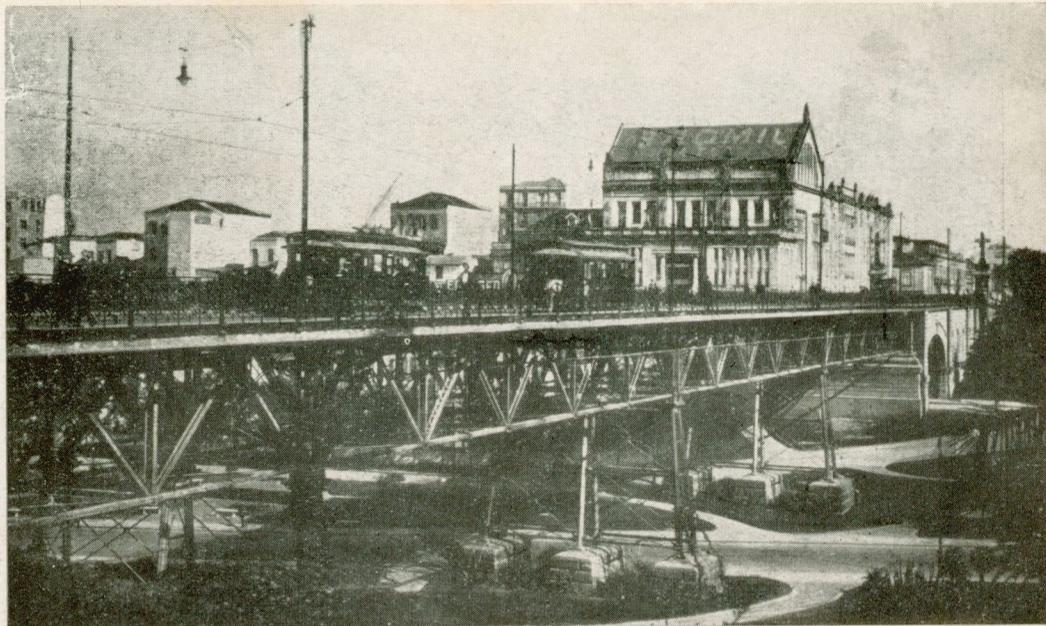


UM DESFILE MILITAR NO VIADUTO — Aparecem, a esquerda e a direita, alguns fundos de quintais das casas que faziam frente para a Rua Formosa. Sob o Viaduto, corria ainda o riacho Anhangabaú, irrigando com as suas águas, várias hortas e jardins que lá havia.

ASPECTO DO VIADUTO DO CHÁ NO PRINCÍPIO DO SÉCULO — A esquerda, o Teatro São José, que ocupava o lugar onde hoje se situa o edifício da Light.



O VIADUTO DO CHÁ EM 1930 — Por se ter tornado demasiado estreito e não oferecer a necessária resistência ao intenso movimento de veículos e gente, o primeiro viaduto teve que ser desmontado em 1938.



PMB2.2-17-28

O VIADUTO DO CHÁ EM 1910, VISTO DA PRAÇA DO PATRIARCA — A direita aparece o sobrado que substituiu o primitivo, pertencente à baronesa de Tatuí.



O NOVO VIADUTO DO CHÁ, EM 1953 — O novo viaduto, todo de concreto, com suas linhas simples, porém elegantes, é o principal elo que liga a «Colina Central» à parte mais nova da cidade e é intensamente percorrido por transeuntes e veículos.





O VALE DO ANHANGABAÚ EM FINS DO SÉCULO XIX — Na foto aparece o riacho e os fundos dos quintais das casas com frentes voltadas para as ruas Libero Badaró e Formosa, respectivamente. O Viaduto do Chá, inaugurado recentemente, era percorrido pelos clássicos bondinhos à burro.

Anhangabaú

NOS primeiros tempos de São Paulo, o Vale do Anhangabaú, era, à noite, um lugar ermo, escuro, apresentando aspecto quase sinistro e, porisso, evitado por todo aquele que prezava a vida ou temia assombrações. O riacho Anhangabaú, com as suas cheias periódicas, inundando a várzea, formava charcos onde polulavam todas as espécies de sapos e rãs, formando, até o raiar da aurora, os mais absurdos concertos sinfônicos. E, dizia-se que almas penadas, bois-tatás, mulas sem cabeça, feitiçeras, ali se reuniam em pavorosos conlúios. Era, enfim, um ponto da cidade mal afamado e tão somente aqueles que tinham supremas necessidades, ousavam cruzar em altas horas o sinistro logradouro...

Mas, durante o dia, era movimentadíssimo: ali afluíam os negros escravos com bilhas e potes em demanda do Chafariz do Piques, em procura da linfa pura e fresca, os tropeiros que vinham de Santo Amaro, de Embú ou Itapeperica, tangendo vistosas tropas de burros; na Ponte do Lorena, os funcionários da Câmara, respon-

sáveis pela cobrança de impostos de entrada na cidade, exerciam com estardalhaço as suas importantes atividades; perambulavam rameiras, soldados; fazendeiros abastados, compradores de escravos, iam por ali, dar uma vista d'olhos ao mercado que funcionava junto do obelisco do Piques, ou, então, demandavam a Ladeira do Acú, no seu outro extremo, rumo ao Largo do Rosário.

Não houve ali, durante muito tempo, nenhuma construção importante, salvos a célebre Capelinha do Piques, o Chafariz e o Obelisco.

Hoje, no entanto, que diferença! Desapareceram os charcos e o próprio riacho; os fantasmas, sapos e rãs, negros escravos, fiscais da Câmara, tropeiros, marafonas, compradores de escravos, são, como o velho chafariz e a Ponte do Lorena, coisas tão remotas que até parecem jamais terem existido... Só ficou, na Ladeira da Memória, o velho obelisco, agora com 136 anos de existência, e...

O VALE DO ANHANGABAÚ EM 1950 — (Foto Pedro de Moura).





O VALE DO
ANHANGABAÚ
EM 1954.
(Foto Mario Prugner).

... em lugar de tudo isso, multidões apressadas cruzam o Vale em todos os sentidos, passando entre os canteiros ajardinados com excelente gosto; veículos motorizados, aos milhares, surgem constantemente, em disparadas loucas; cortam-no viadutos arrojados e em suas encostas, foram levantados prédios altíssimos, com dezenas de andares.

O Vale do Anhangabaú tornou-se a "sala de visita" de São Paulo.

1954 — Vista aérea do Vale do Anhangabaú. (Gentileza da Empresa Nacional de Fotografias Aéreas).





SÃO PAULO DE 1860 — A RUA DO QUARTEL

Em 1860 a atual Rua 11 de Agosto era chamada Rua do Quartel. Lá estava instalado uma das antiquilhas da época: o Quartel do Corpo Fixo, alojando as tropas de linha que guarneciam a cidade, demolido, conjuntamente com outros prédios, para dar lugar ao suntuoso Palácio da Justiça e à Praça Clovis Bevilacqua, da São Paulo de hoje. No antigo Quartel. Lá estava instalada uma das antiquilhas da época: o padroeiro dos soldados. Era uma «imagem enorme, colorida, de armação de madeira, ferro e massa petrificada, colossalmente pesada, montada em também enorme e fogoso cavalo branco da mesma entrinseca confecção».

Uma vez por ano, no dia de São Jorge, essa imagem saía à rua, levada pelos ombros da irmandade, em aparatosa procissão. E, continua o cronista coevo: «a última vez que saiu à rua a referida imagem de São Jorge — foi em 1872, sendo provedor da respectiva irmandade o coronel Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, (Barão de São João do Rio Claro). E a imagem ficou reclusa desde então, devido o fato delituoso do santo guerreiro: desequilibrando-se da montaria, caiu sobre um dos soldados da guarda, matando-o!...

VISTA PARCIAL DO LARGO DA SÉ — 1890

Aparece, no primeiro plano, à esquerda, o célebre Café Girondino, com sua face voltada para a rua 15 de Novembro; adiante, a velha Igreja de São Pedro da Pedra, erguida no ano de 1740 e demolida em 1911. Essa Igreja situava-se exatamente onde hoje se localiza o prédio Rolim, pegado à Caixa Econômica Federal e era mantida pela prestigiosa Irmandade de São Pedro dos Clérigos.

O «Café Girondino» foi um dos mais afamados e preferido pela mocidade sonhadora e tumultuosa da velha São Paulo. Em volta de suas mesas de ferro e tampo de mármore, reuniam-se, saboreando a recém-lançada cerveja «Bavaria», pintores, músicos e intelectuais da época. As suas tertúlias eram célebres e se prolongavam madrugada a dentro.

Os românticos tilburis e os clássicos bondinhos a burro, os veículos mais característicos da época, que ali em frente tinham os seus pontos, se integravam perfeitamente na paisagem urbana daquela São Paulo de fim de século.



Documentário Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo

COLETÂNEA DE SEUS FASTOS MEMORÁVEIS ORGANIZADA PELO PROFESSOR JOÃO DE AGUIAR PUPO, AOS 2 DE ABRIL DE 1954, EM COMEMORAÇÃO DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO DE PIRATININGA. ILUSTRAÇÕES DO ARTISTA AUGUSTO ESTEVES.

A 2 de abril do corrente ano, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo comemorou o seu 41.º ano de existência; nêsse dia e como homenagem ao quadricentésimo ano da fundação de São Paulo de Piratininga, a Diretoria do grande instituto de ensino médico aproveitou para inaugurar em uma das suas salas nobres os quadros que relembram os edifícios nos quais, de maneira regular, os fundadores da Faculdade ministraram as suas aulas. Localizados em pontos afastados, era de se vêr o entusiasmo dos alunos e mestres, numa frequência em que se igualavam pela pontualidade. Muitos dêsses edifícios já não existem e documentavam a arquitetura primitiva colonial ou

com traços de estilos que então se amoldavam ao crescente desenvolvimento da Capital.

O proêmio que reproduzimos, de autoria do Professor J. de Aguiar Pupo, o mestre que desde a fundação vem ocupando importante cátedra na grande e modelar Faculdade, nos dá a visão histórica de sua criação. As ilustrações são de autoria do consagrado artista A. Esteves, assíduo colaborador desta revista.

«Paulistânia» sente-se jubilosa em poder transmitir aos seus leitores esta iconografia instrutiva, para recordar mais um gesto de bandeirantes, ao mesmo tempo que reverencia a memória de Arnaldo Vieira de Carvalho, o fundador da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

PROÊMIO

“São Paulo, no fastígio econômico do ciclo do café, tornou-se o maior centro de expansão demográfica do país, fecundando pelo progresso agrícola e industrial as mais audazes iniciativas de sua gente, impondo à Paulicéia, o paralelismo da cultura na senda das profissões técnicas e liberais.

Em 1913, as tradições da cultura jurídica das Arcadas e o prestígio da Escola Politécnica, que se alicerçavam nos primores da educação humanística de nossos colégios, despertaram a iniciativa do núcleo médico da Santa Casa, induzindo o govêrno Rodrigues Alves à realização do velho sonho de Américo Brasiliense: a fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo!

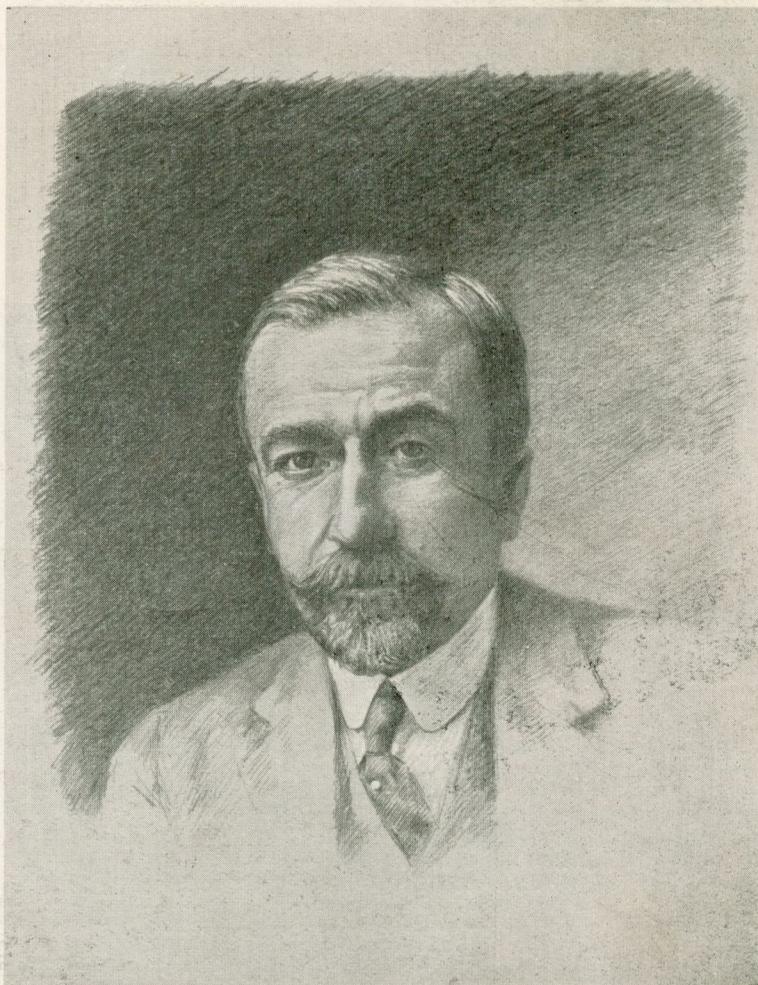
Arnaldo Vieira de Carvalho, polarizando a sabedoria dos mestres e acalentando os pendores da mocidade, plasmou a obra didática de que tanto nos orgulhamos.

Anchieta, o taumaturgo que desbravando a terra bandeirante, fundara uma cidade cujo grandioso destino germinou de uma escola de catequese, inspirou esta milagrosa realização que é o Centro Médico de São Paulo.

No exercício do magistério desta Escola desde a sua fundação, vimos acompanhando o desenvolvimento de seu ensino, coligindo êste documentário, cuja efetivação devemos ao entusiasmo do artista A. Esteves, que o ilustrou e ao apoio do Professor Jayme Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, nobre Diretor da Faculdade.

Prof. João de Aguiar Pupo

São Paulo de Piratininga, aos 2 de Abril de 1954, em Comemoração do IV Centenário de sua fundação.



ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, (★ 1867 † 1920), foi o homem predestinado a quem São Paulo confiou a alta missão de organizar a sua Faculdade de Medicina.

Espírito de larga visão científica, cirurgião emérito e paradigma de sua classe, dinamizou o escritório de suas virtudes na criação da nova Escola, coordenando os esforços de grandes clínicos da paulicéia, de cientistas de renome contratados nos centros cultos do país e do estrangeiro, e de uma pleiade de médicos jovens, ideando e realizando a obra científico-didática, que hoje se integra no grande Instituto de Ensino Superior, cuja organização modelar constitui um dos mais belos padrões da cultura bandeirante.

Na trajetória de sua vida profissional que culminou com os lauréis do título perene de fundador de nossa Faculdade, Arnaldo Vieira de Carvalho deixou o traço cintilante de um nobre caráter, modelado no perfil de um grande médico, e a suave lembrança de sua infinita bondade.



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE SÃO PAULO
(Hospital Central)

*Séde de ensino clínico da Faculdade de Medicina
no período de 1916 a 1948.*

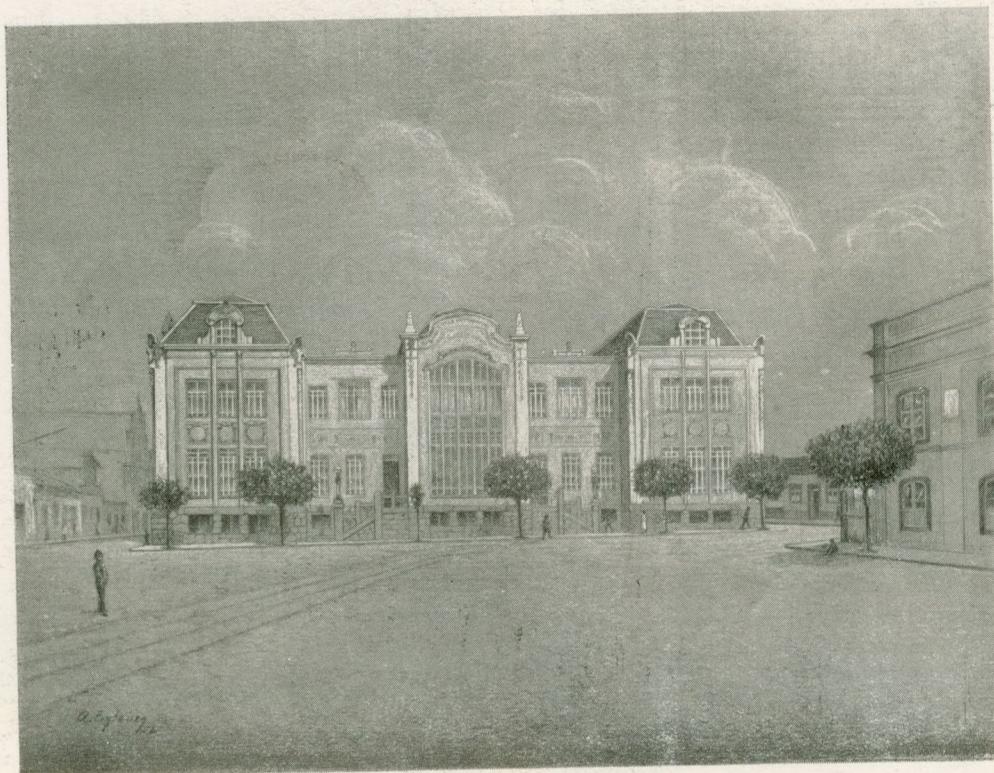
Com a inauguração do Hospital das Clínicas em Março de 1945, a nossa escola médica iniciou a transferência de suas cátedras de Clínica da Santa Casa para as suas instalações próprias, integrando deste modo a sua organização de ensino ao lado da Faculdade, cujas Cátedras de ensino básico, contavam com amplas instalações desde 1931.

Realizando tão almejada aspiração do magistério clínico, impunha-se à Faculdade de Medicina um ato público de reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados pela tradicional instituição hospitalar, que abrigou o seu ensino clínico durante 32 anos, cooperando decisivamente para o êxito da nova escola médica.

O governo do Estado pela esclarecida visão político-administrativa do Presidente Rodrigues Alves, confiou a organização do novo estabelecimento de ensino, a Arnaldo Vieira de Carvalho, notável cirurgião que então exercia o destacado cargo de Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

À sombra da Santa Casa, iniciou-se o ensino clínico da Faculdade, tendo sido seus Chefes de Clínica os pioneiros das respectivas cátedras; nela realizou-se o ensino das nossas gerações médicas, por um longo período de seis lustros, fecundando a docência e a prática médica em nossa Capital e nos rincões da terra bandeirante.

A Congregação da Faculdade, concludo o ciclo da colaboração da Santa Casa ao seu ensino clínico, em sessão solene da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, realizada no dia 2 de Abril, inaugurou-se no seu Hospital Central, espressiva placa de bronze, tributo de seu justo reconhecimento.



ESCOLA DE COMÉRCIO "ALVARES PENTEADO"

Primeira Séde da Faculdade — fevereiro de 1913. Gabinete do Diretor, Secretaria e Sala da Congregação. Primeira instalação da Cátedra de História Natural Médica. À esquerda do edifício divisa-se o canto do edifício da tradicional Faculdade de Direito e seu Curso Anexo; ao lado, no fundo, a casa onde nasceu o Padre Diogo Antonio Feijó, Regente do Império. À direita, sombreado, nota-se o antigo prédio da Companhia Telefônica.

SOLAR DE D. VICTORIA CINCINATO

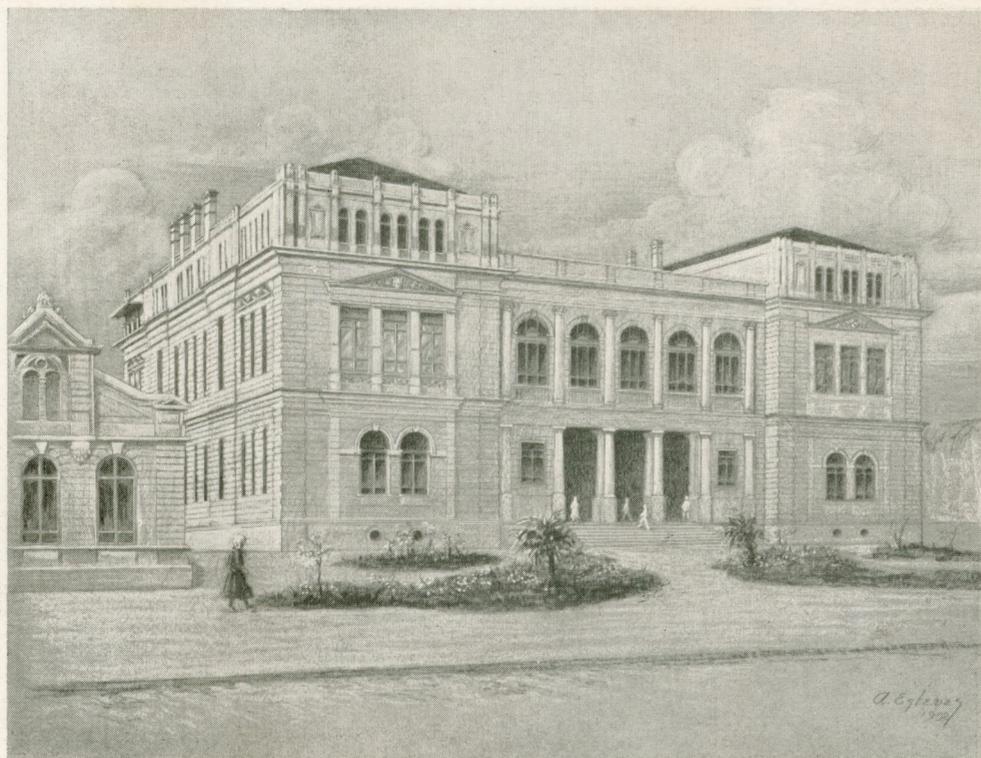
(então situado no n.º 42
da Rua Brigadeiro Tobias)
Séde da Faculdade no período de
1914 a 1931.

Diretoria, Secretaria e Congregação.

1.ª instalação das Cátedras de Física Médica,
Química Médica, Anatomia Descritiva, Fi-
siologia, Farmacologia e Matéria Médica, de
Medicina Operatória e de Terapêutica Expe-
rimental e Clínica (1914-1931).



PMB 2.2.17-31



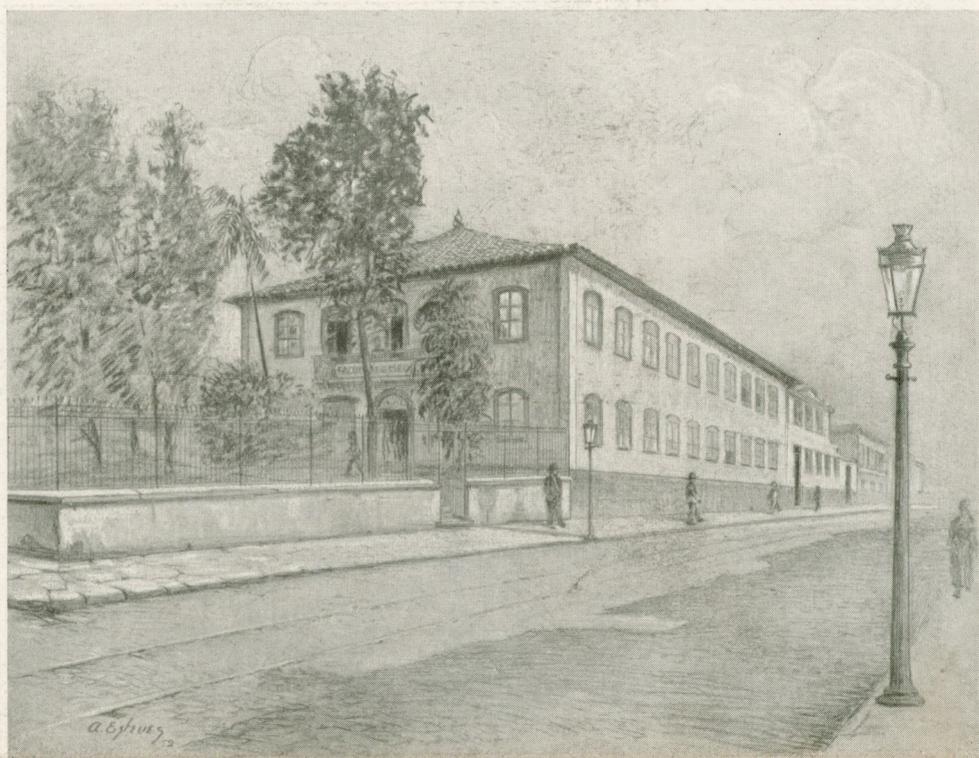
ESCOLA POLITÉCNICA

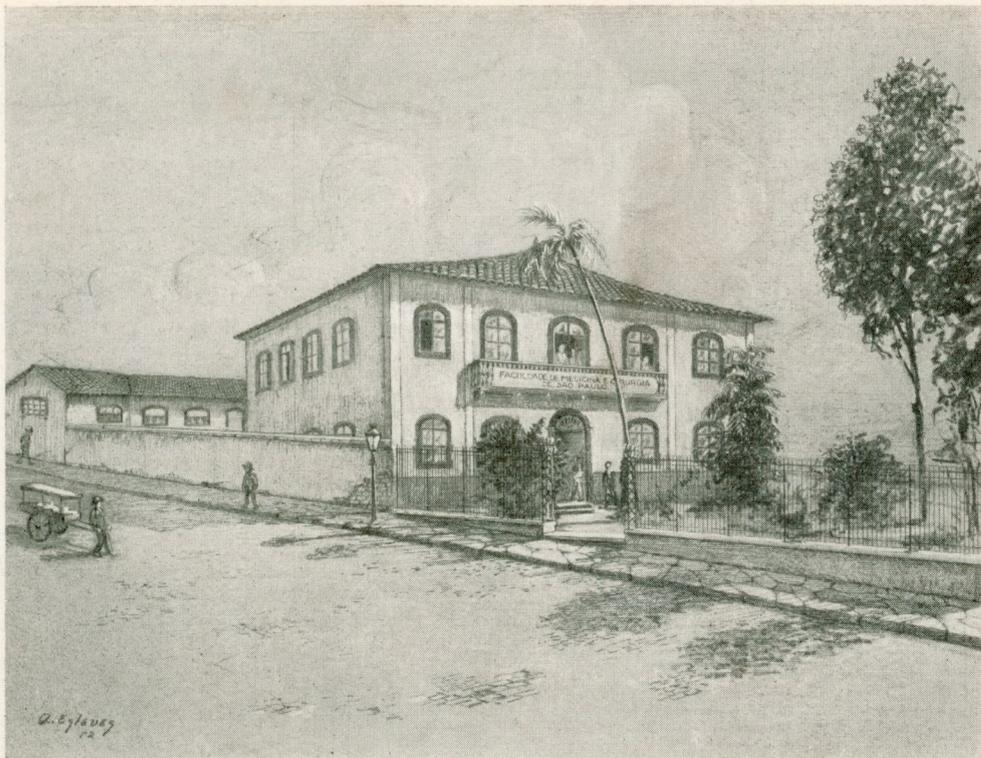
Séde Inaugural dos Cursos da Faculdade em
2 de Abril de 1913 (data histórica come-
morada anualmente pelos Professores e alu-
nos). 1.ª instalação do Ensino Prático de
Química Médica (Maio de 1913). Séde da
colação de gráu da 1.ª turma de médicos
(1918).

**ANTIGA RESIDÊNCIA DO BRIGADEI-
RO RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR**

(Rua Brigadeiro Tobias n.º 1 de então)

Outrora primitiva Séde da Escola de Farmá-
cia de São Paulo, atualmente integrada como
Instituto Superior da Universidade de São
Paulo (Faculdade de Farmácia e Odontolo-
gia). Séde inicial das Cêtedras de Histologia,
Microbiologia, Anatomia e Histologia Pato-
lógicas, no período de 1914 a 1919.



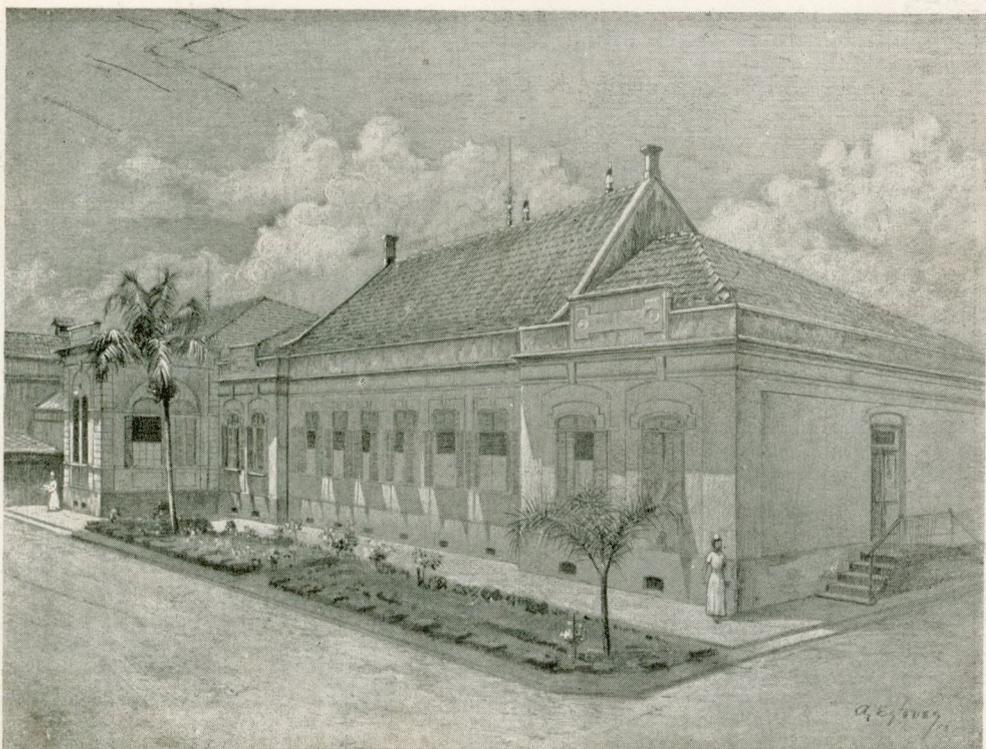


*Antiga residência do
Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar.
(Face correspondente à
Ladeira Santa Ifigênia)*

SOLAR DO BARÃO DE PIRACICABA

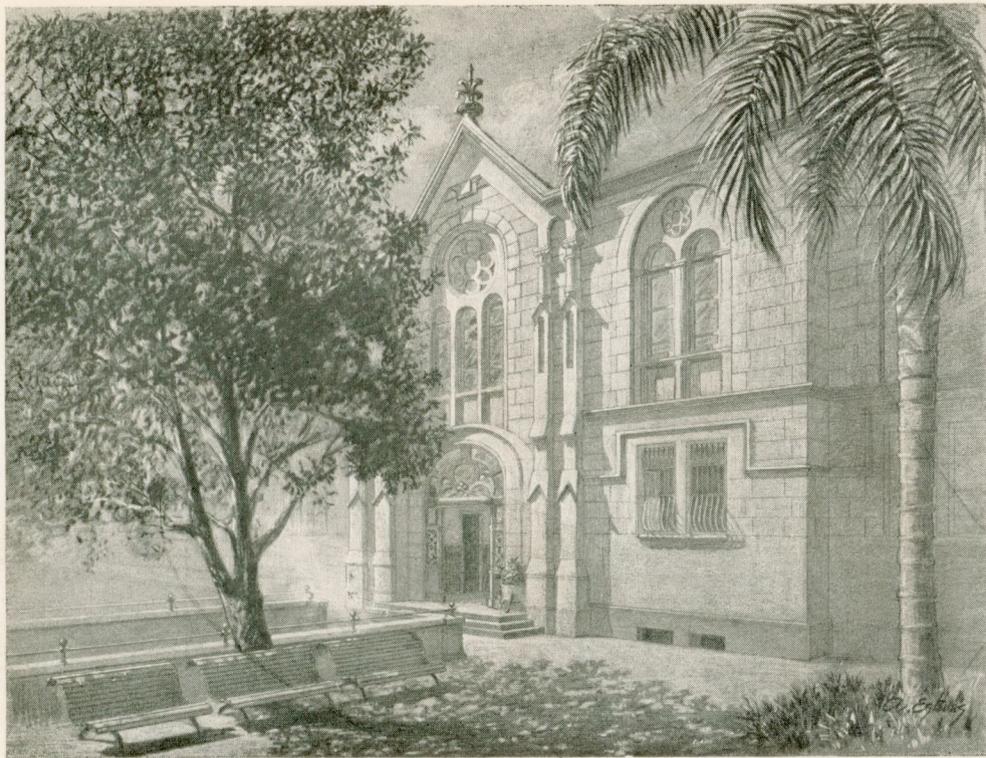
*(Rua Brigadeiro Tobias,
no antigo n.º 45)*

Séde inicial do Instituto de Higiene de São Paulo, criado pela Faculdade para o ensino de Higiene (1918), ulteriormente transformado em Faculdade de Higiene e Saúde Pública (Instituto Superior da Universidade de São Paulo). Séde primitiva da Cátedra de Patologia Geral e Experimental (1917).



MATERNIDADE DE SÃO PAULO

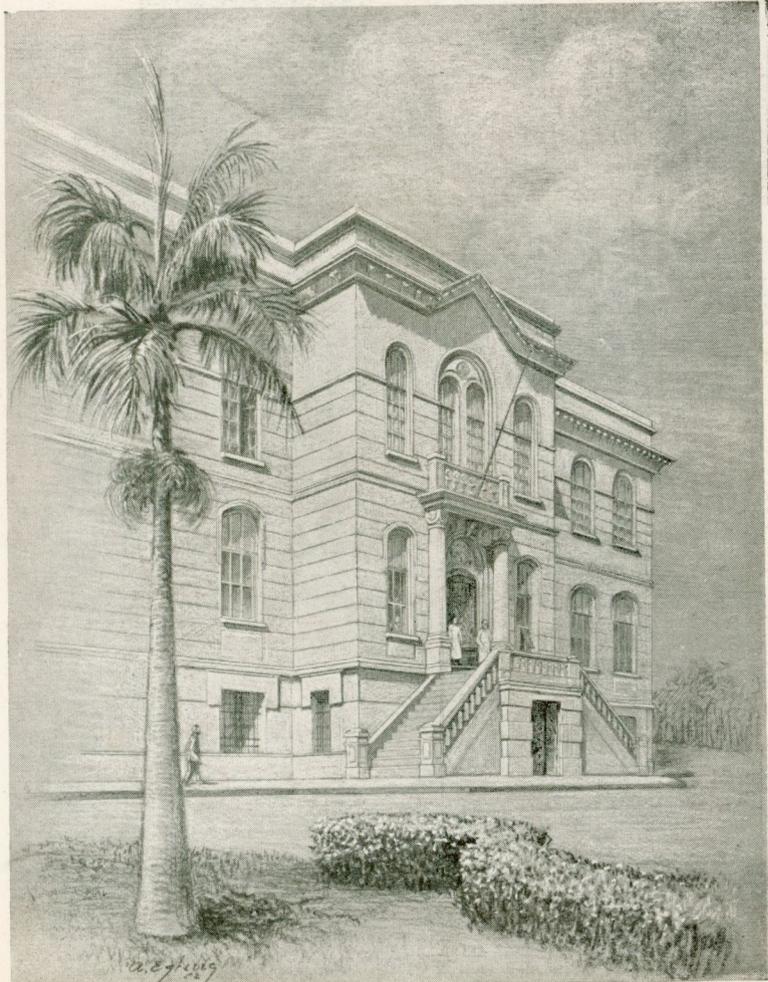
*Séde de Ensino de Clínica Obstétrica no
período de 1917 a 1946.*



HOSPITAL DA COLÔNIA DE JUQUERI
Sede do Ensino da Clínica Psiquiátrica e de
Moléstias Nervosas, no período de
1918 a 1926.

JARDIM DA INFÂNCIA

(Anexo à Escola Normal da Praça da República)
Em seu imponente anfiteatro realizaram-se as provas
orais dos concursos às Cátedras da Faculdade e solenida-
des de Colação de Grau de seus Médicos, no período
de 1919 a 1929).



INSTITUTO "OSCAR FREIRE"
DE MEDICINA LEGAL

Marco inicial das instalações da Faculdade no alto do
Araçá (25-1-1920).
Sede da Biblioteca e das Cátedras de Anatomia Descri-
tiva, Histologia, Anatomia e Histologia Patológicas e
de Medicina Legal, no período de 1924 a 1931.



MEM DE SÁ, 3.º Governador Geral do Brasil, ordenou, três meses depois de sua chegada a São Vicente, em 31 de março de 1560, que se processasse a fusão das povoações de São Paulo e Santo André.

Primórdios da Vila de Piratininga

(DO LIVRO EM PREPARO "O PAÇO MUNICIPAL — SUA HISTÓRIA NOS 4 SÉCULOS DE SUA VIDA")

Arq. Wilson Maia Fina

Criada a Vila de S. Paulo de Piratininga, pela foral de 5 de Setembro de 1558, ordenou Mem de Sá, o 3.º Governador Geral do Brasil, três meses depois de sua chegada à S. Vicente, em 31 de Março de 1560, que se processasse a fusão das povoações de S. Paulo e Santo André.

Insistiram os jesuitas nessa fusão, nas cartas enviadas à metrópole, alegando como motivo principal que, na "Vila de S. André vivia gente embrutecida e altaneira por falta de missionários, que ali tomasse a si o regimen espiritual, e impuzesse nas consciências os ditames do bem viver".

Essa assertiva à maneira de viver da gente de João Ramalho era mais com relação a falta de educação religiosa, de que interesses políticos, assistência que poderia ser prestada pelos padres de Piratininga, se eles, se dispuzessem a caminhar até S. André, distante de São Paulo, cêrca de 3 léguas.

A rivalidade entre as duas vilas mais se acentuava com a pressão dos jesuitas, a despeito dos grandes esforços de João Ramalho e os seus numerosos filhos (seus adeptos — seus escravos e índios) em engrandecê-la e aumentar as suas condições de segurança e conforto; alegava em sua defesa ser a vila de S. André um baluarte protetor da vila de Piratininga, contra os ataques dos índios tamoios.

Os padres insistiam, dizendo que nas condições em que ela se achava não podiam prestar a assistência religiosa que necessitava, "favorecendo e ativando a catequese e civilização dos índios do campo", que submissos a eles estariam aptos na edificação do povoado de Piratininga.

E, na opinião do Frei Gaspar da Madre de Deus, "como os incrementos de qualquer delas atrasavam os progressos de suas competidoras", nem os jesuitas podiam tolerar a submissão de S. André, e tampouco os Ramalhos sofrer a de S. Paulo.

A vista pois da contenda entre os dois povoados, que não passava de contenda particular, foi que Mem de Sá ordenou a demolição da Vila de S. André, transferido a foral de vila para a povoação junto ao Colégio dos Jesuitas nobreguenses, que tomou o nome de Vila de S. Paulo de Piratininga, ficando a esta pertencendo os Campos de S. André que antes fazia parte do território da vila de S. Vicente.

Aumentada a sua população pela fusão das duas vilas, pois até então S. Paulo não passava de humilde aldeia, e assumida os privilégios de vila por ordenação real, foi levantado diante do Colégio o poste da justiça, transportado de S. André, o mesmo poste feito por Sebastião Rodrigues em 1555, pela importância de 500 reis, dando êle assim, foros de burgo efetivo, ao

recente aglomerado erguido por Anchieta e seus companheiros, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí.

As casas eram nessa época, construídas de barro e ripas cruzadas, bem pouco diferentes das habitações dos indígenas, como dizia o padre Anchieta na carta escrita em 1563, dirigida ao superior geral da ordem, o Padre Lianes.

Si bem que se conhece apenas a casa do colégio, a construção mais importante eram as portas existentes no muro, construído pelos jesuitas, para defender a aldeia dos ataques dos índios. Era a vila cintada por um forte muro de taipas rústicas, cobertas de sapé, e tendo em cada porta de entrada, por detraz uma guarita, abrigo donde uma sentinela vigiava os campos.



JOÃO RAMALHO, o fundador de Santo André, tudo fez para evitar a rivalidade cada vez mais acentuada entre a sua vila e a de São Paulo de Piratininga.



O POSTE DA JUSTIÇA foi levantado diante do Colégio de São Paulo de Piratininga, assumindo assim, por ordenação real, o privilégio de vila. (Desenho de Belmonte)

As portas eram em número determinado pelos vereadores, muito bem construídas, constando de folha e batente, além do fecho de travo, tudo feito com páus tirados das árvores da redondeza.

Aqueles que contrariassem as ordens dos vereadores, abrindo portas além do número determinado, sofriam penas de multas e cadeia. O senso da ordem e o espírito da defesa são bem patentes no trecho desta ata, de 21 de Março de 1575, em que "mandarão os ditos oficiais que passasse mandato para ser penhorado João Anes por 500 reis em que caíra de pena por não

tapar uma porta que abria no muro desta villa que lhe fosse notificado que em termo de 15 dias a mandasse tapar de taipa de pilão com pena de 1.000 reis para o Conselho não a tapando e que outrossim fosse passado mandato para ser penhorado Domingos Ruiz por 500 reis de pena que caíra por outrossim não tapar uma porta que tinha aberta no baluarte desta villa de novo lhe fosse notificado que com pena de 1.000 reis para o Conselho a mandasse tapar no termo de 15 dias".

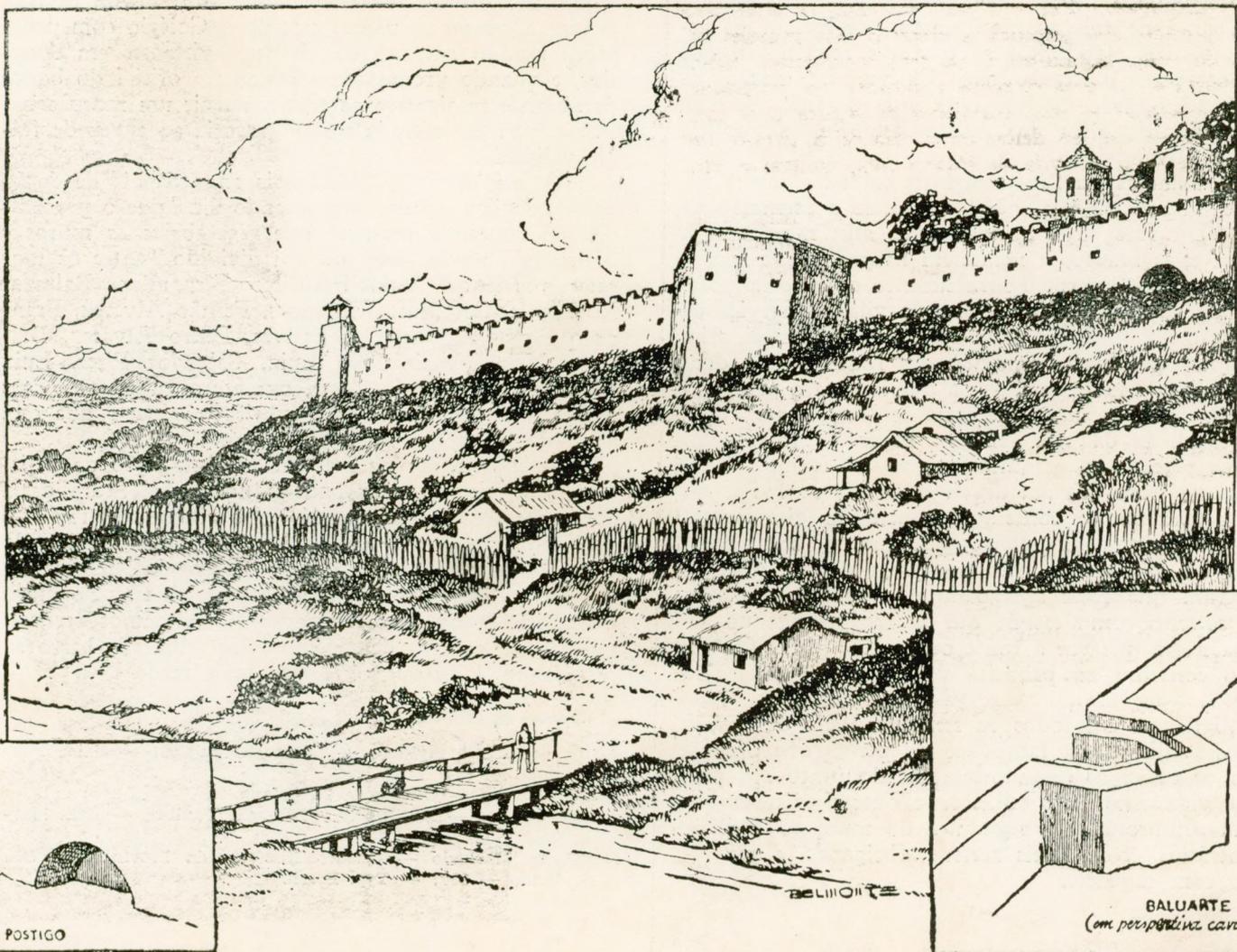
Eram como vimos, os nossos edis do passado, homens ciosos de seus deveres, procurando manter a pequena população abrigada e defendida.

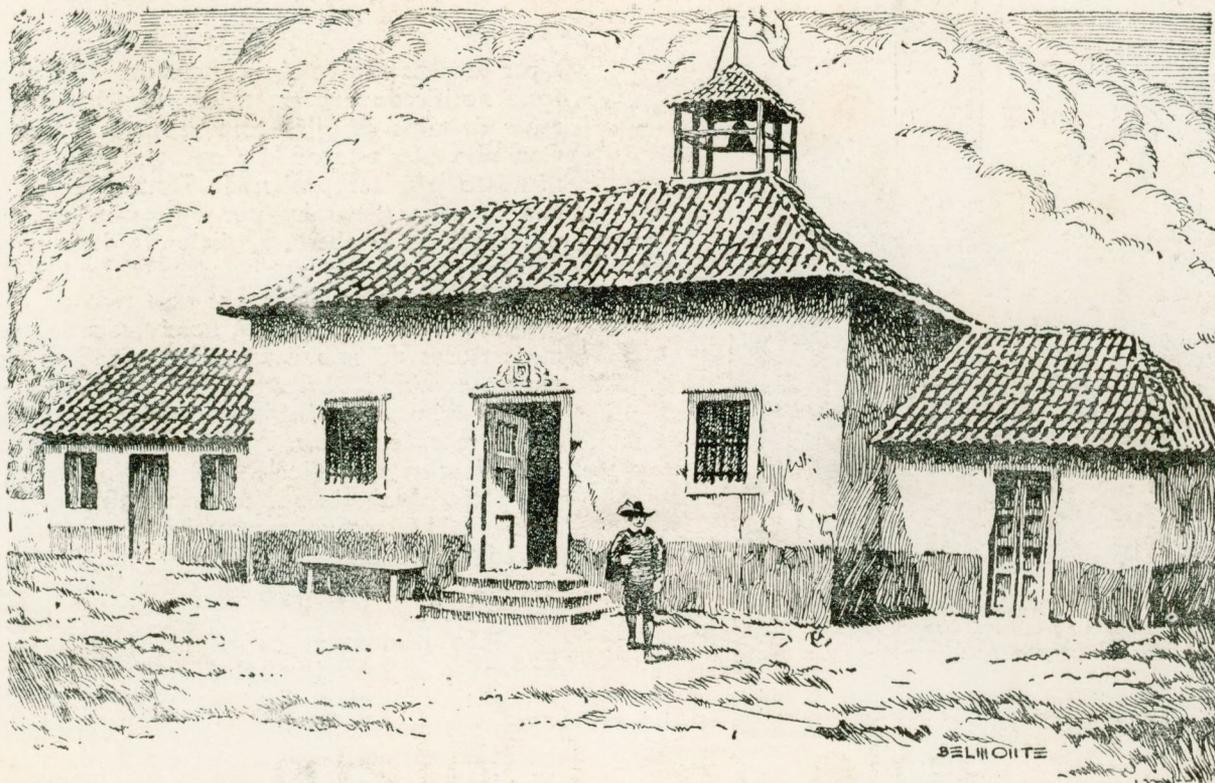
O número de habitantes devia ser aí pela ordem de 80 moradores pois, August Saint Hilaire no seu livro "Viagem a Província de S. Paulo", diz que "a sua população diminuiu muito sensivelmente quando pelo ano de 1560 os goitacazes abandonaram a vila e que em 1585, contavam na vila 120 habitantes, aproximadamente, não compreendendo entre eles os indígenas escravizados".

Não perdoavam os oficiais da Câmara qualquer desrespeito as suas determinações que viessem prejudicar o organismo social, diminuir a segurança ou oferecer perigo aos moradores do campo de Piratininga. Os que teimavam em abrir portas nos muros da vila eram notificados para taparam-na com taipa de pilão, dentro de certo prazo, que na falta incorriam em certa multa, cobrada em benefício dos cofres do Conselho. Houve até o fato do tal João Anes, que muitas preocupações causou aos edis paulistanos, quando abriu portas e buracos, no muro que passava na divisa de suas terras, em quantidade tal que oferecia tanto perigo à vila, obrigando os oficiais da Câmara a tomarem enérgicas medidas na sessão de 4-2-1575.

Todo o cidadão é sempre propenso a burlar a lei; não há aquele que não sente-se tentado, pelo menos

OS MUROS que defendiam a cidade, após o Colégio, constituíam as mais vultosas construções da vila e os edis paulistanos eram assás rigorosos em mantê-los bem conservados. (Desenho reconstrução, de Belmonte).





O PAÇO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, segundo um desenho de Belmonte, inspirado num quadro de J. Wasth Rodrigues existente no Museu do Ipiranga e executado sob orientação do dr. Afonso de E. Taunay, que, por sua vez, se baseou num desenho do célebre roteiro de D. Luiz de Céspedes e Xéria, governador do Paraguai, que por aqui passou em 1628.

uma vez, em contrariar determinações legais ou espíritos aventureiros que se arrojam à conquistas ilegais. Pois foi o que fez o nosso irrequieto Alvaro Anes, que com a maior simplicidade deste mundo, resolveu fechar um caminho na vila, incorporando-a ao terreno de sua propriedade.

Reuniu-se então a Câmara na casa do juiz Simão Jorge e por requerimento do procurador do Conselho, notificaram-no a abrir a rua que fechara, (ela já era de domínio público), pois, dava acesso ao Tamanduatê.

Diante de tais acontecimentos, resolveram os senhores oficiais elaborarem as posturas municipais, que foi lida pelo porteiro João Galego, na sessão de 24-2-1564, pondo disciplina na vida orgânica do núcleo paulistano, além de também estabelecer a polícia administrativa.

Tinham os vereadores maiores cuidados com a higiene e limpeza da vila, não permitindo a formação de buracos em suas ruas, obrigando os seus moradores a taparem esses buracos e manterem limpas as suas testadas, além de obrigarem o fornecimento de mão de obra, índios ou os próprios moradores da vila, no serviço de construção e conservação da ponte do Tamanduatê, além da limpeza periódica das águas das fontes — as duas únicas que haviam na vila — a que ia para o “rio Tamandoai e a outra atrás das casas de Joane Anes”.

A polícia da vila também se fazia através dos próprios vereadores, e muito curioso e oportuno é salientar este trecho da ata de 14 de Abril de 1575, em que o procurador do conselho “requereo na dita camara que muitos mansebos solteiros que iam as fontes pegar nas negras e as afrontavão ao que elles srs. officiaes mandavam que fosse apregoado que todo o mansebo assim solteiro como casado que se acham pegando em alguma negra que vae á fonte ou ao rio, pague 50 reis para o conselho na primeira vez, e na segunda cem reis”...

Vigilantes em todos os sentidos, nada escapavam aos nossos dirigentes, tampouco ao perigo que oferecia o fato de terem os moradores colocado junto aos muros da vida chiquiros, telheiros e outras edículas que podiam comprometer a segurança do muro e “facilitar os contrários” com fáceis acessos, obrigando a sua remoção com urgência.

Os que os officiaes chamam de “contrários” se refere aos índios, que podiam usar dessas edículas para seu trampolim nos assaltos à vila.

Com relação as fortificações da vida, não se pode precisar com segurança do tipo certo de sua construção. As primeiras atas falam em muros e baluartes, e outras já falam em cêrcas, o que nos parece haver certas contradições na maneira de interpretar de cada escrivão.

O que admite-se em face da história da vila de Piratininga, é que, antes da fusão com a vila de Sto. André, tivessem os padres cercado o Colégio com palissadas usando madeira das árvores existentes em derredor, e quando promovida a instalação oficial do burgo paulistano, resolveram os edis construir um muro e baluarte, pois êle oferecia maior garantia ao envez de frágil palissada.

A ata de 5-11-1562, dois anos depois da fusão das duas vilas, é bem clara quando diz “que o procurador do conselho, requereo que se acabasse as muros e baluartes”, serviço esse que foi dividido “entre os moradores Manoel Vaz, Francisco Fernandez, Baltazar Rodrigues, Geronimo Fernandes, Fernão Alvarez, Francisco Pires, Geronimo Gonçalves, Pedro Alvarez, Baltazar Nunes, mais João Luiz, Salvador Pires, Luiz Martins, Frutuoso da Costa, que acompanhados de seus índios, acabarão de faser e cubrir o baluarte que está atrás das casas que mora João Luiz”.

A construção, ou melhor, a substituição da palissada por muros, como pode-se notar da leitura dessa ata, deve ter se iniciado, lá pelas alturas de 1560, e prosseguiu até o ano de 1563, pois já em reunião do Conselho da república no mês de Fevereiro, resolveram os senhores vereadores cobrir a guarita de traz do muro e acabar de cobrir a cêrca, donde deduzimos ser esse muro todo coberto de sapé, pois as telhas de barro só começaram a aparecer 15 anos mais tarde.

Fontes de referências:

- Livros de atas e registros — Câmara Municipal — datas referidas.
- Jacinto Ribeiro — Cronologia Paulistana.
- Aureliano Leite — História da Civilização Paulista — Edit. Martins.
- Brigadeiro Machado — Quadro Histórico da Província de São Paulo — 1897 — Typ. Brasil.



1876
Panorama da
cidade de
São Paulo.
(Gravura do livro «O Brasil
e os brasileiros» de Kidder
e Fletcher).

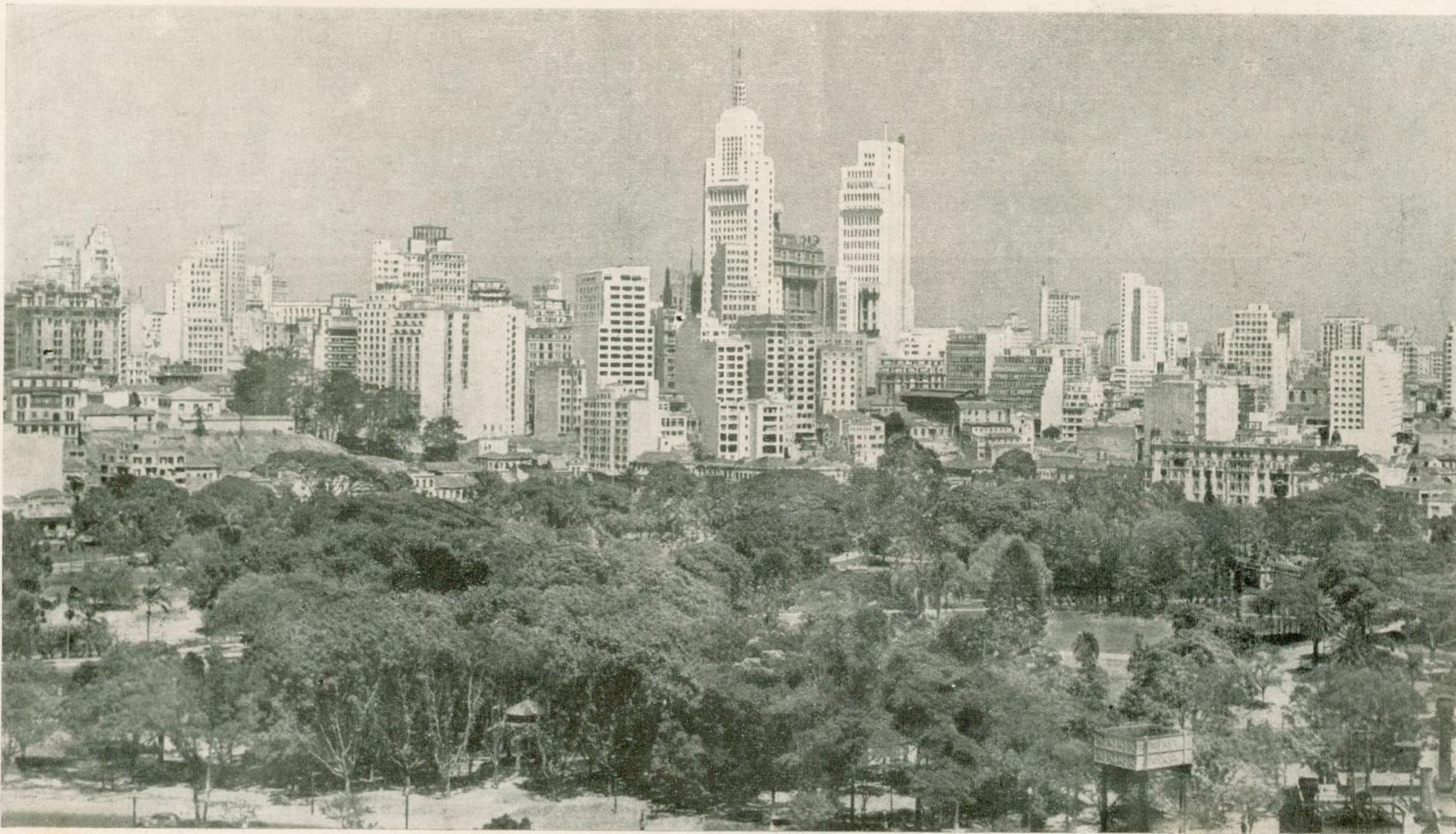
São Paulo de Ontem...

PORTFÓLIO DE
DESENHOS E
FOTOGRAFIAS
QUE DOCUMENTAM
O CRESCIMENTO
VERTIGINOSO DA
CAPITAL BAIDEIRANTE

São Paulo de Hoje!

(II)

1954 — PANORAMA DA CIDADE DE SÃO PAULO. (Vista tirada do Parque Dom Pedro II)



A Ladeira de São João



A LADEIRA DE SÃO JOÃO VISTA DA PRAÇA ANTONIO PRADO — Na fotografia ao lado, tirada entre 1912 e 1915, aparece, à direita, o «Palacete Martinico» ocupado pela Light, que ali teve o seu segundo escritório, e que foi demolido mais tarde, para dar lugar ao prédio do City Bank of New York. A Ladeira de São João, a nda apresentava quase o mesmo aspecto do primeiro decênio do século, com os seus modestos sobrados de um ou dois andares. A ponte do Acú, na baixada, não mais existia porém: o rio Anhangabaú, por imposição fora canalizado. Os bondes elétricos subiam e desciam a íngreme ladeira, pois, ela era paragem obrigatória de quase todas as linhas que havia na Capital.

A Ladeira de São João, a primeira secção da moderna Avenida São João era conhecida antigamente por Ladeira do Acú, nome que vinha dos primórdios da formação da vila de São Paulo e sobre o seu significado, descobriam os estudiosos que poderia ser: -Acú, de hucui da grafia dos antigos documentos, isto é, -veneno ou, então, quentura, febre, elevação, água venenosa, etc. O certo, porém é que, a Ladeira marcou época na velha São Paulo, pois «teve a sua grandeza urbana e a sua

tradição é imorredoura». E ainda continua a ter tudo isso. Prova-o o seu intenso movimento, a importância das suas lojas e a localização, ali, do magnífico conjunto formado pelos três prédios mais altos e importantes da cidade: o Edifício Martinelli, (que em vão, tentam mudar o seu nome para «América»), o prédio do Banco do Estado e o recém-terminado arranha-céu do Banco do Brasil.



VISTA DA LADEIRA DE SÃO JOÃO EM 1910 — À esquerda ficava o celebre Café Braão, fazendo esquina com a Rua de São Bento, ponto de reunião de estudantes e boêmios daquele tempo.

A LADEIRA DE SÃO JOÃO EM 1922 — Já alargada, mas ainda apresentando, à direita, prédios de poucos pavimentos, os quais foram alguns anos depois, demolidos para dar lugar ao Prédio Martinelli. A Avenida, logo em seguida à Praça do Correio, ainda conservava os renques de árvores em seu centro.



A LADEIRA DE SÃO JOÃO EM 1954 — No ano do IV Centenário da cidade de São Paulo, a Ladeira de São João é um dos pontos mais importantes da Capital e ali se situam os seus três mais imponentes edifícios: o Martinelli (América), o Banco do Brasil e o Banco do Estado.



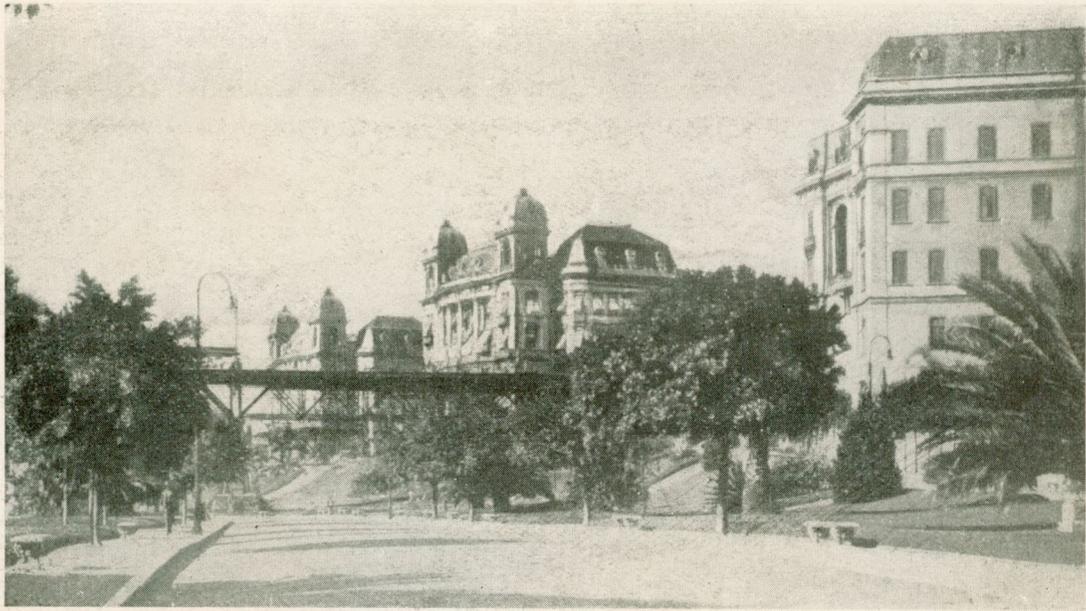


Esta fotografia aérea, tirada em 1933, das alturas da Rua da Conceição, mostra a Capital Paulista quando existiam poucos arranha-céus, predominando entre eles, o edifício Martinelli, que, ainda era «rei», impressionando com os seus 24 andares, os forasteiros que por aqui aportavam. A fotografia abaixo, (gentileza do Foto Boer), é uma impressionante vista aérea de São Paulo e foi tirada mais ou menos das alturas do cinema Odeon, na Rua da Consolação, olhando-se para a Rua São Luís, que aparece no primeiro plano. Hoje o número de prédios altos é bastante elevado e o edifício Martinelli é, entre eles, descoberto com certo esforço.

São Paulo - 1933

São Paulo - 1954





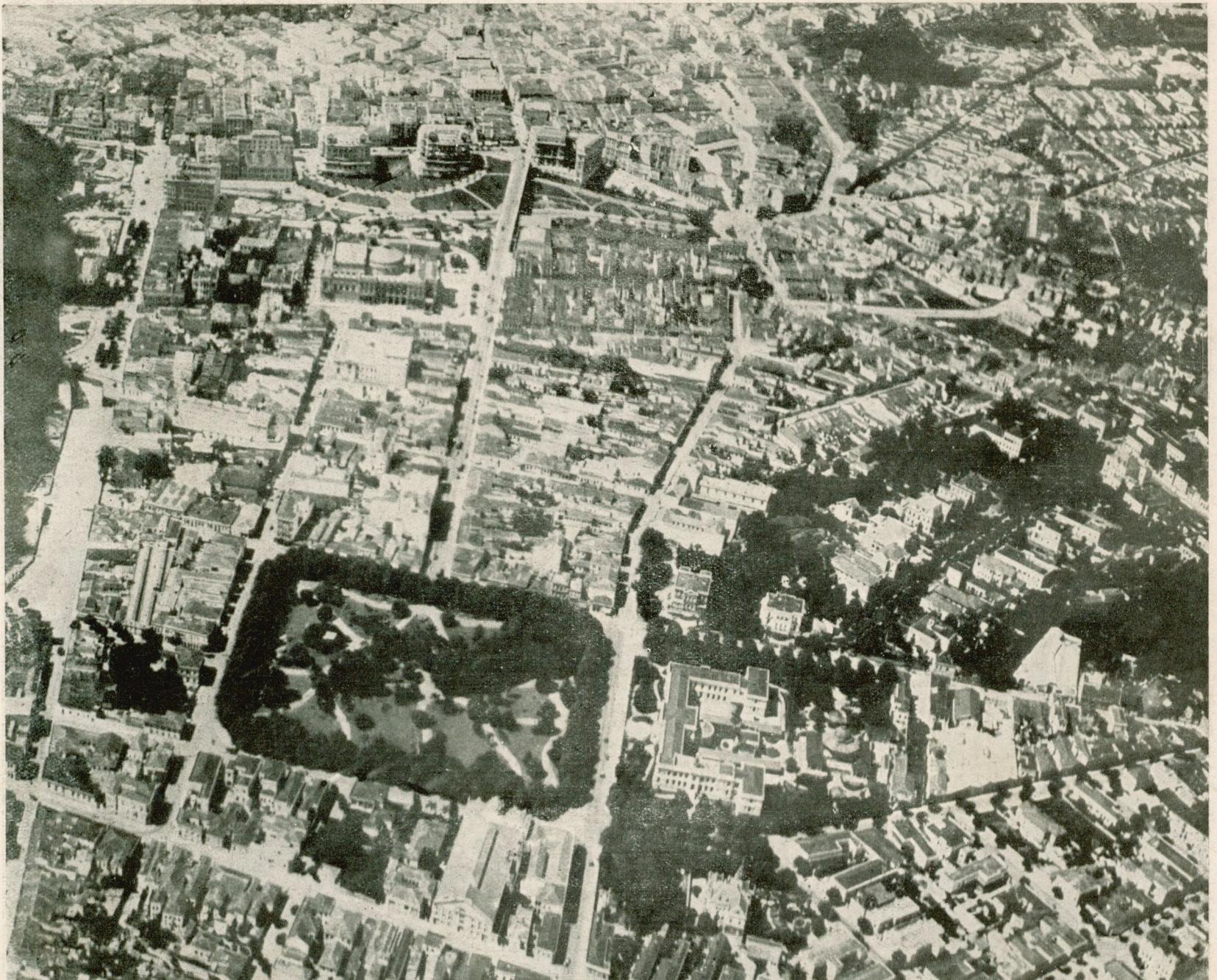
PARQUE ANHANGABAÚ — 1922

“São Paulo — a cidade que mais cresce no mundo”

«O crescimento horizontal e vertical de São Paulo constitui um fenômeno que impressiona a todos os estudiosos da ciência urbanística do mundo. Atualmente, na área central da cidade, poucos são os pontos vazios de edifícios. A fisionomia de nossa Capital altera-se de ano para ano, sempre acentuando sua linha dinâmica de progresso. As antigas casas com beirais debruçados sobre os passeios, estão hoje surgindo edifícios

de grande estrutura e importante aspecto. São Paulo, nestes últimos trinta anos, modificou-se extraordinariamente, pois, das suas antigas ruas centrais, mal calçadas e estreitas, surgiram artérias largas, de traçados amplos. O crescimento vertiginoso da nossa metrópole vem impressionando sensivelmente, mesmo aos homens acostumados ao trato das coisas prêsas à técnica da evolução das cidades, como os notáveis urbanistas Alvar

PRAÇA DA REPÚBLICA — 1920



Alto, Valter Gropius, José Luís Sert, Gideon, Ernest Roger e muitos outros.» (Heitor F. Gandra).

Exemplos dos mais expressivos são as fotografias destas páginas. As do alto, mostram dois aspectos do Parque Anhangabaú, um dos logradouros mais tradicionais de São Paulo, sendo o primeiro, tirado em 1922 e o segundo, nos dias atuais.

Em baixo, na página anterior, a primeira fotografia aérea é de 1920 e apresenta o centro da cidade, visto das alturas do Largo do Arouche, com a Praça da República aparecendo logo a esquerda. Não existia, então, um único arranha-céu e os prédios mais elevados eram os da Prefeitura e o do Automóvel Clube, juntos ao Parque Anhangabaú. A segunda fotografia, em baixo, nesta página, gentileza da Empresa Nacional de Fotografias Aéreas, foi apanhada em 1952 e demonstra eloquentemente, o impressionante crescimento vertical da cidade de São Paulo em um período de apenas trinta e dois anos!



PARQUE ANHANGABAÚ — 1954
(Foto Mario Prugner)

PMB 22-17-36

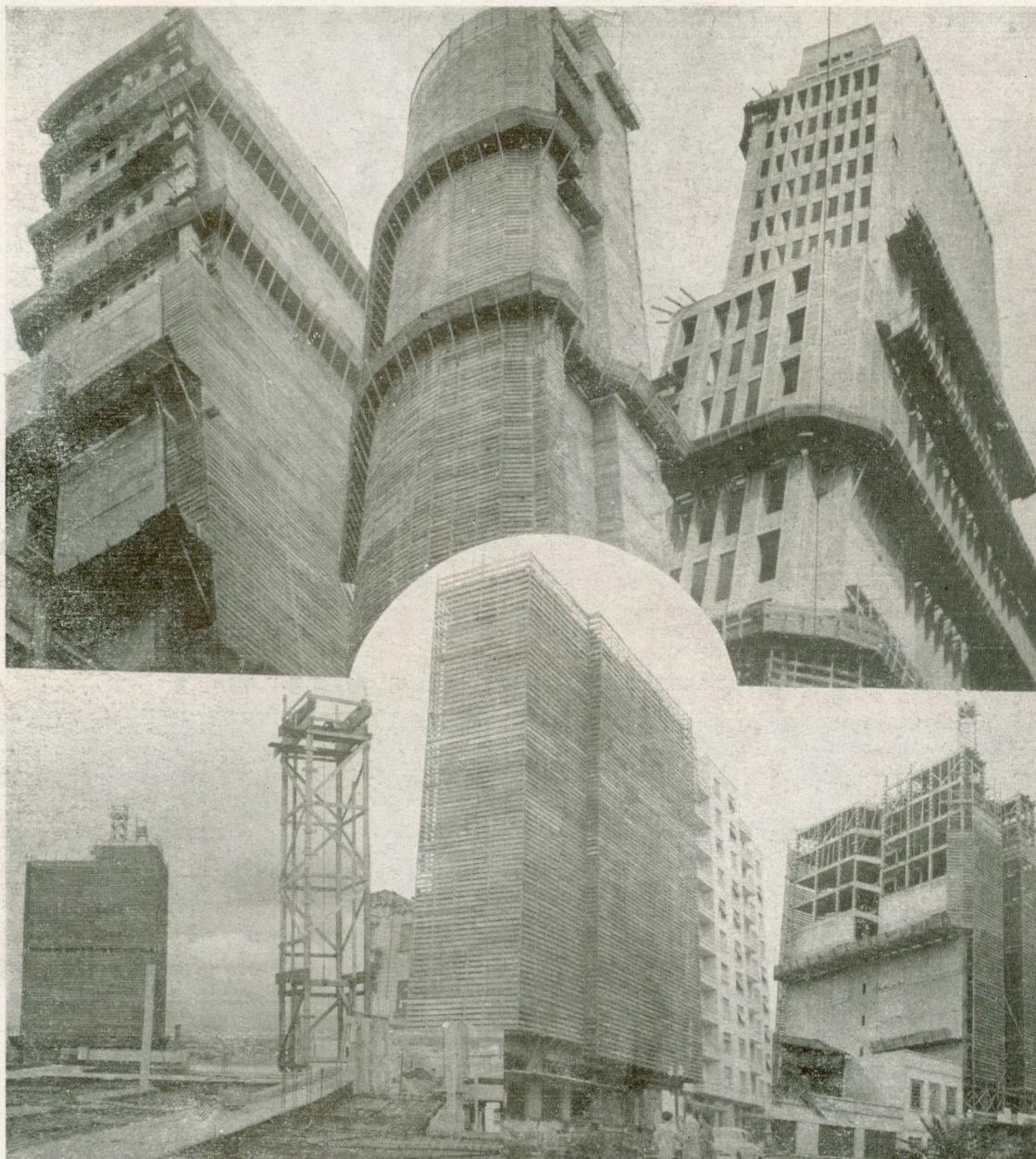
PRACA DA REPUBLICA — 1952 (Foto gentileza da E.N.F.A.)



E.N.F.A.

Praça da República São Paulo - 1950

UM PRÉDIO CADA SETE MINUTOS



OS ARQUITETOS PAULISTANOS NÃO PERDEM TEMPO

SÃO PAULO, A PRIMEIRA CIDADE DO MUNDO EM CONSTRUÇÕES — CIFRAS QUE DEMONSTRAM O MILAGRE DO CRESCIMENTO DE SÃO PAULO — NOVO RECORDE É ESPERADO ESTE ANO! (*)

De todos os setores da vida paulistana, um deles se destaca pela enorme rapidez com que se desenvolve e pelo arrojo das concepções apresentadas, que é o da indústria das construções. Ao mesmo tempo em que a cidade cresce em população, os arquitetos paulistanos não perdem tempo, manifestando-se dignos da cidade onde exercem suas atividades, construindo inúmeros prédios, casas residenciais, fábricas, armazéns, garages e lojas, colocando-se ao par das cidades mais adiantadas do mundo na beleza e segurança do que edificam.

Para dar uma idéia da velocidade com que se constrói em São Paulo, cobrindo-se de prédios e mais prédios a superfície a Capital, damos a seguinte tabela:

NÚMERO MÉDIO DAS CONSTRUÇÕES EM SÃO PAULO:

A N O	por mês	Por mês (25 d.as do mês)	Por Hora (8 horas do dia)
1941	1.042	41,7	5,2
1945	923	36,9	4,6
1946	1.243	49,9	6,2
1947	1.102	44,1	5,5
1948	1.499	59,9	7,5
1949	1.641	65,6	8,2
1950	1.436	59,4	7,4
1951	1.621	64,8	8,1
1952	1.626	65,0	8,1



Verifica-se, pelos números acima, que, nos últimos três anos, a média das construções foi de oito prédios por hora, isto é, construiu-se um prédio cada sete minutos nesta Capital. Este número de construções está bem de acordo com a rapidez desta era do avião a jacto, pois trata-se de um número recorde, ainda não verificado em nenhuma outra cidade do mundo.

Assim, com essa vitalidade, o número de construções na Paulicéia foi qualquer coisa de anormal. Em 1940, o atual município de São Paulo contava com 228.894 construções. Apenas doze anos depois, em 1952, o número de construções existentes subiu para 399.312, o que acusa a impressionante cifra de 74,45% de aumento.

Compreende-se exatamente o sentido desse aumento com a tabela seguinte:

A N O	Total de prédios existentes	Índice do crescimento
1940	228.894	100
1941	241.407	105,46
1942	249.631	109,05
1943	257.426	112,46
1944	265.529	116
1945	276.605	120,84
1946	291.588	127,38
1947	304.821	133,17
1948	322.811	141,03
1949	352.503	154
1950	360.336	157,42
1951	379.798	165,92
1952	399.312	174,43

Estas cifras incluem prédios construídos na Sub-Prefeitura de Santo Amaro — que é parte integrante da capital. No período mencionado acima, o número de prédios existentes em Santo Amaro aumentou de 7.851 para 19.891, demonstrando o espantoso desenvolvimento desse antigo município.

No início do século atual, em 1901, foram construídos em São Paulo, somente 289 prédios e casas residenciais. A partir dessa data, a cidade cresceu, aumentando o ritmo de construções em doze vezes em dez anos. No ano de 1910 foram construídas 3.231 casas. Depois a cadência anual das construções foi-se acelerando, passando, em 1913, para 5.791 prédios, sendo esse número o ponto alto da época. Depois vieram anos difíceis e o ritmo de construções arrefeceu, caindo, em 1918, para 610 prédios. Todavia, findando a primeira Guerra Mundial, novamente a indústria de construções tomou impulso, mantendo-se no nível de 3 a 6 mil edificações por ano. A verdadeira arrancada nesse campo foi assinalada no ano de 1938, quando foram construídos 12.577 prédios, ultrapassando a área coberta, nesse ano, a 2 milhões de metros quadrados.

«COGUMELO DOS TROPICOS»

A partir desta data as casas cresceram do solo como cogumelos. Em 1946, foi batido o recorde, cobrindo-se uma área de 3 milhões e 617 mil metros quadrados. Em 1952, foram construídos 19.514 prédios com área coberta de 3 milhões e 328 mil metros quadrados e, no primeiro semestre de 1953 foram construídos 8.878 unidades, com área coberta de 1 milhão e 836 mil metros quadrados.

Essas cifras demonstram o milagre do crescimento de São Paulo, a cidade que cresce mais rapidamente no mundo, sem ser igualada por nenhuma outra, sendo por isso conhecida e chamada pela imprensa mundial por "Cogumelos dos Trópicos".

PALITEIRO DE PRÉDIOS ARROJADOS

Todavia, não é só nos números que a Paulicéia se sobressai no campo das construções. Desde que foi erguido o seu primeiro arranha-céu, o prédio Martinelli, hoje prédio América, a cidade tem se caracterizado como um paliteiro de prédios arrojados, dando ao panorama paulistano uma aparência de manada mastodônica. Esta circunstância deu invulgar renome aos arquitetos brasileiros, especialmente aos que exercem suas atividades em São Paulo, citados em todo o mundo por sua experiência e maestria. Esse renome é merecido, pois as construções da cidade são um atestado da competência desses homens, verdadeiros artistas na audácia e na beleza de suas criações, tendo eles realizado aqui, em pouco

tempo, o que em outros países se demorou anos para levar a efeito.

O trabalho executado foi possível graças à habilidade da mão de obra encontrada e às facilidades proporcionadas pelo parque industrial local, que fabricou todo o material necessário às construções. Além disso, pelas necessidades surgidas com as edificações, foi provocado o nascimento de novos ramos industriais nesse domínio, produzindo-se, hoje, em São Paulo, material de construção de qualidade superior, podendo perfeitamente rivalizar com o congênere estrangeiro e mesmo superando-o em não poucos casos.

E o movimento das construções em São Paulo, neste ano em que se comemora o IV Centenário da cidade, ainda está longe de parar ou arrefecer. O ano de 1954, certamente trará novo recorde, nesse domínio, para assim marcar os seus 400 anos de existência. (IPA).



As cifras demonstram o milagre do crescimento de São Paulo, a cidade que cresce mais rapidamente no mundo, sem ser igualada por nenhuma outra, sendo por isso conhecida e chamada pela imprensa mundial por «Cogumelo dos trópicos». A fotografia, tirada há anos, gentileza da Empresa Nacional de Fotografias Aéreas, apresenta a parte da cidade que tem por espinha dorsal, a Avenida São João, que aparece da esquerda para o centro, em diagonal, com o trecho compreendido, da Rua Maria Tereza até a Praça Antonio Prado, onde se situa o prédio do Banco do Estado.



Posse da 1.ª Diretoria do Clube Piratininga, em 1935, sob a presidência do Dr. Gaspar Ricardo Júnior

O CLUBE PIRATININGA

O Clube Piratininga, fundado em 16 de Dezembro de 1934, nasceu das trincheiras de 1932 e tem por finalidade, nos termos dos seus estatutos, promover, sem preocupações partidárias, tudo quanto possa assegurar o bem de São Paulo. Um grupo de paulistas, cansado das arremetidas contra S. Paulo, reiteradamente levadas a efeito por brasileiros de outros Estados, reuniu-se para isso e levou avante a sua fundação. A suas duas primeiras reuniões, feitas em recintos gentilmente cedidos, compareceu regular nú-

mero de interessados, ficando deliberado, entretanto, que seriam considerados fundadores, todos os que durante aquêlê mês, isto é, até 3 de Dezembro de 1934, trouxessem a sua aquiescência, a sua colaboração e o seu aplauso. Destacam-se, dentre os fundadores, pelo trabalho incansável, Alfredo Colombo, Tácito de Almeida, Durval de Ferraz, Francisco Franco de Abreu, José Augusto Cesar Salgado, Gaspar Ricardo Júnior e Gastão Grossé Saraiva. Assim, são sócios fundadores do nosso Clube, os seguintes 665 senhores:

- 1 — Francisco Gayotto
- 2 — Dr. José Augusto Cesar Salgado
- 3 — Dr. Tácito de Almeida
- 4 — Dr. Alfredo Ellis Júnior
- 5 — Dr. Francisco Pati
- 6 — Dr. Gaspar Ricardo Júnior
- 7 — Dr. Jorge Americano
- 8 — Dr. Percival de Oliveira
- 9 — Alfredo Colombo
- 10 — Dr. Gastão Grossé Saraiva
- 11 — Dr. José Hildebrando da Silva Leme
- 12 — Dr. Agenor Machado
- 13 — Jorge Saraiva
- 14 — Dr. Bento de Camargo Filho
- 15 — Dante Favero
- 16 — Dr. Tito Prates da Fonseca
- 17 — Dr. Guilherme de Almeida
- 18 — Cyro Marcondes Ferraz
- 19 — Dr. Horácio de Carvalho Toledo Martins
- 20 — Dr. Francisco Franco de Abreu
- 21 — Dr. Alberto Americano
- 22 — Archimedes de Azevedo
- 23 — Dr. João Gomes Martins Filho
- 24 — Dr. Mariano de Oliveira Wendel
- 25 — Dr. José Vergueiro Steidel
- 26 — Guilherme Pinheiro
- 27 — Dr. Alípio Leme de Oliveira

- 28 — Dr. Roldão Lopes de Barros
- 29 — Dr. José Eugênio Branco Lefevre
- 30 — Dr. Ruy Pinheiro de Amorim Cortez
- 31 — Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo
- 32 — Benedito da Silva Mendes
- 33 — Albino Alves de Camargo
- 34 — Dr. Armando da Veiga Castello
- 35 — Agostinho Sender Júnior
- 36 — Arthur Victor Lindsey
- 37 — Benedito Leal
- 38 — Oscar Nilssen
- 39 — Eduardo Whitaker Pentead
- 40 — Eurico Moreira Machado
- 41 — Durval de Paula Ferraz
- 42 — Honório Fernandes Monteiro
- 43 — José Virgílio Ramos Filho
- 44 — José Lourenço Gonçalves Fraga
- 45 — João de Almeida Leite Moraes
- 46 — José Rodrigues Simes
- 47 — Jorge de Campos Jarussi
- 48 — Dr. Milton Marcondes
- 49 — Dr. Miguel Coutinho
- 50 — Silvano Wendell
- 51 — Dr. Tito Ferreira de Carvalho
- 52 — Dr. Edmur de Andrade Nunes Pereira
- 53 — Raymundo Duprat Filho
- 54 — Argemiro Alves de Sá

Posse da Diretoria do Clube Piratininga, eleita em 1936, sob a presidência do Dr. Wladimir Piza



- 55 — Theophilo de Oliveira e Souza
- 56 — Dr. Américo França Paranhos
- 57 — Antônio de Carvalho Saraiva
- 58 — Antônio Nogueira de Sá
- 59 — Francisco de Salles Vicente de Azevedo
- 60 — Honório de Syllos
- 61 — João Cecílio Filho
- 62 — Dr. Joaquim Ribeiro de Almeida
- 63 — Edmur de Souza Queiroz
- 64 — Sylvio Branco do Amaral
- 65 — Cherubim Barata
- 66 — Carlos Alberto Penteado
- 67 — Coronel Azarias Silva
- 68 — João Minervino
- 69 — José Cardoso da Silveira
- 70 — Dr. Benedito Costa Neto
- 71 — Octávio Bicudo
- 72 — Francisco Silveira Bueno
- E3 — Afonso Augusto Saraiva
- 74 — Antônio Oliveira Guimarães
- 75 — Dr. João Alves Mota
- 76 — Joaquim Alves de Oliveira Peixoto
- 77 — Ottoni de Almeida Castanho
- 78 — Alvaro Ortiz
- 79 — Dr. Ruy de Azevedo Sodré
- 80 — Arnaldo Machado Florence Filho
- 81 — Fausto Goulart Ribeiro
- 82 — Joviano Veiga Machado
- 83 — Dr. Luís Gonzaga Pais de Barros
- 84 — Dr. Raul Renato Cardoso de Mello Tucunduva
- 85 — Dr. Rodolpho de Freitas
- 86 — Dr. José Oliveira de Barros
- 87 — Jr. João Domingues Sampaio
- 88 — Dr. Cesar Lacerda Vergueiro
- 89 — Mário Pereira de Barros
- 90 — Paulino Saraiva
- 91 — Dr. Luís Pereira de Campos Vergueiro
- 92 — Prudente Sampaio
- 93 — Dr. Ivan Assumpção
- 94 — Dr. Clementino de Souza e Castro Filho
- 95 — Dr. Marianno Camargo da Silva Rodrigues
- 96 — Alexandre Kerberg
- 97 — Amadeu da Silveira Saraiva
- 98 — José Augusto Saraiva
- 99 — Dr. Mathias Pereira Fortes
- 100 — José de Araujo Luso Júnior
- 101 — Arly de Campos Duarte Moreira
- 102 — Aberaldo Salgueiro
- 103 — Celso Aratangy
- 104 — Antônio Roberto Madés
- 105 — Theophilo Benedito dos Santos
- 106 — Heitor Azzi
- 107 — João Pedro Cardoso
- 108 — Saulo Ferraz
- 109 — Severino dos Sastos
- 110 — Octavio Leal
- 111 — Dr. Herculano Chripim de Carvalho
- 112 — Sergio Sydow
- 113 — Raul de Oliveira Borges da Rocha
- 114 — Dr. Gastão dos Santos Moreira
- 115 — Frederico Lane
- 116 — Azor de Camargo Penteado
- 117 — Armando Amicone
- 118 — Adriano Pires de Andrade
- 119 — Alfredo Ferreira Gomes
- 120 — Dr. Joaquim Avaro Pereira Leite
- 121 — José Pires de Andrade
- 122 — José Antônio Joaquim Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
- 123 — José Benedito Pacheco Salles
- 124 — Osvaldo Moreira Pompeu
- 125 — Max Beringer Júnior
- 126 — Dr. Carlos Adhemar de Campos
- 127 — Christovam Andrade Júnior

Flagrante da homenagem prestada ao Governador Pedro de Toledo, o grande chefe da Revolução de 1932.

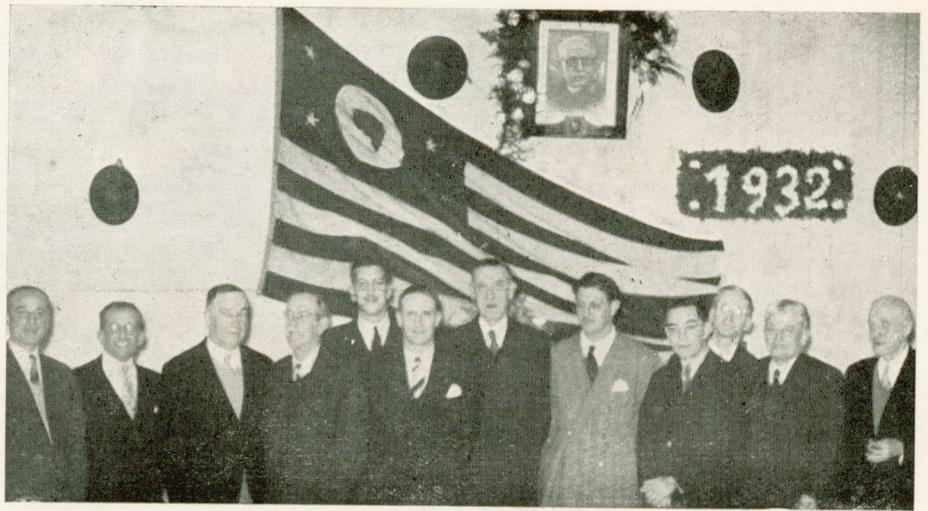


- 128 — Hugo Oliveira Galvão da Silva
- 129 — Arnaldo Leal
- 130 — Nelson Braga Ferreira
- 131 — Sebastião José Mangin de Almeida
- 132 — Antenor Borba
- 133 — Firmino Pacheco Nobre
- 134 — Luís de Souza Gomes Carneiro
- 135 — Luís B. de Gusmão
- 136 — Cássio Pereira Barreto
- 137 — Virgilio da Anunciação Lopes Martins
- 138 — Constâncio de Carvalho
- 139 — J. Gomes de Siqueira Reis Júnior
- 140 — Diógenes Leite Penteado
- 141 — Rubens Ribeiro de Souza
- 142 — Jayro Pinto de Araujo
- 143 — Dr. Paulo de Queiroz Telles Tibiriçá
- 144 — Paulo Rezende
- 145 — José Guedes da Cunha
- 146 — Dr. Carlos Pinto Alves
- 147 — Jorge da Silva Pinto
- 148 — Dr. Nery de Siqueira Reis
- 149 — Dr. Pelágio Alvares Lobo
- 150 — Coriolano de Oliveira Godoy
- 151 — Dr. Alberto Hugo de Oliveira Caldas
- 152 — Dr. Francisco Emygdio Pereira
- 153 — Knud Brink
- 154 — Dr. Atugamim Medici
- 155 — Carlos Lorena
- 156 — Paulo Lorena
- 157 — Altamiro Pereira de Toledo
- 158 — Benedito Silva Mendes Júnior
- 159 — Dr. Júlio Eugênio Bertrand
- 160 — Artur de Castro Júnior
- 161 — Manuel Dias de Toledo Filho
- 162 — Aristides de Arruda Camargo
- 163 — Célio Sampaio de Freitas
- 164 — Hamilton Ribeiro de Aguiar
- 165 — Jair Rocha Botelho
- 166 — Flávio Homem de Mello
- 167 — José de Alvarenga
- 168 — Hugo Maia
- 169 — Alysser Lelet
- 170 — Dr. Megalvio da Silva Rodrigues
- 171 — Achilles Bloch da Silva
- 172 — Ralph G. Suterland
- 173 —
- 174 — Ismael Torres Guilherme Christiano
- 175 — Dr. Odilon Egydio do Amaral Souza
- 176 — José Pereira Bueno
- 177 — José de Vergueiro Guimarães
- 178 — Luís Carvalho de Albuquerque
- 179 — Jorge Freire
- 180 — Dr. Sebastião de Magalhães Medeiros
- 181 — Telesphoro de Souza Lobo
- 182 — Arlindo de Azevedo
- 183 — Domingos Antônio Correia
- 184 — José Estanislau Barbosa
- 185 — Sylvio de Campos Mello
- 186 — Erasto Carlos de Toledo
- 187 — Afonso Maesano
- 188 — Dr. Thiago Vieira Monteiro
- 189 — Andarilino Silva Campos
- 190 — José Moya
- 191 — Aristides Marcondes de Souza
- 192 — Guilherme Dias Braga
- 193 — Luís de Siqueira Reis
- 194 — Adolpho Rula
- 195 — Antônio José Levy
- 196 — Manuel Luís de Matos Viana
- 197 — João Galhanone Neto
- 198 — José Leite Filho
- 199 — Henrique Dal Poggetto
- 200 — Dr. Mário Cunha



A Diretoria do Clube Piratininga de 1936. Sentados, da esquerda para a direita: Dr. Custódio Cardoso de Almeida, H. Crispim de Carvalho, Wladimir de Toledo Piza, Carlos Pinto Alves e David Ribeiro; em pé; Agostinho Lender Jr., José de Alvarenga, Luís da Gama e Silva e Renato de Camargo Filho.

- 201 — José Oliveira Pinto
 202 — Joaquim Thomaz de Aquino
 203 — Dr. Derallo Jordão
 204 — Marbanio Camargô da Silva Rodrigues
 205 — Dr. Guilherme de Abreu Castelo Branco
 206 — Hernani Pinto Ferreira
 207 — Mário Alves Marques
 208 — Luis Caldora
 209 — Clodomiro Delbuque
 210 — Francisco de Freitas Pitombo
 211 — Aracy Cajado de Oliveira
 212 — Dr. Cândido de Moraes Leme
 213 — Dr. Mário Cardoso Guimarães
 214 — Dr. Luis Ferreira Pires
 215 — Hermilio José Franco
 216 — Dr. Jorge de Souza Rezende
 217 — Durval José de Barros
 218 — Dr. Waldomiro Lobo da Costa
 219 — Heitor Barbosa de Macedo
 220 — José Alves do Amaral
 221 — Raul Fracarolli
 222 — Dr. Sebastião Eugênio de Camargo
 223 — Octávio de Araujo
 224 — Dr. Inácio Uchoa da Veiga
 225 — Dr. Octávio de Salles Pinto Júnior
 226 — Afonso Alves de Almeida
 227 — Dr. Luis Antônio da Gama e Silva
 228 — Francisco Rocha Ferreira
 229 — Arnaldo Guimarães Bueno
 230 — Joaquim de Castro Lopes
 231 — Dr. Dino Bueno
 232 — José Gomes da Silva
 233 — Heitor de Assis Pacheco
 234 — Alberto Franco
 235 — Dr. Orlando de Almeida Prado
 236 — Dr. Juvenal Pompeu
 237 — Dr. Benedito Duarte Passos
 238 — Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão
 239 — Dr. Antônio Hermano da Costa Bueno
 240 — Mário Gomes Pinto
 241 — Brasilio Silva
 242 — Cel. Francisco Vieira
 243 — Waldemar Augusto da Silva
 244 — Amadeu Narciso Pieroni
 245 — Dr. Antonio Ferreira de Castilho Filho
 246 — Dr. Fernando de Almeida Nobre
 247 — Dr. José Ferreira de Mello
 248 — Álvaro de Oliveira Cruz
 249 — José Leal Filho
 250 — Gaspar Ferreira
 251 — Dr. Antônio Carlos Couto de Barros
 252 — Abel Arantes Bastos
 253 — Abner Gonçalves da Silva
 254 — Eduardo Azevedo
 255 — Gedeão Rodrigues
 256 — Dr. Jacintho de Souza Peniche
 257 — Dr. Octaviano Filho
 258 — Dr. Adalberto Luis da Silva Exel
 259 — Dr. Carlos Costa
 260 — Italo Brasil Portieri
 261 — Dr. Samuel Ribeiro
 262 — Olavo de Toledo
 263 — Dr. Wladimir de Toledo Piza
 264 — Alberto Elston de Oliveira
 265 — Dr. Reginaldo Manger Allen
 266 — Olavo Sampaio Carvalho
 267 — Nicola Maierá
 268 — Adagamos Sartini
 269 — Eliseu Teixeira Leite
 270 — Arthur Furtado
 271 — Cyro Berlinck
 272 — Jorge Chaves
 273 — Luis Andrade Pires Massariol
 274 — Clímaco Cesar de Oliveira
 275 — Aulus Plautius Coelho Pereira
 276 — Januário Fiore
 277 — Rogério Toschi
 278 — Dr. Alfredo Freire
 279 — Dr. Raul Magalhães Lebeis



Flagrante da comemoração do «9 de Julho de 1932», promovida em 1936 pela Diretoria do Clube Piratininga.

- 280 — Antenor Sampaio de Freitas
 281 — Giulio Starace
 282 — Dr. Adalberto de Siqueira Reis
 283 — Dr. Sylvio Margarido
 284 — Carlos Alberto Cunha
 285 — José Inácio Abreu Lima
 286 — Willie Mello Peixoto Davids
 287 — Odécio Bueno de Camargo
 288 — Dr. Francisco Eugênio do Amaral
 289 — Dr. Carlos Cyrilo Júnior
 290 — Dr. Leonidas Arantes Barreto
 291 — Benedito Andrade de Campos
 292 — Lindolfo Camargo Silveira
 293 — Dr. José Líbero
 294 — Dr. Antônio Carlos de Arruda Botelho
 295 — Dr. Victor Luis Pereira de Souza
 296 — Dr. Bento de Camargo
 297 — Mário Lopes de Leão
 298 — Horácio Cunha
 299 — Dr. Basileu Nunes
 300 — Judith Carvalho
 301 — Dr. Tito Martins Ferreira
 302 — Alberto da Silva Gordo
 303 — Jorge Lima Belem
 304 — Cesarina Penteado
 305 — Arsênio dos Santos
 306 — Waldemar Montenegro
 307 — Dr. Eurico de Azevedo Sodré
 308 — Dr. Francisco de Paula Bernardes Júnior
 309 — Dr. Guilherme Lebeis
 310 — Dr. Carlos Whately
 311 — Dr. Antônio Raposo de Almeida Filho
 312 — Moacyr Salles Avilla
 313 — Dr. Sebastião Soares de Faria
 314 — Dr. Adalberto de Queiroz Telles Júnior
 315 — Dr. Waibo Chamma
 316 — Sylvio de Lima Faro
 317 — Adolpho de Abreu Alves de Lima
 318 — Dr. Décio Sampaio Mallet
 319 — Astor Carneiro Viana
 320 — Dr. Franklin de Toledo Piza
 321 — Dr. Luis de Toledo Piza e Almeida
 322 — Fausto Leopoldo e Silva
 323 — Dr. Manoel da Costa Negraes
 324 — Dr. Luis Leite Júnior
 325 — Antônio Alves Lima
 327 — Mário Beni
 326 — Gilberto Soares de Souza
 328 — Gregório Prates da Fonseca
 329 — Henrique Warner
 330 — Dr. Custódio Cardoso de Almeida
 331 — Luis Fonseca Filho
 332 — Dr. Paulo de Andrade Arantes
 333 — Joaquim Saraiva
 334 — Trajano Martins
 335 — Alarico Borelli
 336 — Dr. Dario de Castro Bueno
 337 — Dr. Francisco José Esteves Kosuta
 338 — Dr. Guilherme Winter



Posse solene da diretoria de 1939, sob presidência do Dr. Edmur Nunes Pereira.



Conferência do Dr. Cesar Salgado sob um tema da história de São Paulo.

- | | |
|---|---|
| 339 — Dr. Adolpho Nardi Filho | 406 — Maria C. Barros Ferreira |
| 340 — Dr. Luis Nogueira Martins | 407 — António Vasconcellos Júnior |
| 341 — Dr. Prudente de Moraes Neto | 408 — João de Castro Prado |
| 342 — Dr. Álvaro da Silva Gordo | 409 — Dr. Omar Simões Magro |
| 343 — Waldemar de Assis Oliveira | 410 — Oldmar Guimarães Bueno |
| 344 — José Teixeira | 411 — Sebastião Monteiro do Amaral |
| 345 — Urânia Campos Camargo | 412 — Fernando Ahrens |
| 346 — Gabriel Branco | 413 — Samuel Prado |
| 347 — Dr. Francisco Soares Brandão Neto | 414 — Bento da Costa Ferreira |
| 348 — Ernesto de Paula Guimarães | 415 — Luís Lara Fonseca |
| 349 — Dr. Didio Valiengo | 416 — Dr. Oscar Cunha Vasconcellos |
| 350 — Mauro Malheiros | 417 — Dr. Pedro Monteleone |
| 351 — Dr. José Teixeira Porto | 418 — Dr. Alfredo Campos Salles Filho |
| 352 — José Levy Sobrinho | 419 — Socrates de Faria |
| 353 — Dr. Paulo Barbosa de Campos Filho | 420 — Cairalla B. Moerdau |
| 354 — Dr. Oscar Bernardes | 421 — Renato Alves Magalhães |
| 355 — Dr. Noé Ribeiro | 422 — Cel. João de Almeida Prado |
| 356 — Álvaro Cajado de Oliveira | 423 — Laercio Ribeiro de Lima |
| 357 — Dr. Gastão Cesar Bierrembach Lima | 424 — Dr. Nicolau Asprino Júnior |
| 358 — Dr. Sylvio Whitaker Penteado | 425 — Homero Silveira Correia |
| 359 — Ernesto Casarini | 426 — Francisco Juliani Vidal |
| 360 — Marcos Ribeiro dos Santos | 427 — António Wey |
| 361 — Jorge Aymeré | 428 — Dr. Fernando da Costa Filho |
| 362 — Hélio Silveira | 429 — Benedito de Abreu Freire |
| 363 — Dr. Eduardo de Almeida Prado | 430 — António de Carvalho Aguiar |
| 364 — António José Fonseca | 431 — Dr. Luís Adolpho Nardi |
| 365 — Dr. Estanislau de Camargo Seabra | 432 — Dr. Mário de Azevedo |
| 366 — Gabriel Antonio Galvanese Amato | 433 — Oscar Peixoto |
| 367 — Dr. Hamilton Prado | 434 — Nelson de Carvalho |
| 368 — Domingos Sgarzi | 435 — Dr. Mário Maciel Leite |
| 369 — Mário Marnardes | 436 — Dr. Alcino de Campos |
| 370 — João Pinho de Atahyde | 437 — Silas Gomes dos Santos |
| 371 — Ayres de Castro | 438 — Dr. Ricardo Azzi |
| 372 — Jacob Zlatopolsky | 439 — Alberto de Campos |
| 373 — Leôncio Franco | 440 — Ernesto Sampaio de Freitas |
| 374 — Dr. Rodolpho Tavorari | 441 — Paulo Siniscalsi |
| 375 — Dr. Jossê dos Santos David | 442 — Olympio Pinto |
| 376 — Américo de Oliveira | 443 — Francisco Silva Viana |
| 377 — Dr. Pelágio Teixeira Marques | 444 — José Augusto Bartholo |
| 378 — Dr. Gustavo de Souza Queiroz Meyer | 445 — António Simões de Carvalho |
| 379 — Dr. Fernando Prestes Neto | 446 — Francisco Gnoha Rits |
| 380 — Dr. Hernani Coelho | 447 — José P. de Moraes Salles Júnior |
| 381 — Daniel Machado Filho | 448 — Armando Lebeis |
| 382 — Luís Prestes Cesar | 449 — Joaquim Ferreira Lobo Nenê Sobrinho |
| 383 — Ranulpho de Campos Salles | 450 — Lívio de Castro Andrade |
| 384 — Américo Bologna | 451 — Alfredo Alóe |
| 385 — Dr. Sylvio de Azambuja Brandão | 452 — Sérgio Gonçalves Gomide |
| 386 — Dr. Continentino Guimarães | 453 — Roberto Ramos Brandão |
| 387 — Dr. Joaquim Augusto Monteiro Salles | 454 — Jorge Cândido de Souza |
| 388 — Manuel J. da Costa e Silva | 455 — Hhales C. Leite |
| 389 — Herculano Penteado | 456 — Fausto dos Santos Bandeira |
| 390 — Domingos de Almeida Sampaio | 457 — Plínio Pompeu Piza |
| 391 — Hernani Theodoro Xavier | 458 — Alberto de Siqueira Reis |
| 392 — Ida Célia Palma | 459 — Edgard Penna Ramos |
| 393 — Benedito de Brito | 460 — João Leopoldo Giardino |
| 394 — Armando Gomes | 461 — Rubens Borba Alves de Moraes |
| 395 — Luís Gonzaga Pereira Vasconcellos | 462 — Joaquim Prado da Silva |
| 396 — Pericles Ferreira | 463 — Renato Alves de Almeida |
| 397 — Andreas Cintra | 464 — Mário N. Noronha |
| 398 — Raul Salles Pinto | 465 — Alfredo Henrique Oscar Schurig |
| 399 — Haroldo de Barros Cardoso | 466 — Dr. António Fontes de Rezende |
| 400 — Gustavo Arantes Marques | 467 — Fernando S. Galvão |
| 401 — Francisco Olyntho Junqueira | 468 — Dr. Armando Ferreira da Rosa |
| 402 — Clovis de Azevedo | 469 — Renato Caldeira |
| 403 — Francisco Cintra | 470 — Joaquim Moreira Botelho |
| 404 — Dr. Domingos Pereira Marques | 471 — Alfredo Pinto dos Santos |
| 405 — António Espindola Júnior | 472 — José Eduardo de Souza Campos |



«BAILE A 1830»

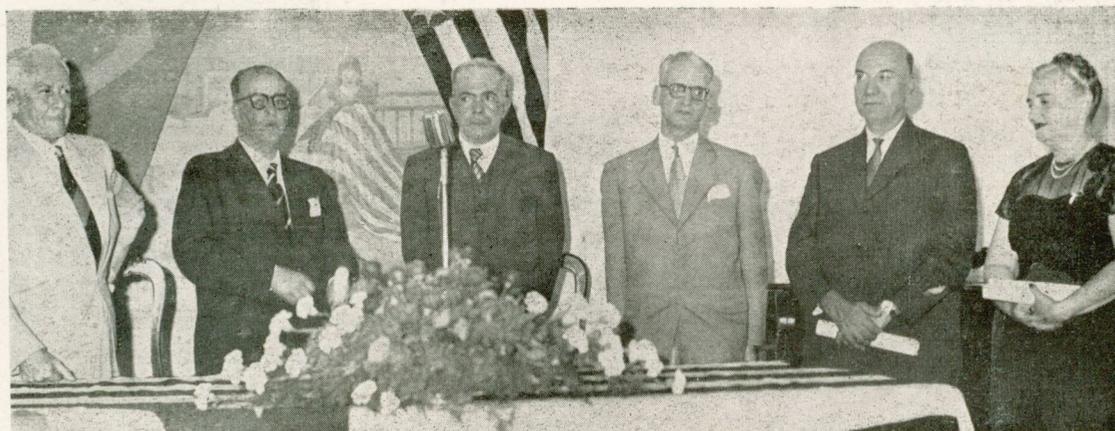
Por ocasião da passagem do ano de 1938, esse baile à caráter, promovido pelo Clube Piratininga alcançou êxito surpreendente.



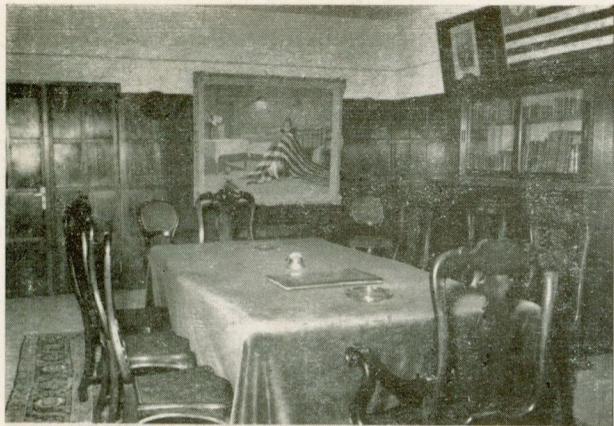
PMBa-2-17-40

Comemoração do «9 de Julho» de 1951, quando falava o Dr. Rafael de Oliveira Pirajá.

- | | | | |
|-------|--------------------------------------|-------|--|
| 473 — | Dr. José de Lucas | 531 — | Pedro Mascarenhas |
| 474 — | Dr. Lamartine Mendes | 532 — | Virgílio Fontenelli |
| 475 — | Miguel Arco e Flecha | 533 — | José Bueno de Oliveira Azevedo Filho |
| 476 — | Octaviano Faria de Oliveira | 534 — | Gilberto de Araujo Sampaio |
| 477 — | Luís do Amaral Cesar | 535 — | Francisco Karam |
| 478 — | Dr. José Teixeira de Barros | 536 — | Anita Silva |
| 479 — | Theofrastes Bettini David | 537 — | Décio de Toledo Leite |
| 480 — | Nelson Virgílio do Nascimento | 538 — | Fausto Richetti |
| 481 — | Adolfo Brunner | 539 — | Bernardo Lorena |
| 482 — | Mirabeau Prado | 540 — | João Xavier da Silva |
| 483 — | Olavo Rudge | 541 — | Castor de Carvalho Feijó |
| 484 — | Dr. Nicolau Vergueiro da Silva Gordo | 542 — | Aloysio de Souza Freitas |
| 485 — | Alaôr Garcia Guimarães | 543 — | Yvone Piazza |
| 486 — | José Correia Júnior | 544 — | Francisco Landi |
| 487 — | Antônio Furquim de Campos | 545 — | Haroldo Guimarães Bueno |
| 488 — | Jarbas de Araujo Cintra | 546 — | Arthur Ferreira Porto |
| 489 — | Dr. Antônio Henrique Flores | 547 — | Percy G. R. Smith |
| 490 — | José Sevilha | 548 — | Sylvio de Toledo Piza |
| 491 — | Narciso Brasil Oliveira Peixoto | 549 — | Armando Guimarães Masanio |
| 492 — | Alfredo Pompeu Lafarina | 550 — | Alceu Fiusa |
| 493 — | Dr. José Getúlio de Lima | 551 — | Zulmira Prado |
| 494 — | Dr. Mário Machado | 552 — | Victorino Fasano |
| 495 — | Ubirajara Pinto | 553 — | Octavio Lins |
| 496 — | Dr. Casper Libero | 554 — | Luís Assumpção de Abreu Sampaio |
| 497 — | Addy Bettini David | 555 — | Jorge Assumpção |
| 498 — | Dr. Achilles Nacarato | 556 — | Altamiro Dória |
| 499 — | Orlando Leite de Barros | 557 — | Gilberto de Mello Junqueira |
| 500 — | Dr. Modesto Costa Ferreira | 558 — | Antonio de Almeida Sampaio |
| 501 — | Dr. João Passos Filho | 559 — | Flavio de Souza Franco |
| 502 — | Carlos Gomes | 560 — | Estreir Monteiro |
| 503 — | Dr. Mário Cardim | 561 — | Olavo Faggin |
| 504 — | José Godoy Moreira e Costa | 562 — | João Jorgue Pieroni |
| 505 — | Mário de Camargo | 563 — | Francisco Soares |
| 506 — | Guido Sarli | 564 — | Constancio Rodrigues da Silveira Filho |
| 507 — | Paulo Polibossian | 565 — | Architriclínio Ribeiro de Aguiar |
| 508 — | Benedito do Amaral | 566 — | Dario Salles Avila |
| 510 — | Adhemar Guimarães Bueno | 567 — | Sadhya José Nahum |
| 510 — | Dr. Roberto Moreira | 568 — | Lafayette Alves Pinto |
| 511 — | Enéas Monteiro do Lago | 569 — | Ataliba de Oliveira |
| 512 — | Dr. Leonardo Pinto | 570 — | O. Guimarães |
| 513 — | Mário Brito | 571 — | Francisco Luís de Souza Júnior |
| 514 — | Dario de Lima Abreu | 572 — | Antônio Magalhães Filho |
| 515 — | Márcio Prudente Correia | 573 — | Luís Whitaker Filho |
| 516 — | Aparício Serpa | 574 — | Manoel Nogueira de Carvalho |
| 517 — | Osmany Torres | 575 — | Walter P. G. |
| 518 — | Francisco Carlos | 576 — | Asdrubal Pereira do Nascimento |
| 519 — | Alfredo Moraes Sarmiento | 577 — | Luís de Toledo Piza e Almeida |
| 520 — | Anésio Augusto do Amaral Filho | 578 — | Sebastião Sá de Negreiros |
| 521 — | Bento Bueno | 579 — | José Benedito Marcondes dos Santos |
| 522 — | Hugo Riedel | 580 — | Arnaldo Ratto |
| 523 — | Olavo Cantinho Saraiva | 581 — | Syllas Marin |
| 524 — | Tito Lívio dos Santos | 582 — | Licínio Rodrigues Costa |
| 525 — | Oswaldo Negrão | 583 — | Brasilio Antunes Proença |
| 526 — | Arnaldo Alves Ribeiro | 584 — | Antenor Noronha do Nascimento |
| 527 — | Miguel Azevedo Marques | 585 — | Murilo Veiga de Oliveira |
| 528 — | Clélia Teixeira de Barros | 586 — | Júlio Silos Monteiro |
| 529 — | Jesus Quintanilha | 587 — | Bianor Figueirôa |
| 530 — | Alfredo Siqueira Reis | 588 — | José Maria Gonçalves d'Avila |



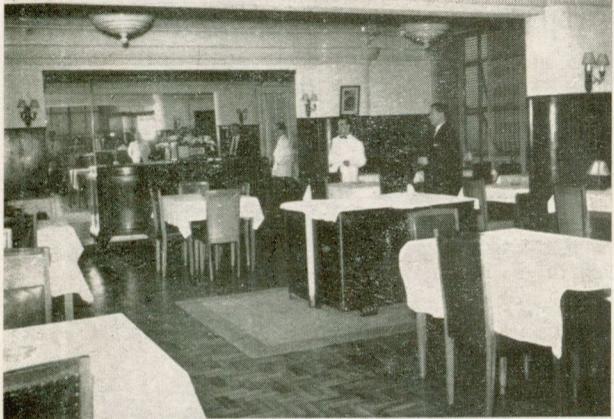
Sessão solene, comemorativa do «25 de Janeiro», realizada sob a presidência do sr. Lauro Sampaio, em 1952, quando falou sobre a efeméride, o jornalista Gedim da Fonseca.



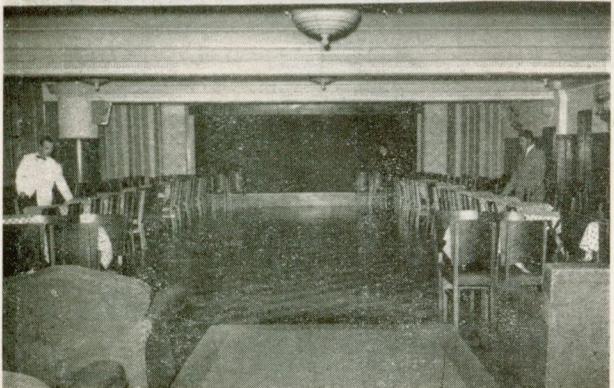
Sala de sessões do Conselho.



Corredor e hall de entrada.



Restaurante



Salão Nobre

- 612 — Cyro Rezende
- 613 — José Leandro Cunha
- 614 — F. Barros Souza
- 615 — Benedito Leal da Costa
- 616 — José Juliano de Carvalho
- 617 — Milton Azevedo Nogueira
- 618 — Mucio de Lima Faria
- 619 — Emilio Kosuta
- 620 — José Prates da Fonseca
- 621 — Octavio Leme Ferreira
- 622 — Ruy Oliveira
- 623 — Rodolpho de Freitas
- 624 — Rogério Torelli
- 625 — Joaquim Moledo Pinheiro
- 626 — Domingos de Magalhães
- 627 — Fausto de Souza
- 628 — João Buff
- 629 — Jacy Assumpção
- 630 — Eugenio Fanate
- 631 — Joel Aguiar
- 632 — João Lellis Vieira
- 633 — Afonso da Costa Negrais
- 634 — Candida de Barros Ferreira

Aspecto de uma reunião dançante.



O Clube Piratininga do Ano IV Centenário da cidade de S. Paulo

Sala de leitura



Bar e restaurante



- 589 — Cyro Sans Duro
- 590 — Arthur Souza da Veiga
- 591 — Benedito Hermogenes Oliveira
- 592 — Joaquim Peixoto
- 593 — Miguel Aulicino
- 594 — Breno Leme Asprino
- 595 — Roberto Sampaio Filho
- 596 — Antônio F. Braga de Barros
- 597 — Samuel Ribeiro
- 598 — Leopoldo Ayres
- 599 — Francisco Machado Peppe
- 600 — Caio de Barros Penteadó
- 601 — José Joaquim de Andrade
- 602 — Synesio Aratangi
- 603 — Augusto Sisson
- 604 — José Mariano de Camargo Aranha
- 605 — Luis de Andrade Pires Massariol
- 606 — Manoel Pereira de Andrade
- 607 — João Bierrenback Lima
- 608 — Ernesto Machione
- 609 — R. Braido
- 610 — Antônio dos Santos Galante
- 611 — M. G. Cyrillo

Reunião dançante dominical.





Galeria dos Homenageados pelo Clube Piratininga, já falecidos.
Dr. Hildebrando da Silva Leme, Dr. Edmur Souza Queiroz, Dr. Duarte Leopoldo e Silva, Dr. Samuel Baccarat, D. Nicota Pinto Alves, Dr. Tácito de Almeida, Dr. Francisco Eugênio Pacheco e Silva, Dr. José Vergueiro Steidel e Sr. Alvaro Pinto Ribas.

- 635 — João da Silva Telles
- 636 — Benedito Ribeiro
- 637 — Fideles Saldanha Botelho
- 638 — Hugo Milton Peake Braga
- 639 — Abílio Jordão de Magalhães
- 640 — João de Barros Bettini
- 641 — Esaú Silveira
- 642 — Niru Moreira Lobato
- 643 — Alvaro Assumção
- 644 — Carlos de Figueiredo Sá
- 645 — José Guerra
- 646 — Agostinho Pereira de Andrade
- 647 — José da Cunha Vasconcellos
- 648 — Cesar Costa
- 649 — Edith de Carvalho Negraes
- 650 — Demetrio Ivahy Badaró
- 651 — José Vasconcellos
- 652 — Carlos
- 653 — Edgard Emilio Moraes
- 654 — Geraldo Salgueiro
- 655 — José Sampaio Moreira
- 656 — Sylvio Branco Lefevre
- 657 — Francisco
- 658 — José
- 659 — José
- 660 — Osvaldo
- 661 — João Rodrigues Costa
- 662 — Jorge Silveira Mello
- 663 — José Carvahy Abreu e Castro
- 664 — Dr. Mário da Cunha Rangel
- 665 — Dr. Waldomiro de Oliveira

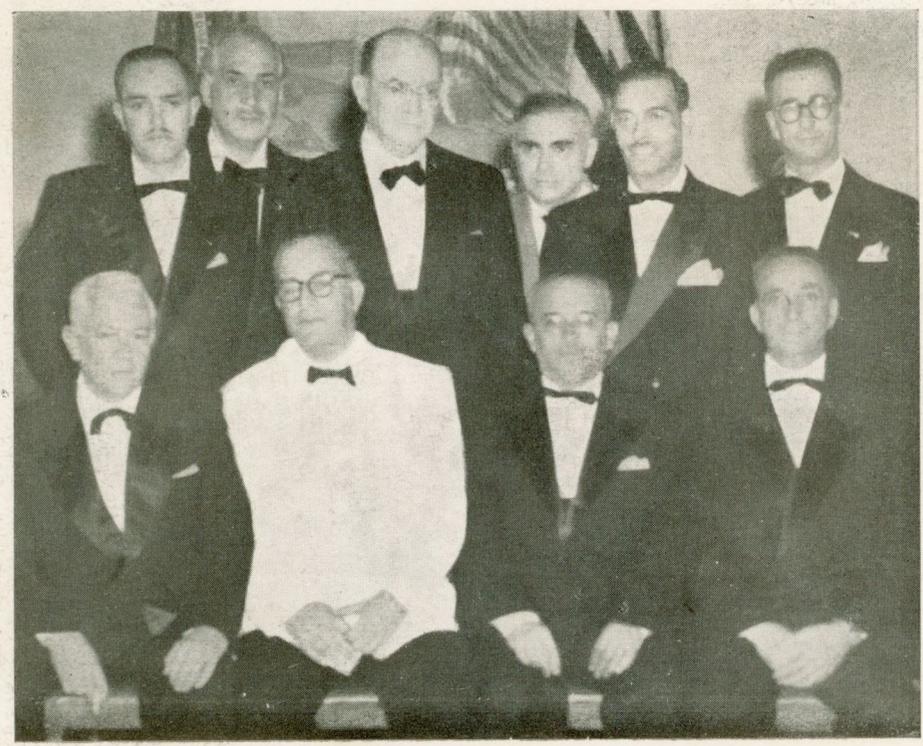
Do que tem sido a actividade do Clube Piratininga, di-lo com inegável clareza a imprensa, destacando-se as providências que tomou contra a Dita dura que por largo tempo infelicitou o país, as actividades politicas em prol da boa administração de São Paulo, os inúmeros manifestos que publicou, alertando os políticos e os paulistas e pugnando pela consciência cívica dos brasileiros, e a robusta defesa de São Paulo no caso da questão das fronteiras com o Estado de Minas Gerais, que clandestinamente e aos poucos vai ferindo a autonomia de São Paulo e se apossando do seu território, sofrendo contínuas e

amiudadas mutilações. A existência do Clube Piratininga é necessidade imperiosa. Êle está sempre vigilante. É por isso que registamos com satisfação o gesto digno e enérgico do Cel. João Alberto, interventor federal no período de 26 de Novembro de 1930 a 27 de Julho de 1931, que repeliu á fôrça a insolita invasão do território paulista, por tropa mineira, com o fito de se apossar de mais uma vasta área do território paulista, como se não bastassem as várias usurpações que Minas já levou a efeito. Durante a sua existência, têm sucessivamente ocupado o cargo de presidentes do nosso Clube e de presidentes do seu Conselho Supremo, os seguintes senhores:

Relação dos Presidentes do CLUBE PIRATININGA

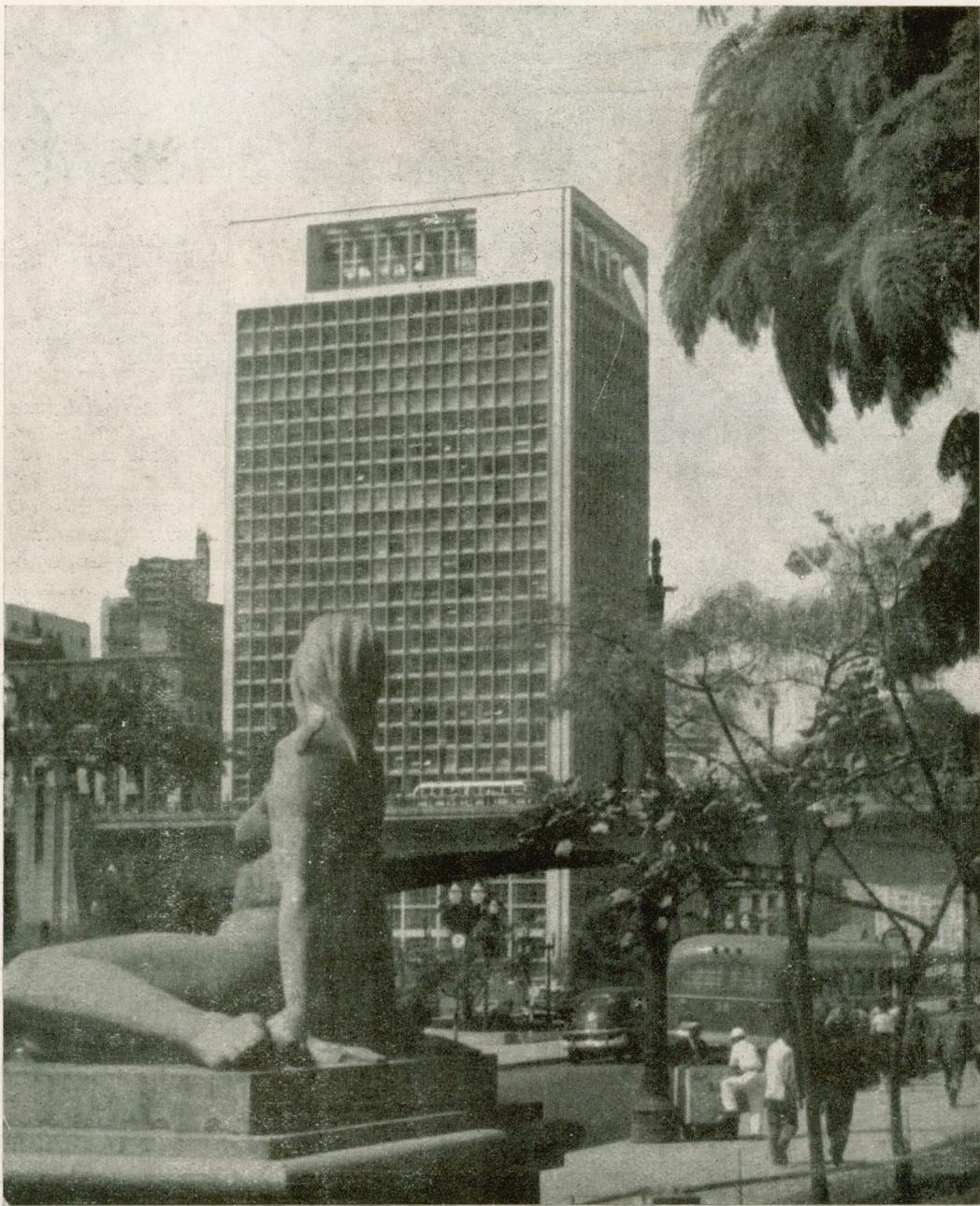
- 1935 Dr. Gaspar Ricardo Júnior (*)
- 1936 Dr. Edmur de Souza Queiroz (*)
Dr. Wladimir de Toledo Piza (**)
- 1937 Dr. Wladimir de Toledo Piza
Dr. Edmur de Souza Queiroz
- 1938 Dr. Pedro Augusto da Silva
- 1939 Dr. Edmur de Andrade Nunes Pereira
- 1940 Dr. Carlos Costa
- 1941 Dr. José Vergueiro Steidel (*)
- 1942 Dr. Carlos Costa
- 1943 Dr. Carlos Costa
- 1944 Dr. José Oliveira de Barros
Dr. Edmur de Souza Queiroz
- 1945 Dr. António Ferreira de Castilho Filho
- 1946 Dr. Sylvio Oliveira de Barros
- 1947 Sr. Lauro Sampaio de Araujo
- 1948 Sr. Lauro Sampaio de Araujo
Dr. Antenor Romano Barreto
- 1949 Dr. Antenor Romano Barreto
- 1950 Dr. Olintho de Mattos
- 1951 Sr. Lauro Sampaio de Araujo
- 1952 Sr. Lauro Sampaio de Araujo
- 1953 Sr. Jorge Saraiva
- 1954 Sr. João Andrade de Souza

(*) Falecidos
(**) Exonerado, a pedido, em 1949



A DIRETORIA DO CLUBE PIRATININGA NO ANO DO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO

Sentados: Benedito Leal, 1.º Tesoureiro, Dr. Edmur Nunes Pereira, Presidente do Conselho, sr. João Andrade de Souza, presidente da Diretoria, Dr. Rafael de Oliveira Pirajá, 2.º vice-presidente; em pé: prof. Ruy F. Guimarães, 2.º diretor da sede, Dr. Luis Neto, 1.º diretor de sede, sr. Cid F. de Camargo, 1.º secretário, Dr. José Alves do Amaral, 1.º vice-presidente, prof. Rubens F. da Silva, secretário geral e sr. Jose L. de Barros Pimentel, 2.º tesoureiro.



SÃO PAULO 1954 — VISTA DO PRÉDIO C.B.I. EM CUJO 26.º ANDAR SE ACHA INSTALADA EM SUA SÉDE PRÓPRIA, O CLUBE PIRATININGA.

O prédio C.B.I. fica na Rua Formosa, fazendo frente para o Parque Anhangabaú, um dos logradouros públicos mais belos da Capital paulista.

Relação dos Presidentes do Conselho Supremo

1935	Dr. Gaspar Ricardo Júnior
1936	Dr. Edmur de Souza Queiroz
1936	Dr. Wladimir de Toledo Piza
1937	Dr. Wladimir de Toledo Piza
1938	Dr. Pedro Augusto de Silva
1939	Dr. Wladimir de Toledo Piza
1940	Dr. Wladimir de Toledo Piza
1941	Dr. Wladimir de Toledo Piza
1942	Dr. Edmur de Souza Queiroz
1943	Dr. José Oliveira de Barros
1944	Dr. Wladimir de Toledo Piza
1945	Dr. Edmur de Souza Queiroz
1946	Dr. Carlos Costa
1947	Dr. Sylvio Oliveira de Barros
1948	Dr. Edmur de Souza Queiroz
1949	Dr. Ítalo Portieri
1950	Sr. José Alves do Amaral
1951	Sr. Antônio de Pádua Morse
1952	Dr. Olyntho de Mattos
1953	Sr. Antônio de Pádua Morse
1954	Dr. Edmur de Andrade Nunes Pereira

Reconhecendo os altos serviços prestados a São Paulo e ao Clube, foram concedidas as categorias de "sócio benemérito" e "sócio honorário" aos seguintes

80 *senhores:*

Sócios Beneméritos do CLUBE PIRATININGA

Sr. Alfredo Henrique Oscar Schurig (falecido)
 Sr. Major José Levy Sobrinho
 Dr. Samuel Ribeiro (falecido)
 Dr. Wladimir de Toledo Piza
 Dr. Edmur de Souza Queiroz (falecido)
 Dr. José Hildebrando da Silva Leme (falecido)
 Dr. Pedro Augusto da Silva
 Dr. Alfredo Ellis Júnior
 Sra. Yayá Silveira
 Sra. D. Alzira Martins Licht
 Dr. Carlos Costa
 Dr. Edmur de Andrade Nunes Pereira
 Sr. Archimedes de Azevedo
 Sr. Francisco Silveira Bueno

Sócios Honorários do CLUBE PIRATININGA

Dr. Guilherme Dumont Vilares
 Sra. D. Luiza Dumont Vilares
 Sra. D. Paulina Verqueiro Rudge
 Dr. Guilherme de Almeida
 Prof. Honório Fernandes Monteiro
 Sr. Cyro Ferraz
 Prof. Jorge Americano
 Dr. Gastão Grossé Saraiva
 Sra. D. Maria Julieta Nunes Pereira
 Sra. D. Nicota Pinto Alves (falecida)
 Sra. D. Pérola Ellis Byington
 Dr. Antônio Marcelino de Carvalho Filho
 Dr. Washington Luís Pereira de Souza

O romance da índia Teberé — a filha de Tibiriçá

Um fato esquecido da história da fundação de São Paulo

Francisco Martins dos Santos

(Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santos)

Os sigilos políticos e religiosos de Portugal, compreensíveis e até justificáveis a seu tempo, em alguns casos, privaram a cultura moderna de muitas das suas melhores páginas históricas e sociológicas.

Assim é que, enquanto as conveniências reais, de ordem política escondiam fatos relativos à exploração do Atlântico sul, à costa africana, as ilhas portuguesas e ao Brasil, as conveniências eclesiásticas, de ordem religiosa, escondiam fatos relativos à gente às populações, aos povoadores e até às línguas ou dialéto, tanto metropolitanos como coloniais.

Jaime Cortão, historiador ilustre, a quem São Paulo muito acertadamente entregou a organização e a direção das coisas de História nas festas do seu quarto Centenário de fundação, comentando tais sigilos ou alguns deles, há quase vinte anos, terminava assim os seus comentários:

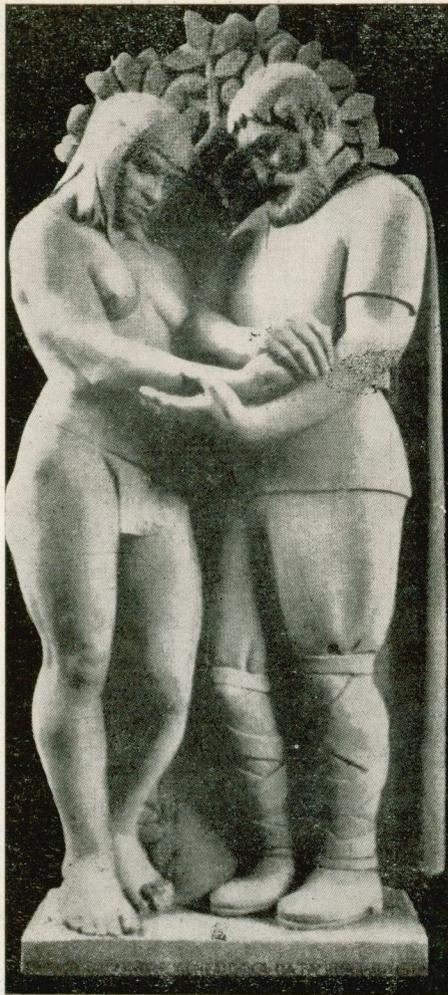
“As bases, de caráter oficial, sobre que até aqui se tem escrito a História dos descobrimentos, só com as maiores reservas se podem aceitar, porque esconderam deliberadamente, uma grande parte do esforço nacional. Impõe-se a publicação de edições críticas das nossas crônicas, a começar pela de Guiné, assim como dos inúmeros documentos inéditos dos arquivos nacionais e estrangeiros, que auxiliem a decifrar uma nova história portuguesa. “Para além da epopéia cantada por Camões, há outros luziadas ocultos”.

Significativo, como se vê, e já em 1787, em nossa “História de Santos”, dizíamos nós que essas palavras, eram o ACUSO do escritor português às mutilações e censuras sofridas por todos os trabalhos oficiais e não oficiais do Reino sobre os Descobrimentos, verdadeiros cortes ao corpo da verdade, inimiga dos sigilos das antigas Côrtes e das suas conveniências de toda ordem.

Tais sigilos entretanto, e infelizmente, foram além dos Descobrimentos, atingiram pelo menos dois séculos de colonização, e só

agora vão sendo devassados e desfeitos, pela pesquisa liberal, razão por que, a tantos homens de hoje, principalmente aos que não estudam e aos que se aferram aos velhos postulados sectários, parecem exageros tantos fatos que se vão revelando e que na opinião e no desejo de tanto, seria melhor que nunca fossem revelados.

Em que prese a existência da importante obra do jesuita Serafim Leite, obra que não escapou a lacunas, a história dos jesuitas no Brasil, é também uma das histórias particulares mais falhas, porque foi, exatamente, uma das mais atingidas pela chamada “polícia” religiosa, ou seja, pelos sigilos, daquela segunda espécie apontada, e todos sabem que a história dos jesuitas em nosso país, representa uma grande parte



«Primeiras uniões luso-brasileiras ou Tronco da Árvore Genealógica da família Paulista» — JOÃO RAMALHO E BARTIRA — (Grupo escultórico de Alfredo Ollani).

da História Geral do Brasil, durante os dois primeiros séculos (1550 a 1750), daí se concluindo que tais falhas, por isso mesmo, passaram à nossa História, aumentando-lhe o maniquitolismo... roubando-lhe a parte mais bela, a mais humana, a mais romântica, a mais apaixonante, de todo aquele vasto período.

E' o caso dos degredos e do primeiro povoamento, como já temos demonstrado em artigos anteriores: é o caso das relações de Ramalho e seus judeus povoadores, com os jesuitas e a formação de São Paulo, como ainda recentemente historiamos e documentamos; é o caso de Pero Corrêa em São Vicente; é o das antigas fazendas e Engenhos da região santista; é o das adesões jesuíticas aos holandeses, já anteriormente tratado por nós; é o do segundo Manoel da Nóbrega no Rio de Janeiro, descrito em livro por Vivaldo Coaracy; é o caso da língua portuguesa, verificado com a sua primeira história escrita, do insuspeito Duarte Nunes do Leão. Desembargador do Reino, e de tudo isso afinal, que anda aparecendo esparsamente, pela pesquisa e pelo respigamento dos historiadores liberais modernos e que não consta nem da nossa História Geral, nem da História particular de cada setor interessado.

Pois é também o caso do Irmão Pedro Dias, um dos fundadores da nossa gloriosa Cidade de São Paulo, ao lado de Manoel da Nóbrega, Anchieta, Manoel de Paiva, Tibiriçá, Caiubi, e tantos outros companheiros menores, caso que nunca vimos discutido ou divulgado, apesar de tão importante na história da formação da família paulista e do processo de fusão da raça portuguesa com a raça brasileira que produziria a parte melhor das nossas antigas populações, do “lastro humano” que propulsionaria a terra das “bandeiras” e dilataria o Brasil.

* * *

Quando Manoel da Nóbrega chegou a São Vicente, vinha com êle um noviço, descendente de judeus portugueses ou “cristãos-novos”, de pele muito branca e cer-

tamente de bom aspecto físico — o Irmão Pedro Dias.

Aquele tempo, já o judeu português (genéricamente falando) se tornara um dos grandes fatores da conquista e civilização do Brasil, por várias razões e circunstâncias, das quais podemos destacar as seguintes: a sua tendência poligâmica (autorizada então pelo mosaísmo), a sua facilidade em aprender línguas, o seu apurado instinto político e econômico, e a sua côr, detalhe importante, a sua brancura característica, que faria dele (do judeu) no Brasil como em tôda a América, o homem admirável e fascinante dos indígenas, o "super-homem", quase semi deus, o verdadeiro "homem-branco", o "caraíba", ou o "cara-pálida" (dos indígenas norte-americanos), que exaltava a fibra romântica das filhas dos chefes brasílicos e de tôda a América.

Ao mesmo tempo, as ordens religiosas e principalmente a Companhia de Jesús, que tinha uma origem profundamente ibérica e que se fundara quando mais acasas iam as perseguições religiosas do reinado de D. João III, se encheram de descendentes semitas, acolhendo verdadeiras legiões de moços daquela origem, fugidos às sanhas reais ou populares, às perseguições, à discriminação racial, então imperantes nos dois países peninsulares, alguns desolados e desconsolados pela perda dos pais, sacrificados àquelas perseguições, outros encaminhados pelas próprias famílias cristãs que os criavam desde pequeninos (tirados às suas mães por imposição da lei), outros mais enojados da Humanidade, e outros ainda vendo nisso a possibilidade de esconderijo e refúgio, além da possibilidade (apenas dissimulada, como se viu tantas vezes) de viver bem, de emigrar e de reconquistar um dia a liberdade integral, cômoda, fácil e segura, nas colônias em que se



TIBIRIÇÁ (segundo um desenho supositício de J. Wasth Rodrigues).

desenvolva a catequese, e para onde mais cedo ou mais tarde, certamente iriam.

Por uma dessas razões e não decerto por vocação, Pedro Dias aparecera integrado à Companhia de Jesus e viera ter ao Brasil, à Bahia, e em seguida a São Vicente, enviado depois aos trabalhos da catequese em Santo André e em todo o planalto de Piratininga, ao lado de José de Anchieta, noviço como êle.

Como teria tido início o romance de Pedro Dias e Terebé? O fato social e histórico está documentado, faltam-nos apenas os detalhes, mas acreditamos que tudo aconteceu assim:

Logo após os primeiros contactos dos jesuitas de Manoel da Nóbrega com Tibiriçá, na velha Piratininga e depois na nova Santo André, Terebé, se encantara com o Irmão Pedro Dias, um dos poucos "brancos" bonitos da turma jesuítica. A princesa piratiningana viu-o e amou-o, desejando para si aquele formoso "abará" sem corôa, cuja brancura ainda mais se realçava a seus olhos, posta em permanente contraste com o negror da sua roupêta. Seu

raciocínio era simples, primário, como o de uma criança. Terebé vira com que facilidade os portugueses que ali chegavam, se uniam com as brasilíndias, por escolha própria ou escolhidos por elas, requisitados em nome das "boas relações" ou da "boa vizinhança", como diríamos agora, e às vezes com mais de uma, pela mesma razão ou em nome da necessidade de povoamento do país. Por que não poderiam também ela — a filha de Tibiriçá, a irmã de Bartira, a princesa — escolher o seu homem entre os que chegavam? Que noção poderia ela ter do significado daquela sotaina ou dos votos pessoais que ela envolvia? Em seus egoísmo ingênuo, não procurou pois indagar, se lhe era lícito, se podia ou se devia ousar a conquista daquele português, desejou-o para si, apontando-o ao pai, como quem deseja um objeto ou (na melhor das hipóteses) como quem ama empolgadamente, sem atenção às circunstâncias materiais ou morais.

Tibiriçá (naquela altura com 60 anos presumíveis) devia ter alguma noção do sacerdócio católico, porque seu convívio com os portugueses de Ramalho já vinha de longe, e, desde 1500, pelo menos, já convivia êle com Lonardo Nunes, o "abará-bebé", a quem seus brasilíndios, naquele mesmo ano, tinham ajudado a construir a capela de Santo André, antes de se transferirem para o novo sítio piratiningano escolhido por Nóbrega.

E' pois estranho o que se passou pouco após a fundação da cidade de São Paulo ou durante a fundação; é estranho que Tibiriçá houvesse acolhido o desabafo amoroso da filha, prestando-se a transmitir a Manoel da Nóbrega o seu desejo, apontando o noviço Pedro Dias, e pedindo-o em casamento para Terebé, como aconteceu.

A interpretação atual é que, Pedro Dias já estava inclinado



«A CONVERSÃO DE PERO CORREIA» — Painel de Benedito Calixto existente na Igreja de Santa Cecília.

para aquele amor, já mantinha as suas simpatias declaradas pela filho do príncipe piratiningado, sem o que não poderia ser "negociado", não teria adquirido o "estado de graça" necessário à realização do sacramento, o que era muito levado em conta por Nóbrega, e não poderia casar-se com Terebé, por maior que fossem o interesse da religião e a conveniência do Estado, ou fosse, da colonização vicentina e brasileira.

E' quase claro e lógico que assim foi, e deste modo, aí temos, nessa curiosa passagem, o primeiro romance amoroso, conhecido, identificado, documentado, havido nas plagas paulistas, cuja crônica romântica não deixa portanto, de completar também, "o seu quarto centenário", cabendo esse

autêntico laurel e legítimo título de orgulho (embora profano), à Companhia de Jesus.

A verdade é que, recebendo de Tibiriçá o pedido "da mão" do noviço Pedro Dias para sua filha Terebé, o santo Nóbrega, revelando uma transigência construtora e uma exata compreensão dos problemas humanos e sociais, encaminhando ao Geral do Ordem, o ex-capitão e hoje santo Inácio de Loyola, o pedido do príncipe Tibiriçá, acompanhado do assentimento do Irmão Pedro Dias.

O processo durou algum tempo, e completou-se quando o padre Luiz da Grã já era Superior do Colégio fundado a 25 de Janeiro de 1554 e já completara a catequese e conversão de Terebé batizando-a. Pedro Dias foi des-

ligado dos votos e a filha de Tibiriçá recebeu, em homenagem ao Superior do Colégio, o nome de Maria da Grã, com o qual se tornaria espôsa do ex-noviço.

Coroava-se o primeiro romance paulistano. A cidade de São Paulo recebia seu batismo, não apenas a água lustral, mas também a "lustral do amor, daquele amor que era uma síntese e um símbolo de nossa formação, da formação paulista e brasileira. Pedro Dias e Maria da Grã, escreviam o seu amor entre os grandes amores da nossa História, ao mesmo tempo em que inscreviam seus nomes entre os nomes dos patriarcas da "paulistarum gens", como sementes que foram de centenas ou milhares das nossas famílias.

Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil

Da Europa virá valioso material para o importante certame

Ainda este mês deve regressar da Europa e retomar os trabalhos de organização da Exposição Histórica de São Paulo no quadro da História do Brasil, o Prof. Jaime Cortesão, que, nessa tarefa, conta com a colaboração de uma equipe de historiadores ilustres. Sua viagem ao Velho Mundo foi determinada pela necessidade de recolher em vários países elementos capazes de assegurar àquela iniciativa da Comissão do IV Centenário o maior êxito possível.

Ao que informam jornais europeus aqui chegados recentemente, o ilustre historiador foi muito bem sucedido na peregrinação que realizou por vários arquivos e bibliotecas em Lisboa, Evora, Porto e grandes cidades da França, Itália, Holanda e Austria, logrando recolher material abundante e precioso para o certame. Assim é que além da Carta de Pero Vaz Caminha, que é por assim dizer, a certidão de nascimento do Brasil, poderá trazer peças iconográficas como quadros, gravuras e retratos, intimamente ligados a História de Portugal e a formação de nossa nacionalidade, alguns em original, outros em cópias. Da Austria — para não citar senão algumas dessas preciosidades — já se sabe que virão para a Exposição de História as aquarelas feitas principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo pelo pintor austriaco Tomás Ender, que, em 1817, quando D. Leopoldina partiu de Viena para se consorciar com D. Pedro I, fez parte de sua comitiva ao lado de outros artistas e alguns sábios, como Spix e Marius.

A Exposição de História, que constituirá por certo um dos grandes atrativos do Parque Ibirapuera quando das comemorações do IV Centenário, constará de dez secções:

O descobrimento dos litorais (1500-1932);

O regime das capitânicas e a fundação das primeiras vilas: (São Vicente, Santo André da Borda do Campo, Santos, Itanhaem e São Paulo) João Ramalho, Martim Afonso de Souza, Braz Cubas, pe. Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Os engenhos de açúcar; a cultura do trigo; a pecuária e as marcas do gado; as Câmaras Municipais; as igrejas e os colégios de jesuítas; os conventos das várias ordens; as Misericórdias.

O indígena, principalmente o tupi, e o adventício: as duas culturas face a face (mais designadamente: da europeia, a portuguesa, a francesa e a italiana) represen-

tadas nas técnicas, desenvolvimento económico, organização social e as obras mais definidoras — da ciência, da arte e da religião;

São Paulo e a formação do bandeirismo;

A Capitania de São Paulo e a Expansão Mineralógica: Fernão Dias Pais, Bartolomeu Bueno e as grandes bandeiras de mineração; São Paulo e Minas; São Paulo, Goiás e Mato Grosso; São Paulo e a Amazônia; a Colônia do Sacramento e os caminhos do gado; São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, hidrografia e cartografia dos litorais; a estrada das monções e o caminho dos conventos; o mundo paulista;

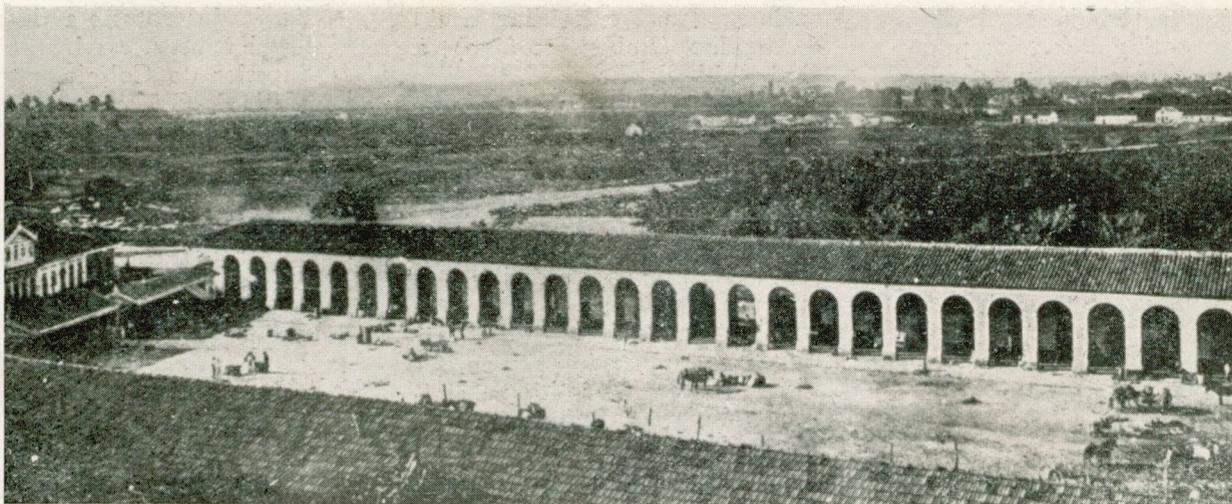
São Paulo e a formação dos limites do Brasil — São Paulo, metrópole espontânea e livre de formação territorial do Brasil, eloquentemente expressa na cartografia setecentista. Os antecedentes do Tratado de Madrid; a missão dos Padre Matemáticos; Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid; a execução do Tratado no terreno; os paulistas nas expedições demarcadoras; o Morgado de Mateus e os problemas dos limites com a América espanhola; o Tratado de Santo Ildefonso e sua execução no terreno; o astrónomo, explorador e cartógrafo paulista Francisco de Lacerda e Almeida.

São Paulo e a Independência — Gênesis paulista do movimento da Independência; as velhas tradições de autonomia local, a reacção contra os reinóis, o sermão da confraria de Nossa Senhora do Desterro, em que Bartolomeu de Gusmão expressa o sentimento de pátria brasileira; o grupo social dos paulistas em Lisboa, com caracteres próprios, e em que predominaram Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, a romancista Margarida Tereza da Silva e Orta e seu irmão, Matias Aires, o autor das "Reflexões sobre a vaidade"; São Paulo durante o Brasil-reino; os deputados paulistas nas Cortes de Lisboa; o movimento de impulso paulista em volta do príncipe D. Pedro; o grito do Ipiranga; José Bonifácio e as grandes figuras paulistas da Independência; D. Pedro I e a fundação da Faculdade de Direito de São Paulo; as primeiras manifestações do republicanismo em São Paulo.

São Paulo no Império;

São Paulo na República;

São Paulo metrópole do café e da indústria.



A PRAÇA DO MERCADO VELHO foi entregue à municipalidade de São Paulo no dia 12 de fevereiro de 1867 pelo empresário da construção, o dr. José Maria de Andrade. Em torno havia seis vias públicas, das quais duas ou três estreitíssimas como caminhos, com prédios baixíssimos. (Fotografia da época).

O Polígono do Mercado Municipal

NUTO SANT'ANA

(DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS)

A praça do Mercado Velho foi entregue à municipalidades de S. Paulo no dia 12 de fevereiro de 1867 pelo empresário da construção, Dr. José Maria de Andrade. Havia em torno seis vias públicas, das quais duas ou três estreitíssimas como caminhos, com prédios baixíssimos. Estas apresentam ainda os seus pitorescos, formigantes de um comércio variado, em que se misturam sacos de carvão, jacás de queijos, engradados de galinhas e cachos de bananas, tôda uma algarávia de feira. O Mercado imigrou, mudou-se para a rua Cantareira, mas na realidade deixou alguma coisa do seu espírito e do seu corpo na barafunda das coisas, no aspecto da gente braçal, no primitivismo das construções, na sujeira que ali havia.

RUA MUNICIPAL — Do livro de atas manuscritas, da Camara Municipal de São Paulo, n. 65, página 109, consta que o vereador Rodrigues dos Santos propôs: "1.º — que se dê à rua que atravessa o quintal do palacio a denominação da rua Municipal; 2.º — que se mande fazer um alinhamento definitivo no lado esquerdo da mesma rua, assinalando-se por um modo permanente, afim de servir de base aos arruamentos que pedirem os que ahi quizerem edificar, fazendo-se isto debaixo das vistas do Vereador Inspector do districto, e por um Engenheiro e mais empregados próprios, na intelligência de que a rua terá a largura futura de 50 ou 60 palmos, quando a Camara obtiver do governo permissão de alargar-a para o lado direito; 3.º — que este alinhamento aproveitará o mais possível o terreno do lado esquerdo comprehendendo a porção primitiva de largura, diminuida pelas degradações e desmoronamentos". Isso a 19 de abril de 1855. Não obstante, o traçado dessa via publica já consta da "Planta da Cidade de São Paulo", de 1841, levantada por C. A. Bresser. Denominou-se Rua Municipal até 1886, quando passou à rua do Conselheiro João Alfredo. Onze anos depois, pela Resolução n.º 84, de 18 de março de 1897, foi substituida pela designação actual de rua General Carneiro, em homenagem ao general Antonio Ernesto Gomes Carneiro, que se notabilizou pela resistência oposta à revolução de 1893-1894 e que morreu no cerco da Lapa, cidade que defendia.

RUA LOURENÇO GNECO — Com referência à denominação de rua Lourenço Gneco, lê-se na ata da sessão de 13 de setembro de 1877: "A Comissão Permanente, tomando em consideração o que requer Lourenço Gneco em sua petição, instruida com a informação do procurador, é de parecer que sejam considerados cortiços, para apagar o competente imposto, aos quartos, em numero de seis, edificados num dos lados da area a que se refere e que destina a ajardinamento. Fica assim atendida sua reclamação em relação ás outras pequenas casas que forão colletadas na Provincial, e que por isso não devem ser consideradas cortiços" (Atas 80, 110 e 110 verso).

Da ata da sessão de 11 de abril de 1878: "Lourenço Gneco representa contra o encaminhamento dado ás agoas para a rua do mesmo nome com a fatura do boeiro e outros serviços feitos pela Companhia de Carris Urbanos na rua Municipal, que muito prejudicou as propriedades do Supplicante" (Atas 80, 158 verso).

Da sessão de 25 de abril de 1878 constou ainda o seguinte: "No requerimento de Lourenço Gneco deo o Senhor Vereador Gabriel Cantinho o seguinte parecer: Em cumprimento da ordem desta Camara, a qual determinou que desse uma informação no requerimento de Lourenço Gneco sobre abertura de um novo boeiro na rua Municipal, em frente a Praça do Mercado, tenho a informar a esta Camara que acho conveniente a abertura do dito boeiro, porque têm as agoas de afluirem sobre o edificio do mercado e fazerem grande dano. Sou de parecer que em vez do dito boeiro se mande calçar o esgoto por onde passam as agoas em frente as taipas do quintal do Palacio na distancia de 20 a 25 braças mais ou menos, e assim fica o suplicante satisfeito e o mal remediado" (Atas 80, 167 e 167 verso).

RUA S. NICOLAU — Com respeito à rua São Nicolau, nada encontramos, senão que essa via pública figura pela primeira vez, com tal denominação, na Planta da Cidade de São Paulo, editada por Hugo Bonvicini, em 1895.

RUA MARIA BENEDITA — Até o ano de 1891 não há nenhuma referência, tanto nas atas como nos pedidos de alinhamento, à Rua Maria Benedita,



PANORAMA DA VARZEA DO CARMO, aparecendo no fim da Rua Municipal, (General Carneiro), ainda que parcialmente, o Mercado Velho.

mas, no livro número 227 encontramos os seguintes autos de alinhamento, de cujos dizeres se pode deduzir tratar-se da rua em questão. Ei-los: "N.º 511. Dr. Leopoldo Alberto Couto de Magalhães. Auto de alinhamento. Aos quatro dias do mez de agosto do ano de mil oitocentos e noventa e um nesta cidade de S. Paulo, á rua 25 de Março, comparaceram os empregados da Intendencia Municipal para dar alinhamento ao terreno do dr. Leopoldo A. Couto de Magalhães, que pretende edificar como allega em sua petição, com o despacho de 1.º do mesmo mez. G, procedendo ao dito alinhamento, alinharam: Frente para a rua 25 de Março sete metros, alinhamento pela casa n.º (em construção) de José Monteiro Ribeiro digo Pinheiro e por uma estaca, ficando o passeio com um metro e meio de largura. Divide por um lado com José Monteiro Pinheiro e por outro com um terreno reservado para abertura de um beco. Tem sete metros de andaima". "N.º 654 — Manoel Joaquim de Sant'Anna. Auto de alinhamento. Aos vinte e seis dias do mez de setembro do anno de mil oitocentos e noventa e um, nesta cidade de São Paulo, ao Becco sem sahida comparaceram os empregados da Intendencia Municipal, para dar alinhamento ao terreno de Manoel Joaquim de Sant'Anna, que pretende edificar, como allega em sua petição, com o despacho de 16 do mesmo mez. E, procedendo ao dito alinhamento, alinharam: frente para o Becco sem sahida, treze metros e meio, alinhando pela casa n.º 2 e por uma estaca. Divide por um lado com d. Maria Cantinho e por outro com o general dr. Couto de Magalhães".

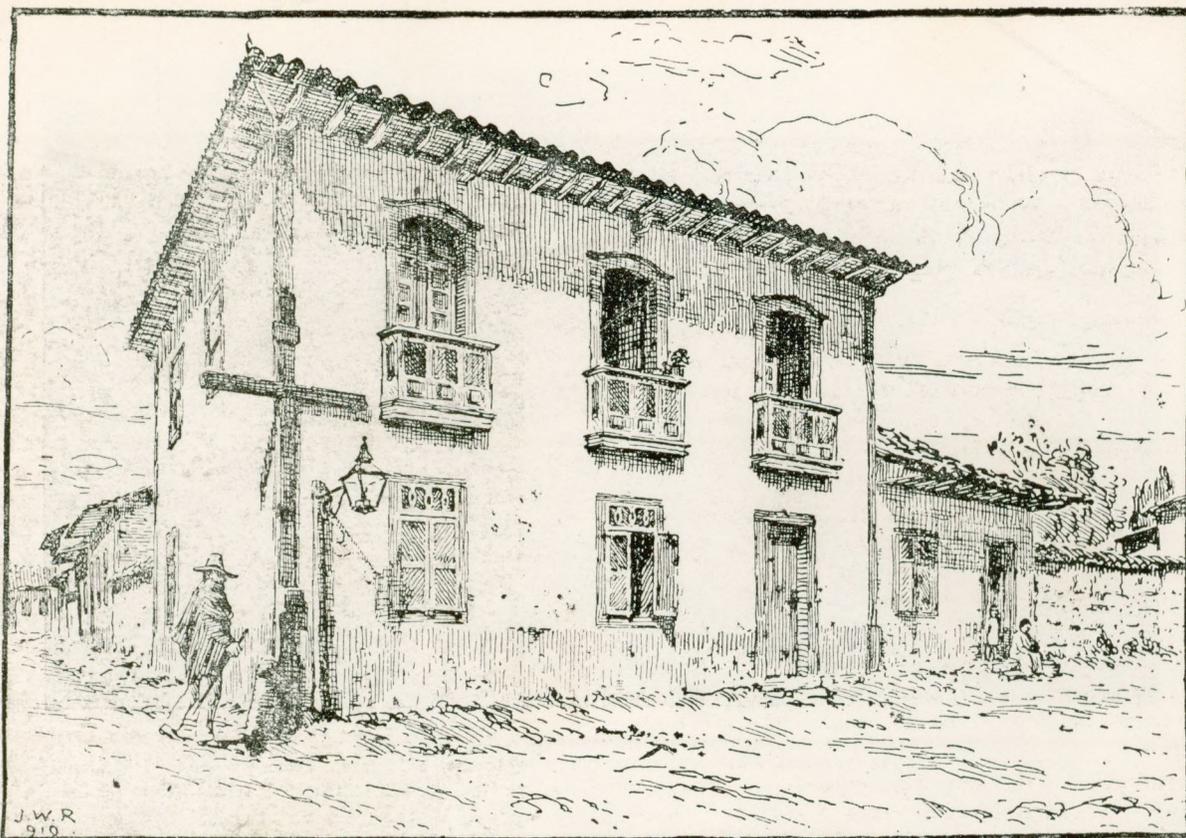
Ambos os autos foram lavrados e assinados pelo Secretário da Intendência Municipal, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, que, por sinal, foi o fundador, em 1854, do "Correio Paulistano". No primeiro, nota-se perfeitamente que o prédio a construir-se ficava na rua 25 de Março, ao lado do beco a ser aberto; no segundo, há já uma construção a erguer-se no beco, justamente ao lado da casa anteriormente feita pelo dr. Couto de Magalhães. Além disso, dividia com d. Maria Cantinho, que é d. Maria Benedita Cantinho, de quem proveiu a denominação da rua.

RUA VINTE E CINCO DE MARÇO — A Rua de Baixo recebeu o nome de Rua 25 de Março de acordo com a sugestão do vereador Malachias Rogerio, devidamente aprovada pela Câmara em sessão de 28 de novembro de 1865, nestes termos: "a rua de Baixo, 25 de Março, até a projetada praça do Mercado, e de ahí em diante, até a ladeira do Carmo, do Mercado". Pelo Ato 972 de 1916 foi confirmada a denominação de Rua 25 de Março, da Paula Sousa à Frederico Alvarenga. Esta rua, muito sinuosa, pois obedecia mais ou menos o curso do Tamanduateí, chamou-se primitivamente, das proximidades da fóz do Anhangabaú à ladeira do Porto Geral, beco das Sete Voltas.

Sete Voltas: Hão de convir que era mais preciso e poético esse toponímico de facil memorização, perfeitamente popular, do que inúmeras denominações atuais absolutamente incolores, que umas vêzes nada exprimem e que outras vêzes se caraterizam apenas pelo cunho essencialmente bajulativo.



A RUA MUNICIPAL conservou o seu nome até o ano de 1886, quando passou a ser chamada Rua do Conselheiro João Alfredo; onze anos depois, isto é, a 18 de março de 1897, uma resolução municipal mudou a sua denominação para General Carneiro, até hoje conservada.



A «CRUZ PRETA» existia em uma esquina e os seus braços excediam à altura das sacadas de um sobrado, a que estava encostada. O povo tinha grande fé nessa cruz, e aí rezava à noite e fazia grande festa no dia 2 de maio. Foi nessa casa que nasceu, anos mais tarde, o grande poeta paulista, Álvares de Azevedo. (Desenho de J. Wash Rodrigues).

O ROUBO DA CRUZ PRETA

(EXCERPTO *)

Antonio Constantino

Narra o Visconde de Araxá e Almeida Nogueira, nas "Fantasias e Reminiscências", hoje livro raro e precioso: "A rua de São Paulo tirava a sua denominação de uma grande cruz pintada de preto que existia em uma esquina, e cujos braços excediam à altura das sacadas do sobrado, a que estava encostada. O povo tinha grande fé com essa cruz, e aí rezava à noite e fazia grande festa no dia 2 de Maio. No meu tempo, morava nesse sobrado uma família numerosa, de que fazia parte moreninha de olhos vivos e buliçosos e que muito atraía as vistas dos que por ali passavam (1). Nunca aquela cruz teve tantos adoradores..."

Bem ou mal fundado, correu o boato de que um feliz maganão (2) trepava tôdas as noites pela cruz e saltava sôbre a janela da direita. Isto revoltou a estudantada. O estudante em geral pouco se importa com as teses de moral e com as cruzeiras brancas, amarelas ou pretas; mas naquele caso, onde entrava talvez alguma dosezinha de inveja, manifestou-se geral indignação contra o maldito que assim profanava o sagrado lenho. Se fôsse por alguma velha, ou por alguma escrava da casa, paciência! Mas pela moreninha, a quem mais de um já tinha dirigido em balde sonetos e madrigais, era uma imoralidade imperdoável, que excedia as raias do desaforo. Reuniram-se alguns estudantes, combinaram sôbre o melhor modo de pôr côbro àquele escândalo. O conciliábulo foi presidido por um estudante de vinte e tantos anos, que veio de Coimbra concluir seus estudos em a nova Academia que era um oráculo para os outros, já pela idade, já pelo brilho de seu talento e já por um laço de união entre a nova e a velha Coimbra. Este veterano tomou à si formular o plano e fê-lo com mão de mestre, distribuindo os papéis, prevendo e providenciando tôdas as minudências de modo a haver hesitações no campo de batalha.

E uma noite, a horas mortas, luar claro como dia, cerca de trinta a quarenta estudantes escolhidos, dirigi-

ram-se ao lugar ajustado. Uns subiram como gatos, e da janela ataram cordas fortes aos braços da cruz, enquanto outros, serravam o pedestal rente ao chão. Concluída a operação, os de cima foram descendo o pesado lenho com todo o vagar e em grande silêncio. Posta a cruz no chão, começou a parte mais laboriosa, a condução daquele imenso madeiro, pesado como ferro. Quando os vedetas avistavam alguma patrulha, davam sinal e nós punhamos, quero dizer, e os carregadores punham a carga no chão, deitando por cima os seus capotes e sentando-se sôbre eles. Quando chegava a patrulha, perguntava invariavelmente o comandante:

— O que fazem aqui os senhores estudantes?

— Estamos — respondia um — gozando do bonito luar e recordando a nossa sabatina de hoje. Que lindo luar, camaradas!

— Está bom; mas não vão fazer alguma.

— Nós somos cidadãos pacíficos e mais pacatos que um guarda nacional. Alguns até estão se preparando para frades e, desde já, se portam com mansidão de quem espera obter, algum dia, com a ajuda do Santo Refeitório, o mais reverendo dos cachaços.

Os da patrulha riam-se, recebiam muito contentes alguns cigarros e continuavam o seu passeio policial. Quase ao romper do dia, os carregadores chegaram, extenuados de forças, à beira do rio, e nele lançaram o grande madeiro".

O fato causou sensação, no dia subsequente, pondo em polvorosa a Capital. No largo de São Francisco, sobretudo no lado oposto ao do Convento, onde se localizava uma ferraria, as beatas faziam comício, lançando injúrias aos autores do sacrilégio. Chegaram a exigir satisfações do chefe do bando furtador, porém o estudante, com a cara mais cínica deste mundo, declarou que vira em sonho uma porção de anjos transportando, pelo céu, a cruz preta, cercada de raios de luz e entre cânticos religiosos. Afinal, o caso tomou pro-

porções enôrmes, e, segundo diz outrô cronista, havia gente que chegava a ver a cruz carregada pelos anjos. . .

Continua, o Visconde de Araxá: "Um capuchinho que por aqui andava pregando missões, se apoderou do tema:

— "La santa croce" — bradou atirando os braços para o céu — "será restituída, ancora più miracolosa, ma dopo molta penitenza, molta orazione e molto riposo".

O desrespeito fôra tanto maior quanto o riacho tem o diabo — anhangá — no nome.

Manoel da Fonte, passados dias, encontrou e recolheu a cruz. E o capuchinho das Missões, no próprio lugar, junto à ponte do Piques, reuniu os fiéis e deitou o mais patético dos sermões:

— Las feminas — bradava — que vengam de lenço na cabeça, escondendo las vergonhas de lo semblante. Los machos conduzindo petras para um calvário no pateo de São Francisco, onde debe ser levantada la croce".

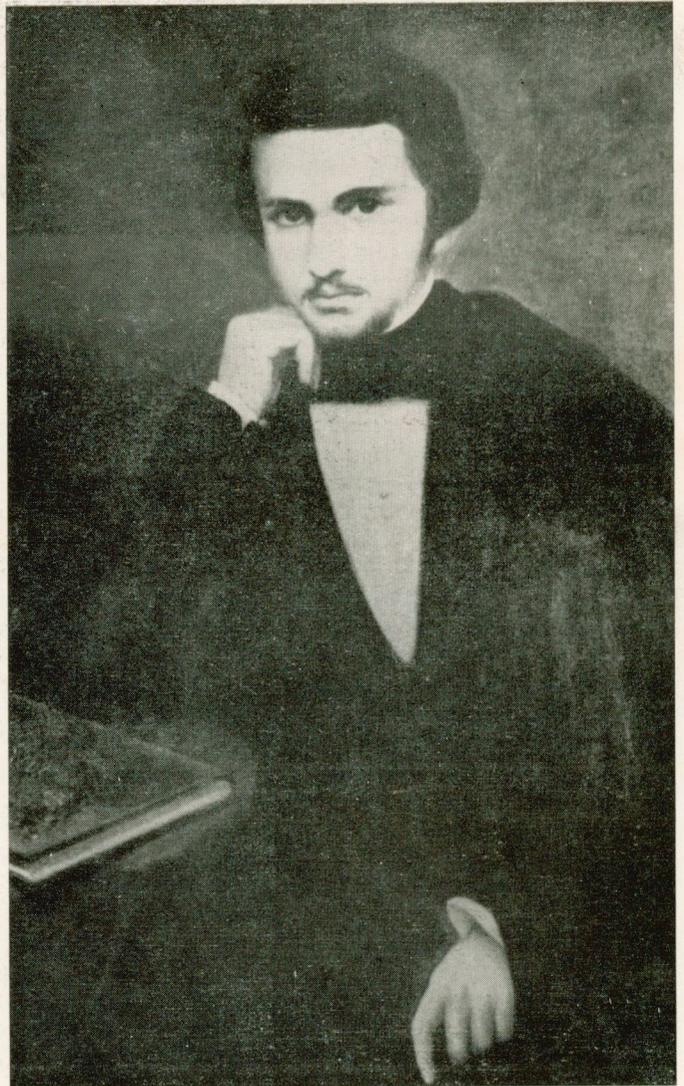
A tradição revela que foi erguida, à beira do Anhangabaú, a capelinha de Santa Cruz do Piques, com o símbolo roubado pelos estudantes. Há quem afirme, entretanto, ter sido a mesma cruz que foi colocada diante do Mosteiro dos Franciscanos.

NOTAS DA REDAÇÃO:

(*) Do "Centenário da morte do poeta Alvares de Azevedo" — artigo do autor publicado no vespertino "A Gazeta", de 25 de abril de 1952.

1) — Trata-se da goiana D. Maria Luiza Carlota Silveira da Mota, filha do desembargador conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota e irmã de José Inácio Silveira do Mota, mais tarde senador do Império. D. Maria Luiza foi progenitora do grande poeta paulista Manoel Antonio Alvares de Azevedo.

2) — Esse "feliz maganão" outro não foi senão Inácio Manoel Alvares de Azevedo (natural de Itaboari, terra fluminense, que antes havia sido mandado para Coimbra, onde não se adaptou na afamada Universidade. Regressando à Pátria, matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo. Na capital paulista veio a conhecer por volta de 1828, d. Maria Luiza Silveira da Mota, com quem se casou em 14 de novembro de 1829. Desse casamento, nasceu após a primogênita, que se chamou também Maria Luiza, Manoel Antonio, o poeta da "Lira dos vinte anos".



MANOEL ANTONIO ALVARES DE AZEVEDO
12 de setembro de 1831 — 25 de abril de 1852.

«DESCANSEM O MEU LEITO SOLITÁRIO
NA FLORESTA DOS HOMENS ESQUECIDA
À SOMBRA DE UMA CRUZ! E ESCRIVAM NELA:
— FOI POETA, SONHOU E AMOU NA VIDA!»

A ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO, onde se iniciou a primeira fase do romantismo e que Alvares de Azevedo foi o poeta que trouxe a forma e a inspiração revolucionárias, de acôrdo com os mestres imortais que estudou e interpretou.



Tradições e Reminiscências

NELSON WERNECK SODRÉ

Poucas iniciativas, entre aquelas que se destinam a conferir maior brilho às comemorações do IV centenário da fundação de São Paulo, terão a importância e a significação da que se concretizou na reedição do trabalho em que José Luiz de Almeida Nogueira reuniu as crônicas publicadas no "O Correio Paulistano" em torno da vida dos acadêmicos de Direito, na tradicional escola do largo de São Francisco, sob cujas arcadas conventuais passaram tantas gerações de brasileiros e cuja história, estreitamente ligada à do nosso país, vinculou-se intimamente com a da cidade. Muitos foram os que se abeberaram na fonte constituída pelos nove volumes em que o cronista contou as aventuras, os feitos e os trabalhos dos que vieram aprender, aqui, os elementos do saber, destinados a uma atividade profissional e que acabaram por aprender muito mais do que isso. "Estudantes, estudantões e estudantadas", curiosamente recolhidos em crônicas, e a existência colhi-

da, em muitos aspectos, acabaram por fazer da obra de Almeida Nogueira um trabalho indispensável à compreensão do nosso passado. Porque, de certo modo, particularmente no século XIX, a existência da cidade, e a existência do país estiveram, uma e outra, estreitamente vinculadas o tudo o que se passou nas antigas salas de aula da Faculdade. Raros são os brasileiros ilustres que dela não trouxeram alguma coisa, e raríssimas as biografias de grandes vultos nacionais que não imponham, antes de mais nada, a consulta aos seus arquivos. Tanto quanto se possa falar, em um país relativamente jovem, como o nosso, a Faculdade paulista pode receber, sem desmerecimento, a qualificação de vetusta. E se considerarmos que, em sua existência não muito longa, se contada pelos decênios, existiu sempre uma intensidade de vida que correspondia à vida comum de muito mais tempo, cresce de significação o seu papel.

No século XIX, realmente, e nos primeiros decênios do nosso século, a importância da tradicional Academia foi das maiores: importância que provinha do seu ensino, dos seus mestres, dos seus alunos, do seu papel específico e, logo, do lugar que ocupou, dos mais destacados, na vida pública brasileira.

De algum modo, a fundação dos Cursos Jurídicos correspondeu, no Brasil, inteiramente, ao movimento a que a independência política daria o seu colorido. Era uma iniciativa que assinalava a autonomia. Deixávamos de depender de escolas superiores estrangeiras, em particular da formação coimbrã, para forjarmos um

instrumento didático capaz de preencher as fialidades sociais que um país em início de existência autônoma não podia dispersar. Aquela fundação não ocorreu por coincidência, assim, antes esteve em consonância com o impulso da época e, correspondeu ao preenchimento de uma necessidade do meio.

ASPECTO PRIMITIVO DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO, (1860) — De algum modo, a fundação dos cursos jurídicos correspondeu, no Brasil, inteiramente, ao movimento a que a independência política daria o seu colorido. Era uma iniciativa que assinalava a autonomia.



AS CÉLEBRES ARCADAS DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. (Desenho de Wanda Sarmiento Florençano) — Sob as arcadas conventuais passaram tantas gerações de brasileiros e cuja história, estreitamente ligada à do nosso país, vinculou-se intimamente com a da cidade.

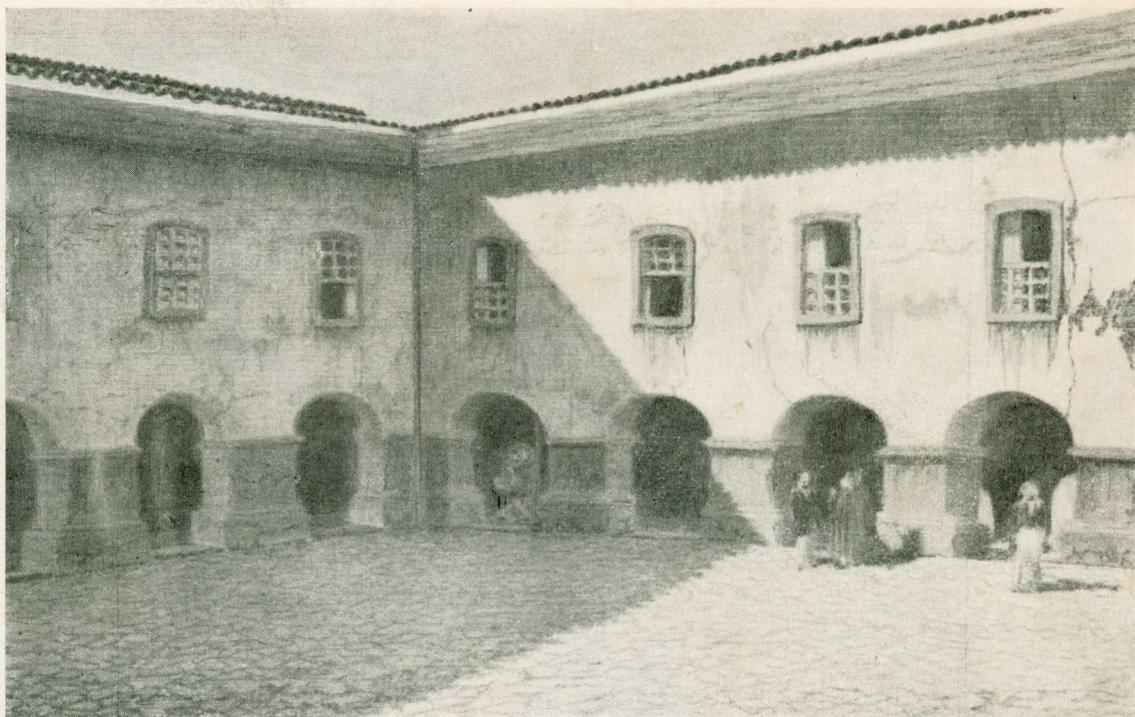
Ora, nenhum instrumento como o Curso Jurídico estava mais em consonância com as necessidades da vida política que se iniciava, chamando os brasileiros à gestão de seus negócios internos, até então entregues à máquina metropolitana e aos seus prepostos. Tais cursos surgiram no quadro da independência como uma iniciativa complementar, destinada a completá-lo, a dar-lhe significação, preenchendo uma função imprescindível, sem a qual não teria sido possível exercer a tarefa pública, com tôdas as suas exigências.

Surgindo, assim, naquele quadro, as duas Faculdades realizavam-se, historicamente encontrando, desde logo, uma função principal a desempenhar. Essa função seria, pois, a de substituir os quadros dirigentes por outros, de formação nacional. Função que desempenharam com singular eficiência, particularmente a escola paulista, mercê das condições do meio em que apereceu.

Os legisladores, atendendo à necessidade, não só realizaram uma imposição do instante histórico, com a fundação dos Cursos Jurídicos mas realizaram-na ainda na escolha das sedes das Faculdades com que os iniciaram.

Recife era a cabeça de uma ampla região em que a cultura açucareira traçara os quadros de uma civilização típica. Representava o centro de gravidade político e econômico do Nordeste. Concentrava, em sua existência mediana de cidade que não deixara ainda os vestígios provincianos, todos os recursos que aquela civilização típica conseguira reunir para dar forma e destaque à vida urbana, ante a qual, até então, o soberbo domínio rural se apresentara com um papel de distância do destaque.

São Paulo, por outro lado, começava a aparecer no quadro geográfico do centro-sul, como o centro urbano que estava destinado, pela sua posição, a retomar um lugar de importância, de há muito perdido, ante a caminhada do café e o ritmo ascensional de sua produção. A esse respeito, houve, da parte dos fundadores, uma espécie de presciência dos acontecimentos, — não importando, nisso, a vontade de afastar da Corte, a sede da escola de formação jurídica, para um ambiente mais calmo, onde o estudo fos-



se menos atribulado pelas perturbações naturais do meio imediato.

De qualquer forma, a capital paulista estava destinada a tornar-se, dentro de pouco tempo, um centro de interesse nacional, a que a clarividência de Mauá, seguido pela capacidade realizadora dos capitais britânicos, daria, dentro em pouco, com o transporte ferroviário e as possibilidades de escoamento para um porto próximo, as condições indispensáveis para se tornar o centro coletor e distribuidor em que se transformou, tão logo a arrancada cafeeira, deixando-a providencialmente de lado, rumou para as terras compineiras, vindo do vale do Paraíba.

Numa sociedade como aquela que predominava no Brasil do século XIX, na época histórica da autonomia, os títulos, pergaminhos, canudos e selos constituiriam o substituto natural daqueles outros títulos, pergaminhos, crachás e condecorações que já não poderiam seduzir os seus membros mais destacados. A nobiliarquia criada pelo império, particularmente no amplo período do reinado do segundo Bragança, estava



TENENTE-GENERAL JOSÉ AROUCHE DE TOLEDO RENDON — Foi o primeiro diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, sendo para investidura, nomeado a 13 de outubro de 1837.

muito distanciada daquela a que o velho Taques concedera tanta importância, realmente. A primitiva, a que o cronista dera as galas de sua curiosidade, representava uma sociedade muito diferente, em que os direitos de nascimento conservavam uma força muito grande. Aquela que o império forjou, em seus decênios melhores, tinha, por força, de conceder importância a algum outro fator que não o de nascimento. E não é de admirar, pois, que o papel dos Cursos Jurídicos fosse em crescendo, da fundação ao fim de século, na medida em que os títulos por eles concedidos crescessem em importância face os demais títulos.

Uma análise atenta do desenvolvimento histórico da Faculdade paulista, a que nos queremos referir, em particular, demonstra, sem demasiada exigência de atenção e minúcia, que as suas turmas assumiram importância destacada na vida pública do país a partir da segunda metade do século.

O papel das primeiras turmas, realmente, esteve longe de ser tão importante, tomadas em conjunto, esquecidos os valores individuais. Ora, essa ascendência não se processou ao sabor do acaso, e esteve, ao contrário, em estreita correspondência com as exigências da sociedade que se transformava no Brasil imperial, quando se anunciaram a presença dos primeiros e evidentes sinais de mudança no quadro simétrico, maciço, e extenso que proviera da longa etapa colonial. Sinais de mudança que importavam, para todo o Brasil, nem só no domínio econômico e político do centro-sul, em que a produção e a riqueza se adensavam, como na alteração de muitos dos fatores



A ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO APÓS A CÉLEBRE REFORMA QUE MODIFICOU COMPLETAMENTE O SEU ASPECTO EXTERIOR. (Fotografia tirada em 1929) — Tanto quanto se pode falar, em um país relativamente jovem, como o nosso, a Faculdade paulista pode receber, sem desmerecimento, a qualificação de vetusta.

que vinham, até aí, preponderando, no conjunto da vida nacional.

Já tivemos oportunidade de apreciar, em parte, aquele quadro de transformações. Então, ficou bem claro ao que parece, que, longe de existir uma incompatibilidade entre os quadros formados pelos Cursos Jurídicos e aqueles que detinham, pela posse territorial, o primado na vida política existiu entre eles uma consonância perfeitamente ajustada. Desse modo, a formação jurídica viria corresponder, de forma ampla e natural, a uma necessidade a que já não podia fugir a vida brasileira, fazendo-se os elementos rurais dominantes representar-se, naquelas funções urbanas que as transformações haviam propiciado, através dos filhos-famílias que se titulavam nas Faculdades e, no Parlamento, nas profissões liberais, nos quadros administrativos, seriam autênticos representantes da sua classe que detinha a riqueza e, com ela, o predomínio político.

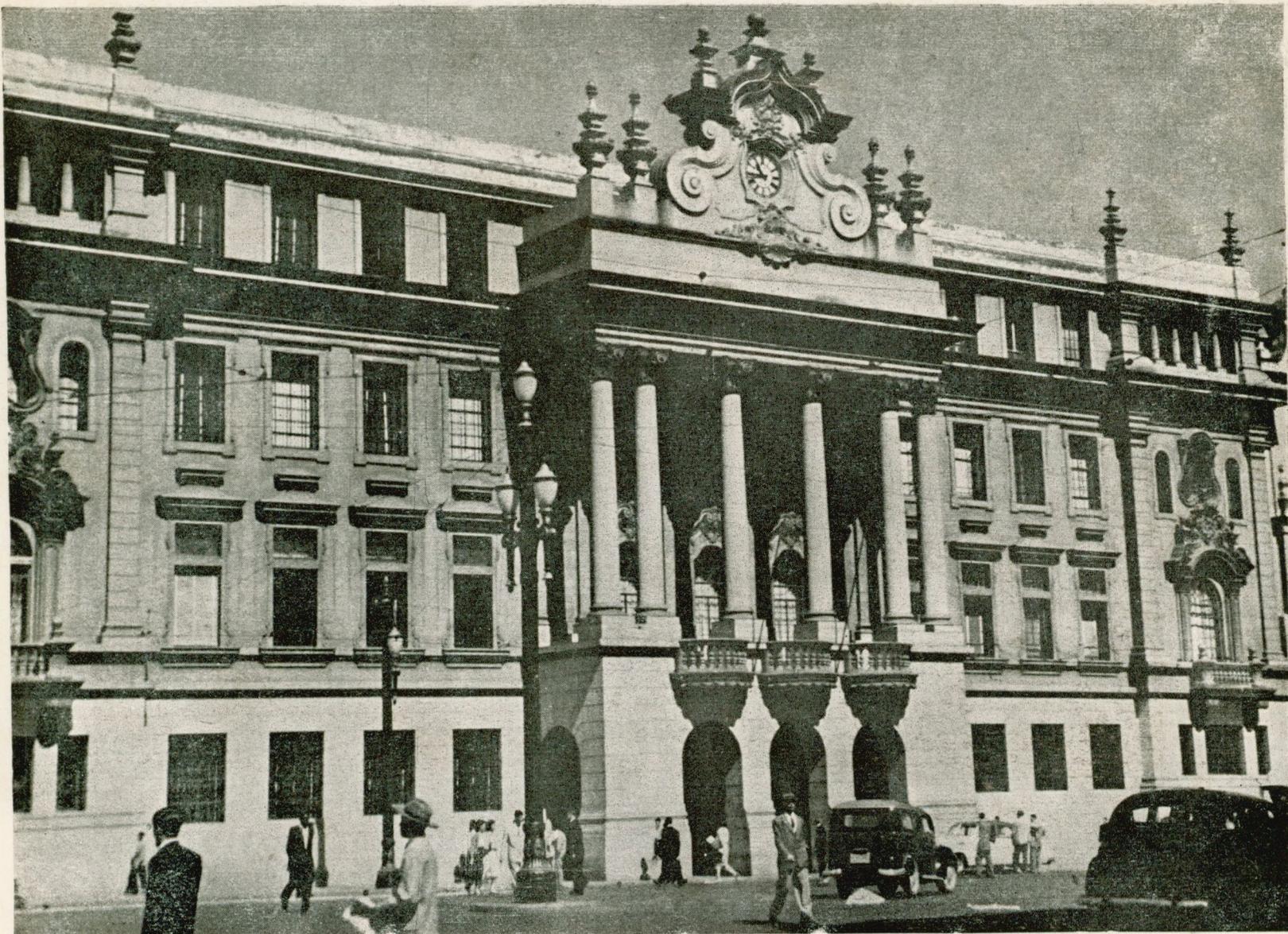
90 Alguns observadores menos atentos têm procurado encontrar, — e só por força de imaginação

o têm conseguido, — na agitação estudantil, o fermento das rebeliões de idéias, de princípios, de tendências, fermento que se teria alastrado, trazendo, como consequência as alterações políticas a que a nossa história tem dedicado particular interesse; agitações de natureza liberal, pela abolição do trabalho escravo, pelas reformas institucionais, pela federação, pela República. Ora, se verificarmos que tais agitações, bem como as reformas que chegaram a motivar, estiveram longe, e muito longe, de ter qualquer caráter revolucionário, condicionando-se até, e, estreitamente, com as exigências mais interessantes da classe então dominante, verificaremos como, na verdade, os elementos formados à sombra dos Cursos Jurídicos jamais se distanciaram da sua qualidade de representantes, sob formas diversas, exigidas pela evolução natural da sociedade brasileira, da classe que detinha o predomínio econômico e político, aquela dos senhores territoriais.

O estudo de um instrumento tão curioso e dinâmico na evolução social brasileira não poderia

deixar de ser fecundo e importante. Foi isso que o trabalho de Almeida Nogueira proporcionou, até certo ponto, porque forneceu os elementos principais para o levantamento de toda uma época na vida da tradicional escola. E basta uma leitura naqueles volumes, tão cheios de peripécias e de encanto, de pitoresco e de movimento, para confirmar a observação aqui feita, de que as turmas posteriores à segunda metade do século XIX tiveram uma importância, na vida pública, muito maior do que as primeiras turmas.

A narrativa compreende, na verdade, as turmas que se sucederam de 1831 a 1878, existindo, como é sabido, o claro de doze turmas, 1831-35 — 1842-46 — 1846-50 — 1849,53 — 1852-56 — 1857-61 — 1858-62 — 1859-63 — 1865-69 — 1866-70 — 1868-72 — e 1873-77, e não é demais acentuar, dentro da mesma ordem de idéias que, pondo de parte valores individuais, a falha é muito importante em relação a última das turmas indicadas, integralmente ligada ao período em que a Faculdade havia já conquistado, no cenário do



ASPECTO ATUAL DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO — Em sua existência não muito longa, se contada pelos decênios, existiu sempre uma intensidade de vida que correspondeu à vida comum de muito mais tempo.

país, aquele lugar que são novas transformações sociais lhe retirariam.

Na medida em que o desenvolvimento histórico marchava para o fim do século XIX, realmente, a sociedade brasileira, pela sua constituição, daria à Faculdade paulista, como à sua irmã do Nordeste, uma função de primeira ordem, — não uma função revolucionária, de porta-voz ou propugnadora de reformas fundamentais, mas como defensora daquelas reformas que correspondiam, de toda forma, à adaptação da classe dominante ao novo sentido que se pronunciara, dispensando, por exemplo, o alicerce do trabalho escravo e exigindo a contribuição do trabalho livre, para poder prosseguir na posse dos elementos que lhe asseguravam a dominação.

E há que ressaltar, quanto ao trabalho de Almeida Nogueira, a

sua importância destacada quanto ao levantamento literário brasileiro, uma vez que a escola do largo de São Francisco pôde reunir os elementos mais interessantes, entre aqueles que deram ao mistério das letras alguma contribuição digna de apreço. Nem foi por mera coincidência que as Arcadas trazem os nomes dos três poetas, entre os maiores que tivemos, entre os muitos que elas conheceram, sendo um deles uma espécie de traço de união entre as duas escolas primeiras.

Também no que se refere à índole e ao conteúdo dos trabalhos literários dos escritores formados à sombra da velha Faculdade, aplica-se o que ficou dito em relação ao papel político que tiveram os elementos de suas turmas. E nem poderia deixar de ser assim.

E' interessante constatar, embora isso não agrade a muitos e

até chegue a desapontar os que vivem de olhos postos no passado, esquecendo que os tempos mudam, como mudou a função social da escola superior, entre nós. Se é exato que teve ela, no passado, particularmente, conforme assinalamos, na segunda metade do século XIX, um papel político de relevo, saindo os elementos de suas turmas quase diretamente das salas de aula para a vida pública, sendo a própria Faculdade berço e cenário de agitações interessantes, que buscamos caracterizar, — não é menos exato que, em relação às transformações da hora presente, o seu papel descreceu consideravelmente de importância. As agitações de hoje já não se fazem e nem poderiam ser feitas, no cenário universitário, em nosso país. O papel agitador das Arcadas é, pois, um problema histórico.

Transcrito do "O Correio Paulistano", de 27/9/53.



SÃO PAULO — O Braz - Bairro Comercial e Industrial — O elevado número de casas comerciais no Braz é explicado pela grande concentração industrial, pois, segundo as estatísticas recentes, no célebre bairro paulistano existem cerca de 1.761 estabelecimento fabris. Vista aérea tomada mais ou menos sobre a Avenida Rangel Pestana, logo após o Largo da Concórdia, que aparece no primeiro plano, a esquerda. Vêm-se o novo Viaduto do Gazômetro e a rua do mesmo nome, em continuação. Ao fundo a «colina central», onde se localizam os principais edifícios comerciais e bancários da cidade.

Desenvolvimento Econômico e Demográfico de S. Paulo

Dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atestam, de maneira eloquente, o crescente progresso de São Paulo nos últimos anos.

Em primeiro lugar, mencionemos o crescimento da população, que fixa uma notável evolução demográfica, traduzida pelos seguintes números:

Anos	População do Estado
1872	837.354
1890	1.384.753
1900	2.282.279
1920	4.592.188
1940	7.180.316
1950	9.242.610

Esse aumento da população tem suas causas justificadas não só pela maior porcentagem de nascimentos sobre óbitos, revelando as melhorias introduzidas nas condições sanitárias do Estado, como no contínuo fluxo migratório. A imigração estrangeira, representada primeiramente pelas grandes levas de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis, bem como de outras nacionalidades, e, posteriormente, pela imigração japonesa, constituiu até as vésperas da segunda Grande Guerra, um contingente dos mais ponderáveis no aumento da população de S. Paulo. Interrompida a imigração estrangeira,

que ora se reinicia, grandes massas migratórias nacionais, atraídas pelas constantes solicitações de mão de obra da lavoura e da indústria, passaram a demandar o território paulista. Essa migração interna provém, em sua quase totalidade, do vizinho Estado de Minas Gerais e das regiões do Nordeste, flageladas pela seca. Atingiu, nos últimos anos, proporções imensas.

Assim, em 1940, dos 7.180.316 habitantes do Estado, 5.613.781 eram paulistas de nascimento, 749.539 de outros Estados, dos quais 348.676 mineiros, e 816.896 estrangeiros. Na década posterior, se o número de estrangeiros tendeu a diminuir, o de nacionais elevou-se ainda mais. Basta assinalar que zonas inteiras do Estado, cujos habitantes demandaram em massa a Capital e os centros industriais, passaram a ser povoadas por mineiros e nortistas, o que se verifica especialmente em municípios do Vale do Paraíba e em outros das zonas da Alta Paulista e Noroeste.

Ao constante aumento da população correspondeu natural acréscimo das atividades produtoras, em todos os seus ramos.

No setor agrícola, observa-se que São Paulo possuía em 1940, 4.456.345 hectares de terras cultivadas; em 1949, 4.631.840 e, em 1950, 4.890.436. Para êsses totais o café e o algodão — bases da economia agrária do País — cobriam 2.300.206, 2.484.665 e 2.662.644 hectares, respectivamente em 1948, 1949 e

1950, representando, assim, ambos aquêles produtos, em média, 50% do total da área cultivada do Estado. A êsses dois produtos, segue-se o milho, cereal que foi cultivado nesse período, em média, nua área de 800 mil hectares.

Com relação à Pecuária, dados estimativos não atualizados indicavam uma produção bovina de 6.390.510 cabeças; 2.951.130 suínos; 779.640 equinos e 610.220 muares.

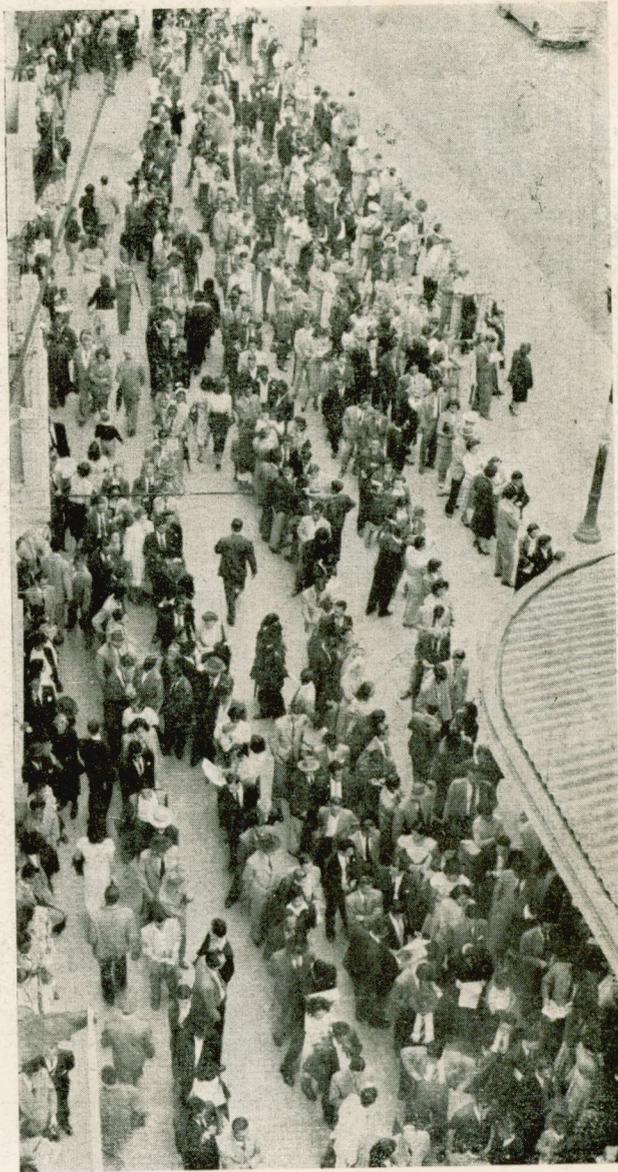
Surpreendente por todos os títulos é o desenvolvimento da indústria paulista. Se durante a 1.^a Grande Guerra registrou-se um surto excepcional, a indústria em São Paulo crescerá de forma ainda mais extraordinária no período da última conflagração, atendendo, com eficiência, a quase todas as exigências do mercado interno, quando se fecharam os grandes centros importadores da Europa e da América do Norte.

Em 1940, dos 49.418 estabelecimentos industriais existentes no País, 14.225 localizavam-se em S. Paulo, com um capital aplicado de 7.778.815 milhares de cruzeiros. Sob-se que o capital empregado na totalidade das indústrias brasileiras é de 18.033.237 milhares de cruzeiros.

A indústria paulista empregava então 329.344 operários, representando cerca de um terço de toda a mão de obra industrial brasileira. Os últimos dados estatísticos revelam que a população obreira do Estado atingiu no último decênio a casa dos 750.000 operários, dos quais cerca de dois terços exercem suas atividades na Capital e nos referidos centros industriais.



O setor rodoviário em São Paulo recebeu notável surto no decênio 1939-1949, sem paralelo no passado, que se traduz pelas extensas e magníficas rodovias modernas, como as Vias Anchieta, Anhanguera, Dutra, etc., nas quais circula a riqueza do Estado Bandeirante.



Em São Paulo, na década passada, se o número de estrangeiros decresceu, o de nacionais elevou-se mais ainda. A' esse aumento da população, correspondeu acréscimo das atividades produtoras, em todo: os seus ramos.

Quanto à cidade de São Paulo, o maior centro industrial da América do Sul, possuía em 1900 apenas 165 estabelecimentos fabrís, número que aumentou para 4.145 em 1920; 14.225 em 1940, e 25.519 em 1950. O valor da produção industrial revela o mesmo extraordinário desenvolvimento: de 120,7 milhões de cruzeiros em 1907, chega a quase um bilhão em 1920; alcança, em 1940, 7,6 bilhões de cruzeiros, para atingir 20 bilhões em 1950. No período de 1940 a 1950, a produção industrial paulista teve, pois, um aumento de de 12,50 bilhões de cruzeiros.

Os transportes ferroviários, no decênio compreendido de 1939 a 1949, acusaram progresso diminuto, subindo a rede de estradas de ferro que serve o território paulista de 4.876 quilômetros (1939) para apenas 5.173 (1949). Só mais recentemente, cessadas as dificuldades oriundas da guerra, toma novo impulso a expansão ferroviária, demandando agora, além das fronteiras do Estado, centros remotos do interior. Em compensação verificou-se notável surto rodoviário, sem paralelo no passado, que se traduz em extensas e magníficas rodovias modernas, como as Vias Anchieta, Anhanguera, Dutra e Fernão Dias, esta em fase adiantada de construção, e pelas quais circula a riqueza do Estado, com a eficiência e o dinamismo peculiares ao povo paulista.

CASA FORTES

TELEFONE 32-6911

Fortes Sobrinhos & Cia.

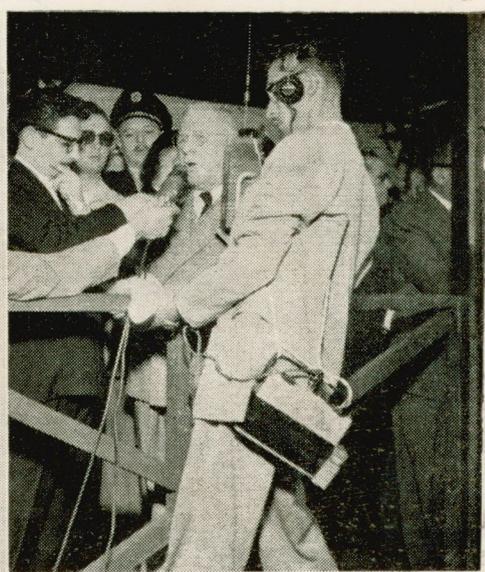
ALGODÕES
ESPECIALIDADE EM
LINHOS E ROUPAS
PARA CAMA E MESA

RUA SÃO BENTO, 75
SÃO PAULO



VII JOGOS DESPORTIVOS OPERÁRIOS

ALCANÇARAM ÊXITO EXTRAORDINÁRIO OS FESTEJOS DE 1.º DE MAIO EM COMEMORAÇÃO AO IV CENTENÁRIO DA CIDADE — PRESENÇA DO GOVERNADOR DO ESTADO, SENADORES E DEPUTADOS — DISCURSOS



O desfile de abertura dos Jogos Desportivos Operários, pela 7.ª vez levado a efeito em São Paulo pelo Serviço Social da Indústria, superou a expectativa mais otimista, quer pelo número de trabalhadores — mais de 15 mil — que formaram na parada, quer pela afluência popular.

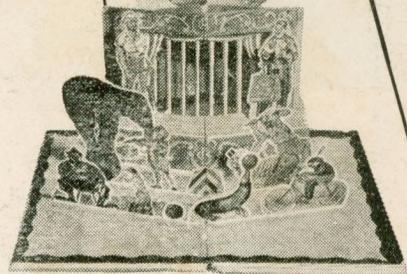
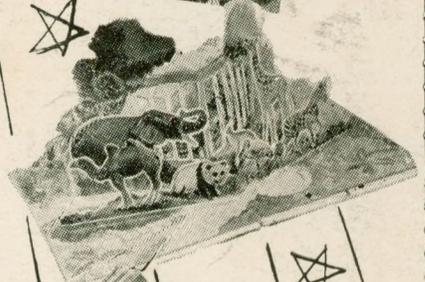
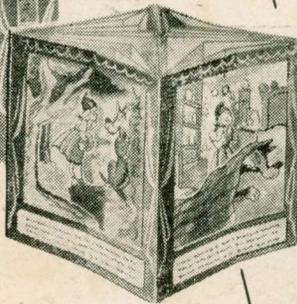
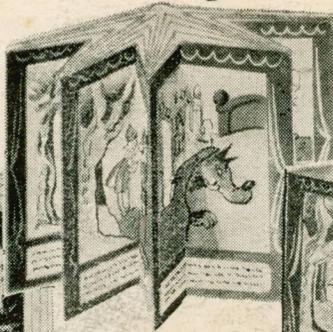
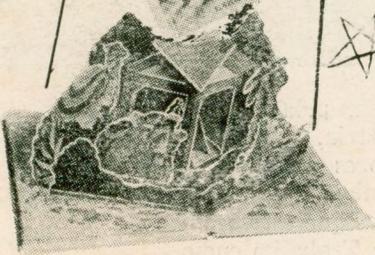
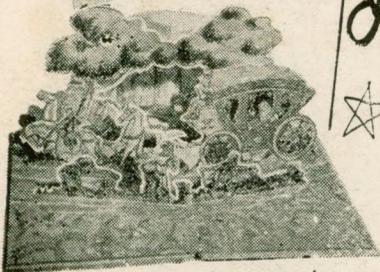
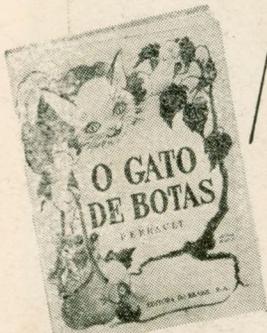
Por outro lado o realce das personalidades civis e militares que estiveram na tribuna de honra, constituiu uma comemoração do Dia do Trabalho como talvez ainda não se vira em São Paulo.

«Dentro de todas as atividades do Serviço Social da Indústria, em sua tarefa diuturna de promover o alevantamento moral, físico e intelectual de nossos trabalhadores, de permêio com o trabalho de nossos cursos, de nossos hospitais, ambulatorios, cozinhas e outros centros sociais; a realização anual dos Jogos Desportivos Operários, comemorativos do Dia do Trabalho, tem servido como termômetro do alcance e da aceitação de nossa obra».

Antonio Devisate

Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

(Trecho da oração proferida no dia 1.º de Maio, após o desfile desportivo promovido pelo SESI).



UM deslumbramento

PARA AS CRIANÇAS!

○ Chapeuzinho Vermelho

Um livro para as crianças do século XX. Abre-se, formando um quadrado e, em cada um de seus lados aparecem, como se fôra um palco, as belíssimas cenas dêste famoso conto

○ Gato de Botas

Um conto clássico, mas apresentado de maneira diferente, no formato de album (24 x 36 cm.) e ricamente ilustrado com muitas gravuras coloridas. Além das ilustrações há belíssima cena, que se arma no centro do livro.

○ Passeio no Jardim Zoológico

Nêste bonito livro o autor passeia com o leitor através do maravilhoso Jardim Zoológico instalado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, mostrando todos os animais ali existentes. Para delícia da criançada, há ainda um recanto do zoológico armado no centro do livro.

○ Natal de Jesus

Com ilustrações magníficas esta narração do nascimento de Jesus, feita por Oliveira Ribeiro Neto, apresenta um maravilhoso pré-sépio, que se arma ao abrir o livro. É um belo presente para todas as ocasiões, mas especialmente na época do Natal.

○ Circo de Barrilote

Uma curiosa e interessante história de circo, com seu palhaço, Barrilote. Um livro todo ilustrado, em grande formato, com uma cena de armar, que aparece imprevisivelmente no centro.

Preço de cada Volume Cr\$ 50,00

Em grande formato

EDITORA DO BRASIL S. A.

R. CONS. NÉBIAS, 787 - CX. POSTAL 4986 - S. PAULO

ESTABELECIMENTO GRÁFICO "RECABO"
RUA SOLON, 856 e AVENIDA RUDGE, 98 a 110 - SÃO PAULO

A FIRMA

Reis, Cardoso, Botelho & Cia.

SAÚDA SÃO PAULO

PELA PASSAGEM DO IV CENTENÁRIO

E COINCIDINDO SER TAMBEM O ANO DE SEU JUBILEU DE PRATA

1929 — 1954

CUMPRIMENTA, AGRADECENDO A TODOS OS SEUS

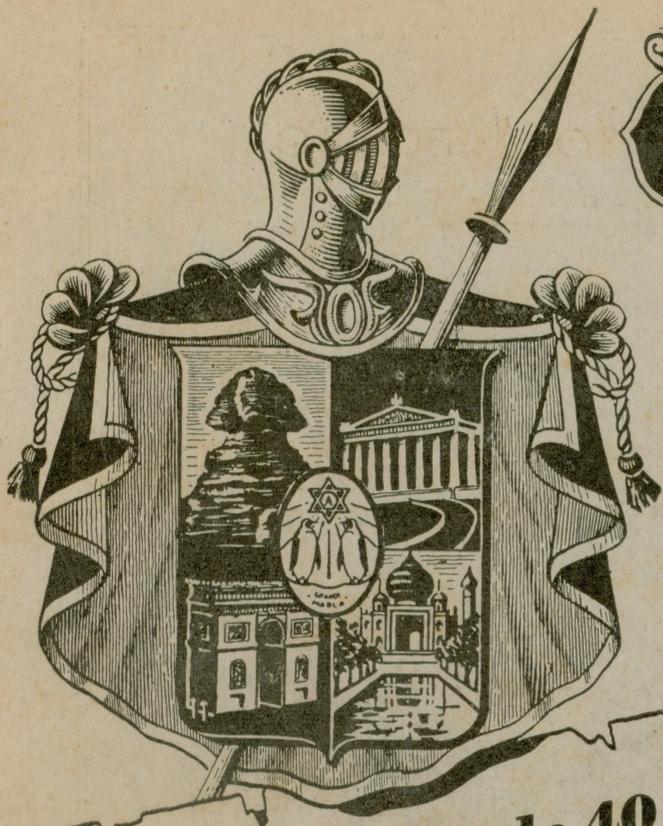
CLIENTES E AMIGOS

QUE LHES TEM DISPENSADO

SEU VALIOSO AUXILIO

E PREFERENCIA





Um Brasão de Excelência

com a pátina de 40 SÉCULOS

O Tempo... eis o grande revelador. Pedra de toque de tôdas as excelências, confunde e amalgama todos os valores illusórios. À sua ação corrosiva, sômente os grandes valores resistem e sobrevivem a tôdas as épocas.

Milenar, contemporânea da antiga civilização egípcia, a cerveja atravessou incólume as centurias, ostentando no seu brasão a pátina de 40 séculos.

Renovando-se continuamente, a cerveja acompanhou sempre o progresso científico das épocas, até a realidade magnífica dos dias atuais, quando uma indústria como a COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA constitui a garantia de racionalização, de produção e de melhor aproveitamento das riquezas do país.

E acentui-se ainda: não é tão sômente a criação de novos setores industriais, de fomento agrícola, de expansão comercial brasileira, que a ANTARCTICA possibilita, por isso que, ao mesmo passo, anima o desenvolvimento das indústrias subsidiárias, concorre para a circulação de riquezas, para o aumento das rendas nacionais e, principalmente, para a economia de divisas.

Exigir
ANTARCTICA
é engrandecer
o Brasil



FAIXA AZUL
UMA DELICIOSA CERVEJA



ANTARCTICA